

**UNIVERSIDADE FEDERAL DE UBERLÂNDIA
INSTITUTO DE CIÊNCIAS HUMANAS DO PONTAL**

ALINE CALEGARI DE ANDRADE

**EFEITOS DA PANDEMIA DA COVID-19 AOS AGRICULTORES FAMILIARES
FEIRANTES DO MUNICÍPIO DE ITUIUTABA-MG**

Ituiutaba

2022

**UNIVERSIDADE FEDERAL DE UBERLÂNDIA
INSTITUTO DE CIÊNCIAS HUMANAS DO PONTAL**

ALINE CALEGARI DE ANDRADE

**EFEITOS DA PANDEMIA DA COVID-19 AOS AGRICULTORES FAMILIARES
FEIRANTES DO MUNICÍPIO DE ITUIUTABA-MG**

Dissertação apresentada ao Programa de Pós-Graduação em Geografia do Pontal – Área de Concentração: Produção do espaço e dinâmicas ambientais, do Instituto de Ciências Humanas do Pontal, Universidade Federal de Uberlândia, como exigência parcial para obtenção do Título de Mestre em Geografia.

Linha de pesquisa: Produção do espaço rural e urbano.

Orientadora: Prof^ª. Dr^ª. Joelma Cristina dos Santos

Ituiutaba

2022

Ficha Catalográfica Online do Sistema de Bibliotecas da UFU
com dados informados pelo(a) próprio(a) autor(a).

A553 Andrade, Aline Calegari de, 1985-
2022 EFEITOS DA PANDEMIA DA COVID-19 AOS AGRICULTORES
FAMILIARES FEIRANTES DO MUNICÍPIO DE ITUIUTABA-MG
[recurso eletrônico] / Aline Calegari de Andrade. -
2022.

Orientadora: Joelma Cristina dos Santos.
Dissertação (Mestrado) - Universidade Federal de
Uberlândia, Pós-graduação em Geografia.
Modo de acesso: Internet.
Disponível em: <http://doi.org/10.14393/ufu.di.2022.662>
Inclui bibliografia.
Inclui ilustrações.

1. Geografia. I. Santos, Joelma Cristina dos, 1979-,
(Orient.). II. Universidade Federal de Uberlândia. Pós-
graduação em Geografia. III. Título.

CDU: 910.1



ATA DE DEFESA - PÓS-GRADUAÇÃO

Programa de Pós-Graduação em:	Geografia do Pontal				
Defesa de:	Mestrado PPGE				
Data:	21 de Novembro de 2022	Hora de início:	14:00hs	Hora de encerramento:	16:30hs
Matrícula do Discente:	22112GEO001				
Nome do Discente:	Aline Calegari de Andrade				
Título do Trabalho:	EFEITOS DA PANDEMIA DA COVID-19 AOS AGRICULTORES FAMILIARES FEIRANTES DO MUNICÍPIO DE ITUIUTABA-MG				
Área de concentração:	Produção do espaço e dinâmicas ambientais				
Linha de pesquisa:	Produção do espaço rural e urbano				
Projeto de Pesquisa de vinculação:	-				

Reuniu-se através de conferência por meet, Campus Pontal, da Universidade Federal de Uberlândia, a Banca Examinadora, designada pelo Colegiado do Programa de Pós-graduação em Geografia do Pontal, assim composta: Carlos Roberto Loboda PPGE/ICH/UFU; Marcelo Cervo Chelotti Universidade Federal de Santa Maria e Joelma Cristina dos Santos PPGE/ICH/UFU, orientadora da candidata.

Iniciando os trabalhos a presidente da banca, Joelma Cristina dos Santos, apresentou a Comissão Examinadora e a candidata, agradeceu a presença do público e concedeu à discente a palavra para a exposição do seu trabalho. A duração da apresentação da discente e o tempo de arguição e resposta foram conforme as normas do Programa.

A seguir o senhor(a) presidente concedeu a palavra, pela ordem sucessivamente, aos(as) examinadores(as), que passaram a arguir o(a) candidato(a). Ultimada a arguição, que se desenvolveu dentro dos termos regimentais, a Banca, em sessão secreta, atribuiu o resultado final, considerando o(a) candidato(a):

APROVADA

Esta defesa faz parte dos requisitos necessários à obtenção do título de Mestre.

O competente diploma será expedido após cumprimento dos demais requisitos, conforme as normas do Programa, a legislação pertinente e a regulamentação interna da UFU.

Nada mais havendo a tratar foram encerrados os trabalhos. Foi lavrada a presente ata que após lida e achada conforme foi assinada pela Banca Examinadora.



Documento assinado eletronicamente por **Marcelo Cervo Chelotti, Usuário Externo**, em 01/12/2022, às 16:53, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no art. 6º, § 1º, do [Decreto nº 8.539, de 8 de outubro de 2015](#).



Documento assinado eletronicamente por **Joelma Cristina dos Santos, Professor(a) do Magistério Superior**, em 15/12/2022, às 11:40, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no art. 6º, § 1º, do [Decreto nº 8.539, de 8 de outubro de 2015](#).



Documento assinado eletronicamente por **Carlos Roberto Loboda, Professor(a) do Magistério Superior**, em 15/12/2022, às 13:17, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no art. 6º, § 1º, do [Decreto nº 8.539, de 8 de outubro de 2015](#).



A autenticidade deste documento pode ser conferida no site https://www.sei.ufu.br/sei/controlador_externo.php?acao=documento_conferir&id_orgao_acesso_externo=0, informando o código verificador **4081110** e o código CRC **FED191C6**.

À Deus, à minha família, ao meu amor, aos meus amigos,
aos agricultores familiares e aos feirantes.
“Tudo o que fizerem, façam de todo o coração, como para
o Senhor, e não para os homens, sabendo que receberão
do Senhor a recompensa da herança.
É a Cristo, o Senhor, que vocês estão servindo”.
(Colossenses, 3:23-24)

AGRADECIMENTOS

À Deus, eu agradeço pelo dom da vida e pela oportunidade de ter saúde, uma família, um lar, meu trabalho, meus estudos e tantas outras bênçãos. A presença de Deus em minha vida é tão linda que transborda somente luz e bem em meus dias.

Agradeço à minha família, meu esteio e fortaleza para enfrentar as dificuldades da vida. Meus pais, Valderico e Neide, meus maiores exemplos, agricultores familiares que, com seus valores, me ensinaram tantas coisas e me fizeram amar a vida no campo e tudo que provém dela. Minhas irmãs queridas, Greice e Fábيا, companheiras de todas as horas, minhas primeiras amigas. Meus sobrinhos, Emanuelle e Guilherme, um afago na alma, sorrisos e brincadeiras. Meu amor, Ailton, doce companhia, paciência nos momentos de sobrecarga de trabalho e estudos e incentivo em todos os momentos. Obrigada! Vocês são minha base, são as pessoas pelas quais eu tenho vontade de ser melhor todos os dias.

Meus amigos e amigas, o que seria de mim sem vocês? Não poderia citar nomes, pois certamente a memória falharia. Todavia, quero deixar registrado que sem o apoio de vocês eu não teria chegado até aqui, não é mesmo, Tia Sirlene?

Aos meus colegas de trabalho da Pró-Reitoria de Graduação da Universidade Federal de Uberlândia, gratidão pela compreensão que tiveram comigo nos momentos em que o cansaço me dominou.

Minha orientadora, Prof^a. Joelma, muito obrigada pela leveza que trouxe em meio à correria e ao trabalho árduo que envolve o desenvolvimento de uma pesquisa de Mestrado. Suas contribuições foram valiosas e a sua acolhida, sempre doce e prestativa, em meio à um momento tão novo em minha vida, foi fundamental. Ao Programa de Pós-Graduação em Geografia do Pontal - corpo docente, discente e funcionários, gratidão pela dedicação e presteza.

Agradeço imensamente aos agricultores familiares feirantes que tão gentilmente colaboraram com o desenvolvimento deste trabalho. Sempre com um sorriso no rosto, receptivos e dignos. Ao Sindicato dos Trabalhadores Rurais Assalariados e Agricultores Familiares de Ituiutaba-MG e Secretaria Municipal de Agricultura, Pecuária e Abastecimento de Ituiutaba-MG, meus sinceros agradecimentos pelo auxílio e informações prestadas.

Esta etapa da minha vida jamais será esquecida e quem caminhou junto comigo, será sempre lembrado com toda gratidão e afeto. A todos que de alguma forma dedicaram um pouquinho do seu tempo para me ajudar, desejo que encontrem em seus caminhos pessoas como eu encontrei, enviadas por Deus.

RESUMO

A pandemia da COVID-19 trouxe consequências em diversas esferas da vida cotidiana - saúde, política, socioeconômica, dentre outras. Para o segmento econômico da agricultura familiar não foi diferente. Entraves históricos, como a falta de políticas públicas mais efetivas, além das dificuldades enfrentadas na comercialização dos produtos, associaram-se durante a pandemia a fatores como a suspensão das feiras livres, fechamento de bares, lanchonetes, restaurantes e similares e a suspensão das aulas e, conseqüentemente, do fornecimento da merenda escolar. Escorar a produção a contento e garantir a renda tornou-se um desafio ainda maior para o pequeno produtor. Sendo assim, o objetivo geral desta pesquisa é compreender os efeitos da pandemia de COVID-19 na produção e comercialização de gêneros alimentícios produzidos por agricultores familiares feirantes do município de Ituiutaba-MG. Para tanto, tem-se como objetivos específicos: avaliar como a pandemia afetou a renda dos agricultores familiares feirantes; analisar se as políticas públicas foram capazes de dar suporte satisfatório aos agricultores familiares feirantes durante a pandemia; verificar se os agricultores familiares feirantes passaram a utilizar mais das tecnologias e redes sociais, bem como de outras possíveis estratégias para superação de efeitos da pandemia e adaptação às novas medidas sanitárias exigidas; e identificar quais as perspectivas dos agricultores familiares feirantes para o período pós-pandemia. Foi realizada uma pesquisa descritiva (registro e análise de fatos com técnica padronizada de coleta de dados), bibliográfica (através de revisão de literatura de material científico acadêmico para amplo embasamento teórico) e documental (análise de decretos municipais e outras legislações). A abordagem utilizada foi qualitativa/quantitativa. Os participantes da pesquisa de campo foram agricultores familiares (maiores de 18 anos) que residem e trabalham no município de Ituiutaba/MG e que comercializam seus produtos nas 4 feiras livres realizadas na cidade (Bairro Junqueira, Praça dos Trabalhadores, Avenida Sírio Libanesa e Praça 13 de Maio). Foram realizadas ainda duas entrevistas semiestruturadas, uma com o presidente do Sindicato dos Trabalhadores Rurais Assalariados e Agricultores Familiares de Ituiutaba-MG e outra com representantes da Secretaria Municipal de Agricultura, Pecuária e Abastecimento de Ituiutaba-MG para aprofundamento das reflexões sobre o tema. Com base na teoria estudada e nos resultados da pesquisa de campo verificou-se que a pandemia da COVID-19 afetou em maior escala a comercialização, do que a produção dos agricultores familiares feirantes em Ituiutaba-MG. Estes tiveram que adaptar-se às novas medidas sanitárias exigidas. As dificuldades geradas na comercialização não foram acompanhadas por respostas rápidas de auxílio e suporte por parte do poder público, que atuou basicamente no regramento necessário ao funcionamento das feiras livres. Muitos feirantes, buscando alternativas, tentaram aderir às novas formas de comercialização, mas esbarraram ainda em dificuldades com o uso das tecnologias. Todavia, a maioria dos agricultores familiares feirantes entrevistados manteve o pensamento de não abandonar a profissão em detrimento de outro tipo de negócio e comunga da expectativa de retomar o volume de vendas e, conseqüentemente, conseguir gerar a renda suficiente para garantir o sustento da família.

Palavras-chave: Agricultura familiar. Feiras livres. Feirantes. Pandemia. COVID-19. Ituiutaba-MG.

ABSTRACT

The COVID-19 pandemic has had consequences in various spheres of daily life - health, politics, and socioeconomics, among others. It was no different for the economic segment of family farming. Historical obstacles, such as the lack of more effective public policies, in addition to the difficulties faced in the marketing of products, were associated during the pandemic with factors such as the suspension of street markets, the closing of bars, cafeterias, restaurants, and the like and the suspension of classes and, consequently, the provision of school lunches. Producing production satisfactorily and guaranteeing income has become an even greater challenge for the small producer. Therefore, the general objective of this research is to understand the effects of the COVID-19 pandemic on the production and commercialization of foodstuffs produced by family farmers in the fairgrounds of the municipality of Ituiutaba-MG. To this end, the specific objectives are: to assess how the pandemic has affected the income of family farmers who sell the fair; to analyze whether public policies were able to provide satisfactory support to family farmers during the pandemic; to verify if the family farmers who sell the fair started to use more technologies and social networks, as well as other possible strategies to overcome the effects of the pandemic and adapt to the new health measures required; and identify the perspectives of fairground family farmers for the post-pandemic period. Descriptive research (recording and analysis of facts with a standardized technique of data collection), bibliographic research (through a literature review of academic scientific material for a broad theoretical basis), and documental research (analysis of municipal decrees and other legislation) were conducted. The approach used was qualitative/quantitative. The participants of the field research were family farmers (over 18 years old) who live and work in the city of Ituiutaba/MG and who sell their products in the 4 open markets held in the city (Junqueira district, Workers square, Sirio Libanesa Avenue and 13th of May Square). Two semi-structured interviews were also conducted, one with the president of the Union of Salaried Rural Workers and Family Farmers of Ituiutaba-MG and another with representatives of the Municipal Department of Agriculture, Livestock and Supply of Ituiutaba-MG to deepen the reflections on the subject. Based on the theory studied and the results of the field research, it was found that the COVID-19 pandemic affected marketing to a greater extent than the production of family farmers in Ituiutaba-MG. These had to adapt to the new health measures required. The difficulties generated in the commercialization were not accompanied by quick responses of assistance and support from the public power, which acted in the rules necessary for the operation of the fairs. Many marketers, looking for alternatives, tried to adhere to the new forms of commercialization, but they still ran into difficulties with the use of technologies. However, most of the family farmers interviewed kept the thought of not abandoning the profession to the detriment of another type of business and share the expectation of resuming the volume of sales and, consequently, being able to generate enough income to guarantee the livelihood of the family.

Keywords: Family farming. Free fairs. Marketers. Pandemic. COVID-19. Ituiutaba-MG.

LISTA DE ILUSTRAÇÕES

Gráfico 1	Ituiutaba (MG): quantidade produzida (em toneladas) e área colhida (em hectares) de arroz em casca, 1975-2020	54
Gráfico 2	Ituiutaba (MG): área colhida (em hectares) de cana-de-açúcar e soja (em grão), 2000-2020	55
Gráfico 3	Ituiutaba (MG): produção (em toneladas) de cana-de-açúcar e soja (em grão), 2000-2020	56
Figura 1	Ituiutaba (MG): Vista aérea da feira livre da Avenida Sírio Libanesa, realizada às terças-feiras, 2022	58
Figura 2	Ituiutaba (MG): Feira livre da Praça 13 de Maio, realizada às quintas-feiras, 2022	58
Figura 3	Ituiutaba (MG): Vista aérea da feira livre da Praça dos Trabalhadores, realizada aos sábados, 2022	59
Figura 4	Ituiutaba (MG): Vista aérea da feira livre do Bairro Junqueira, realizada aos domingos, 2022	59
Gráfico 4	Ituiutaba (MG): número de feiras livres em que participam os agricultores familiares entrevistados, 2022	100
Gráfico 5	Ituiutaba (MG): quantidade de tempo em que o agricultor familiar entrevistado exerce a atividade de feirante, 2022	101
Gráfico 6	Ituiutaba (MG): origem das mercadorias comercializadas nas feiras livres de alimentos pelos agricultores familiares entrevistados, 2022	103
Gráfico 7	Ituiutaba (MG): quantidade produzida em toneladas (t) de cana-de-açúcar, milho (em grão), soja (em grão) e sorgo (em grão), 2016-2020	107
Gráfico 8	Ituiutaba (MG): Produção de leite (mil litros), 2016-2020	109
Gráfico 9	Ituiutaba (MG): volume de produção dos agricultores familiares feirantes entrevistados durante a pandemia, 2020-2021	111
Gráfico 10	Ituiutaba (MG): percentuais de diminuição do volume da produção dos agricultores familiares feirantes entrevistados durante a pandemia, 2020-2021	111
Gráfico 11	Ituiutaba (MG): volume de vendas dos agricultores familiares feirantes entrevistados durante a pandemia, 2020-2021	115
Gráfico 12	Ituiutaba (MG): percentuais de diminuição das vendas dos agricultores familiares feirantes entrevistados durante a pandemia, 2020-2021	115
Gráfico 13	Ituiutaba (MG): valor da renda dos agricultores familiares feirantes entrevistados antes e durante a pandemia, 2020-2021	117

Gráfico 14	Ituiutaba (MG): percentuais de diminuição da renda dos agricultores familiares feirantes entrevistados antes e durante a pandemia, 2020-2021	118
Mosaico 1	Ituiutaba (MG): produtos embalados para venda nas barracas da feira livre de alimentos do Bairro Junqueira, 2022	121
Gráfico 15	Ituiutaba (MG): formas de comercialização utilizadas pelos agricultores familiares entrevistados durante a pandemia, 2022	124
Gráfico 16	Ituiutaba (MG): uso de ferramentas tecnológicas nas vendas pelos agricultores familiares feirantes entrevistados, 2022	125
Gráfico 17	Ituiutaba (MG): já usava ferramentas tecnológicas nas vendas antes da pandemia? 2022	127
Gráfico 18	Ituiutaba (MG): expectativa dos agricultores familiares feirantes entrevistados sobre o término da pandemia, 2022	129
Gráfico 19	Ituiutaba (MG): perspectiva de consumo para o período pós-pandemia, 2022	131
Gráfico 20	Ituiutaba (MG): acredita que já voltou a produzir e comercializar nos mesmos patamares pré-pandemia? 2022	133

LISTA DE TABELAS

Tabela 1	Ituiutaba (MG): participação dos agricultores familiares feirantes em políticas públicas e de assistência, 2022	94
Tabela 2	Ituiutaba (MG): caracterização dos agricultores familiares feirantes entrevistados por faixa etária, 2022	98
Tabela 3	Ituiutaba (MG): caracterização dos agricultores familiares feirantes entrevistados por grau de escolaridade, 2022	98
Tabela 4	Ituiutaba (MG): caracterização dos agricultores familiares feirantes entrevistados por número de residentes no domicílio, 2022	99
Tabela 5	Ituiutaba (MG): caracterização dos agricultores familiares feirantes entrevistados pela renda familiar mensal, 2022	100
Tabela 6	Ituiutaba (MG): tipo de mão-de-obra utilizada nas barracas dos agricultores familiares feirantes entrevistados, 2022	102
Tabela 7	Ituiutaba (MG): área colhida em hectares (ha) de cana-de-açúcar, milho, soja e sorgo, 2016-2020	106
Tabela 8	Ituiutaba (MG): área colhida em hectares (ha) de abacaxi, banana, laranja, mandioca e melancia, 2016-2020	107
Tabela 9	Ituiutaba (MG): quantidade produzida (t) de abacaxi (mil frutos), banana (cacho), laranja, mandioca e melancia, 2016-2020	108
Tabela 10	Ituiutaba (MG): dificuldades encontradas pelos agricultores familiares feirantes entrevistados no processo produtivo durante a pandemia, 2022	110
Tabela 11	Ituiutaba (MG): dificuldades encontradas pelos agricultores familiares feirantes entrevistados na implementação das medidas sanitárias exigidas para o funcionamento das feiras durante a pandemia, 2022	119
Tabela 12	Ituiutaba (MG): expectativas para a atividade do agricultor familiar feirante entrevistado após a pandemia, 2022	130
Tabela 13	Ituiutaba (MG): principal dificuldade enfrentada pelo agricultor familiar feirante entrevistado durante a pandemia, 2022	131

LISTA DE SIGLAS

ATER	Assistência Técnica e Extensão Rural
BPC	Benefício de Prestação Continuada
CAI	Complexo Agroindustrial
CONTAG	Confederação Nacional dos Trabalhadores da Agricultura
COVID	<i>Corona Virus Disease</i> ou Doença do Coronavírus
CRAS	Centro de Referência de Assistência Social
CUT	Central Única dos Trabalhadores
DAP	Declaração de Aptidão ao Programa Nacional de Fortalecimento da Agricultura Familiar
EMATER	Empresa de Assistência Técnica e Extensão Rural
EMBRAPA	Empresa Brasileira de Pesquisa Agropecuária
FAFIR	Feira da Agricultura Familiar de Iturama e Região
FAO	<i>Food and Agriculture Organization of the United Nations</i>
IBGE	Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística
INCRA	Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária
LDB	Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional
MAPA	Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento
MDA	Ministério do Desenvolvimento Agrário
MDS	Ministério do Desenvolvimento Social
OMS	Organização Mundial de Saúde
PAA	Programa de Aquisição de Alimentos
PAB	Programa Alimenta Brasil
PAM	Produção Agrícola Municipal
PGPAF	Programa de Garantia de Preços da Agricultura Familiar
PIB	Produto Interno Bruto
PLANAPO	Plano Nacional de Agroecologia e Produção Orgânica
PNAE	Programa Nacional de Alimentação Escolar
PPM	Pesquisa da Pecuária Municipal
PRONAF	Programa Nacional de Fortalecimento da Agricultura Familiar

PROVAPE	Programa de Valorização da Pequena Produção Rural
SAF	Secretaria da Agricultura Familiar
SAN	Segurança Alimentar e Nutricional
SEAD	Secretaria Especial de Agricultura Familiar e do Desenvolvimento Agrário
SEAF	Seguro da Agricultura Familiar
SMAPA	Secretaria Municipal de Agricultura, Pecuária e Abastecimento de Ituiutaba-MG
SNCR	Sistema Nacional de Crédito Rural
STRAAF	Sindicato dos Trabalhadores Rurais Assalariados e Agricultores Familiares de Ituiutaba-MG
TCLE	Termo de Consentimento Livre e Esclarecido
TIC	Tecnologias de Informação e Comunicação
UFPA	Unidade Familiar de Produção Agrária
UTI	Unidade de Terapia Intensiva

SUMÁRIO

1 INTRODUÇÃO	15
2 A PERTINÊNCIA DOS TEMAS DA PESQUISA: a magnitude da agricultura familiar e das feiras livres	24
2.1 A trajetória da agricultura mundial e a caracterização do percurso brasileiro.....	24
2.2 Agricultura familiar: apresentação conceitual, destaques e desafios.....	32
2.3 As feiras livres como expressão de diversidade social e de interação rural-urbano	43
2.4 Contextualizando a área de pesquisa: características da produção agropecuária municipal e as feiras livres de Ituiutaba-MG.....	52
3 POLÍTICAS PÚBLICAS PARA A AGRICULTURA FAMILIAR: um desafio a ser vencido	63
3.1 Programa Nacional de Fortalecimento da Agricultura Familiar (PRONAF)	66
3.2 Programa de Aquisição de Alimentos (PAA) e Programa Nacional de Alimentação Escolar (PNAE)	75
3.3 Ações do poder público do município de Ituiutaba (MG) durante a pandemia.....	86
4 A PANDEMIA DA COVID-19 E SEUS EFEITOS PARA OS AGRICULTORES FAMILIARES FEIRANTES NO MUNICÍPIO DE ITUIUTABA-MG	97
4.1 Implicações sobre a renda: a produção e a comercialização de gêneros alimentícios durante a pandemia	105
4.2 Uso de tecnologias e estratégias de enfrentamento e superação.....	119
4.3 Perspectivas dos agricultores familiares feirantes para o período pós-pandemia.....	128
CONSIDERAÇÕES FINAIS	134
REFERÊNCIAS	137
APÊNDICES	150
ANEXOS	155

1 INTRODUÇÃO

No final de 2019, na China, verificou-se a transmissão a seres humanos de um novo tipo de coronavírus (SARS-CoV-2), causador da doença que viria a ser conhecida como COVID-19 e, posteriormente, apenas chamada de COVID (*Corona Virus Disease* ou Doença do Coronavírus). A doença variava entre casos de pessoas assintomáticas ou sintomáticas (estas com quadro leve de síndrome gripal ou quadro grave de síndrome respiratória aguda). A alta taxa de contágio da doença foi vista com grande preocupação pelas autoridades de saúde e ganhou o noticiário internacional.

Em 11 de março de 2020, a Organização Mundial de Saúde (OMS) reconheceu a situação de disseminação mundial da COVID. O mundo capitalista globalizado do século XXI passaria a enfrentar sua primeira pandemia. No Brasil, a Lei nº 13.979 de 06/02/2020, estabeleceu as primeiras medidas para o enfrentamento da emergência de saúde pública de importância internacional decorrente do coronavírus. O primeiro caso de COVID no Brasil foi confirmado no final do mês de fevereiro de 2020, no estado de São Paulo. Em Minas Gerais, a situação de emergência em saúde pública foi confirmada a partir da publicação do Decreto nº 113 em 12/03/2020. No município de Ituiutaba, o Decreto nº 9.357 de 17/03/2020 declarou a situação de emergência em saúde pública na cidade.

Com taxa menor de incidência da COVID do que em outros estados brasileiros, em 29/04/2020, o governo de Minas Gerais, a partir da Deliberação do Comitê Extraordinário nº 39, criou o Plano Minas Consciente para a retomada das atividades econômicas de acordo com o enquadramento dos estabelecimentos em três ondas: vermelha, amarela e verde. O aumento expressivo do número de casos graves da COVID no mês de agosto fez com que o município de Ituiutaba aderisse ao referido plano. A onda vermelha começou a vigorar em 18/08/2020 e só viria a sofrer flexibilizações em 15/09/2020 (onda amarela) e 16/10/2020 (onda verde).

Até o final do ano de 2020, o número de casos da doença manteve-se relativamente estável no município. Entretanto, a partir de janeiro de 2021, possivelmente associado ao relaxamento das medidas de prevenção e ao aumento das aglomerações devido às festividades de final de ano, os números voltaram a subir diariamente. No mês de março, não só Ituiutaba, mas todo o Estado de Minas Gerais encontrava-se em situação crítica com leitos e unidades de terapia intensiva (UTIs) lotadas, o que levou o governo a endurecer as medidas. Foi criada a onda roxa, ainda mais restritiva que as anteriores, com imposições como o toque de recolher e a lei seca.

Considerando os boletins diários divulgados pela Prefeitura de Ituiutaba, constatou-se que esta segunda onda da COVID no município só começou a arrefecer a partir do mês de setembro do ano de 2021. Ainda no mês de agosto do mesmo ano, registrou-se diariamente acima de 400 casos ativos da doença e indisponibilidade de vagas de leitos de UTI. Nos meses subsequentes do ano de 2021 até a primeira quinzena do mês de dezembro, houve uma queda progressiva no número de casos e vislumbrou-se uma estabilidade da situação da doença no município. Entretanto, confirmando a alta capacidade de mutação, característica tão conhecida dos vírus, novas variantes surgiram. Dentre elas, destacou-se a nova cepa denominada de ômicron, que viria a ser responsável pela terceira onda da doença.

Já na segunda quinzena de dezembro/2021 e sucessivamente no início de 2022, os números de casos ativos voltaram a crescer em Ituiutaba. Mais uma vez as aglomerações decorrentes das festividades de final de ano e o relaxamento das medidas preventivas tiveram a sua importância para a propagação da nova cepa. Ao final do mês de janeiro do ano de 2022, Ituiutaba já passava dos 2.700 casos ativos de COVID, números antes nunca registrados. Observou-se, todavia, uma menor quantidade de internações em leitos de enfermaria e UTI e óbitos. Em geral, os contaminados apresentaram sintomas mais leves do que nas duas ondas anteriores, o que levou muitas pessoas a dizerem simplificarmente que a COVID tornara-se similar a uma gripe comum.

Com uma recuperação mais rápida dos contaminados pela nova cepa, a partir do final do mês de fevereiro do ano de 2022, quedas no número de casos ativos foram ocorrendo de forma que, progressivamente, descortinava-se uma nova estabilidade da doença no município. No dia 23/03/2022, o boletim divulgado pela Prefeitura Municipal de Ituiutaba, encontrava-se zerado em relação ao número de pacientes hospitalizados em leitos de enfermaria e UTIs em virtude da COVID. Este fato foi inédito desde que a doença se alastrou no município, contanto restavam ainda na mesma data 67 casos ativos de COVID na cidade de Ituiutaba.

Durante o período da pandemia, a Prefeitura Municipal de Ituiutaba publicou decretos com medidas para orientar e beneficiar a população e os comerciantes. Os pequenos produtores rurais de Ituiutaba, pouco contemplados pela maior parte das medidas públicas emergenciais implementadas durante a pandemia, reforçaram, neste contexto, a sua situação de fragilidade. Pode-se dizer que esta situação decorre do fato de que, mesmo antes da pandemia, o segmento da agricultura familiar já sofria com a ausência de políticas públicas que melhor amparassem a categoria. Com a economia sofrendo sucessivos e inoportunos abalos em escalas global, regional e local, o pequeno produtor se viu diante de novos obstáculos: manter a si próprio e sua família sem que as implicações da pandemia, alastrada

de forma acelerada e indistintamente no mundo globalizado, interferissem na sua capacidade de produção e, conseqüentemente, no abastecimento de gêneros alimentícios.

É importante mencionar que no município de Ituiutaba são produzidas diversas variedades agrícolas que abastecem a população local. Entre as culturas temporárias (aquelas que demandam um novo plantio a cada colheita realizada) destacam-se a cana-de-açúcar, soja, milho, sorgo, abacaxi, mandioca e melancia. Já nas culturas permanentes (aquelas onde são feitas várias colheitas sem necessidade de um novo plantio) tem relevância a produção de banana e laranja, por exemplo. Além disso, o município conta com forte atividade pecuária para criação de gado de corte e produção de leite. Os agricultores familiares do município são responsáveis ainda pela fabricação de diversos produtos como queijo, requeijão, doces, biscoitos, polvilho, rapadura, etc., que são comercializados nas feiras livres da cidade.

Os agricultores familiares do município de Ituiutaba que comercializavam seus produtos nas feiras livres de alimentos tiveram que enfrentar um grande desafio com a chegada da pandemia. Não apenas pela suspensão das feiras em determinado período, mas também pelo fechamento parcial ou completo de lanchonetes, pizzarias, bares e restaurantes, além da interrupção das aulas e do fornecimento da merenda escolar. Intempestivamente e somada a outros fatores, a pandemia também afetou o orçamento das famílias, em geral, e abalou o consumo em muitos domicílios.

O Decreto nº 9.393 de 16/04/2020 estabeleceu as condições para a retomada do funcionamento das feiras em Ituiutaba. Sendo elas: distanciamento de 3m entre as barracas, não aglomeração dos clientes, disponibilização de álcool 70% (em gel ou líquido), uso obrigatório de máscaras e venda de produtos embalados em pacotes ou porções individuais de 250g, 500g e 1kg, com placa de aviso alertando o consumidor para que não toque nas embalagens. Além disso, houve mudança no local de realização de algumas feiras para ampliar o espaço disponível para a circulação segura de feirantes e consumidores. O já comprometido retorno financeiro do produtor rural feirante em função do não escoamento de sua produção a contento foi mais uma vez atingido com essa série de custos adicionais e o receio dos consumidores de circularem pelas feiras, não imaginados no período pré-pandemia.

A realização dessa pesquisa foi motivada pelo interesse da pesquisadora em trabalhar com a agricultura familiar, temática esta que, apesar de não ser diretamente relacionada a área de formação da mesma, perpassa suas origens e vivências por ser a atividade geradora da renda de seu núcleo familiar. A relevância do tema deve-se a prevalência da agricultura familiar no município de Ituiutaba-MG e a tradição em realizar na cidade as feiras livres para comércio de gêneros alimentícios. Na pandemia, os agricultores familiares demoraram a ser

contemplados com medidas e políticas emergenciais por parte do poder público municipal e tiveram que absorver os efeitos imediatos e criar suas próprias estratégias. Assim, tornou-se importante conhecer quais foram essas estratégias de enfrentamento utilizadas e se houve ações suficientes por parte do poder público.

O cenário mundial demanda estudos sobre os efeitos causados pela pandemia e cobra respostas da comunidade científica e governos. As instituições públicas brasileiras precisam cumprir sua função social no desenvolvimento de pesquisas que possam contribuir com a superação da crise, especialmente nas cidades em que estão situadas estas instituições, beneficiando a população local.

Desta forma, a questão central que esta pesquisa buscou responder foi: quais os efeitos da pandemia de COVID-19 na produção e comercialização de gêneros alimentícios produzidos por agricultores familiares feirantes do município de Ituiutaba-MG?

Partiu-se do pressuposto que os agricultores familiares feirantes encontraram estratégias para superar os efeitos da pandemia na cadeia produtiva e na comercialização dos produtos. Com a descoberta de soluções e adaptações nos momentos de crise, acreditou-se que muitos deles recorreram a inovações como os serviços de entrega em domicílio, montagem de cestas variadas e ao uso de tecnologias para reorganizar a comercialização de seus produtos. Supôs-se que a utilização de sites e redes sociais, por exemplo, e a divulgação de vídeos e fotos aproximaram o produtor do comprador. Desta forma, a expectativa foi encontrar relatos de empoderamento do agricultor familiar, ou seja, uma ressignificação dele para com o meio urbano que fortaleceria a sua identidade.

Pela tradição cultural e dificuldade de uso da internet e tecnologias afins, buscou-se verificar ainda como os agricultores familiares feirantes se reorganizaram para absorver os efeitos da pandemia e manter suas estratégias de produção e comercialização. Uma hipótese levantada foi a de que muitos tenham aprendido a usar a internet com a ajuda dos filhos e outras pessoas mais jovens, por exemplo.

Como objetivo geral desta pesquisa buscou-se compreender os efeitos da pandemia de COVID-19 na produção e comercialização de gêneros alimentícios produzidos por agricultores familiares feirantes do município de Ituiutaba-MG. Para tanto, teve-se como objetivos específicos: avaliar como a pandemia afetou a renda dos agricultores familiares feirantes; analisar se as políticas públicas foram capazes de dar suporte satisfatório aos agricultores familiares feirantes durante a pandemia; verificar se os agricultores familiares feirantes passaram a utilizar mais das tecnologias e redes sociais, bem como de outras possíveis estratégias para superação de efeitos da pandemia e adaptação às novas medidas

sanitárias exigidas; e identificar quais as perspectivas dos agricultores familiares feirantes para o período pós-pandemia.

Para alcançar os objetivos propostos nesta pesquisa foi necessária uma extensa revisão bibliográfica, sendo este o primeiro procedimento metodológico realizado. Na discussão referente a história da agricultura mundial e a trajetória brasileira, bem como sobre a agricultura familiar em si, foi fundamental a leitura de Abramovay (1997), Gobi e Pessoa (2009), Graziano da Silva (1998, 2003), Harari (2017), Kautsky (1980), Lamarche (1997, 1998), Mazoyer e Roudart (2010), Mesquita e Mendes (2012), Oliveira (2007), Schneider (2003, 2009), Silva e Botelho (2014), Silva e Hespanhol (2016), Tedesco (2001) e Wanderley (2000, 2003), dentre outros.

Concernente à temática das feiras livres, teve importância a leitura de Araujo e Ribeiro (2018), Azevedo e Queiroz (2013), Cruz *et al.* (2020), Dias Guimarães e Doula (2018), Ferreira e Módolo (2016), Gomes de Sá (2010), Marafon e Seabra (2014), Menezes e Almeida (2021), Pereira, Brito e Pereira (2017), Santos (2004), Santos e Santos (2020), Silva *et al.* (2017) e outros. Sobre os efeitos da pandemia da COVID-19 para os agricultores familiares feirantes foram buscadas referências nos estudos de Cassol, Vargas e Canever (2020), Cavalli *et al.* (2020), Costa *et al.* (2021), Freitas, Barbosa e Soares (2020), Futemma *et al.* (2020), Lima (2021), Sanches, Martins e Conceição (2022), Vargas *et al.* (2022) e outros.

Considerando a classificação das pesquisas de acordo com os objetivos e os procedimentos técnicos utilizados (GIL, 2010) foi realizada uma pesquisa descritiva (registro e análise de fatos com técnica padronizada de coleta de dados), bibliográfica (através de revisão de literatura de material científico acadêmico para amplo embasamento teórico) e documental (análise de decretos municipais e outras legislações). Foi realizado também um levantamento de dados de fonte secundária em sites como o do IBGE e da Prefeitura Municipal de Ituiutaba, buscando, respectivamente, dados estatísticos da agricultura familiar e informações referentes a políticas públicas e decretos implantados durante a pandemia que possam ter produzido efeitos sobre o grupo de estudo desta pesquisa. Para captura das imagens das figuras contidas neste trabalho foi utilizado aparelho celular próprio e um drone para obtenção da vista aérea das feiras livres.

Para representar o universo dos agricultores familiares do município de Ituiutaba foi definido como cenário as quatro feiras livres de alimentos - Bairro Junqueira, Praça dos Trabalhadores, Avenida Sírio Libanesa e Praça 13 de Maio - que acontecem na cidade sob a responsabilidade da Secretaria Municipal de Agricultura, Pecuária e Abastecimento de

Ituiutaba-MG (SMAPA). Os participantes da pesquisa foram agricultores familiares (maiores de 18 anos) que residem e trabalham no município de Ituiutaba/MG e que comercializam seus produtos nessas feiras (critério de inclusão). Não foram inseridos nesta pesquisa menores de 18 anos, agricultores que residem e trabalham no município de Ituiutaba, mas não participam das feiras livres e os agricultores que participam das feiras livres somente na condição de revendedores (critério de exclusão).

A definição dos agricultores familiares feirantes em relação aos que atuam em outros ramos, como o abastecimento de sacolões e supermercados, por exemplo, deveu-se ao fato de que algumas medidas sanitárias impostas para o enfrentamento da pandemia da COVID impactaram incisivamente os feirantes. Exemplo destas medidas foram a determinação da venda dos produtos embalados (sem que o consumidor possa escolher da mesma forma que fazia antes ou como continuou fazendo no sacolão, por exemplo) e a delimitação de distanciamento mínimo entre as barracas que aumentou a extensão da feira, criando uma possível dificuldade de percurso para os consumidores. É importante mencionar que, ainda que por breve período, as feiras chegaram a ser suspensas por completo, o que não ocorreu com o funcionamento dos demais segmentos de gêneros alimentícios.

De acordo com informações da SMAPA, existem atualmente 163 feirantes cadastrados para participação nas 4 feiras livres que ocorrem na cidade. Destes, um total de 139 comercializam gêneros alimentícios. Para definição da amostra optou-se pela não utilização de uma fórmula para cálculo amostral em população finita, pois a mesma enquadra-se melhor aos objetivos de estudos com enfoque marcadamente quantitativo. Já esta pesquisa enquadra-se como qualitativa/quantitativa. A pesquisa com enfoque predominantemente qualitativo é mais adequada aos estudos que, como este, não exigem uma quantificação e

[...] por ser uma abordagem mais interpretativa que se propõe traduzir e expressar o fenômeno estudado, também se constitui em um trabalho laborioso, visto que é necessário registrar as informações, coletar dados, organizá-los e fazer as análises (MATOS; PESSÔA, 2009, p. 282).

Pode-se dizer que “[...] a pesquisa quantitativa procurará ver como o fenômeno se comportará matematicamente numa população, enquanto que a pesquisa qualitativa buscará interpretar o que as pessoas dizem sobre tal fenômeno e o que fazem ou como lidam com isso” (TURATO, 2003, p. 362 apud PESSÔA; RAMIRES, 2013, p. 124). Entretanto, sabe-se que é imprescindível a definição de um número mínimo de participantes que possam garantir a validação dos resultados e o atendimento aos objetivos estabelecidos na pesquisa. É

importante mencionar que não havia garantias quanto ao número de feirantes que aceitariam colaborar com a pesquisa. Desta forma, estipulou-se que, se pelo menos 50 feirantes que comercializam gêneros alimentícios se disponibilizassem a participar desta pesquisa, seus resultados seriam plenamente alcançados.

A justificativa para esse quantitativo não foi embasada em termos estatísticos, mas sim no fato de que a pesquisa predominantemente qualitativa busca interpretar os fenômenos estudados a partir do que representa a resposta de cada participante no contexto da pesquisa. Segundo Martinelli (1999, p. 24) o importante “[...] não é o número de pessoas que vai prestar a informação, mas o significado que esses sujeitos têm, em função do que estamos buscando com a pesquisa”. Pode-se mencionar ainda que “[...] a pesquisa qualitativa, em geral, trabalha com pequenas quantidades/números” (PESSÔA; RAMIRES, 2013, p. 124) e que “[...] o fato de a representatividade estatística ser desnecessária nas pesquisas qualitativas é um dos motivos por que, nestas, as amostras são menores do que nas quantitativas” (PESSÔA; RAMIRES, 2013, p. 129).

Os participantes da pesquisa foram definidos por amostra não probabilística do tipo amostragem por acessibilidade ou conveniência onde “[...] o pesquisador seleciona os elementos a que tem acesso e admite que possam representar o universo. Esse tipo de amostragem é aplicado em estudos exploratórios ou qualitativos em que não se requer elevado nível de precisão” (PESSÔA; RAMIRES, 2013, p. 122). Eles foram abordados durante as feiras para a realização da coleta de dados e consentiram para participação na mesma através da assinatura do Termo de Consentimento Livre e Esclarecido (TCLE).

Na pesquisa de campo, o instrumento de coleta de dados utilizado foi o formulário (Apêndice 1) que, segundo Lakatos e Marconi (1992, p. 107), é um “[...] roteiro de perguntas enunciadas pelo entrevistador e preenchidas por ele com as respostas do pesquisado”. Conforme Gil (2010, p. 119), na aplicação do formulário “[...] o pesquisador está presente e é ele que registra as respostas”. O formulário foi elaborado com questões que buscaram verificar as implicações da pandemia sobre a renda dos agricultores familiares feirantes, as estratégias para superação de efeitos e adaptação às novas medidas sanitárias exigidas e as perspectivas para o período pós-pandemia. Conforme o cronograma previsto, os dados foram coletados nos meses de janeiro e fevereiro de 2022, sendo referentes aos anos de 2020 (quando a pandemia de COVID foi declarada) e 2021.

Foram realizadas ainda duas entrevistas semiestruturadas, uma com o presidente do Sindicato dos Trabalhadores Rurais Assalariados e Agricultores Familiares de Ituiutaba-MG (STRAAF) (roteiro no Apêndice 2) e outra com representantes da SMAPA (roteiro no

Apêndice 3). Estas entrevistas permitiram um aprofundamento das reflexões sobre os efeitos da pandemia para os agricultores familiares feirantes.

A coleta de dados foi realizada somente após aprovação do Comitê de Ética em Pesquisa com Seres Humanos da Universidade Federal de Uberlândia, sob número de CAAE 52265021.9.0000.5152 (Anexo 1). A coleta ocorreu de forma presencial e observou-se o protocolo sanitário estabelecido para a situação da pandemia da COVID-19 com a utilização de máscaras, higienização frequente das mãos com álcool gel e mantendo-se o distanciamento seguro entre pesquisador e entrevistado.

Foi realizada uma análise qualitativa/quantitativa dos dados primários obtidos a partir das respostas dadas pelos participantes da pesquisa relacionando-as com os dados obtidos através de fontes secundárias relevantes aos objetivos deste projeto. Para o tratamento dos dados utilizou-se o software Microsoft Excel versão 2013, que permitiu a quantificação dos resultados e a confecção dos gráficos e tabelas. A análise de conteúdo foi utilizada para sistematizar as respostas das questões abertas do formulário e também para consolidação das respostas das duas entrevistas semiestruturadas. O raciocínio indutivo embasou a formulação de conclusões genéricas a partir dos dados coletados junto aos indivíduos do grupo de estudo.

Esta pesquisa não ofereceu riscos, nem prejuízos ou custos financeiros aos participantes, entretanto, existiu a possibilidade de perda dos materiais utilizados (registros dos formulários). Nesta hipótese, o problema foi sanado devido ao fato de que não havia identificação dos participantes por nome nos formulários, bem como o roteiro dos mesmos não contou com informações pessoais (documentos pessoais, endereço, telefone, entre outros).

Os benefícios desta pesquisa foram o acréscimo dos resultados e análises deste trabalho à literatura referente aos efeitos da pandemia da COVID-19 no segmento dos agricultores familiares feirantes. Por tratar-se de uma situação pandêmica recente, os estudos científicos são fundamentais para auxiliar no enfrentamento e desenvolvimento de estratégias de superação. Além disso, trouxe visibilidade ao grupo estudado pela oportunidade de demonstrar problemas que afligem a categoria.

Diante do exposto, além desta introdução que abrange a justificativa, o problema e os objetivos da pesquisa, cabe ressaltar que a dissertação foi estruturada em mais três seções. A seção inicial é destinada a contextualizar a pertinência dos dois temas centrais do trabalho: a agricultura familiar e as feiras livres, enfatizando sua magnitude. De início, fez-se um breve histórico referente à trajetória da agricultura mundial e a caracterização do percurso brasileiro. A seguir, realizou-se a discussão sobre a agricultura familiar no que tange à conceituação,

destaques e desafios. Na argumentação sobre as feiras livres relatou-se os aspectos de interação social e interação rural-urbano que elas contemplam, sob a perspectiva de diferentes autores. Por fim, procedeu-se à contextualização da área de pesquisa no que concerne à caracterização da produção agrícola do município de Ituiutaba-MG e das feiras livres existentes na cidade, nas quais a pesquisa de campo foi realizada.

As políticas públicas pertinentes ao segmento da agricultura familiar foram discutidas na segunda seção. Abordou-se os principais pontos referentes ao Programa Nacional de Fortalecimento da Agricultura Familiar (PRONAF), Programa de Aquisição de Alimentos (PAA) e Programa Nacional de Alimentação Escolar (PNAE). Discorreu-se ainda sobre os decretos e medidas de âmbito municipal que tiveram importância para os agricultores familiares feirantes durante a pandemia.

Na terceira seção foi feita uma interface com a pandemia de COVID e seus efeitos sobre os agricultores familiares feirantes do município de Ituiutaba-MG. Através dos resultados obtidos na pesquisa de campo, foram demonstradas as implicações sobre a renda, as estratégias para superação de efeitos e adaptação às novas medidas sanitárias exigidas e as perspectivas para o período pós-pandemia.

Por fim, foram tecidas as considerações finais e apresentou-se as referências utilizadas para a realização da pesquisa e que embasaram a escrita da dissertação.

2 A PERTINÊNCIA DOS TEMAS DA PESQUISA: a magnitude da agricultura familiar e das feiras livres

Para embasar teoricamente este trabalho, é de fundamental importância demonstrar a pertinência dos dois temas centrais desta pesquisa, a saber, a agricultura familiar e as feiras livres. Para tanto, na presente seção fez-se um breve histórico referente à trajetória da agricultura mundial e a caracterização do percurso brasileiro. Realizou-se a discussão sobre a agricultura familiar no que tange à conceituação, destaques e desafios. Relatou-se os aspectos de interação social e interação rural-urbano que as feiras livres contemplam. Procedeu-se, ainda, à contextualização da área de pesquisa no que concerne à caracterização da produção agrícola do município de Ituiutaba-MG e das feiras livres existentes na cidade, nas quais a pesquisa de campo foi realizada.

2.1 A trajetória da agricultura mundial e a caracterização do percurso brasileiro

Até cerca de 10 a 12 mil anos atrás, os seres humanos que povoavam o planeta eram caçadores e coletores nômades, que não desenvolviam relações sociopolíticas, não constituíam cidades ou instalações permanentes. Seus deslocamentos, que representavam a expansão humana daquela época, estavam relacionados principalmente a fatores climáticos, estações do ano, ciclos de plantas, migração de animais, conflitos e pressão demográfica.

Nesta época, ainda no período Neolítico da Pré-História, o sistema de predação que se apresentava (praticado através da caça, pesca e coleta) deu lugar aos primeiros cultivos de plantas e criação de animais. De início, estas atividades se restringiam às proximidades das moradias e regiões de vazantes de rios, onde uma certa fertilidade natural permitia maior êxito nestas práticas. Contudo, a agricultura neolítica lentamente rumou para expandir-se por diversas regiões do mundo. Basicamente, este tipo de agricultura envolvia sistemas de derrubada e queimada, ferramentas manuais e instrumentos de tração leve. Sendo assim, foi no Neolítico que o homem começou a

[...] cultivar as plantas e criar animais, que ele mesmo domesticou, introduziu e multiplicou, em todos os tipos de ambiente, transformando, assim, os ecossistemas naturais originais em ecossistemas cultivados, artificializados e explorados por seus cuidados (MAZOYER; ROUDART, 2010, p. 52).

Com o início do cultivo de grãos, aos poucos foram ocorrendo as chamadas “Revoluções Agrícolas” que foram fundamentais para a fixação do homem no espaço geográfico e estabeleceram novos sistemas agrários, com novos meios para se produzir e novas práticas de cultivo e de criação antes não realizadas. O homem descobriu que, além dos cereais já cultivados, poderia produzir a partir da germinação de sementes. As técnicas exclusivamente manuais foram sendo modificadas, por exemplo, pela domesticação dos animais que passaram a fornecer a força de tração necessária para o manuseio do solo. Com essas modificações e o gradual aperfeiçoamento das técnicas de cultivo, a produção antes destinada apenas ao sustento do grupo passa a fornecer excedentes que poderiam ser trocados ou vendidos, estabelecendo as primeiras bases da agricultura como atividade econômica.

Onde o trigo se tornava particularmente abundante, e a carne de caça e outras fontes de alimento também eram abundantes, os bandos humanos puderam, pouco a pouco, abandonar seu estilo de vida nômade e se assentar em acampamentos onde se estabeleciam por uma estação inteira, ou mesmo em caráter permanente (HARARI, 2017, p. 94).

Em suma, após transformações longas que variaram de intensidade no espaço e no tempo, os caçadores e coletores nômades puderam tornar-se agricultores e a própria agricultura tornou-se um fator de transformação destes homens ao permitir a sobrevivência dos mesmos através da colheita de produtos vegetais e da criação de animais.

Desde que se tornou agricultor, o homem se alimenta cada vez menos de matérias orgânicas tiradas de espécies selvagens, e cada vez mais de matérias orgânicas derivadas das espécies domésticas propagadas pelos seus cuidados em todos os tipos de ecossistemas cultivados (MAZOYER; ROUDART, 2010, p. 77).

O desenvolvimento das atividades agrícolas nutriu o crescimento demográfico da população em diferentes épocas. Entretanto, a expansão da agricultura neolítica ainda não havia alcançado vastas regiões do globo. Com a chamada Revolução Agrícola da Idade Média foi possível avançar para áreas não cultivadas utilizando agora instrumentos e práticas de cultivo que envolviam tração pesada. Partiu-se para a conquista de terras inexploradas, o que envolveu colonizações, conquistas militares e um acentuado desmatamento. Com os ganhos de produtividade ocorridos houve um forte aumento dos excedentes produzidos na agricultura que poderiam ser comercializados incrementando positivamente a renda das propriedades.

Pode-se imaginar como este excedente comercializável e toda esta expansão da agricultura serviu de base para impulsionar o aparecimento das atividades não-agrícolas e o fortalecimento comercial nos centros urbanos. Todavia, a primeira grande crise mundial de

superprodução agrícola ocorrida no século XIX impõe a necessidade de mudanças. Em estreita ligação com a Revolução Industrial, desenvolve-se a 1ª Revolução Agrícola dos Tempos Modernos que avançou junto com a indústria, o comércio e as cidades e utilizava novos sistemas agrícolas baseados em formas de rotação de culturas diferentes das praticadas anteriormente.

Assim, pela primeira vez na história, com a primeira revolução agrícola aparece uma agricultura capaz de produzir permanentemente um excedente agrícola comercializável representando mais da metade da produção total. Pela primeira vez, a agricultura do Ocidente pôde então suprir as necessidades de uma população não agrícola mais numerosa que a população agrícola em si (MAZOYER; ROUDART, 2010, p. 372).

No século XIX a indústria passou a produzir novos equipamentos de tração e máquinas de pequeno porte para a agricultura que permitiram um melhor desempenho. Os transportes foram aperfeiçoados através do incremento de estradas de ferro e barcos a vapor e eram capazes de abastecer de maneira mais eficaz os insumos necessários à agricultura, bem como transportar os gêneros produzidos que eram pesados e volumosos. Já ao longo do século XX fala-se na 2ª Revolução Agrícola dos Tempos Modernos que ampliou toda a mecanização que já vinha ocorrendo, apoiando-se principalmente na segunda Revolução Industrial. Houve intensa

[...] motorização (motores a explosão ou elétricos, tratores e engenhos automotivos cada vez mais potentes), a grande mecanização (máquinas cada vez mais complexas e eficientes); e a quimificação (adubos minerais e produtos de tratamento). Ela também apoiou-se na seleção de variedades de plantas e raças de animais domésticos ao mesmo tempo adaptados a esses novos meios de produção industriais e capazes de rentabilizá-los (MAZOYER; ROUDART, 2010, p. 420).

Neste ponto, os estabelecimentos agrícolas passam a especializar-se em determinadas culturas que lhes eram mais rentáveis, geralmente aquelas destinadas à exportação. Sendo assim, o cultivo diversificado de vegetais e de espécies animais é relegado ao abandono ou fica restrito às pequenas propriedades. Esta expansão agrícola moderna evoluiu muito mais rapidamente que as formas agrícolas anteriores e consolidou-se de forma concreta e abrangente em vários países. Aliada à expansão da pecuária, gradativamente, estas atividades caminharam para tornar-se, no mundo capitalista globalizado, destaque no Produto Interno Bruto (PIB) de muitos países, assim como no Brasil.

É importante mencionar que ao longo dos tempos a agricultura constituiu-se, historicamente e geograficamente, conforme as diferentes características (climáticas,

econômicas, sociais e políticas) das regiões do mundo. Sendo assim, serviu como base para fomentar desigualdades de produtividade e de ganhos para os agricultores. Conforme destaca Graziano da Silva (2003, p. 51) “[...] a tecnologia adotada num determinado momento histórico concreto é a expressão das relações de produção aí existentes”.

Nos países em desenvolvimento, as revoluções agrícolas contemporâneas demoraram mais a surtir efeito e verificou-se o incentivo aos cultivos voltados para exportação, colocando os pequenos agricultores em situação de extrema dificuldade na luta para continuar produzindo. Em continuidade, a trajetória da agricultura no Brasil também teve as suas particularidades e dificuldades históricas marcadas pela desvalorização da agricultura familiar e forte incentivo ao agronegócio.

No Brasil, a história da agricultura começa a ser delineada a partir da colonização portuguesa das terras brasileiras e criação das chamadas capitanias hereditárias no século XVI. Estas faixas de terra foram concedidas a pessoas nobres que mantinham uma relação de confiança com a Coroa portuguesa e a ela pagavam os devidos tributos oriundos da exploração das capitanias. Eles podiam explorar os recursos naturais, extrair madeira (pau-brasil, especialmente) e criar animais. Utilizavam para isso a mão-de-obra das populações indígenas que foram escravizadas. Além disso, teve destaque no que hoje consiste na região Nordeste brasileira, o cultivo da cana-de-açúcar, baseado inicialmente na mão-de-obra escrava e em grandes latifúndios desta monocultura. Em número inexpressivo à época, encontravam-se pequenas plantações de outras culturas para subsistência e abastecimento local.

O surgimento da pequena exploração agrícola no contexto de desenvolvimento do capitalismo, no meio rural brasileiro, tem raízes e especificidades históricas, com destaque para dois momentos cruciais, quais sejam: o período colonial, com o advento da grande exploração; e o transcorrer do século XIX, com a criação de núcleos coloniais com base na pequena propriedade rural (GOBBI; PESSÔA, 2009, p. 81).

Gobbi e Pessôa (2009, p. 83) relatam as raízes da criação da pequena propriedade rural no Brasil ao mencionarem que “[...] foi como complemento do latifúndio que a pequena propriedade instalou-se como parte do processo fundiário no meio rural”. Wanderley (2000, p. 31) ressalta que uma das “[...] particularidades históricas dos espaços rurais brasileiros” é que “[...] a grande propriedade fundiária é a forma dominante de controle da terra no meio rural brasileiro”. A autora traz ainda a ideia de que “[...] o ‘rural’ está sempre referido à cidade como sua periferia” (p. 32). Neste sentido, uma das estratégias de sobrevivência para este

grupo seriam as “[...] intensas e indispensáveis relações com o comércio local, representado, sobretudo, pelas feiras das pequenas cidades” (p. 35) e, por fim, conclui que:

Antes vistos apenas como os pobres do campo, os produtores de baixa renda ou os pequenos produtores, os agricultores familiares são hoje percebidos como portadores de uma outra concepção de agricultura, diferente e alternativa à agricultura latifundiária e patronal dominante no país (WANDERLEY, 2000, p. 36).

Somente a partir do século XVII outra atividade econômica desponta no Brasil, a mineração e também uma nova cultura começa a ser produzida, o café. Nas expedições chamadas à época de entradas e bandeiras, buscava-se desbravar o território brasileiro e encontrar metais e pedras preciosas como ouro e diamantes. Após o declínio da atividade mineradora, o café torna-se a principal base de sustentação da economia do país durante o século XIX e início do século XX e contribui para transformar todo o cenário de organização da sociedade brasileira, tanto urbana quanto rural.

A lenta transição do chamado “complexo rural” para os “complexos agroindustriais (CAIs)” culminou no processo de modernização da agricultura brasileira, conforme Graziano da Silva (1998). Neste processo, a relação natural que existia entre o homem e a terra foi sendo modificada e substituída por técnicas que levaram a um controle maior sobre a natureza. A transformação da base técnica da agricultura permitiu que os agricultores não dependessem tanto de condições naturais favoráveis, passando a interferir nessas variáveis sempre que necessário através das técnicas e da Ciência.

O complexo rural, que produzia basicamente apenas um produto de valor comercial para exportação, tinha estrutura fechada e era responsável por toda a sua cadeia produtiva, inclusive pela força de trabalho. Silva e Botelho (2014, p. 363) reforçam que “[...] até o início do século XX, parte da produção agrícola no Brasil era centrada em complexos rurais de pouca articulação com o mercado interno e de baixo suporte tecnológico”, e que, comumente, “[...] a tecnologia utilizada na grande maioria das propriedades agrícolas era de menor sofisticação e extremamente restrita a alguns cultivos, como o café para a exportação”.

Após a proibição do tráfico negreiro em 1850, outra transformação passa a influenciar a dinâmica da agricultura brasileira: a introdução do trabalho livre, com destaque para o sistema de colonato¹ estabelecido nos complexos cafeeiros da região oeste de São Paulo. A diversificação das atividades em torno da produção do café alterou a divisão social do

¹ O colonato era baseado em um trabalho assalariado temporário. Paralelo ao trabalho na colheita das grandes fazendas de café, o colono produzia para sua subsistência e também gerava alguns excedentes que eram comercializados na região.

trabalho, o mercado interno começou a consolidar-se em virtude da integração da agricultura com outros setores urbanos e do início da substituição das importações². Sobre o avanço do mercado interno Graziano da Silva (2003) comenta:

O processo de modernização da base técnica da produção agrícola, ao promover a substituição de elementos produzidos internamente pelo complexo rural por compras extra-setoriais (máquinas e insumos químicos) e intra-setoriais (sementes, mudas, reprodutores animais, etc.) abre o espaço necessário para o desenvolvimento do mercado interno (GRAZIANO DA SILVA, 2003, p. 92).

A crise que se instalou nos anos 1930 na cultura do café no Brasil impôs a necessidade de diversificar a produção agrícola. A partir de 1955, começa uma fase de industrialização pesada no país, que anos depois atingiria a agricultura, implantando o que Graziano da Silva (1998) chamou de “D1: departamento produtor de bens de capital e insumos para a agricultura”, ou seja, a indústria para a agricultura, que viria a consolidar a transição para os CAIs:

A formação dos complexos agroindustriais nos anos 70 se deu a partir da integração intersetorial de três elementos básicos: as indústrias que produzem para a agricultura, a agricultura (moderna) propriamente dita e as agroindústrias processadoras, todas beneficiadas por fortes incentivos de políticas governamentais (fundos de financiamento para determinadas atividades agroindustriais, programas de apoio a certos produtos agrícolas, crédito para aquisição de máquinas, equipamentos e insumos modernos, etc.) (GRAZIANO DA SILVA, 1998, p. 162).

O modelo de desenvolvimento econômico do Brasil ansiava por esta modernização na agricultura e fortes investimentos foram feitos, inclusive em pesquisas científicas, para avançar nos patamares de produtividade. A população urbana experimentava grande crescimento e demandava também o abastecimento de alimentos.

Para operacionalizar e potencializar o aumento da escala de produção, o Estado investiu no crédito direcionado aos produtores – Sistema Nacional de Crédito Rural – para a compra de insumos químicos, tratores e infraestrutura para as agroindústrias. A disponibilidade de capital com juros baixos permitiu fortalecer a aproximação da agricultura com a indústria (SILVA; BOTELHO, 2014, p. 366).

Graziano da Silva (1998) destaca, entretanto, que a política de crédito agrícola constituiu-se em um marco importante para a agricultura brasileira somente até o final dos

² O processo de substituição das importações (PSI), que ocorreu entre 1930-1960 no Brasil, caracterizou-se por um período de industrialização fechada, ou seja, voltada para as necessidades do mercado interno. Neste período, o Estado passou a atuar protegendo a indústria nacional, favorecendo o consumo de bens por ela produzidos e dificultando as importações. No caso da agricultura buscava-se a implantação dos setores industriais de bens de produção e indústrias de insumos básicos.

anos 70, quando possuía condições diferenciadas que atendia tanto aos interesses das classes dominantes como permitia que o Estado mantivesse o seu poder regulador. Segundo o autor, a partir dos anos 80, o crédito rural transformou-se “[...] de um crédito específico para as atividades agropecuárias, regido por taxas e condições particulares, em parte do crédito em geral do sistema financeiro, regido pelos índices de correção monetária” (GRAZIANO DA SILVA, 1998, p. 51). Sendo assim, o setor agrícola passa a enfrentar dificuldades com as restrições creditícias e a perda do tratamento diferencial antes dado ao crédito agrícola. Sem contar que, em sua grande maioria, este crédito não chegava nas mãos do pequeno produtor rural, ficando concentrado nas mãos dos grandes produtores de culturas voltadas para exportação.

Silva e Botelho (2014) referem-se a um modelo moderno de produção agrícola impositivo e generalizante, em que

[...] a generalização da modernização não significou que todas as propriedades adotassem o novo padrão tecnológico. Porém, a tendência mostrava que os agricultores “não modernizados” ficariam à margem do sistema, o que na prática resultou no desaparecimento ou mesmo na precarização da produção dos agricultores que não se encaixavam nesse modelo produtivo (SILVA; BOTELHO, 2014, p. 368).

Graziano da Silva (2003, p. 59) confirma o “[...] caráter excludente da modernização capitalista no campo” ao discorrer sobre a dificuldade dos pequenos produtores em terem acesso ao mercado de insumos e produtos e de implantar as diversas tecnologias em sua produção. A perda de produtividade proveniente destes fatores, acaba impactando diretamente na quantidade de excedentes comercializáveis e na renda destas famílias, que passam a ter em seus saberes acumulados a única opção viável de resistência para permanência no campo. Schneider (2009, p. 85) comenta sobre a complexidade da situação advinda da modernização da agricultura, mencionando que os agricultores familiares foram inseridos em uma nova “[...] dinâmica de mercado, fazendo com que muitos perdessem a autonomia do processo produtivo e, inclusive, a tradição e o saber sobre a produção de alimentos para o consumo próprio”.

Ao contexto de mudanças no crédito agrícola a partir dos anos 1980 citado anteriormente, somam-se a crise internacional do petróleo e a crise nos países de capitalismo avançado. O Brasil mergulha em uma recessão, altas taxas de juros, inflação e desemprego. O Estado passa a adotar medidas para tentar resguardar o setor agrícola, implantando, por exemplo, a política dos preços mínimos. Em âmbito mundial, já se falava em novas

tecnologias como a informática, microeletrônica e as biotecnologias e no Brasil, contudo, a modernização agrícola arrefecia influenciada pela conjuntura político-econômica.

Uma tentativa desastrosa de reduzir a intervenção do Estado na agricultura é implantada no país nos anos 1990. Os ajustes necessários para corrigir esta situação acabaram por incentivar ainda mais as culturas voltadas para exportação - o agronegócio. Nas palavras de Tedesco (2001, p. 82) “[...] entrou em vigor o paradigma do desenvolvimento sustentável, impulsionado pela exaustão das terras, descapitalização dos agricultores e graves agressões à natureza”. O autor ressalta ainda que o Plano Real, criado em 1994 para conter a inflação absurda que assolava o país, utilizou a agricultura como “[...] âncora-verde para ajudar na estabilização da moeda, conservando os preços achatados por longo tempo, principalmente pela taxa de câmbio desfavorável às exportações” (TEDESCO, 2001, p. 85).

Na década de 1990, ganha destaque a discussão sobre a agricultura praticada nas pequenas propriedades, a agricultura familiar (também chamada por alguns autores de campesinato, agricultura de subsistência ou pequena produção). Graziano da Silva (1998) destaca uma polarização referente à situação deste grupo:

[...] de um lado, uma perda gradativa do papel produtivo dos segmentos mais pobres de pequenos produtores, de modo a converter a terra que possuem em mero local de moradia ou, quando muito, produção para autoconsumo da família; de outro, uma tecnificação crescente dos produtores familiares integrados aos complexos agroindustriais, aliando um patrimônio imobilizado cada vez maior a menores níveis de autonomia na organização de seu próprio processo produtivo (GRAZIANO DA SILVA, 1998, p. 167).

Lamarche (1998, p. 227) enfatiza que “[...] os agricultores inseridos na sociedade moderna não se diluem em um meio social disperso, mas constroem um espaço de vida pessoal e social”. Entretanto, para o campesinato, esta tarefa não é fácil e muitos obstáculos impedem a sua plena inserção num espaço social.

A inquietação em relação à conjuntura dos pequenos produtores, retratada acima por Graziano da Silva (1998) em âmbito brasileiro e por autores como Kautsky (1980), Lamarche (1998) e Mazoyer e Roudart (2010) em nível mundial, demanda, ainda, muita atenção por parte dos Governos no que concerne ao desenvolvimento de políticas públicas. Demanda ainda da comunidade científica a sua contribuição através de estudos e pesquisas que possam auxiliar no preenchimento das muitas lacunas no que tange ao segmento da agricultura familiar.

2.2 Agricultura familiar: apresentação conceitual, destaques e desafios

É inegável que o modelo agrícola produtivista, baseado nos cultivos intensivos e especializados, implantado nos países capitalistas, vêm apresentando problemas ao longo dos anos e gerando crises de ordem econômica, social e ambiental. O alto montante de capital investido nesta atividade não aceita prejuízos, pelo contrário, visa apenas lucros vultuosos. A natureza é explorada de forma extensiva e em larga escala. Por vezes, o debate sobre a mudança desse modelo, que é tão necessário, é sufocado ou desprezado em nome da manutenção dos lucros dos grandes latifundiários, influentes em todas as esferas de decisão do Governo.

Medidas paliativas pontuais costumam ser tomadas com o objetivo de acalmar os ânimos e impedir o avanço de reivindicações mais profundas para a implementação de um modelo alternativo de agricultura. Afinal de contas, produzir a custos menores e com menos danos ao meio ambiente, pode implicar também em menores quantidades de produção, o que não interessa ao sistema capitalista de acumulação de lucros. Desta forma, fazer prevalecer o aspecto social sob o produtivista é uma concepção que desagrade a muitos. Schneider (2009) menciona o importante papel da agricultura familiar, e sua enorme diversidade, na transformação política e social do meio rural brasileiro e assegura que

[...] nos anos recentes, por força da pressão política e do amadurecimento institucional, os atores sociais do meio rural brasileiro vêm demonstrando não apenas capacidade de resistência e oposição às formas de dominação e exploração hegemônicas. Há sinais consistentes indicando o fortalecimento da consciência acerca da necessidade de construção de uma outra forma de desenvolvimento rural, que seja ancorado nos princípios da equidade, da sustentabilidade e da maior autonomia dos agricultores (SCHNEIDER, 2009, p. 11).

Valorizar e legitimar a pequena produção no Brasil é tarefa árdua, mas necessária, visto que no contexto das atividades agrícolas, a agricultura familiar tem um conjunto de características que garantem a sua importância no campo da segurança alimentar, da produção para o autoconsumo e do abastecimento da população local e regional. Além disso, é uma atividade normalmente menos danosa ao meio ambiente do que a praticada pela agricultura patronal e que, portanto, propicia maior preservação ambiental e sustentabilidade. Não obstante, a diversidade de produtos frescos e de qualidade que são produzidos por este segmento e que abastece a mesa de milhões de brasileiros movimentam o comércio e a economia locais e gera renda.

No Brasil, de acordo com os dados do último Censo Agropecuário, realizado no ano de 2017 pelo Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística - IBGE, 77% dos estabelecimentos rurais são classificados como agricultura familiar, correspondendo a 23% da área de todos os estabelecimentos agropecuários do país, abrangem 67% de todo o pessoal ocupado em agropecuária no país e a produção equivale a 23% de toda a produção agropecuária brasileira. Estes dados corroboram para demonstrar a relevância do segmento em âmbito nacional.

Conforme cita Lamarche (1998, p. 28) “[...] no Brasil, mais particularmente, ao longo da década de 1970, as atenções se polarizaram sobre a importância da chamada ‘pequena produção’ e sua participação na produção geral da agricultura do país”. Percebia-se, a partir de então, a necessidade de garantir o abastecimento do mercado interno de gêneros alimentícios em um país que estava produzindo basicamente culturas voltadas à exportação. Os limites e desencadeamentos sociais, econômicos e ambientais percebidos no modelo produtivista em vigor fizeram revigorar o debate sobre a agricultura familiar.

De acordo com Silva e Hespanhol (2016, p. 407), “[...] no Brasil, os estudos utilizando a terminologia ‘agricultura familiar’ tiveram maior ênfase a partir de meados da década de 1990”. Araujo e Ribeiro (2018, p. 564) destacam o “[...] crescimento da pesquisa sobre agricultura familiar e segurança alimentar a partir de estímulos de programas criados pelo Ministério do Desenvolvimento Agrário (MDA) desde 1998 e pela legislação para agricultura familiar posterior a 2006”. Neste mesmo sentido, Schneider (2003, p. 21) reforça que “[...] no período recente, a expressão ‘agricultura familiar’ vem ganhando legitimidade social e científica no Brasil, passando a ser utilizada com crescente frequência” e que “[...] a incorporação da expressão agricultura familiar ganhou projeção somente a partir do final dos anos oitenta e, sobretudo, a partir da primeira metade da década de 1990” (p. 29).

Salienta-se que, apesar da projeção social e política atribuída à agricultura familiar na década de 1990, esta não deve ser considerada como a época de surgimento da categoria, como se ela não existisse até então. Nas palavras de Schneider (2009, p. 9) “[...] as formas sociais que atualmente se abrigam sob a denominação de agricultura familiar, em épocas anteriores recebiam outras denominações segundo o contexto regional e a formação histórico-social”.

Adicionalmente, ressalta-se que não se trata de uma ruptura total com formas anteriores da pequena produção e sim de novas formas de adaptação das relações sociais e econômicas existentes no meio rural, baseadas, em grande parte, nas tradições já acumuladas. Estas tradições representaram, sob certos aspectos, ao invés de um atraso, um fator positivo para o período conturbado de mudanças que se apresentava. Para assegurar a sobrevivência

imediate da categoria era necessário pensar no futuro e estabelecer as bases da agricultura familiar como uma alternativa ao que José Vicente Tavares dos Santos, no prefácio à obra de Tedesco (2001, p. 9), chamou de “certeza paralisante da tendência do desenvolvimento capitalista no campo” que vinha ocorrendo desde 1970.

No campo jurídico, a Lei nº 11.326, de 24 de julho de 2006, estabeleceu os requisitos necessários para caracterizar o segmento da agricultura familiar no Brasil. Atualizada posteriormente pela Lei nº 12.512, de 14 de outubro de 2011, no que tange à renda familiar, tem-se como agricultor familiar e empreendedor rural familiar aquele que:

- I - não detenha, a qualquer título, área maior do que 4 (quatro) módulos fiscais³;
- II - utilize predominantemente mão-de-obra da própria família nas atividades econômicas do seu estabelecimento ou empreendimento;
- III - tenha percentual mínimo da renda familiar originada de atividades econômicas do seu estabelecimento ou empreendimento, na forma definida pelo Poder Executivo;
- IV - dirija seu estabelecimento ou empreendimento com sua família (BRASIL, 2006, 2011).

Ainda no âmbito das legislações, o Decreto nº 9.064, de 31 de maio de 2017, atualizado pelo Decreto nº 10.688, de 26 de abril de 2021, determina as características da chamada Unidade Familiar de Produção Agrária – UFPA e do empreendimento familiar rural. Todos os requisitos estão em consonância aos citados no parágrafo anterior, diferindo apenas no aspecto concernente ao percentual da renda familiar que necessita ser proveniente das atividades do estabelecimento (no mínimo, cinquenta por cento).

Partindo-se para o plano do saber científico, Schneider (2003) ao analisar a conceituação do termo agricultura familiar sob duas vertentes distintas, uma no campo do pensamento acadêmico e outra na esfera política (movimentos sociais do campo ligados a entidades com a Central Única dos Trabalhadores - CUT e a Confederação Nacional dos Trabalhadores da Agricultura – CONTAG) conclui que:

[...] a expressão agricultura familiar surge como uma noção de convergência e unificadora dos interesses dos pequenos proprietários rurais que se julgavam não apenas preteridos politicamente da integração, mas afetados economicamente, uma vez que a abertura comercial ameaçava determinados setores da agricultura brasileira em razão das diferenças de competitividade de seus produtos (SCHNEIDER, 2003, p. 31).

³ O módulo fiscal é uma unidade de medida agrária expressa em hectares (ha). Seu valor é definido para cada município brasileiro de acordo com critérios previamente estabelecidos pelo Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária - INCRA. Para Ituiutaba-MG o valor do módulo fiscal é de 30ha.

Ao discorrer sobre a dicotomia⁴ entre campesinato e agricultura familiar, Ricardo Abramovay explica que:

A agricultura familiar é aquela em que a gestão, a propriedade e a maior parte do trabalho vêm de indivíduos que mantêm entre si laços de sangue ou de casamento. Que esta definição não seja unânime e muitas vezes tampouco operacional é perfeitamente compreensível, já que os diferentes setores sociais e suas representações constroem categorias científicas que servirão a certas finalidades práticas: a definição de agricultura familiar, para fins de atribuição de crédito, pode não ser exatamente a mesma daquela estabelecida com finalidades de quantificação estatística num estudo acadêmico. O importante é que estes três atributos básicos (gestão, propriedade e trabalho familiares) estão presentes em todas elas (ABRAMOVAY, 1997 apud SCHNEIDER, 2003, p. 41).

Outra concepção a ser citada é a formulada por Mesquita e Mendes (2012), em que a agricultura familiar é:

[...] um modelo de produção baseado no trabalho da família e se caracteriza como aquele em que a direção do processo produtivo está assegurada diretamente ao proprietário da terra, na qual a própria força de trabalho e a gestão da propriedade estão a cargo da mesma pessoa ou do mesmo núcleo familiar (MESQUITA; MENDES, 2012, p. 16).

Lamarche (1997) também considera que a agricultura familiar contempla modos tradicionais de produção centrados na família. Todavia, o autor destaca que ela deve, em contrapartida, buscar formas de adequação aos modos de produção contemporâneos, bem como os agricultores familiares precisariam adaptar-se melhor às condições de vida da sociedade moderna, cada vez mais globalizada. Ao propor um esquema de análise, o autor afirma que:

A exploração familiar, tal como a concebemos, corresponde a uma unidade de produção agrícola onde propriedade e trabalho estão intimamente ligados à família. A interdependência desses três fatores no funcionamento da exploração engendra necessariamente noções mais abstratas e complexas, tais como a transmissão do patrimônio e a reprodução da exploração (LAMARCHE, 1997, p. 15).

Ariovaldo Umbelino de Oliveira considera que o termo agricultura familiar representa a invasão do neoliberalismo nos estudos sobre o assunto no âmbito acadêmico e teme que os camponeses e a agricultura por eles praticada, a agricultura camponesa, seja definitivamente extinta. O autor ocupou-se de fazer a distinção entre “agri-cultura” e “agro-negócio”:

⁴ Discussão esta que não se aplica como foco central deste trabalho.

[...] tratava-se de distinguir entre a atividade econômica milenar de produção dos alimentos necessários e fundamentais à existência da humanidade, e, a atividade econômica da produção de commodities (mercadorias) para o mercado mundial. Definia-se assim, na prática da produção econômica, uma distinção importante entre a agricultura tipicamente capitalista e a agricultura camponesa. Esta distinção abriu caminho para que, vários intelectuais do estudo do mundo agrário voltassem suas produções acadêmicas para forjarem um novo conceito de agricultura de pequeno porte voltada, parcial ou totalmente, para os mercados mundiais e/ou nacional, e integrada nas cadeias produtivas das empresas de processamento e/ou de exportação. Nascia assim, uma concepção neoliberal para interpretar esta agricultura de pequeno porte, a agricultura familiar (OLIVEIRA, 2007, p. 147).

Para Wanderley (2003) é possível compreender o campesinato a partir de duas concepções diferentes. A primeira trata o campesinato como uma civilização ou cultura que formaria as sociedades camponesas. A segunda permite enxergar o campesinato a partir de sua forma peculiar de organização da produção, considera-se assim:

[...] uma agricultura camponesa, cuja base é dada pela unidade de produção gerida pela família. Esse caráter familiar se expressa nas práticas sociais que implicam uma associação entre patrimônio, trabalho e consumo, no interior da família, e que orientam uma lógica de funcionamento específica. Não se trata apenas de identificar as formas de obtenção do consumo, por meio do próprio trabalho, mas do reconhecimento da centralidade da unidade de produção para a reprodução da família, através das formas de colaboração dos seus membros no trabalho coletivo – dentro e fora do estabelecimento familiar –, das expectativas quanto ao encaminhamento profissional dos filhos, das regras referentes às uniões matrimoniais, à transmissão sucessória etc. (WANDERLEY, 2003, p. 45).

Considerando as duas principais formas de produção dos estabelecimentos agropecuários brasileiros – patronais e familiares, Graziano da Silva (2003) cita os fatores de diferenciação entre os dois modelos que foram estabelecidos nas “Diretrizes de política agrária e desenvolvimento sustentável para a produção familiar” publicadas em 1994 através de um convênio entre a *Food and Agriculture Organization of the United Nations* - FAO e o Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária - INCRA. O primeiro fator de distinção seria a existência ou não de uma separação total entre o trabalho e a gestão e ainda:

[...] a) para o modelo patronal: organização centralizada, ênfase na especialização, ênfase em práticas agrícolas padronizáveis, trabalho assalariado predominante e tecnologias dirigidas à eliminação das decisões “de terreno” e “de momento”; b) para o modelo familiar: direção do processo produtivo assegurada diretamente pelos proprietários, ênfase na diversificação, ênfase na durabilidade dos recursos e na qualidade de vida, trabalho assalariado complementar e decisões imediatas, adequadas ao alto grau de imprevisibilidade do processo produtivo (GRAZIANO DA SILVA, 2003, p. 216).

Graziano da Silva (2003) considera os fatores supracitados como meras “características predominantes” e destaca algumas especificidades significativas referentes à

ocupação dos membros das unidades familiares de pequena produção. São elas: a necessidade de exercer um trabalho acessório, ou seja, fora da unidade familiar, para complementar a renda; as longas jornadas de trabalho para alguns membros da família em alternância com a subocupação de outros, em detrimento dos poucos recursos produtivos disponíveis; a baixa produtividade (em virtude da pequena tecnificação, subocupação da mão-de-obra e pior qualidade dos recursos naturais) e, conseqüentemente, a baixa renda gerada.

Lamarche (1998) propõe quatro modelos para explicar o funcionamento das pequenas propriedades, os quais derivam das lógicas familiares e do grau de dependência desses estabelecimentos. São eles: empresa, empresa familiar, agricultura camponesa e de subsistência e agricultura familiar moderna. Explicita-se algumas características principais destes modelos a seguir.

O modelo empresa é pouco familiar, a terra não é vista como um patrimônio, mas sim como um bem que se compra e se vende, a força de trabalho provém, em grande parte, do assalariamento e a unidade é altamente dependente de tecnologias, financiamentos e da dinâmica comercial. Já o modelo empresa familiar é marcado pela importância da família, de onde provém a mão-de-obra para executar as atividades por sucessivas gerações, é também marcado, como o modelo anterior, por forte dependência externa.

O modelo de agricultura camponesa e de subsistência é voltado primordialmente ao abastecimento das necessidades da família, sendo, por isso, pouco dependente em relação ao exterior e a produção é realizada em menores quantidades, utilizando técnicas bastante tradicionais. Por fim, o modelo agricultura familiar moderna é marcado pela busca de uma diminuição do trabalho e da interferência da família e das condições externas, buscando a maior autonomia possível. De acordo com Lamarche (1998) este último é um grupo muito expressivo no Brasil.

Ainda que exista toda uma discussão em torno do conceito de agricultura familiar, na concepção de Tedesco (2001, p. 11) é possível agregar alguns atributos comuns, dentre tantas especificidades que o grupo possui: “[...] a família como proprietária dos meios de produção, o trabalho na terra, modalidades de produção e manifestação de valores e tradições (patrimônio sociocultural) em torno da e para a família”. Na visão do autor, a agricultura familiar, ao inserir-se nas novas formas sociais do mundo capitalista globalizado, tem na sua heterogeneidade de processos e em sua diversidade socioeconômica uma forma de reação a todas às transformações impostas pela ruralidade contemporânea. O novo rural brasileiro, extremamente interligado à cidade, é palco do surgimento de novos cenários para a agricultura familiar:

A pluriatividade, a multifuncionalidade de tarefas, a centralidade e a agregação da mulher camponesa no formato moral e econômico da família, bem como do trabalho, as contratualizações e os trabalhos a domicílio, as associações informais entre parentes e vizinhos, as formas de produção alternativas às convencionais e produtivistas, envolvendo sociabilidades e reciprocidades coletivas e/ou grupais, etc. manifestam estratégias e racionalidades internas e adaptativas frente e em razão do impacto das transformações globalizantes, do mercado, da cultura urbana, das redefinições industriais em termos de tempos, espacialidades e correlações de força entre os atores sociais envolvidos (TEDESCO, 2001, p. 12).

Em consonância ao citado acima por Tedesco (2001) sobre a agregação da mulher camponesa, é importante destacar o papel central que a figura feminina desempenha no seio das unidades familiares de produção. Nestas, além de realizarem todos os afazeres domésticos, cuidarem dos filhos e dos serviços do entorno da casa (quintal, jardim, pomar, trato dos animais, horta, etc.) cresce o número de mulheres com participação efetiva nos trabalhos da lavoura, propriamente. Muitas delas fabricam produtos e geram renda que não só complementa o orçamento familiar, como, em muitos casos, provém todo o sustento da família. Com a emergência e o fortalecimento das concepções sobre o empoderamento feminino, a tendência é encontrar também no meio rural um número maior de mulheres chefes de família ou com mais autonomia e participação nas decisões da casa.

Schneider (2009) traz ao debate, ainda, os sistemas poliprodutivos da agricultura familiar, uma das características marcantes deste segmento. A chamada pluriatividade tem se constituído em uma estratégia de sobrevivência e aumento de renda para a categoria. Ela torna-se uma alternativa frente ao avanço da mercantilização (dependência do meio externo para comprar insumos e produtos e para posterior comercialização da produção), externalização (contratação de serviços externos de terceiros para executar tarefas no interior das propriedades) e individualização (apenas um membro da família exerce a gestão e desempenha as tarefas da propriedade e os demais membros buscam outras fontes de renda) do processo produtivo nas pequenas propriedades.

A mercantilização acima citada manifesta-se até mesmo nos produtos destinados ao autoconsumo das famílias dos pequenos agricultores, que passam a comprar alimentos que antes eram produzidos no interior do estabelecimento. Ao adquirir produtos de fontes externas, o agricultor põe em xeque a qualidade nutricional dos alimentos consumidos e a segurança alimentar e nutricional de sua família. Lentamente, o saber-fazer sobre os cultivos para consumo próprio vai sendo perdido com o passar dos tempos.

A pluriatividade é capaz de auxiliar os agricultores familiares na luta pela sua reprodução social e econômica. Apresenta-se como uma alternativa à agricultura comercialmente competitiva, inacessível para grande parte da população rural mais pobre do

Brasil. Ela é representada pelas diversas formas de trabalho que podem ser realizadas pelas famílias, representa também a multifuncionalidade do meio rural e refere-se a um fenômeno que se caracteriza pela

[...] combinação das múltiplas inserções ocupacionais das pessoas que pertencem a uma mesma família. A emergência da pluriatividade ocorre em situações em que os membros que compõem as famílias domiciliadas nos espaços rurais combinam a atividade agrícola com outras formas de ocupação em atividades não-agrícolas. A pluriatividade resulta da interação entre as decisões individuais e familiares com o contexto social e econômico em que estas estão inseridas. Objetivamente, a pluriatividade refere-se a um fenômeno que pressupõe a combinação de duas ou mais atividades, sendo uma delas a agricultura (SCHNEIDER, 2009, p. 141).

As relações sociais desenvolvidas entre as famílias de pequenos agricultores, parentes, amigos e vizinhos são de fundamental importância para a sobrevivência destes no campo. As diferentes formas de cooperação e ajuda por eles praticadas no interior de suas propriedades e com as unidades produtivas próximas formam “redes de trabalho e produção” (SCHNEIDER, 2009). O compartilhamento natural de informações que eles praticam e as relações sociais que desenvolvem, potencializam o surgimento das diferentes formas de representações coletivas (associações, cooperativas, etc.), bem como colaboram para o fenômeno da pluriatividade. Ao proporcionar o acesso a ganhos não-agrícolas, a pluriatividade torna-se uma fonte de renda adicional segura para os agricultores familiares. Esta renda, mesmo que investida de diferentes formas, representa um grande diferencial para a subsistência dos membros da família e para investimentos no interior da propriedade.

Os aspectos ambientais da agricultura familiar também precisam ser mencionados. As técnicas menos danosas ao meio ambiente praticadas pelos agricultores familiares, como os sistemas agroecológicos, por exemplo, representam um alento em meio à produção em larga escala realizada pelos grandes proprietários, que vem exaurindo os recursos naturais e desencadeando uma série de efeitos negativos. A preocupação com a sustentabilidade e a produção de alimentos saudáveis caracterizam o segmento. Observa-se na sociedade um crescimento cada vez maior no consumo de produtos orgânicos, por exemplo, o que beneficia a saúde de quem os consome, aos agricultores familiares que os produzem e vendem e o meio ambiente.

A agricultura familiar também agrega um conjunto notório de desafios para a sua sobrevivência ao longo dos anos: a pouca disponibilidade de terras, fatores físicos adversos (muitas vezes a terra que se tem acesso é de menor fertilidade natural, demanda correção, irrigação ou drenagem do solo, por exemplo), a insuficiência dos meios de produção

necessários para o trabalho, a diversidade de culturas que acabam cultivando buscando gerar uma renda mínima e a oscilação em relação à disponibilidade da mão-de-obra familiar (devido à sazonalidade do trabalho nas lavouras, demandando, por vezes, a contratação de trabalhadores assalariados temporários).

A terra (não só em termos de propriedade, mas também de importância e apego por parte de quem a possui), o trabalho (se da própria família ou em parte assalariado) e a própria reprodução do estabelecimento com investimento de recursos que garantam o seu funcionamento, são temas centrais para compreender a lógica da agricultura familiar. Assim como é também importante conhecer o grau de dependência financeira, tecnológica e de mercado que os pequenos estabelecimentos possuem (LAMARCHE, 1998).

Num país de estrutura fundiária concentrada, como é o caso do Brasil e onde a modernização da agricultura foi conservadora, ou seja, acentuou essa concentração, pode-se imaginar como os pequenos agricultores vivem uma busca incessante por terras. Por vezes, a expansão das fronteiras agrícolas para as regiões Centro-Oeste e Norte do país, foram válvulas de escape desses agricultores na busca de um pedaço de terra para produzir. A tão sonhada reforma agrária não chega a se efetivar da forma necessária e esperada por este grupo, pois esbarra nos interesses da bancada ruralista, aliada dos grandes proprietários. Nas palavras de Tedesco (2001) a pressão que é exercida pelas grandes propriedades brasileiras gera uma mobilidade e,

[...] diante da necessidade de escapar da submissão ao latifúndio, a alternativa possível consistiu, ao longo da história do campesinato brasileiro, especialmente em algumas regiões, na migração para o interior do país; em segundo lugar, a migração para a fronteira se inscreve também na lógica interna de reprodução da agricultura camponesa (TEDESCO, 2001, p. 43).

Conforme já citado anteriormente, Graziano da Silva (2003) fala sobre a subocupação nas unidades de produção familiar. Com relação a essa incapacidade, por vezes verificada, de ocupar toda a família nas tarefas do estabelecimento no decorrer do ano, gerando a subocupação da mão-de-obra, pode-se traçar um paralelo relacionado à questão da sucessão familiar nestas propriedades. Especialmente em famílias mais numerosas, é comum que alguns membros busquem pelo trabalho assalariado fora da propriedade ou mesmo que ocorra o êxodo dos jovens para a cidade em busca de novas oportunidades. Nestas condições, a continuidade entre passado, presente e futuro torna-se um desafio.

Sendo assim, emerge a preocupação com a manutenção da produção quando os pais ficam mais velhos e morrem. Pode acontecer dos filhos que permaneceram no campo não

quererem continuar o ofício dos pais e aqueles que vieram para a cidade e conseguiram, por exemplo, graduar-se em um curso superior, não manifestarem também o desejo de exercer atividades agrícolas. Por incrível que pareça, o casamento dos filhos com pessoas da região em que se situa o estabelecimento passa a ser uma fonte de manutenção de mão-de-obra para gerir a propriedade. Em alguns casos, o próprio histórico de lutas e sofrimento vivido pelos pais, leva-os a desejarem um futuro diferente para os filhos.

Os projetos que os agricultores acalentam para seus filhos traduzem provavelmente, mais fielmente do que qualquer outro indicador, a avaliação que fazem da situação global da sociedade na qual vivem, assim como sua visão das perspectivas do estabelecimento agrícola e do futuro das coletividades onde moram. Basta que uma corrente significativa se oriente para o exterior, que comece a preparar seus filhos para outras profissões e para a emigração, para que possamos apostar que o setor agrícola ou o mundo rural atravessa, senão uma crise, pelo menos importantes dificuldades. As estratégias de encaminhamento dos filhos são, sem dúvida, o resultado da ação conjunta de diversos fatores (LAMARCHE, 1998, p. 119).

Schneider (2009) coincide com Lamarche (1998) ao mencionar que,

[...] investigar as aspirações dos agricultores em relação à educação desejada para seus filhos e jovens do município, representa mais um recurso através do qual se torna possível conhecer o modo como os grupos domésticos avaliam o futuro da agricultura e do meio rural em que residem (SCHNEIDER, 2009, p. 208).

É importante salientar que a busca por novas oportunidades de educação e de melhoria das condições de vida é direito destes filhos, porém não é necessário que eles neguem a vida no campo e tornem-se inimigos dela. Há que se encontrar um ponto de conciliação que não permita que estas pequenas propriedades acabem sendo vendidas ou arrendadas.

Outro aspecto bastante marcante em relação à pequena produção no Brasil é o grau de tecnificação, ou seja, de modernização da produção dos agricultores familiares. Vale mencionar que devido à grande diversidade encontrada nos estabelecimentos familiares as tecnologias a serem utilizadas deveriam atender a estas condições peculiares, principalmente no que concerne ao desenvolvimento de pesquisas e fornecimento de assistência técnica. Em contrapartida, os agricultores precisariam estar aptos a utilizar essas novas tecnologias, obtendo o crédito necessário para tal e tendo garantida a comercialização de seus produtos a preços satisfatórios. Pode-se considerar que, no Brasil, sempre existiu uma porção de pequenos produtores em constante adesão ao processo de tecnificação, formando as chamadas empresas familiares e no extremo contrário, outra porção deste grupo que, não conseguindo modernizar-se, acaba se proletarizando e ficando às margens do processo produtivo.

Diante de entraves como a falta de recursos para investimentos e a ausência de políticas públicas de suporte (que serão discutidas em maior profundidade na próxima seção), muitos agricultores familiares acabam arrendando suas terras. Aqueles que persistem produzindo continuam enfrentando vários desafios e ainda as dificuldades na comercialização. Esta última, representa um grande gargalo para o pequeno produtor e, “[...] para melhorar o resultado da comercialização, o produtor rural deve eliminar o maior número possível de intermediários. O melhor seria se ele se apropriasse da cadeia agroalimentar como um todo, verticalizando a produção” (TEDESCO, 2001, p. 95).

De acordo com Marafon e Seabra (2014), a comercialização agrícola representa a interação entre o campo e a cidade e deve ser considerada em um contexto multiescalar e de complexas redes geográficas:

As relações entre campos e cidades, quando analisadas pelo prisma da comercialização agrícola, evocam interações espaciais entre diversas escalas, resistências e permanências, cooptações e consentimentos, diversos atores, múltiplas formas, ações hegemônicas e contra-hegemônicas. Na prática, compreender a distribuição de gêneros agrícolas dessa forma permite a análise das relações de (re)produção do espaço a partir da interação entre produtores, operadores logísticos, supermercados e consumidores, todos integrados pelos arranjos reticulares e articulando normas e ações hegemônicas aos processos sociais e históricos produtores de uma espacialidade repleta de temporalidades (MARAFON; SEABRA, 2014, p. 29).

Todas as dificuldades acima apontadas, possuem um fator comum que as acentua ou diminui, que é a disponibilidade de recursos de que dispõe o agricultor familiar para viabilizar seu processo produtivo. Como, em sua grande maioria, esses recursos são escassos, vislumbra-se como alternativa para este segmento o fortalecimento de suas instituições representativas (associações, cooperativas, sindicatos, etc.) para que, através delas, tenham assegurado legalmente o seu poder de participação democrática nas decisões e reivindicações necessárias ao avanço da categoria.

Verifica-se pelos diferentes apontamentos realizados que a pequena produção, apesar dos imensos entraves ao seu avanço, tem seu espaço próprio e não está em vias de desaparecer, como teorizou Kautsky (1980). Pelo contrário, a sua diversidade de produção resulta da sua alta capacidade de adaptação aos diversos contextos em que está inserida, sejam eles sociais, políticos ou ambientais. Muitas vezes o que é visto como “atraso” em relação às diferentes tecnologias existentes, representa para este grupo estratégias de adequação ao meio e de valorização de seus saberes.

2.3 As feiras livres como expressão de diversidade social e de interação rural-urbano

Uma das principais fontes de escoamento e comercialização da produção da agricultura familiar são as feiras livres de alimentos, portanto, é uma temática cuja discussão é fundamental para o embasamento teórico deste trabalho. Além disso, as feiras livres foram o cenário definido para a realização da coleta de dados para esta pesquisa, tendo como população/amostra os agricultores familiares que participam das mesmas.

Trata-se de uma atividade tradicional em várias cidades do país que, além de fonte de compra de diversos produtos oriundos da produção dos agricultores familiares dos municípios, é um ponto de encontro, conversas, risadas e que faz parte da cultura local. Sua origem é um tanto incerta, sendo vinculada ora a festas religiosas do período da Idade Média, ora à região do Oriente Médio, por volta de 500 a.C. (MENEZES; ALMEIDA, 2021). No Brasil, a realização das feiras livres remonta ao período colonial, tendo como influência tanto as tradições ibéricas quanto africanas (DIAS GUIMARÃES; DOULA, 2018).

Conforme bem ilustra Sato (2012), a feira é composta, acima de tudo pelas pessoas: os feirantes, as famílias dos feirantes, os ajudantes, os carregadores, os ambulantes, os fregueses e suas famílias e todo o ambiente da feira compõem uma dinâmica especial. Reforçando a importância do elemento humano, a autora afirma que “[...] a feira é constituída pela presença dos feirantes e a presença dos feirantes depende da existência da feira” (SATO, 2012, p. 144). Onde existem pessoas existem também as expressões daquilo de que elas são carregadas, a fé. Por isso, pode-se dizer que “festa, religiosidade, comércio e trabalho são significados que caminham juntos na origem da expressão ‘feira livre’ e nas conformações que foram sendo criadas” (SATO, 2012, p. 92). Folclore, arte e brincadeiras se misturam com as diversas manifestações da feira transformando o cenário das cidades.

Entende-se que as feiras livres podem ser pensadas a partir da perspectiva das categorias geográficas território e lugar. Território porque é um espaço ocupado que envolve relações de poder, é nele que “[...] desembocam todas as ações, todas as paixões, todos os poderes, todas as forças, todas as fraquezas, isto é, onde a história do homem plenamente se realiza a partir das manifestações da sua existência” (SANTOS, 1999, p. 7). Lugar, pelo fato de envolver um sentimento de pertencimento, de ter significado para as pessoas que nele habitam ou trabalham e por estar intimamente ligado às memórias que se faz dele. No entendimento de Souza (2013) o lugar é:

[...] um espaço dotado de significado e carga simbólica, ao qual se associam imagens, muitas vezes conflitantes entre si: lugar de ‘boa fama’ ou de ‘má fama’, hospitaleiro ou perigoso, e assim segue. O lugar é, em princípio, um espaço vivido: vivido, claro, pelos que lá moram ou trabalham quotidianamente (SOUZA, 2013, p. 36).

A feira é um espaço de sociabilidade que assemelha-se a um grande evento, configurando-se como um espetáculo da melhor qualidade. Curiosamente, pode-se dizer que este espetáculo representa traços das antigas celebrações da colheita que resistiram em meio à tantas mudanças impostas pelos padrões da globalização. Muitas feiras, inclusive, possuem diversas apresentações artísticas, culturais e atrativos para públicos de todas as idades. Schneider (2009) chama atenção para a territorialidade que se constitui na realização das feiras com seus produtos identitários que atendem as preferências da população local. O autor menciona que:

No Brasil, as feiras locais e os mercados de proximidade oferecem exemplos de produção e de mobilização do laço social, de sociabilidade, pelas relações diretas entre produtor-consumidor. Há, na ideia dos produtos territorialmente qualificados, um potencial de criação de territorialidades humanas, socioeconômicas e culturais, por meio de relações entre homens, territórios, produtos e identidades diferentes (SCHNEIDER, 2009, p. 226).

Reforçando a noção de territorialidade apontada por Schneider (2009), Cruz *et al.* (2020) mencionam que a feira

[...] desvela o rosto do Território. Na feira os consumidores reconhecem suas preferências e costumes alimentares, feira materializa a relação daquela população com seus alimentos. Desse modo, são igualmente importantes para a caracterização cultural, social, econômica e ambiental do território (CRUZ *et al.*, 2020, p. 117).

As feiras livres podem ser consideradas como circuitos curtos de comercialização. De acordo com Silva *et al.* (2017, p. 2) “[...] os circuitos curtos de comercialização, notadamente as feiras livres, têm se mostrado estrategicamente promissores no propósito de efetivar o escoamento da produção de muitos agricultores familiares”. Neste tipo de processo, os consumidores podem indagar diretamente aos produtores sobre determinadas características da mercadoria que estiverem adquirindo (uso de agrotóxicos, procedência dos alimentos, por exemplo). Na concepção de Menezes e Almeida (2021, p. 76) os agricultores/feirantes “[...] utilizam dos circuitos curtos para comercializar produtos tradicionais por meio da relação direta com os consumidores”. As autoras ainda salientam que:

É visível nos últimos anos a procura das bancas dos agricultores/feirantes, por parte dos consumidores que visam ao consumo de alimentos dos circuitos curtos. Para eles, a compra dos alimentos cultivados de forma convencional é realizada para complementar a alimentação quando da escassez na oferta por esse grupo de feirantes. Observam-se a fidelidade dos consumidores alicerçada nas relações de confiança e os laços de amizade que vão se desenhando (MENEZES; ALMEIDA, 2021, p. 77).

Considerando a teoria dos dois circuitos da economia urbana formulada pelo reconhecido geógrafo Milton Santos, as feiras livres são vistas como integrantes do circuito inferior. Neste, segundo o autor, trabalha-se com menores quantidades de mercadorias, o capital disponível é reduzido, a organização burocrática é dispensável e o contato com o consumidor é direto. De acordo com Santos (2004, p. 45), “[...] esse circuito é o verdadeiro fornecedor de ocupação para a população pobre da cidade e os migrantes sem qualificação”. Nota-se que a preocupação central e primordial das atividades deste circuito está ligada à sobrevivência e sustento da família, sendo que a acumulação de lucros não é o primeiro objetivo.

Simplificando, pode-se apresentar o circuito superior como constituído pelos bancos, comércio e indústria de exportação, indústria urbana moderna, serviços modernos, atacadistas e transportadores. O circuito inferior é constituído essencialmente por formas de fabricação não-‘capital intensivo’, pelos serviços não-modernos fornecidos ‘a varejo’ e pelo comércio não-moderno e de pequena dimensão (SANTOS, 2004, p. 40).

As principais distinções entre os circuitos superior e inferior, referem-se, conforme o autor supracitado, às suas formas de organização e à tecnologia envolvida. O circuito inferior utiliza mais o trabalho intensivo do que a tecnologia e busca adaptações mais locais e pontuais em face da modernização que se coloca diante de seus olhos, tendo, por isso, maior capacidade de criação e ressignificação. O crédito para estas atividades é baseado em dinheiro líquido, agiotagem ou crédito pessoal (alta taxa de juros). Os empregos muitas vezes são temporários e a remuneração normalmente fica abaixo do esperado ou do mínimo necessário. Ocorre com frequência neste circuito a informalidade nas relações de trabalho, acordos verbais, trabalho familiar e autônomo. O preço dos bens comercializados tende a oscilar bastante e é comum a prática dos consumidores pedirem descontos, ou seja, pechinchar.

Para mais, no circuito inferior dispõe-se de pouca ou nenhuma ajuda governamental, a integração das atividades é em âmbito local e trabalha-se baseado na demanda de consumo da clientela. É um circuito extremamente “controlado, subordinado e dependente” (SANTOS,

2004). Com a explanação destas características, torna-se nítida a associação entre as feiras livres e o circuito inferior da economia urbana. Para Azevedo e Queiroz (2013):

O circuito inferior, não moderno, é um resultado indireto da modernização tecnológica e organizacional do território, não correspondendo a lógica hegemônica. Este circuito é constituído por agentes que só se beneficiam parcialmente ou não se beneficiam do desenvolvimento técnico, científico, informacional, a exemplo das formas de fabricação artesanal, o comércio e os serviços não modernos e de baixa complexidade, os ambulantes, os camelódromos, os mercados públicos, e as feiras livres (AZEVEDO; QUEIROZ, 2013, p. 6).

A partir de seu estudo sobre as feiras livres de Natal-RN, Azevedo e Queiroz (2013) discorrem sobre os cinco fatores que poderiam justificar a persistência das feiras livres a despeito do intenso processo de globalização que têm vigorado nas últimas décadas. São eles: a capacidade de adaptação em situações adversas, certo grau de articulação com o circuito superior (empresas que mantêm interesses de comercializar produtos nas feiras), a capacidade do feirante de aproximar-se do consumidor (tanto em termos de localização como em relação à periodicidade com que ocorrem as feiras), a qualidade dos serviços prestados (produtos frescos, contato direto com o cliente, relações de cordialidade) e o aspecto cultural, pois a feira é local de interação social e construção de sentimentos e afetividades. Os autores tratam ainda da influência da modernização e da globalização e destacam que ocorrem conflitos políticos e ideológicos:

No conflito político, o Estado atende principalmente aos interesses do circuito superior, disseminando suas racionalidades, enquanto esse mesmo agente, o Estado, normatiza e fiscaliza as feiras livres. No conflito ideológico, a mídia que dissemina as racionalidades do circuito superior através da publicidade e da propaganda, também fortalece tal racionalidade, mostrando as feiras livres como algo insalubre, arcaico, barulhento, que traz diversos problemas para os moradores da cidade (AZEVEDO; QUEIROZ, 2013, p. 12).

No que tange à interação rural-urbano, a feira livre é um local de contato entre o campo e a cidade, em que se forma um canal direto entre o meio rural e o mundo exterior. Representa também uma relação mutuamente benéfica entre o rural (produtor) e o urbano (consumidor). Segundo Marafon e Seabra (2014, p. 17) a comercialização agrícola “[...] é uma face das interações cidade-campo de extrema importância porque representa de forma material a expansão do capital, com a construção de ‘novos’ ambientes para a acumulação e/ou a determinação de novos significados”. Todas as interações que ocorrem entre ruralidades e urbanidades contribuem para organizar e reestruturar a comercialização dos produtos agrícolas no contexto da globalização. Sendo assim,

[...] as urbanidades fomentam mudanças nas interações entre campos e cidades, apontando para uma maior eficiência e alcance dos fluxos e, portanto, (re)construindo a morfologia espacial de integração entre produção e consumo, a partir também de novos parâmetros de competitividade na comercialização de gêneros agrícolas (MARAFFON; SEABRA, 2014, p. 21).

Na perspectiva de Gomes de Sá (2010), a atividade do feirante é modificada pela dinâmica do capitalismo na contemporaneidade, mas também carrega uma carga de características tradicionais apreendidas do rural:

Os feirantes seriam exemplares de uma transformação necessária aos indivíduos que tiveram sua origem familiar e social rural-interiorana, ou seja, têm sua genealogia social vinculada a um mundo estruturado de determinado modo e, hoje são, devido à dinâmica do capitalismo contemporâneo, projetados para um outro que assimilam em parte, afinal, trazem toda uma história familiar e pessoal vinculada a práticas tradicionais enquanto que o mundo lhes cobra postura e práticas modernas (GOMES DE SÁ, 2010, p. 5).

Ferreira e Módolo (2016, p. 2) estudam a feira livre como um “[...] complexo que agrega, quase que indefinidamente, diversos elementos de uma organização, tais como vendedores, clientes, produtos ou transporte; e termos como negociação, regras, relações e ordem”. Santos e Santos (2020, p. 30) relatam que as feiras “[...] representam um lugar propício à interatividade, relações econômicas, sociais e culturais onde os sujeitos envolvidos desfrutam e compartilham democraticamente da produção e reprodução do espaço vivido”.

As feiras livres fazem parte do cotidiano da sociedade brasileira, e apresentam uma diversidade de produtos para comercialização, tanto agrícolas como artesanais e, cada vez mais, tem-se expandido quanto à variedade de seus produtos. Nesse espaço, também, encontra-se presente um ambiente de relações interpessoais entre os feirantes, consumidores e outros sujeitos envolvidos (SANTOS; SANTOS, 2020, p. 24).

As feiras são locais de abastecimento direto dos consumidores, de geração de renda e representam uma opção diferenciada perante às características do comércio urbano em geral. É onde pode-se compreender também hábitos alimentares, costumes sedimentados e manifestações culturais brasileiras. Já foram cantadas em música, retratadas no cinema, em livros, contos e na produção técnica e científica brasileira. Araujo e Ribeiro (2018, p. 577) demonstram que “[...] produtores familiares nem sempre alcançam bons resultados quando buscam mercados distantes, pois a intermediação é grande, acertos de contas se arrastam e custos de transação ficam, muitas vezes, proibitivos”. Os autores destacam também que:

Quando as sociedades se globalizam, manifestam tendência contraditória para valorizar a produção local, inclusive alimentos costumeiros, que se tornam marcas identitárias, geográficas e territoriais. Os circuitos planetários de trocas expandidos com a liberalização do comércio dos anos 1990 transformaram mercados locais e particularmente feiras livres em espaços importantes para vendas voltadas para abastecimento adaptado às demandas culturais, associados à soberania alimentar (ARAUJO; RIBEIRO, 2018, p. 575).

É de extrema relevância mencionar que a feira possibilita a integração de produtores que, por vezes, ficam às margens do processo de comercialização. Cruz *et al.* (2020, p. 91) ao analisarem as feiras livres do Alto Jequitinhonha em Minas Gerais demonstram que “[...] vender é, sempre, mais difícil para o agricultor: nas vendas enfrentam mercados anônimos e competitivos, que costumam preferir bens produzidos em larga escala, homogêneos, de preços baixos”. Neste contexto, “[...] os agricultores feirantes se esforçam para manter esse negócio que operam há décadas, e têm na feira livre seu principal canal de comercialização” (p. 92) e “[...] na feira as relações pessoais mediam a circulação das mercadorias, criando um fato social que reúne cultura, sociabilidade e comércio” (p. 97). Ainda de acordo com as conclusões desses autores:

[...] as feiras conformam mercados peculiares, que têm normas próprias de funcionamento e formação de preço, que se baseiam no relacionamento próximo entre produtor e consumidor, que a cada encontro semanal reconstruem relações de confiança e padrões específicos de qualidade e gosto que orientam a produção costumeira. Embora acontecem em espaços geridos pelas prefeituras, as feiras têm dinâmica própria, definida por agricultores feirantes e compradores, que convertem o espaço dos mercados em bens coletivos e autogeridos, recursos governados pelo costume e por relações entre pessoas (CRUZ *et al.*, 2020, p. 116).

As feiras livres são dinâmicas e competem com o comércio varejista (supermercados, hortifrutigranjeiros) das cidades, especialmente no abastecimento de gêneros alimentícios. Muitos consumidores dão preferência às compras nas feiras, pois têm a certeza de que nelas encontrarão produtos frescos, muitos fabricados artesanalmente, produzidos com qualidade e que possuem outros atributos próprios, os quais a produção em larga escala não consegue reproduzir ou imitar. Menezes e Almeida (2021) relatam:

Na contemporaneidade, observa-se o avanço do setor convencional em redes de supermercados, hipermercados e os atacarejos. Todavia, verifica-se a expansão das feiras, um reflexo da resistência dos feirantes e consumidores que demandam pelos produtos comercializados especialmente no circuito curto (MENEZES; ALMEIDA, 2021, p. 62).

Dias Guimarães e Doula (2018, p. 5) salientam que existe uma diferenciação em relação aos produtos comercializados nas feiras e que esta distinção deve-se “[...] à origem

desse produto, pois o valor do local frente ao global, do rural frente ao urbano, do endógeno diante do exógeno, do pessoal frente ao anônimo, do artesanal frente ao industrial ganha destaque”. Além disso, a ida na feira representa muito para o consumidor, é um momento de descontração, onde a escolha dos produtos acaba resultando em longas conversas. É comum que seja criada uma relação de parceria e fidelidade entre o feirante e o consumidor, o que propicia benefícios para ambos – para o feirante resulta na comercialização do seu produto e para o cliente a certeza de uma compra em que ficará satisfeito.

A importância da feira também se dá na oportunidade de abastecimento de produtos de características locais, além de baratos e saudáveis, garantindo a soberania e a segurança alimentar, pois o consumidor sabe onde e como os alimentos foram produzidos e a segurança é garantida no valor acessível, na diversidade e no uso quase que nulo de agrotóxicos, o que serve como um impulsionador da agricultura familiar e o desenvolvimento rural em bases sustentáveis. Apesar de competirem com o comércio varejista, formado por mercados e supermercados, as feiras persistem e resistem, o que indica que além dos aspectos econômicos, elas trazem consigo aspectos de outras naturezas, como a social e a cultural (PEREIRA; BRITO; PEREIRA, 2017, p. 68).

A agricultura familiar muitas vezes tem uma integração apenas parcial com os mercados externos. Estes são regulados por diferentes fatores que colocam o pequeno agricultor na condição de ter que decidir se é melhor vender ou destinar a sua produção para o autoconsumo da família. Quando opta por vender, a heterogeneidade de seus produtos torna-se um obstáculo. Pereira, Brito e Pereira (2017, p. 70) relembram que “[...] agricultores feirantes são beneficiados porque vendem uma produção que não entraria em outros mercados, já que sua pauta produtiva é muito associada à cultura alimentar local”. Via de regra, quanto maior a distância entre o agricultor familiar e o consumidor, menor será a margem de lucro. Desta forma, a comercialização dos produtos pode lograr maiores ganhos em vendas diretas e sem intermediações que possam gerar despesas adicionais. Mesmo assim, o agricultor fica ainda na dependência do poder de compra dos consumidores que, atualmente, tem sido comprometido por diversos motivos.

A feira livre representa uma forma de integração do agricultor familiar ao mercado. Por retratar um segmento que é visto por muitos como de fraca inserção econômica frente ao comércio globalizado e também com pouca influência junto ao Estado, no que tange ao atendimento com políticas públicas, os agricultores familiares feirantes encontram nas feiras livres uma ótima fonte de escoamento da produção e de geração de renda. Todavia, não se pode deixar de mencionar as várias intercorrências a que estão sujeitos estes agricultores para a realização das feiras.

Há diversas intempéries de ordem física como chuvas, ventos, sol forte, variações de temperatura (tanto muito baixas como muito altas), baixa umidade relativa do ar, dentre outros, que causam prejuízos tanto aos feirantes (inclusive danos à saúde) e seus produtos (mercadorias, estrutura física da barraca) quanto aos consumidores que, sob estas circunstâncias, acabam diminuindo a circulação pelas feiras. Quando estas são realizadas em períodos noturnos, a preocupação é com a iluminação do local e a segurança dos feirantes (muitas feiras são realizadas em praças com pouca iluminação, por onde circulam dependentes químicos, por exemplo).

Além disso, os feirantes também encontram dificuldades relacionadas à limpeza e jardinagem (falta de podas de árvores e dos gramados de praças e canteiros) dos locais de realização das feiras. Trechos de maior fluxo de veículos, com diversas vias de acesso, também demandam uma boa sinalização ou mesmo bloqueios/interdições por parte dos setores responsáveis, para não prejudicar o acesso às feiras e o deslocamento dos consumidores. Quanto ao local de realização, muitas acontecem em vias públicas ou praças, sem uma estrutura física e espaço adequados, ocasionando dificuldades da ordem de uso de água potável (seja para consumo ou higienização das mãos), banheiros, etc.

Como se vê, o poder público municipal está diretamente relacionado às questões acima mencionadas. É de sua responsabilidade a garantia das condições necessárias para a realização das feiras no que concerne ao controle de trânsito, limpeza, iluminação e segurança dos locais. Além disso, deve sempre estabelecer o regramento necessário para o bom funcionamento das feiras na forma de legislação municipal específica para tal. Outrossim, pode colaborar na divulgação das feiras em âmbito local e regional, contribuindo para estimular o consumo dos produtos identitários. Sendo assim, estará atuando em prol da manutenção da segurança alimentar e nutricional da população e da renda dos feirantes.

Da mesma forma que a questão da sucessão aflige o agricultor familiar na busca da sua reprodução social, replica-se igual preocupação em relação àqueles que são feirantes. Torna-se um desafio que os jovens rurais, dentre um universo de novas possibilidades oferecidas tanto pela cidade como pelo rural contemporâneo, optem por trilhar os mesmos caminhos dos familiares. Sendo assim, “[...] transmitir aos filhos a importância do elo entre o local de origem, o que comercializam e o reconhecimento que buscam de suas barracas faz parte da construção de uma memória incorporada que vem dos outros, dos pais, dos avós” (DIAS GUIMARÃES; DOULA, 2018, p. 9). É baseado na transmissão destas memórias que muitos feirantes lutam pela continuidade de suas atividades pelos mais jovens, sendo necessário formar neles sentimentos de afetividade e de pertencimento à profissão.

É inegável que, apesar de toda a tradição presente nas feiras, um certo grau de adaptação precisa ocorrer. Isto advém da necessidade de atender às diversas transformações que se colocam diante da realidade do feirante. Por exemplo, as formas de pagamento que antes baseavam-se principalmente no pagamento em espécie e, de alguns anos para cá, demandam máquinas de cartão de crédito/débito e outros meios de pagamento eletrônico instantâneo. Ações como estas, quando efetivadas, garantem que estes profissionais possam continuar competindo contra a concorrência de outros tipos de comércios de gêneros alimentícios. Nas palavras de Gomes de Sá (2010, p. 2) “[...] o comércio de feira está hoje acoplado à dinâmica do capitalismo contemporâneo” e nos permite falar em uma “realidade dual (tradicional e moderna)”.

Gomes de Sá (2010) em seu estudo sobre a tradicional Feira de Caruaru, no Estado de Pernambuco, a considera como um tipo de “mercado periférico” e estende suas conclusões às inúmeras feiras realizadas no Brasil e também no mundo. Segundo o autor elas são

[...] lócus de atividade preponderantemente socioeconômica, para descendentes e remanescentes do meio rural (estes últimos que ainda nela comercializam os produtos de suas atividades agrícolas, mesmo que visivelmente em quantitativo menor do que aqueles que compram esses produtos em centrais de abastecimento e revendem na feira); desempregados dos centros urbanos regionais; nordestinos que migraram e retornaram das grandes metrópoles, principalmente São Paulo; pequenos, médios e, em menor escala, porém em maior influência, grandes empresários, entre outros. É, assim, um espaço principalmente sócio-econômico que constitui e caracteriza as ‘franjas’ do capitalismo moderno, crucial em diversos aspectos à continuidade dinâmica de seu funcionamento contemporâneo (GOMES DE SÁ, 2010, p. 3).

No excerto supracitado, Gomes de Sá (2010) traz ao debate um aspecto de extrema relevância: a redução da quantidade de produtores que fazem a comercialização direta dos seus produtos nas feiras. Percebe-se que vem crescendo o número de revendedores, especialmente os que lidam com gêneros alimentícios. Os fatores para justificar a ocorrência de tal situação são diversos: a sobrecarga de trabalho no campo, as dificuldades para produzir e transportar as mercadorias, dentre outros. Como já citado anteriormente, quanto maior a intermediação entre produtor e consumidor, menor é a margem de lucro para o agricultor familiar. Desta forma, é importante que haja o apoio do setor público tanto no amparo à produção como no que concerne à viabilização da comercialização direta pelo produtor nas feiras.

As trajetórias de lutas e dificuldades do agricultor familiar e dos feirantes coadunam-se. Ambos trilham uma caminhada solitária, notadamente quando se considera a falta de apoio

do Estado. Fazendo uma analogia ao que mencionam Dias Guimarães e Doula (2018) sobre os mercados municipais, é possível observar que se as feiras

[...] ainda persistem, é porque se tornaram parte da história local e assim resistiram às imposições da modernização; são tomados como patrimônio e considerados símbolos da história econômica e cultural das cidades e de sua região de influência, compostos por memórias, histórias e diversas representações sociais (DIAS GUIMARÃES; DOULA, 2018, p. 6).

Todo este conjunto de peculiaridades aqui apresentadas tem o intuito de explicar como as feiras livres estão sobrevivendo e permanecendo ativas ao longo dos tempos, demonstrando uma resiliência incansável. Mesmo com as diversas ferramentas tecnológicas atuais, que modificaram totalmente as formas de compra e venda de produtos e a comodidade dos serviços de entrega por *delivery*, que levam o produto diretamente na residência do consumidor, o fator de sociabilidade presente nas feiras garante a sua continuidade. A herança cultural, transmitida de geração em geração, por feirantes e consumidores, é crucial para isto. A história, as memórias e as lembranças precisam ser formadas e contadas e a feira é, sem dúvida, um lugar de memórias que não se pode deixar acabar.

Uma vez conceituados e discutidos os temas centrais desta pesquisa, a agricultura familiar e as feiras livres, parte-se para a contextualização da área de pesquisa. Algumas características principais serão fornecidas com o intuito de situar o leitor, entretanto, ao longo de todo o trabalho, serão detalhados outros aspectos concernentes à produção agropecuária e as feiras livres de Ituiutaba-MG.

2.4 Contextualizando a área de pesquisa: características da produção agropecuária municipal e as feiras livres de Ituiutaba-MG

O município de Ituiutaba, no Estado de Minas Gerais, está localizado na região geográfica intermediária de Uberlândia, a qual é composta por outros dois municípios, a saber: Uberlândia e Monte Carmelo (IBGE, Divisão Regional do Brasil, 2017). De acordo com os dados do último Censo realizado pelo IBGE (2010), a população corresponde a 97.171 habitantes, sendo a população urbana de 93.125 habitantes e a rural de 4.046 habitantes. Para o ano de 2021, estimou-se um total de mais de 105.000 pessoas. Possui área territorial de 2.598,046 km² apresentando uma densidade demográfica de 37,40 hab./km².

Considerando-se os dados do Censo Agropecuário também realizado pelo IBGE (2017), a área total dos estabelecimentos agropecuários do município é de 215.644 hectares.

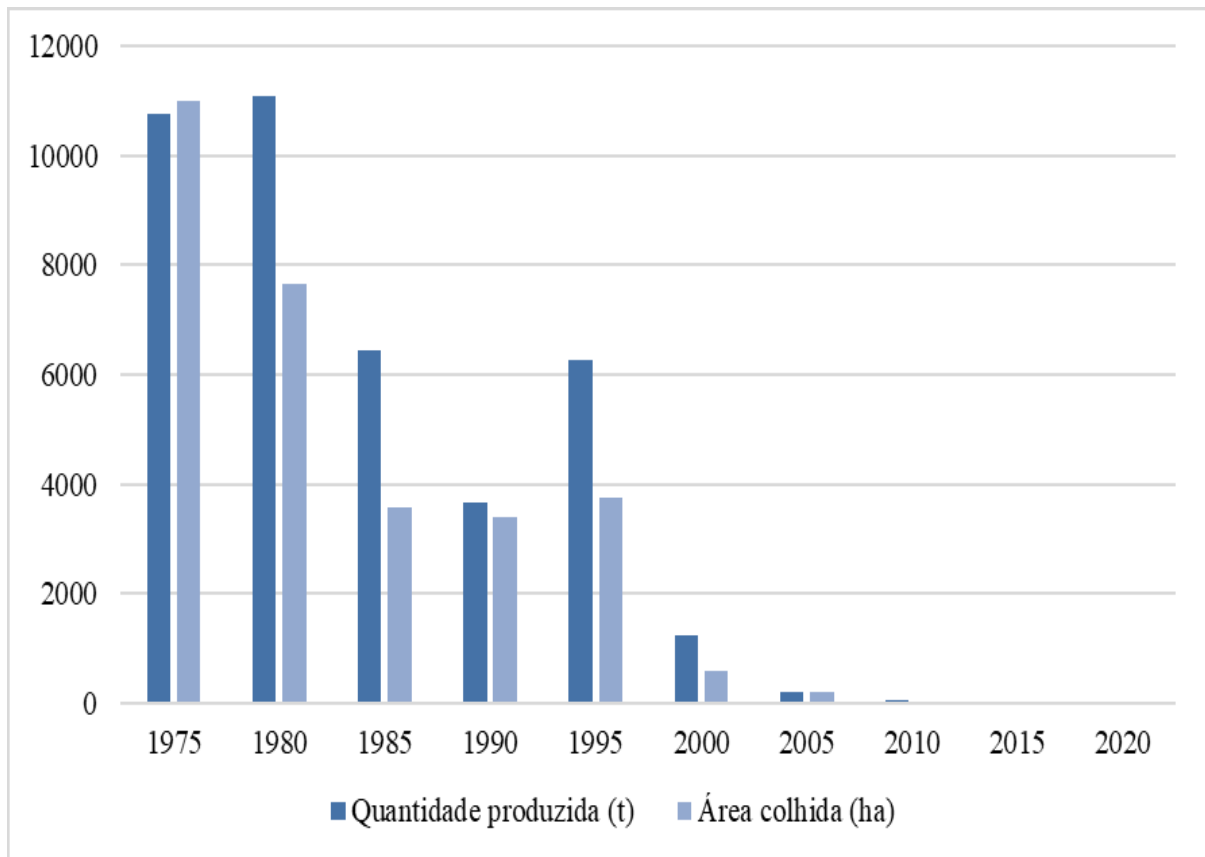
As lavouras ocupam 51.915 hectares, enquanto que a área de pastagens predomina com 123.083 hectares. São 1.465 estabelecimentos agropecuários e nestes prevalece a condição de produtor individual, em que a maioria são proprietários das terras ou arrendatários. No Estado de Minas Gerais, a agricultura não familiar⁵ é predominante, todavia segundo dados do IBGE para o município de Ituiutaba referentes ao ano de 2006, dos 1.443 estabelecimentos agropecuários existentes à época, 821 correspondiam à agricultura familiar, ou seja, aproximadamente 57% dos estabelecimentos.

A cidade de Ituiutaba ficou conhecida nas décadas de 1930 a 1970 como “a capital do arroz” pela grande produtividade desse cereal. A partir deste período, a cultura do arroz entrou em declínio, sendo substituída com o passar dos anos pela soja e cana-de-açúcar e pelas áreas de pastagem da pecuária destinadas à criação de gado de corte e leiteiro. A agricultura familiar no município tem buscado sobreviver e manter-se em meio à expansão do setor sucroenergético que vem ocorrendo desde 2005.

Conforme reforça Fratari (2019, p. 40), “[...] ao ocorrer a expansão de outras plantações, como milho, soja e algodão, além da demanda por novas áreas de pastagens para o rebanho leiteiro que aumentava no município a partir da década de 1970, o cultivo do arroz perdeu espaço no cenário local”. Gobbi e Pessôa (2009, p. 102) reafirmam que “[...] a área destinada às culturas de arroz, milho e algodão até o final da década de 1960, foi, progressivamente, ocupada por pastagens, a partir da década de 1970”. É possível observar no Gráfico 1 como a área destinada à colheita do arroz foi diminuindo continuamente entre os anos de 1975 a 2000, sendo que do ano de 2000 até 2020, a cultura praticamente desapareceu, coincidindo com o período de forte expansão das lavouras de cana-de-açúcar e soja.

⁵ O termo “agricultura não familiar” é adotado pelo IBGE nos dados do Censo Agropecuário de 2017 referenciados neste trabalho. Sendo assim, optou-se por manter a mesma nomenclatura.

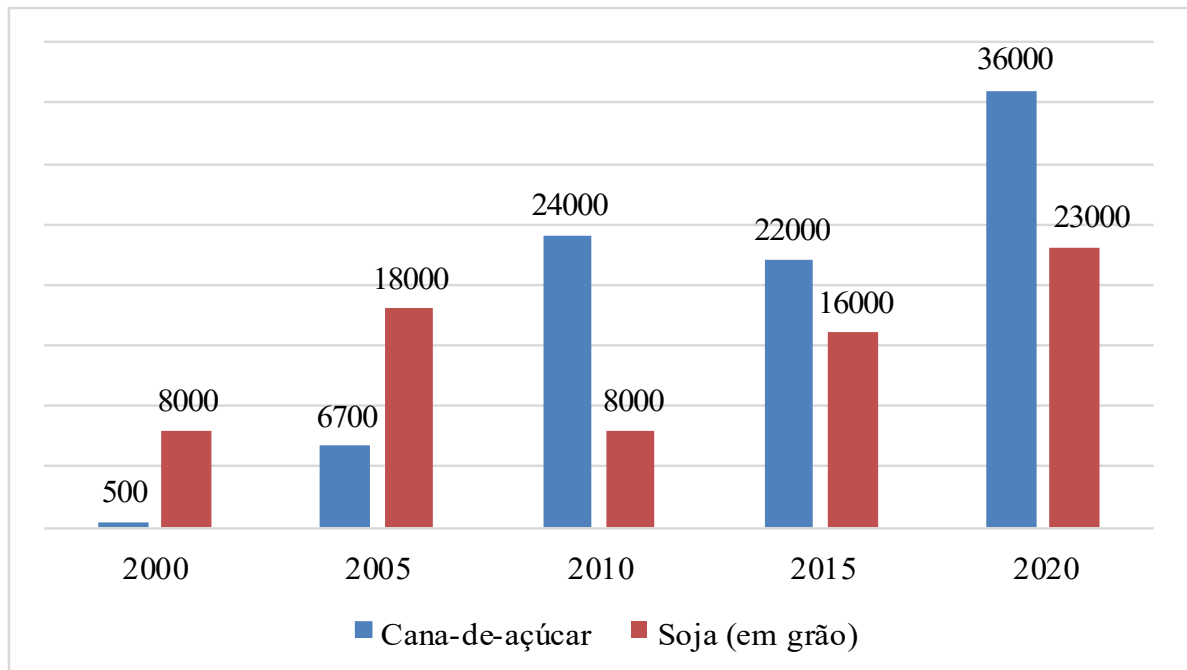
Gráfico 1 – Ituiutaba (MG): quantidade produzida (em toneladas) e área colhida (em hectares) de arroz em casca, 1975-2020



Fonte: IBGE – Produção Agrícola Municipal (2020). Org.: Andrade (2022).

Seguindo-se uma linha de raciocínio traçada entre o desaparecimento da cultura do arroz e a expansão das culturas da soja e da cana-de-açúcar percebe-se como o cultivo de alimentos tradicionais, produzidos pelos agricultores familiares, vem sendo substituído e sufocado pelas monoculturas voltadas para exportação, vinculadas ao agronegócio. Somado a isto, muitas áreas antes destinadas ao plantio de arroz também foram substituídas por pastagens. Fratari (2019, p. 128) destaca que o aumento das áreas destinadas ao plantio de soja e cana-de-açúcar nos últimos cinco anos no município contribuiu para a “[...] adesão ao arrendamento nas propriedades, sobretudo, dos produtores menos capitalizados, que enxergam no arrendamento de suas terras para usinas uma fonte de renda mais lucrativa e segura”. A seguir, representa-se no Gráfico 2 a dimensão do crescimento citado.

Gráfico 2 – Ituiutaba (MG): área colhida (em hectares) de cana-de-açúcar e soja (em grão), 2000-2020

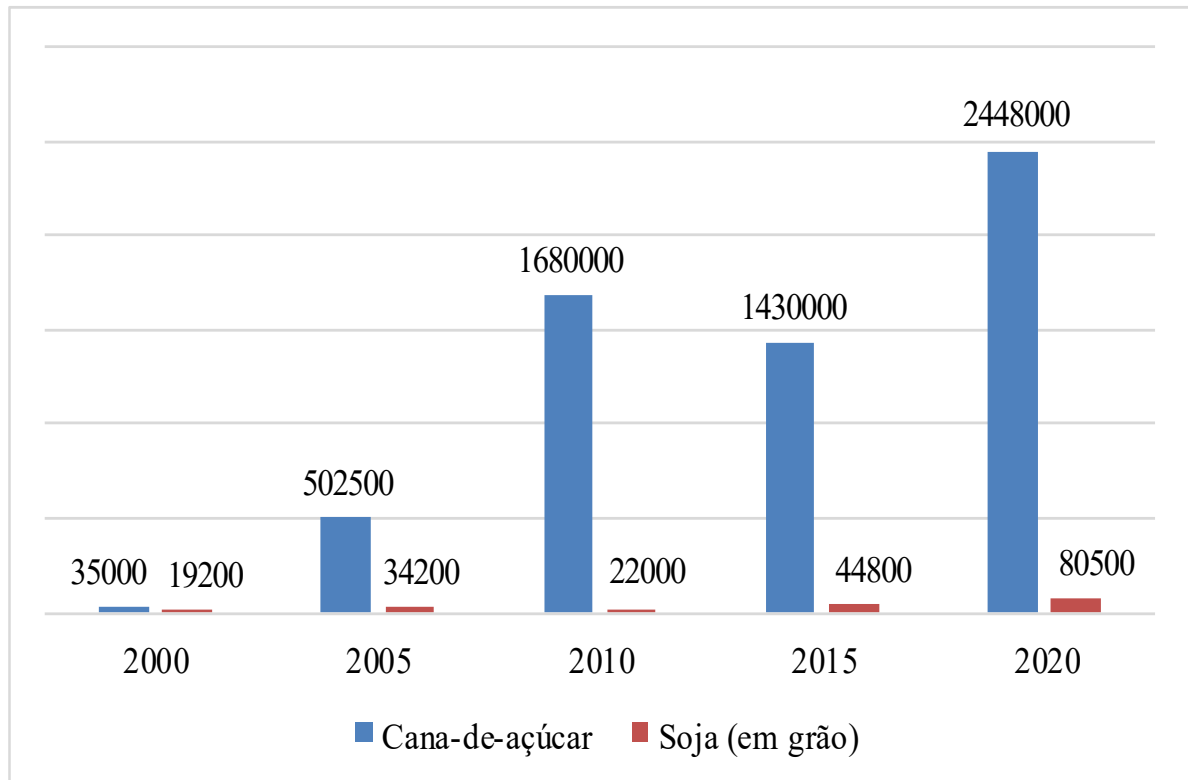


Fonte: IBGE – Produção Agrícola Municipal (2020). Org.: Andrade (2022).

Nota-se que a área colhida referente à cultura da soja quase triplicou num período de 20 anos, sendo possivelmente impactada pelo próprio cultivo da cana-de-açúcar, como, por exemplo, no ano de 2010 em que a área colhida ficou reduzida em relação ao aumento da área colhida de cana-de-açúcar. Já o crescimento da área colhida da cana-de-açúcar não deixa margens para dúvidas, pois é muito sobressalente. Passa-se em 20 anos de um discreto patamar de 500 hectares no ano de 2000 para 36.000 hectares em 2020. Gobbi e Pessôa (2009, p. 104) relatam em seu estudo, publicado no período de expansão do setor sucroenergético na microrregião de Ituiutaba, como a cana-de-açúcar estava crescendo em virtude da “[...] instalação de duas usinas de álcool, sendo uma no município de Canápolis e outra no município de Capinópolis. Estes dois municípios são vizinhos de Ituiutaba, e sua produção serve de matéria-prima para as usinas”.

No Gráfico 3 observa-se os números impressionantes da produtividade da cana-de-açúcar e da soja no município de Ituiutaba. São quase 2,5 milhões de toneladas de cana-de-açúcar produzidas no ano de 2020, um número quase 70 vezes maior do que a produção referente ao ano de 2000. Por sua vez, a soja teve a sua produtividade quadruplicada no mesmo intervalo, expandindo de cerca de quase 20.000 toneladas no ano de 2000 para mais de 80.000 toneladas em 2020.

Gráfico 3 – Ituiutaba (MG): produção (em toneladas) de cana-de-açúcar e soja (em grão), 2000-2020



Fonte: IBGE – Produção Agrícola Municipal (2020). Org.: Andrade (2022).

A pecuária também é atividade econômica marcante no município de Ituiutaba. A produção de leite, segundo dados divulgados pelo IBGE na Pesquisa da Pecuária Municipal, vem crescendo continuamente. Em 2000 foram produzidos 26.480 milhões de litros de leite, em 2005 foram 35.181 milhões de litros, já em 2010 foram 35.940 milhões de litros, aumentando para 47.846 milhões de litros em 2015 e 48.012 milhões de litros de leite em 2020. Fratari (2019) ressalta como a produção leiteira no município de Ituiutaba expandiu-se em virtude da instalação de indústrias processadoras de leite, como a Fazendeira, empresa local fundada em 1938 e a Nestlé S.A., multinacional instalada na cidade em 1974. Gobbi e Pessoa (2009, p. 104) reforçam que “[...] na década de 1970/80, os municípios da Microrregião de Ituiutaba passaram a investir numa economia voltada para o setor leiteiro e de carnes”.

Compreende-se através deste breve panorama da produção agropecuária do município de Ituiutaba no século XXI, que são predominantes os cultivos da soja, cana-de-açúcar e a criação do rebanho bovino leiteiro. Sendo assim, é neste cenário que os agricultores familiares lutam para garantir o seu espaço, a permanência no campo e o sustento da família. Em relação às culturas que estes pequenos agricultores permanecem produzindo, têm maior importância

no município o cultivo do abacaxi, banana, laranja, mandioca, melancia e milho (IBGE, PAM, 2020). Vale ressaltar que a falta de informações oficiais gera uma subnotificação em relação aos dados da produção destinada ao autoconsumo, inviabilizando a sua quantificação.

Boa parte da produção dos agricultores familiares do município é comercializada nas feiras livres que ocorrem na cidade de Ituiutaba. A produção é vendida tanto *in natura* como processada de diferentes formas. Além de frutas, legumes, verduras e hortaliças, encontram-se nas feiras uma enorme variedade de produtos fabricados pelos agricultores familiares. Sucos naturais da fruta de diversos sabores, produtos derivados da cana-de-açúcar como o melado, o caldo de cana, a cachaça e a rapadura, derivados do leite como o queijo e o requeijão, derivados do milho como a pamonha, a farinha e o mingau, derivados da mandioca como o polvilho e a farinha. Salgados, bolos, biscoitos e outras quitandas em geral. Pimentas, temperos, doces de diversas frutas, conservas, raízes, plantas medicinais, castanhas, sementes. Comercializa-se também peixes e frangos. Enfim, a variedade de produtos é imensa e a população local conta com uma fonte importante de abastecimento de gêneros alimentícios.

Na cidade de Ituiutaba são realizadas quatro feiras livres organizadas e geridas pela Prefeitura Municipal de Ituiutaba através da SMAPA. Semanalmente, realizam-se 3 feiras no Bairro Centro: às terças na Avenida Sírio Libanesa entre as ruas 14 e 12 (Figura 1), às quintas na Praça 13 de Maio (Figura 2) e aos sábados na Praça dos Trabalhadores (Figura 3). Aos domingos é realizada no bairro Junqueira a feira mais tradicional da cidade e também de maior porte, conhecida popularmente como “feira da Junqueira” (Figura 4). Todas são realizadas no período da manhã, com exceção da feira da Praça 13 de Maio que, atualmente (2022), realiza-se em dois turnos (manhã e noite).

Figura 1 – Ituiutaba (MG): Vista aérea da feira livre da Avenida Sírio Libanesa, realizada às terças-feiras, 2022



Fonte: Andrade (2022).

Figura 2 – Ituiutaba (MG): Feira livre da Praça 13 de Maio, realizada às quintas-feiras, 2022



Fonte: Andrade (2022).

Figura 3 – Ituiutaba (MG): Vista aérea da feira livre da Praça dos Trabalhadores, realizada aos sábados, 2022



Fonte: Andrade (2022).

Figura 4 – Ituiutaba (MG): Vista aérea da feira livre do Bairro Junqueira, realizada aos domingos, 2022



Fonte: Andrade (2022).

Para participar das feiras, os interessados procuram a sede da Secretaria ora referida e fazem um cadastramento prévio. Neste cadastro é preenchido o nome, endereço e telefone do feirante, além do produto a ser comercializado e estrutura que vai utilizar, também é definido o espaço (box) que vai ser ocupado e em quais feiras. Atualmente, não é cobrada nenhuma taxa dos feirantes.

As quatro feiras supracitadas foram o local de realização da pesquisa de campo. Entretanto, existem duas outras feiras que acontecem na cidade, que foram visitadas pela pesquisadora, mas que não fizeram parte da amostragem para realização das entrevistas. Uma é organizada pela Secretaria Municipal de Desenvolvimento Social e ocorre semanalmente às quartas-feiras na Praça Mário Natal Guimarães, bairro Natal, no período da noite. A outra é a chamada “Feira do Sindicato” realizada no bairro Progresso, na Praça Dezesesseis de Setembro, todas as sextas-feiras, no período vespertino, que é vinculada ao STRAAF. Por tratar-se, em sua grande maioria, dos mesmos feirantes que participam das demais feiras optou-se por realizar a pesquisa apenas com as feiras sob a responsabilidade da SMAPA.

As feiras realizadas na cidade de Ituiutaba constituem-se em espaços de comercialização, mas também de socialização, encontros, manifestações de diversidade, contato entre várias gerações, do rural com o urbano, em uma teia de interações que garante que esta tradição não se perca com o tempo. Santos (2021), fala sobre a experiência vivida na feira da Junqueira:

[...] torna-se fácil vislumbrar a socialização e área de lazer formada em seu entorno, ao visualizar um bar, localizado estrategicamente em uma esquina na rua onde acontece a feira e está com suas mesas ocupadas no horário da mesma. Outro perspicaz empreendedor, percebendo uma oportunidade de renda, instala um pula-pula para chamar a atenção das crianças e está pronto um local direcionado ao lazer nas manhãs de domingo. Ali pais, mães, grupos de amigos e familiares que foram à feira param, conversam, encontram amigos e criam uma intensa rede de socialização englobando a feira, o lazer e a sociedade (SANTOS, 2021, p. 79).

Dito isto, antes de proceder-se à apresentação dos resultados da pesquisa de campo, nos quais serão melhor detalhadas outras características da produção agropecuária do município de Ituiutaba, bem como das feiras livres que ocorrem na cidade, é importante mencionar que muito antes da pandemia da COVID ter início, o segmento dos agricultores familiares brasileiros já possuía inúmeros gargalos e dificuldades. Silva e Hespanhol (2016) apontam alguns dos principais problemas enfrentados por este segmento:

[...] dificuldades na produção e comercialização; dificuldades de acesso às políticas públicas voltadas para o grupo; carência de maquinários e mão de obra; precarização

dos acessos/estradas; inexistência de assistência médico hospitalar nas comunidades rurais; ausência de saneamento básico em suas localidades, dentre outros (SILVA; HESPANHOL, 2016, p. 407).

Graziano da Silva (2003, p. 114) assevera que a manutenção da pequena produção no Brasil “[...] deve ser entendida, portanto, como parte de uma luta de resistência para permanecer na terra pela absoluta falta de outra opção produtiva”. Santos e Santos (2020), ao estudarem a configuração da agricultura familiar, também destacam especificidades do segmento que merecem atenção:

[...] compreende-se de forma incontestável a importância da agricultura familiar para o Brasil. No entanto, apesar do reconhecimento através da criação de políticas públicas voltadas para o setor, das pesquisas científicas sobre o tema, da segurança alimentar, no quesito qualidade, falta a união dos elementos político, econômico, cultural e social para que as propostas sejam alicerçadas na vontade de fazer acontecer de forma real, na prática, a valorização desses sujeitos responsáveis por abastecer, com uma enorme diversidade de alimentos, a mesa de tantos brasileiros (SANTOS; SANTOS, 2020, p. 33).

Com o alastramento da pandemia da COVID, outras consequências e dificuldades somaram-se aos problemas já enfrentados pelos agricultores familiares. Forte e Máximo (2020) destacam os efeitos da crise sanitária e ressaltam a importância da aplicação de políticas públicas e ações da sociedade civil para o fortalecimento da cadeia produtiva da agricultura familiar:

Não é difícil observar os efeitos negativos do isolamento social na comercialização dos produtos da agricultura familiar, decorrente da diminuição da mobilidade de pessoas como estratégia de contenção da pandemia, em especial a agricultura familiar em comércio direto com o consumidor [...] Além das dificuldades de transporte e locomoção para os centros de consumo, próprios e precários para uma parcela dos agricultores familiares, o fechamento dos estabelecimentos de comercialização e consumo [...] tiveram suas consequências marcantes no escoamento da produção das famílias (FORTE; MÁXIMO, 2020, p. 358).

Estudos realizados por Fudemma *et al.* (2020, p. 19) com pequenos produtores rurais nos estados do Amazonas, Pará e São Paulo demonstraram “[...] superação das dificuldades impostas pela pandemia do Sars-CoV-2 e pela quarentena”, mas que “[...] as dificuldades apontadas tanto pelos GTs (gestores/técnicos) quanto PPRs (pequenos produtores rurais) foram muitas, principalmente a morosidade ou ausência do poder público” (p. 19) e que “os impactos sobre comercialização foram maiores que na produção de acordo com declarações de PPRs e GTs” (p. 24).

Cavalli *et al.* (2020) ao analisarem a agricultura familiar em tempos de COVID concluíram que:

As medidas de contenção da Covid-19 estão afetando negativamente a produção e as vendas de alimentos provenientes desse segmento produtivo. Para minimizar esses efeitos negativos, é fundamental que os formuladores de políticas, bem como os governos e a sociedade civil em geral, demonstrem que o investimento neste grupo social vale a pena e se justifica, tanto pela legitimidade representada por sua grande maioria numérica, quanto pelo potencial que representa para garantir o abastecimento, a soberania e a segurança nutricional (CAVALLI *et al.*, 2020, p. 5).

Diante de estudos já realizados nesta temática e de todas as consequências ainda não completamente dimensionadas devido ao ineditismo e à intensidade global desta pandemia, cumpre-se de grande relevância estudar os efeitos causados pela pandemia da COVID para os agricultores familiares feirantes do município de Ituiutaba-MG.

3 POLÍTICAS PÚBLICAS PARA A AGRICULTURA FAMILIAR: um desafio a ser vencido

Sem sombra de dúvidas, a pandemia da COVID colocou um holofote sobre diversos problemas sociais enfrentados no Brasil e no mundo. Grupos de pessoas com maior vulnerabilidade experimentaram adversidades diárias ainda mais acentuadas pelo contexto da pandemia e por todas as mudanças que advieram dele. Percebeu-se que mazelas relacionadas à discriminação por sexo, raça, cor, opção sexual etc., já consagradas e enraizadas culturalmente no país, tornaram-se um obstáculo ainda maior em tempos de COVID. No mundo do trabalho, para as diferentes categorias ocupacionais, não foi diferente.

O segmento dos agricultores familiares teve uma série de novas dificuldades provenientes da chegada da pandemia, bem como o agravamento de desafios já existentes. Dentre os entraves que já os afligiam há vários anos, notoriamente, dois dos principais gargalos sempre foram a comercialização dos produtos e a ausência de políticas públicas adequadas à categoria (bem como desmonte das políticas existentes). Deste modo, a presente seção conterà a discussão de algumas das principais políticas públicas ligadas à agricultura familiar e também, em âmbito municipal, as principais medidas e decretos publicados durante a pandemia pela Prefeitura Municipal de Ituiutaba que tiveram efeito para os agricultores familiares, especialmente aos que são feirantes. Objetiva-se analisar se estas medidas e políticas públicas foram capazes de dar suporte satisfatório a este grupo no período pandêmico.

Lamarche (1998, p. 271) cita a importância das políticas públicas destinadas ao pequeno produtor ao mencionar que “[...] a ação legislativa, jurídica, regulamentar e institucional do Estado desempenha um papel de primeiro plano na consolidação de um espaço de existência para a unidade de produção agrícola familiar”. Segundo o autor, o Estado tem função decisiva na “[...] perpetuação da unidade de produção agrícola familiar, seja através das políticas fundiárias de acesso à terra, das políticas de crédito para a modernização ou de diversas disposições jurídicas ou regulamentares” (p. 272). A agricultura familiar poderia ser entendida, na visão do autor, como uma criação do próprio Estado:

Essa representação que concede ao Estado um papel decisivo no futuro do agricultor reforça uma interpretação da agricultura familiar moderna que considera essa forma social de produção agrícola como uma criação do Estado, que assegura sua existência através de normas legislativas e jurídicas. É verdade que o Estado está tão presente na agricultura, que podemos nos perguntar se não se trata de um

componente desse modo de exploração e não de um ator externo mais ou menos determinante (LAMARCHE, 1998, p. 284).

A agricultura familiar situa-se em um contexto histórico no qual os grandes proprietários e, por consequência, a produção em larga escala, são os maiores beneficiados pelas políticas públicas destinadas ao setor agropecuário. Conforme menciona Schneider (2009, p. 62) “[...] o principal objetivo das políticas agrícolas brasileiras, a partir de meados do século XX foi justamente o fortalecimento de um dos padrões de desenvolvimento agrário, a produção agrícola e animal em grande escala”. Para Graziano da Silva (2003), as políticas agrícolas acabam beneficiando apenas determinados grupos, destinando vultuosos volumes de recursos à uma parcela restrita de grandes produtores, enquanto que a massa de camponeses fica pouco assistida. De acordo com o autor,

a ótica que tem prevalecido nas políticas agrícolas no Brasil desde o pós-guerra é de estimular a oferta de produtos agrícolas, de maneira geral (via crédito subsidiado) ou por meio de medidas específicas (políticas por produto e programas regionais). Apenas a partir de meados dos anos 70 as políticas agrícolas passaram a ter uma diferenciação também pelo tipo de produtor (pequeno, médio e grande), estabelecendo-se taxas distintas para os empréstimos do crédito rural. Isso, no entanto, ainda está longe de dar conta da extrema diversidade social dos produtores rurais e, sobretudo, dos distintos papéis da pequena produção na organização agrária (GRAZIANO DA SILVA, 2003, p. 128).

Na visão de Tedesco (2001, p. 87) “[...] o conjunto de medidas que visam orientar, disciplinar e promover o meio rural, a curto, médio e longo prazos, para manter ou ascender o nível de vida, é chamado de política agrícola”. O autor considera que, no Brasil, estas políticas estão intimamente ligadas a aspectos das safras e são, por este motivo, inoportunas e insatisfatórias. Ele explica que “[...] qualquer política agrícola para que tenha sucesso, deverá plantar-se nos princípios: educativo, programado, participativo, cooperado, democrático, sistêmico e sem distinção” (TEDESCO, 2001, p. 87).

Se as políticas agrícolas beneficiam especialmente aos grandes produtores, pode-se, em complemento, inferir como a manipulação do crédito agrícola também funciona de modo similar. Constata-se uma enorme dificuldade, por parte dos agricultores familiares, no acesso ao financiamento necessário para o desenvolvimento de suas atividades. Na concepção de Alves (2001, p. 29) “[...] os pequenos agricultores são discriminados, mas não pela tecnologia, como muitos pensam. Mas, sim, pelo mercado financeiro”, ou seja, não há crédito suficiente para investir, não há prazo hábil para pagar e nem uma taxa de juros mais adequada ao segmento dos agricultores familiares. Tedesco (2001), numa perspectiva ampliada e voltada para aspectos sociais e ambientais, afirma que:

Qualquer tipo de subsídio e financiamento só deve existir se produzir um desenvolvimento sustentável e participativo pelos agricultores e as tecnologias introduzidas tiverem estas características: sejam socialmente desejáveis, economicamente viáveis, ecologicamente sustentáveis, administrativamente compatíveis e tecnicamente recomendáveis. Dessa maneira, as soluções seriam individualizadas por propriedade dentro do processo participativo, com orientação gerencial, técnica, política e social (TEDESCO, 2001, p. 77).

A enorme diversidade da agricultura familiar manifestada num país de vasta extensão territorial como o Brasil, coloca-se como desafio à formulação e implementação de políticas públicas mais efetivas. Os programas já existentes esbarram justamente na falta de interação com as dinâmicas locais nas diferentes partes do país, nas quais os agricultores familiares colocam em prática suas tradições e ensinamentos para melhor adaptarem-se e sobreviverem de acordo com a realidade local. Graziano da Silva (2003) discorre nesse sentido ao mencionar que:

[...] dado o avanço do capitalismo e a decorrente intensificação do processo de diferenciação da estrutura social no campo, não é mais possível pensar as políticas para o setor agropecuário ‘em bloco’ ou ‘por produto’. Um reconhecimento mínimo da heterogeneidade daquela estrutura e, conseqüentemente, da diversidade, das necessidades e reivindicações das categorias de produtores aí presentes é um passo imprescindível na formulação e condução de uma política realmente nova para a agricultura brasileira (GRAZIANO DA SILVA, 2003, p. 133).

De acordo com Buainain (2007, p. 167) “[...] a política de apoio à agricultura familiar vem operando de forma genérica, sem levar em conta a questão daquelas insuficiências que de fato fazem a diferença”, sendo assim, torna-se necessário encontrar o ponto chave para melhorá-la. Navarro e Pedroso (2011, p. 12) ressaltam que a expressão agricultura familiar parece ser “[...] consensual e não problematizável, com um número crescente de ações governamentais a ela dirigida, em diversos âmbitos, como se fosse homogêneo o imenso conjunto de estabelecimentos rurais designados como familiares”. Bianchini (2015) corrobora alertando também sobre a necessidade de se observar a diversidade regional dos agricultores familiares.

Tonneau e Sabourin (2007) colocam a interação entre as políticas públicas e as dinâmicas locais como fator central a ser considerado para que se obtenha resultados mais efetivos. Desta forma, tem importância tanto o conteúdo e as modalidades de implementação dos programas e políticas públicas, quanto a capacidade dos agricultores familiares se apropriarem destas. Para tanto, é necessário que governo e comunidades locais se mobilizem e se articulem para viabilizar a implementação das políticas e programas de acordo com as dinâmicas ali estabelecidas. “A questão da flexibilidade e, sobretudo, da capacidade de

adaptabilidade das políticas em andamento, é central para a evolução da agricultura e da economia brasileira” (TONNEAU; SABOURIN, 2007, p. 9).

Quando a criação e implementação das políticas públicas não levam em conta os pressupostos operacionais peculiares das unidades de produção familiares, acabam por fragilizá-las, não sendo capazes de exercer o seu papel de suporte e apoio. Tanto a dispersão espacial quanto a diferenciação socioeconômica dos agricultores familiares são fatores fundamentais a serem considerados na formulação de políticas públicas. De acordo com Buainain (2007):

Essas características são relevantes na medida em que condicionam objetivos, estratégia e instrumentos de intervenção para a promoção do desenvolvimento da agricultura familiar. Portanto, do ponto de vista da política pública, é importante aprofundar a análise em duas direções. Em primeiro lugar, identificar as áreas de concentração da agricultura familiar, localizando-as geograficamente nos estados e regiões administrativas. Em segundo, identificar com mais detalhe as principais características dos agricultores familiares nessas grandes áreas de concentração (BUAINAIN, 2007, p. 67).

A agricultura familiar, enquanto forma social de trabalho e produção extremamente relevante no Brasil para o abastecimento alimentar, demanda legitimidade política e formal. Necessita também de mudanças mais significativas nas políticas públicas que venham a reduzir sua vulnerabilidade e dependência em relação à fatores externos a propriedade, ou seja, o seu grau de mercantilização. Neste sentido, busca-se por melhorias que possam aumentar a autonomia dos agricultores familiares e que possam garantir a sua reprodução social e econômica.

Dentre alguns programas e políticas existentes em âmbito nacional e que produzem efeito para o segmento dos agricultores familiares, é importante discutir nesta seção o Programa Nacional de Fortalecimento da Agricultura Familiar (PRONAF), o Programa de Aquisição de Alimentos (PAA), este recentemente substituído pelo Programa Alimenta Brasil (PAB) e o Programa Nacional de Alimentação Escolar (PNAE).

3.1 Programa Nacional de Fortalecimento da Agricultura Familiar (PRONAF)

Instituído pelo Decreto nº 1.946, de 28 de junho de 1996, no governo do presidente Fernando Henrique Cardoso, o PRONAF representa um marco na trajetória da agricultura familiar brasileira desde a sua criação até os dias atuais. Em meio ao amplo debate estabelecido nos anos de 1990 em torno da conceituação e utilização do termo agricultura

familiar o PRONAF parece ter sido um elemento aglutinador, que reuniu as diferentes concepções acerca do tema contribuindo para uma maior legitimidade da categoria.

A criação do PRONAF, segundo Santos (2021, p. 57), ocorreu em virtude da “[...] inexistência de políticas focadas e centralizadas para o segmento da agricultura familiar e o seu modelo trouxe a colaboração de várias frentes governamentais com o objetivo único de propor ações visando à valorização da agricultura familiar”. Para Bianchini (2015, p. 23) “[...] a luta por um crédito diferenciado, capaz de realizar a reconversão das unidades de produção familiar” é a marca da criação do programa. É mencionado por Sauer (2008, p. 22) que o PRONAF foi implementado em resposta a reivindicações históricas provenientes do movimento sindical rural “[...] que exigia políticas públicas diferenciadas para os setores empobrecidos do campesinato – ou menos capitalizados – e historicamente excluídos dos programas governamentais de crédito rural”. O autor ainda destaca que:

A criação do Pronaf, além de marco histórico, pois foi o primeiro programa governamental voltado para esse segmento social, representou a legitimação do conceito pelo Estado. À legitimação, seguiu-se uma série de estudos acadêmicos, marcados por embates teóricos para caracterizar termos e conceitos, sobre o rural e a importância da expressão ‘agricultura familiar’ como um novo ‘conceito-síntese’ capaz de caracterizar todo um setor no meio rural (SAUER, 2008, p. 22).

A utilização da expressão agricultura familiar, mesmo sendo considerada inadequada conceitualmente na concepção de Navarro e Pedroso (2011, p. 18), de acordo com os próprios autores, “[...] representou um marco histórico, quando democratizou o acesso aos fundos públicos destinados à agropecuária”. Segundo os autores houve no Brasil uma “[...] confusão entre ação governamental e teoria social” e também um “[...] desconhecimento (e desinteresse) sobre os amplos debates sobre as formas familiares de produção agrícola, que foram animados pelos cientistas sociais norte-americanos e europeus” (p. 70). Estes dois fatores seriam responsáveis, no ponto de vista dos autores, pelo padecimento do debate sobre a agricultura familiar no Brasil, representando um entrave na formulação de políticas públicas. Por outro lado, eles atenuam que:

Agricultura familiar, atualmente, é expressão que já encontrou uma forte consolidação institucional para justificar sua permanência, incentivando esforços (da produção acadêmica e das políticas governamentais) mais robustos que aperfeiçoem tanto o conhecimento da realidade social quanto a eficácia da ação do Estado (NAVARRO; PEDROSO, 2011, p. 225).

O debate em âmbito acadêmico sobre quem seria o agricultor familiar e quem seria o campesino movimentou a década de 1990 no país, apresentando contribuições de diversos

autores. Todavia, o PRONAF acabou consagrando a difusão e institucionalização do termo agricultura familiar no Brasil e a Lei nº 11.326, de 24 de julho de 2006, também contribuiu para isto ao estipular os critérios que delimitariam o conjunto de estabelecimentos e produtores considerados como familiares. Schneider (2009) expõe sua concepção sobre quem seria o “verdadeiro” sujeito para o qual se destina esta política pública:

Como um ‘profissional como outro qualquer’, o ‘verdadeiro agricultor’ deve demonstrar ‘capacidade empresarial’ para competir no mercado e encontrar na atividade agrícola a fonte de quase totalidade da renda familiar. Tal modelo foi o que serviu de referência para a formulação do Pronaf, na sua origem, tendo suscitado um polêmico debate sobre o limite permitido do rendimento não-agrícola na renda familiar de modo a não descaracterizar o produtor como um ‘verdadeiro agricultor’ (SCHNEIDER, 2009, p. 173).

Carneiro (1997, p. 77) contribui sobre o tema ao afirmar que são considerados beneficiários do PRONAF “[...] os agricultores familiares reconhecidos como em transição – aqueles que, ainda não consolidados como empresa, possuem amplo potencial de viabilização econômica” e que o verdadeiro agricultor seria um “[...] profissional com capacidade empresarial apto para encontrar na atividade agrícola a fonte da quase totalidade da renda familiar” (p. 78). Sob o ponto de vista da autora, estariam à margem do processo milhões de agricultores que desempenham, complementarmente, atividades não-agrícolas.

Adicionalmente, Carneiro (1997) critica o fato do agricultor ser considerado como “um profissional como outro qualquer”, sendo que isto implicaria em negar todas as peculiaridades culturais e a diversidade que envolve o estilo de vida e de produção dos agricultores familiares. Ela afirma que:

Levar em conta as potencialidades locais (da natureza, do mercado de trabalho e da cultura) implica ampliar a noção de agricultor de maneira a incorporar também aqueles que combinam a agricultura com outras atividades. Integrando o social e o cultural ao econômico é possível conceber uma política pública que vá além da simples implantação de novos arranjos tecnológicos e que incorpore os hábitos e os costumes locais ainda que estes sejam considerados “tradicionalistas”. Combinar “modernidade” e “tradição” significa ampliar o raio de ação das políticas intervencionistas de modo a assimilar práticas próprias da sociabilidade local contribuindo, assim, para o enraizamento “sustentável” da população rural e a formulação de soluções específicas para cada situação em que se encontram as diferentes formas de agricultura familiar (CARNEIRO, 1997, p. 79-80).

Em sua formulação inicial, através do Decreto nº 1.946, de 28 de junho de 1996, o PRONAF teve como finalidade “promover o desenvolvimento sustentável do segmento rural constituído pelos agricultores familiares, de modo a propiciar-lhes o aumento da capacidade produtiva, a geração de empregos e a melhoria de renda” e seria uma parceria entre “os

Governos Municipais, Estaduais e Federal, a iniciativa privada e os agricultores familiares e suas organizações” (BRASIL, 1996).

Dentre as principais diretrizes do programa, quando de sua criação, destacam-se: a melhoria da qualidade de vida dos agricultores familiares, o aprimoramento profissional e das tecnologias empregadas por este grupo, a viabilização da infraestrutura física e social necessária à execução das atividades nos estabelecimentos, atendimento de demandas levantadas localmente, agilizar processos administrativos que envolvam a agricultura familiar, promover a participação dos agricultores nas decisões voltadas ao programa, promover parcerias entre o setor público e o privado para ações em prol da categoria e estimular ações de desenvolvimento da mesma (BRASIL, 1996).

Já em 1999, no segundo governo do presidente Fernando Henrique Cardoso, o PRONAF é reformulado em alguns aspectos e deixa de fazer parte do Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento (MAPA), passando a integrar o recém-criado Ministério do Desenvolvimento Agrário (MDA). No MDA, que incorporou também o INCRA, foi criada a Secretaria da Agricultura Familiar (SAF) que passou a tratar dos assuntos relativos ao segmento dos agricultores familiares, inclusive o PRONAF.

Com a extinção do MDA em 2016 transferem-se as suas competências para o Ministério do Desenvolvimento Social (MDS). No mesmo ano, todas as atribuições do MDA que estavam sob a responsabilidade do MDS são repassadas para a Secretaria Especial de Agricultura Familiar e do Desenvolvimento Agrário (SEAD), ligada diretamente à Casa Civil da Presidência da República. Já em 2019, cria-se a Secretaria de Agricultura Familiar e Cooperativismo, que passa a abarcar as funções da SEAD, retornando à estrutura do MAPA.

De acordo com as informações constantes na página eletrônica do MAPA, o agricultor familiar que deseja usufruir das linhas de crédito do PRONAF necessita de uma Declaração de Aptidão ao Programa Nacional de Fortalecimento da Agricultura Familiar (DAP), ela é

o instrumento utilizado para identificar e qualificar as Unidades Familiares de Produção Agrária (UFPA) da agricultura familiar e suas formas associativas organizadas em pessoas jurídicas. A DAP é a porta de entrada do agricultor familiar às políticas públicas de incentivo à produção e geração de renda. Como uma identidade, o documento tem dados pessoais dos donos da terra, dados territoriais e produtivos do imóvel rural e da renda da família. Para acessar uma linha de crédito do Pronaf, por exemplo, é imprescindível a DAP, pois nela consta informações que darão segurança jurídica para as transações de financiamentos. Além dos agricultores/as familiares, são beneficiários da DAP pescadores artesanais, aquicultores, maricultores, silvicultores, extrativistas, quilombolas, indígenas, assentados da reforma agrária e beneficiários do Programa Nacional de Crédito Fundiário (BRASIL, 2019).

Para Carneiro (1997), o PRONAF teve referências em experiências europeias, principalmente da França, cuja associação com o Brasil em estudos sobre a agricultura familiar foi profícua na década de 1990. A autora assevera que o programa traduz uma lógica produtivista, fundada na tecnificação e rentabilidade crescentes, que, na teoria, proporcionariam ao agricultor familiar uma melhor qualidade de vida no meio rural e viabilizariam a sua inserção no cenário competitivo da economia nacional. Todavia, a crescente tecnificação coloca-se em contradição com o objetivo de ampliar a oferta de empregos no campo, pois ela acaba gerando excedentes de mão-de-obra. Como alternativa para a absorção deste excedente e diminuição do êxodo rural, tem-se a realização da reforma agrária, que poderia ampliar a área destinada para as atividades dos pequenos produtores ao propiciar o acesso à terra.

Schneider, Mattei e Cazella (2004, p. 2) consideram que o PRONAF surgiu com a “[...] finalidade de prover crédito agrícola e apoio institucional aos pequenos produtores rurais que vinham sendo alijados das políticas públicas até então existentes e encontravam sérias dificuldades de se manter no campo”. Segundo os autores, serviram de base para as primeiras formulações do programa os estudos realizados pelo convênio FAO/INCRA e também o Programa de Valorização da Pequena Produção Rural (PROVAPE), criado em 1994, no governo do presidente Itamar Franco. Com a reformulação total do PROVAPE, origina-se o PRONAF, que

tem se firmado como a principal política pública do Governo Federal para apoiar os agricultores familiares. Deve-se registrar, no entanto, que, no ano de 1996, apenas as ações relativas ao crédito de custeio foram implementadas e que a ampliação do programa para as áreas de investimentos, infra-estrutura e serviços municipais, capacitação e pesquisa, só ocorreu a partir de 1997, quando o PRONAF ganhou maior dimensão e passou a operar de forma integrada em todo território nacional (SCHNEIDER; MATTEI; CAZELLA, 2004, p. 3).

Os autores supracitados prosseguem citando as quatro principais linhas de atuação do PRONAF, a saber:

a) Crédito de custeio e investimento destinado às atividades produtivas rurais; b) Financiamento de infra-estrutura e serviços a municípios de todas as regiões do país, cuja economia dependa fundamentalmente das unidades agrícolas familiares; c) Capacitação e profissionalização dos agricultores familiares através de cursos e treinamentos aos agricultores, conselheiros municipais e equipes técnicas responsáveis pela implementação de políticas de desenvolvimento rural; d) Financiamento da pesquisa e extensão rural visando a geração e transferência de tecnologias para os agricultores familiares (SCHNEIDER; MATTEI; CAZELLA, 2004, p. 3).

Pode-se dizer que as principais políticas e medidas voltadas para a agricultura brasileira estão reunidas, a partir de 2003, no que se denomina Plano Safra. De acordo com Bianchini (2015, p. 69) este plano visa, dentre outras diretrizes mais amplas, à “[...] promoção, ao fortalecimento e à consolidação da agricultura familiar para um rural sustentável, por meio do incremento do PRONAF Crédito e de um conjunto de novos instrumentos de políticas públicas”. Ainda de acordo com o autor, as principais políticas ligadas à agricultura familiar que o compõem são:

- PRONAF Crédito Rural: financia atividades agrícolas, não agrícolas, investimentos coletivos e de cooperativas utilizando as linhas de custeio e investimento;
- Seguro da agricultura familiar (SEAF): garante proteção financeira ao agricultor e ao próprio financiamento em caso de perdas vultosas provenientes de eventos climáticos e/ou doenças e pragas cujo controle não seja conhecido;
- Seguro-garantia safra: beneficia agricultores familiares que estejam abaixo da linha de pobreza e é acionado em caso de perdas de produção acima de 50% em determinadas culturas;
- Programa de Garantia de Preços da Agricultura Familiar (PGPAF): garante um preço de remuneração da produção nunca inferior ao estabelecido na Política de Garantia dos Preços Mínimos, proporcionando uma estabilidade produtiva aos agricultores familiares;
- Compras institucionais: Programa de Aquisição da Agricultura Familiar (PAA) e Programa Nacional de Alimentação Escolar (PNAE), que serão discutidos na próxima subseção;
- Assistência técnica e extensão rural (ATER): fornece auxílio técnico aos agricultores familiares, objetivando articular a pesquisa com a difusão de tecnologias que melhorem a renda destes agricultores e a sua qualidade de vida;
- Pesquisa agropecuária: pesquisa, desenvolvimento e inovação viabilizados pelos trabalhos da Empresa Brasileira de Pesquisa Agropecuária (EMBRAPA);
- Plano Nacional de Agroecologia e Produção Orgânica (PLANAPO): possui foco em práticas agroecológicas e busca fortalecer tanto compras governamentais quanto o consumo pela sociedade em geral dos produtos agroecológicos.

Na concepção de Tonneau e Sabourin (2007, p. 35) o PRONAF “[...] inaugura um novo modelo do Estado intervir com relação à agricultura familiar regional”. De acordo com os autores o programa caracteriza-se por ser

uma política pública que leva em conta as especificidades da agricultura familiar, as suas estratégias de reprodução social, a forma diversificada de produção etc. Enfim, o Pronaf foi pensado e construído visando justamente atender às demandas dessa categoria social dos espaços rurais brasileiros (TONNEAU; SABOURIN, 2007, p. 35).

Todavia, os autores supracitados chamam atenção para o fato de que o PRONAF financia especialmente determinados tipos de culturas que sobressaem no cenário nacional, principalmente aquelas destinadas à exportação, como a soja e o milho. Isto fomenta a chamada especialização produtiva, que é a “[...] situação em que o agricultor familiar é levado, pela política pública, a plantar o que esta financia”, o que acaba resultando numa contradição, pois as unidades familiares funcionam “[...] com base em sistemas produtivos e atividades econômicas diversificadas e não com um elenco restrito de operações de cultivo e de reprodução social” (TONNEAU; SABOURIN, 2007, p. 38).

Sendo assim, o PRONAF acaba por contribuir para a reprodução de um modelo produtivista, que leva os pequenos agricultores a uma maior fragilização, devido à dependência externa gerada por este padrão de agricultura, ou seja, ficam extremamente expostos aos condicionantes do mercado. O que se verifica é que o estímulo e incentivo primordial é para as atividades produtivas mercantis, ficando a produção de alimentos básicos relegada a um plano secundário. Daí pode-se deduzir que existe um duplo movimento, que é histórico no país, em que uma grande massa de agricultores tenta se integrar ao modelo produtivista vigente enquanto que outros tantos buscam formas de produção alternativas ao modelo atual. As políticas públicas, por sua vez, acabam acompanhando esse movimento dual, ora visando promover a produção familiar ora induzindo e fortalecendo, mesmo que indiretamente, o padrão baseado na produtividade e rentabilidade crescentes.

É inegável a importância do crédito rural para o desenvolvimento das atividades dos agricultores familiares, estes, por possuírem, em sua grande maioria, pequenas extensões de terra, necessitam potencializar ao máximo o aproveitamento dos recursos para garantir o sustento da família. Desde 1965, a partir da criação do Sistema Nacional de Crédito Rural (SNCR), o segmento dos agricultores familiares “[...] ingressou em novas estratégias de reprodução social, pois a partir desse período é que ocorre a sua maior integração ao mercado e o início da tomada de financiamentos públicos” (TONNEAU; SABOURIN, 2007, p. 35).

Bianchini (2015, p. 5) destaca que, em 20 anos de existência do PRONAF (1995-2015), o programa “[...] aplicou aproximadamente R\$160 bilhões em mais de 27 milhões de contratos, nas diferentes modalidades, para diferentes tipologias de agricultores familiares. Desses recursos, em torno de 50% foram disponibilizados para operações de investimentos”.

Menciona ainda que o PRONAF vem se consolidando “[...] atingindo mais de 1 milhão de famílias por ano safra” (p. 11). Para Abramovay e Veiga (1998) é possível elucidar os motivos da necessidade de uma política de crédito voltada à agricultura familiar:

A existência de uma política de crédito voltada à agricultura familiar encontra sua justificativa naquilo que os economistas chamam de falha de mercado: a contribuição positiva desse setor à ocupação e geração de renda no campo é inibida por dois fatores básicos: pela ausência de condições infra-estruturais para a valorização de seu trabalho, tema ao qual o PRONAF-M pretende responder, e pelas dificuldades que o setor bancário opõe a que um segmento dotado de precária base patrimonial e incapaz de oferecer contrapartidas faça parte de sua clientela regular (ABRAMOVAY; VEIGA, 1998, p. 26).

Logicamente, o crédito não chega a todos os agricultores familiares que dele necessitam, esbarrando, principalmente, em questões burocráticas e regulamentações adicionais estabelecidas pelo sistema bancário. Conforme relembram Abramovay e Veiga (1998, p. 39) “[...] é bem mais fácil indicar as características gerais da população a ser beneficiada por um programa governamental que atingir na prática o alvo desejado”. Todavia, Buainain (2007) discorre em uma perspectiva mais ampla sobre as políticas públicas. O ponto de vista do autor abrange o processo de globalização e, por este motivo, considera que a formulação de políticas públicas deveria ir além da oferta do crédito agrícola, de serviços de extensão rural ou de novas tecnologias:

A heterogeneidade da agricultura familiar no Brasil, reflexo da diversidade de contextos socioculturais no qual ela se insere, exige a adoção de políticas diferenciadas que não podem se restringir à reedição de modelos de oferta de crédito barato ou serviços de extensão rural ou de oferta de tecnologias supostamente adequadas. É necessário que as ações sejam compatíveis com a institucionalidade que emergiu do processo de globalização. Embora ainda existam fortes resistências quanto ao uso do mecanismo de mercado para solucionar várias questões, já se encontra disseminada a visão de que grupos sociais marginalizados devem ser inseridos competitivamente no novo ambiente de abertura econômica e política. A idéia de assistencialismo tem assumido uma posição secundária no rol das políticas colocadas em prática, sendo dada ênfase cada vez maior ao fortalecimento da capacidade produtiva. Na verdade, a ênfase dada a um ou outro aspecto deve variar de programa para programa, de região para região, dando-se prioridade ora às questões mais elementares para a difusão de tecnologias, como a educação e a assistência técnica (governamental, não-governamental, ou privada), ora a questões mais complexas de política de comercialização, como o desenvolvimento de mercados seguros, capazes de reduzirem os riscos associados à inovação (BUAINAIN, 2007, p. 162).

Schneider, Mattei e Cazella (2004, p. 8), basearam-se em relatórios de uma pesquisa realizada por Ricardo Abramovay, para afirmarem que o PRONAF fez surgir três relevantes inovações: “[...] reconhecimento dos agricultores familiares como protagonistas das políticas

públicas; a criação de um processo de negociação entre os agricultores e suas organizações e o governo; e o estabelecimento de um enfoque territorial para as políticas públicas”. Reconhecendo que o programa foi reformulado ao longo dos anos para atender a uma realidade extremamente diversificada na qual se constitui a agricultura familiar, Tonneau e Sabourin (2007) também identificaram alguns importantes avanços do PRONAF:

i) articulação do crédito a outras políticas (garantias de compra, aquisição de produtos da agricultura familiar, programa Fome Zero etc.); ii) estruturação de uma política de assistência técnica e extensão rural; iii) criação de linhas específicas de financiamento (jovens, mulheres, agroecologia, semi-árido etc.), apesar das dificuldades de operacionalização; iv) identificação das cadeias produtivas em nível nacional, no sentido de desenvolver ações específicas visando à inserção no mercado (TONNEAU; SABOURIN, 2007, p. 296).

Sinteticamente, as mudanças implementadas no PRONAF, desde a sua criação em 1995, resultaram numa maior distribuição de recursos entre as diferentes regiões do país e no aumento do volume da verba destinada ao programa, o que beneficia uma gama de agricultores familiares. As condições de financiamento, com taxas de juros abaixo das comumente praticadas pelo mercado contribuem para aumentar o número de produtores que recorrem ao programa. Contudo, algumas distorções permanecem, novos elementos surgem com o caminhar dos anos, o que demanda atenção constante do Governo para repensar e reformular o PRONAF. Exemplo disso é a produção para autoconsumo, que segue sem praticamente nenhuma forma de apoio específico para o seu desenvolvimento. Falta também muito diálogo entre o setor público e os atores locais, o que permitiria identificar melhor a situação dos agricultores e projetar de forma mais concreta e eficiente as ações para o desenvolvimento do segmento.

Organizações locais fortes são essenciais para fazer acontecer a política pública. Elas podem e devem se mobilizar para utilizar as políticas existentes e propor as adequações necessárias. Tonneau e Sabourin (2007) fazem menção à ideia de *empowerment*, ou seja, um empoderamento que leve os agricultores familiares a participarem mais ativamente e terem maior controle sobre as decisões dos assuntos que os afetam. Nesta perspectiva, espera-se desses agricultores a capacidade de diálogo e negociação com os setores e agentes públicos.

É relevante mencionar que as políticas públicas contemplam, normalmente, apenas os aspectos econômicos e produtivos concernentes aos estabelecimentos familiares. O fortalecimento dos aspectos que realmente trazem sentido e caracterizam a agricultura familiar, que são os seus aspectos sociais e culturais, o modo de vida do núcleo familiar, não costumam ser contemplados. A noção de organização ancorada no conceito de território, no

qual são compartilhados ensinamentos, histórias e modos de produção, é crucial para o fortalecimento dos agricultores familiares enquanto atores locais que, a partir daí, conseguem dar sentido às políticas públicas formuladas pelos governos.

3.2 Programa de Aquisição de Alimentos (PAA) e Programa Nacional de Alimentação Escolar (PNAE)

O Programa de Aquisição de Alimentos (PAA) e o Programa Nacional de Alimentação Escolar (PNAE) representam, dentre outros aspectos, a possibilidade de melhor escoamento da produção da agricultura familiar, valorizando este segmento e, ao mesmo tempo, abarcando peculiaridades e heterogeneidades que o envolvem no que tange à comercialização local e regional da produção. A utilização dos produtos oriundos da agricultura familiar na merenda escolar, por exemplo, cria uma rede de consumo capaz de estimular e incentivar a aquisição desses gêneros alimentícios por outros segmentos do mercado.

Conforme já mencionado neste trabalho, as dificuldades na comercialização da produção da agricultura familiar representam um dos grandes gargalos para o avanço da categoria e para a melhoria da geração de renda nos pequenos estabelecimentos. Buainain (2007) cita os canais de comercialização como instrumentos capazes de garantir maior competitividade de mercado aos pequenos agricultores:

Aspectos socioeconômicos ligados à produção agropecuária familiar têm levado o Estado a utilizar instrumentos de política pública que viabilizem a competitividade sustentada desses empreendimentos. Entre essas ações encontra-se, principalmente, a concessão de crédito em condições facilitadas. Outras ações situam-se no âmbito da utilização de canais privilegiados para o escoamento da produção agrícola familiar (caso da compra de produtos originários da agricultura familiar para a merenda escolar, por exemplo). Existem ainda ações que visam gerar informações sobre os mercados reais ou potenciais para produtos da agricultura familiar e capacitar gerencialmente os agricultores familiares para que eles possam inserir-se adequadamente nas cadeias agroindustriais do agronegócio nacional (BUAINAIN, 2007, p. 144).

O PAA foi instituído pela Lei nº 10.696, de 02 de julho de 2003. Em seu artigo 19, esta Lei estabelece como finalidade do programa “[...] incentivar a agricultura familiar, compreendendo ações vinculadas à distribuição de produtos agropecuários para pessoas em situação de insegurança alimentar e à formação de estoques estratégicos” (BRASIL, 2003). Os objetivos do programa ligam-se intimamente ao combate à fome e a garantia de segurança alimentar, permitindo que a aquisição de produtos agropecuários seja realizada de forma

direta, sem necessidade de licitação, desde que praticados preços que não excedam o valor normal de mercado. Com as alterações provenientes da Lei nº 12.512, de 14 de outubro de 2011, as finalidades do PAA são assim estabelecidas:

- I - incentivar a agricultura familiar, promovendo a sua inclusão econômica e social, com fomento à produção com sustentabilidade, ao processamento de alimentos e industrialização e à geração de renda;
- II - incentivar o consumo e a valorização dos alimentos produzidos pela agricultura familiar;
- III - promover o acesso à alimentação, em quantidade, qualidade e regularidade necessárias, das pessoas em situação de insegurança alimentar e nutricional, sob a perspectiva do direito humano à alimentação adequada e saudável;
- IV - promover o abastecimento alimentar, que compreende as compras governamentais de alimentos, incluída a alimentação escolar;
- V - constituir estoques públicos de alimentos produzidos por agricultores familiares;
- VI - apoiar a formação de estoques pelas cooperativas e demais organizações formais da agricultura familiar; e
- VII - fortalecer circuitos locais e regionais e redes de comercialização (BRASIL, 2011).

O surgimento do PAA no Plano Safra 2003-04 está atrelado à criação do PRONAF Alimentos (BIANCHINI, 2015). Este, destinava-se a apoiar a produção de cinco alimentos básicos que estão presentes na mesa da maioria dos brasileiros, a saber: arroz, feijão, mandioca, milho e trigo. Por sua vez, o PRONAF Alimentos está em consonância com o desenvolvimento das ações do Programa Fome Zero, no primeiro mandato do governo do presidente Luiz Inácio Lula da Silva, que aumentaria a demanda pelos cinco produtos ora citados. Tonneau e Sabourin (2007, p. 41) mencionam sobre o PRONAF Alimentos que o mesmo tem como objetivo “[...] criar condições para que os agricultores mais carentes desenvolvam atividades para sua ‘subsistência’ e garantam sua renda”. Todavia, os autores chamam a atenção para o fato de que, muitas vezes, o insucesso do programa vincula-se à não aplicação dos recursos na finalidade a que se destina. Nas palavras dos autores,

o motivo para que, em alguns casos, o Pronaf Alimentos não esteja fortalecendo a produção desses cinco alimentos básicos é simples: verificou-se que os agricultores familiares, muitas vezes orientados pelos sindicatos e escritórios municipais da Empresa de Assistência Técnica e Extensão Rural (Emater), usam o recurso para outros fins que não é o da produção dos alimentos, como preconiza o Plano (TONNEAU; SABOURIN, 2007, p. 41-42).

Bianchini (2015, p. 48) relata que o PAA aplicou no período de 2003-04 “[...] mais de R\$ 200 milhões, adquirindo a produção de mais de 100 mil famílias”. O autor ainda reforça que o PAA “[...] compra da agricultura familiar alimentos para doar a instituições sociais que trabalham com populações situados na Linha da Pobreza” (p. 82). Devido ao fato de que todas

as instituições públicas federais, estaduais e municipais poderiam comprar a produção da agricultura familiar pelo mecanismo deste programa, a tendência seria um aumento no volume de recursos destinados ao mesmo.

Grisa *et al.* (2010) reforçam que o PAA foi criado em consonância com o debate sobre duas questões centrais, a Segurança Alimentar e Nutricional (SAN) e a valorização da agricultura familiar. Mesmo sendo um programa relativamente novo à época, os autores defendem que o mesmo tem conseguido legitimação. Mesmo com números iniciais modestos, o que se observa é um crescimento constante do volume de recursos destinados, do número de agricultores familiares beneficiados, do número de pessoas atendidas e da quantidade de alimentos adquiridos. Sendo assim, sob o ponto de vista destes autores o PAA

integra as demandas de acesso aos alimentos às necessidades de mercado para os produtos da agricultura familiar. O Programa adquire os produtos dos agricultores familiares (com dispensa de licitação) e repassa-os aos programas públicos e organizações sociais que atendem pessoas com dificuldade de acesso aos alimentos ou em situação de risco alimentar (GRISA *et al.*, 2010, p. 139).

A compra com doação simultânea e o PAA Leite, segundo Grisa *et al.* (2010), assumem destaque nas modalidades de compra efetivadas até o ano de 2010. Contraditoriamente, os autores indicam que a destinação de recursos tem sido menos volumosa para os Estados com maiores índices de pobreza e insegurança alimentar, tornando-se um problema a ser solucionado. Pode-se dizer que o PAA tem atuado em oposição à especialização produtiva muitas vezes estimulada pelo PRONAF. A diversidade de culturas é uma mudança importante que o PAA incorpora na matriz produtiva dos agricultores familiares pois, ao gerar uma demanda diversificada, conseqüentemente induz uma oferta nos mesmos moldes. Desta forma, “[...] a diversificação pode ser vista como fortalecedora da autonomia das unidades familiares, diminuindo a vulnerabilidade e a propensão à insegurança alimentar” (GRISA *et al.*, 2010, p. 147).

É importante mencionar também que a aquisição da produção agroecológica e orgânica é incentivada pelo PAA através de um valor adicional que pode ser pago por estes produtos. Isto gera uma série de benefícios ambientais e sociais e alimentos de qualidade que contribuem para a saúde das pessoas que os consomem. Outro fator positivo é a valorização e resgate do consumo de alimentos tradicionais e identitários das diferentes regiões do país, os quais vêm sendo esquecidos em função do avanço da especialização produtiva no seio da agricultura familiar. Pensando em alimentação escolar, é notório o aumento da qualidade dos produtos oferecidos aos estudantes, quando provenientes da agricultura familiar. São

alimentos diversificados e frescos, capazes de fazer a diferença na nutrição das crianças e dos jovens e que contribuem para a formação de hábitos mais saudáveis para além dos muros das escolas.

A compra de produtos dos agricultores familiares é fundamental para estimular o desenvolvimento regional e contribui para conectar produtores e consumidores. Neste sentido, o produtor tem importância para o consumidor, tanto quanto o consumidor é importante para o produtor, gerando relações que respeitam as heterogeneidades locais. Quando garante a compra da produção, o PAA propicia a inserção comercial dos pequenos produtores, afastando-os da necessidade de competir no mercado voltado para exportação de *commodities* e reduzindo a necessidade de vender para intermediários e atravessadores. Isto significa o fortalecimento da autonomia dos agricultores familiares.

Além disso, o próprio PAA regula a prática de preços mais equilibrados para os gêneros agrícolas ao criar uma demanda local, ou seja, ao oferecer competição aos compradores dos mercados regionais. Este fato é de extrema relevância pois, dados os limites orçamentários e políticos dos programas governamentais, seria arriscado criar uma dependência dos agricultores em relação a eles. Ao tornar mais reconhecidos e valorizados os produtos da agricultura familiar o PAA atua na formação de novos mercados com potencial para libertar o produtor da dependência das compras através de programas públicos. Logicamente, ao garantir a comercialização e fortalecer os circuitos curtos, o PAA eleva a renda dos agricultores familiares e contribui para a reprodução econômica e social do grupo. Sendo assim, há um estímulo à permanência no campo e à dedicação às atividades agrícolas no interior das propriedades.

Pode-se dizer que, quanto maior for a capacidade de articulação dos atores locais com o poder público, melhores serão os resultados alcançados através do PAA. Inclusive, há relatos de que o programa fomentou a criação de diversas associações e cooperativas que fazem a interface e viabilizam o diálogo com os órgãos públicos. São estes atores locais os sujeitos fundamentais para garantir que a política pública saia do papel, pois eles são os conhecedores das necessidades dos que ali habitam e, quando em luta conjunta, logram maiores chances de êxito. Destaca-se que

a associação de interesses permite em muitos casos alcançar o patamar e a escala mínima exigidos para viabilizar a adoção de determinadas opções produtivas e realizar certos investimentos – construção de instalações de armazenagem, utilização de máquina, implantação de infra-estrutura básica de irrigação etc. -, assim como o uso eficiente desses recursos. De outro lado, a organização geralmente resulta em

mais e melhor informação, maior comprometimento com o sucesso do projeto (BUAINAIN, 2007, p. 99-100).

Buainain (2007) continua seu raciocínio sobre a importância da organização colaborativa entre os agricultores familiares explicitando que

um nível mais elevado de organização aumenta o poder de pressão dos produtores familiares junto ao governo e junto à sociedade, podendo, como consequência, influenciar positivamente a intervenção pública, requisitar assistência técnica, carrear recursos adicionais para os produtores e para a implantação de obras de infra-estrutura básica (estradas e eletrificação) que modificam em profundidade as opções produtivas dos produtores (BUAINAIN, 2007, p. 100).

Como qualquer outra política pública, o PAA apresenta suas limitações. Segundo Grisa *et al.* (2010, p. 157), além da falta de divulgação adequada do programa, ocorre um “[...] desconhecimento por parte dos beneficiários dos objetivos e da dinâmica do programa, a questão da seleção dos beneficiários e alguns problemas de logística (atraso na liberação dos recursos, dificuldades com o transporte dos produtos etc.)”. Os autores ressaltam que “[...] a exigência de apresentação de um documento comprobatório da posse da terra a ser explorada para acessar a DAP restringe a participação de muitos agricultores” (GRISA *et al.*, 2010, p. 160).

A falta de assistência técnica para produzir atendendo aos padrões de qualidade exigidos pelo PAA é outro agravante. Buainain (2007) destaca o perfil social de baixo nível de escolaridade de grande número dos agricultores familiares como um fator limitante no acesso a material técnico em formato convencional e menciona um desmonte dos serviços de extensão nas últimas décadas, o que se tornaria um entrave para o avanço da categoria ao impactar na difusão de informação e capacitação para utilizá-la.

Os diferentes desafios para a melhor efetivação do PAA precisam ser enfrentados. Não seria viável a hipótese de extinção deste canal de comercialização e sim, a sua constante reformulação. Recentemente, no governo do presidente Jair Messias Bolsonaro, em substituição ao PAA, foi instituído o Programa Alimenta Brasil (PAB), através da Lei nº 14.284, de 29 de dezembro de 2021. De acordo com o texto da lei, as finalidades do programa são basicamente as mesmas do PAA:

- I - incentivar a agricultura familiar e promover a inclusão econômica e social, com fomento à produção sustentável, ao processamento de alimentos, à industrialização e à geração de renda;
- II - incentivar o consumo e a valorização dos alimentos produzidos pela agricultura familiar;

- III - promover o acesso à alimentação, em quantidade, qualidade e regularidade necessárias, pelas pessoas em situação de insegurança alimentar e nutricional, sob a perspectiva do direito humano à alimentação adequada e saudável;
- IV - promover o abastecimento alimentar, que compreende as compras governamentais de alimentos;
- V - apoiar a formação de estoque pelas cooperativas e demais organizações da agricultura familiar; e
- VI - fortalecer circuitos locais e regionais e redes de comercialização, inclusive os do coco babaçu (BRASIL, 2021).

As modalidades de compra regulamentadas pelo PAB são cinco: compra com doação simultânea, compra direta, incentivo à produção e ao consumo de leite, apoio à formação de estoques e compra institucional. Juntamente com a criação do PAB, a mesma Lei cria o Programa Auxílio Brasil, que inclui, dentre outros, a modalidade de auxílio inclusão produtiva rural para agricultores familiares em situação de pobreza ou extrema pobreza, sendo que o período máximo de recebimento do auxílio é de até 36 meses. Devido a substituição do PAA pelo PAB ser recente, considera-se que uma avaliação e/ou comparação entre os programas seria precoce. Fato é que a troca ocorre em um período de conjuntura política conturbada, o que deixa em alerta toda a comunidade científica que, certamente, se debruçará em pesquisas que visem elucidar melhor os desdobramentos provenientes desta substituição. Seguramente, muitos dos fatores que impediam uma implementação mais efetiva do PAA também se colocarão como obstáculos diante do PAB.

Considerando o caminho aberto pelo PAA para a compra de produtos oriundos da agricultura familiar e partindo-se para o campo das políticas públicas especificamente voltadas para a alimentação escolar tem grande relevância o PNAE. Tanto a Constituição Federal do Brasil de 1988 em seu artigo 208, inciso VII, quanto a Lei nº 9.394, de 20 de dezembro de 1996, que estabelece as diretrizes e bases da educação nacional, também conhecida como LDB, em seu artigo 4º, inciso VIII, determinam que é dever do Estado no atendimento ao educando da rede pública de ensino oferecer programas suplementares de alimentação. Sendo assim, o PNAE apresenta-se como uma estratégia consolidada na garantia do atendimento ao direito dos educandos à alimentação.

Fatores como déficit nutricional, sobrepeso e doenças relacionadas a maus hábitos alimentares (excesso de alimentos ultraprocessados, por exemplo) fomentaram o debate a respeito da necessidade de uma alimentação escolar de qualidade, que propicie maior SAN aos estudantes e, conseqüentemente, melhor rendimento escolar. De acordo com Bianchini (2015, p. 83) o PNAE “[...] tem o objetivo de oferecer alimentação saudável aos alunos das escolas públicas do Brasil e simultaneamente estimular a agricultura familiar”. Segundo Santos (2021, p. 64), o PNAE representa “[...] um importante trabalho ligado à agricultura

familiar, ao promover a comercialização da produção vinda da agricultura familiar e o consumo de uma alimentação saudável para os alunos do ensino básico no Brasil”.

Triches e Schneider (2010) citam que o programa de alimentação escolar no Brasil teve início no ano de 1955 e que, com o seu constante aperfeiçoamento, tornou-se destaque mundial. Os autores mencionam a importância da descentralização do processo de aquisição dos gêneros alimentícios, ocorrido a partir do ano de 1994, que repassou aos municípios a gestão da alimentação escolar, podendo os mesmos formularem cardápios mais condizentes com a realidade dos estudantes atendidos.

A partir da instituição do Programa Fome Zero em 2003 e considerando a preocupação com a SAN dos estudantes, o PNAE sofre novas reformulações. As revisões perpassam tanto pela quantidade de recursos investidos como por ações mais efetivas para garantia da SAN. Nas palavras de Triches e Schneider (2010, p. 938) “[...] além de suprir um mínimo de calorias, faz referência ao equilíbrio nutricional e cultural e à educação em saúde, indo além do caráter assistencialista, mas se caracterizando como um direito do cidadão à alimentação adequada”.

Machado *et al.* (2018) corroboram com as afirmações de Triches e Schneider (2010) ao ressaltarem o reconhecimento mundial do PNAE e ao destacarem que ele é um exímio “instrumento promotor de dinâmicas locais”. Os autores relembram que o Brasil possui como diferencial a implementação de uma política pública de alimentação escolar de caráter universal, ou seja, praticada sob os mesmos princípios em todas as regiões do país, enquanto que em outros países do mundo fica restrita a ações de cunho local, sem vinculação à adoção de uma política nacional de maior abrangência.

Constata-se que houve uma maior inserção da agricultura familiar na pauta do governo federal nos anos de 2003 a 2014. Neste contexto, o PNAE fortaleceu-se sucessivamente e a promulgação da Lei nº 11.947, de 16 de junho de 2009, tornou-se um marco para o programa de alimentação escolar brasileiro. Dentre as diretrizes para a alimentação escolar estabelecidas pela nova Lei destacam-se:

- I - o emprego da alimentação saudável e adequada, compreendendo o uso de alimentos variados, seguros, que respeitem a cultura, as tradições e os hábitos alimentares saudáveis, contribuindo para o crescimento e o desenvolvimento dos alunos e para a melhoria do rendimento escolar, em conformidade com a sua faixa etária e seu estado de saúde, inclusive dos que necessitam de atenção específica; [...]
- V - o apoio ao desenvolvimento sustentável, com incentivos para a aquisição de gêneros alimentícios diversificados, produzidos em âmbito local e preferencialmente pela agricultura familiar e pelos empreendedores familiares rurais, priorizando as comunidades tradicionais indígenas e de remanescentes de quilombos (BRASIL, 2009).

No artigo 14 da Lei nº 11.947 ficou assegurado que:

Do total dos recursos financeiros repassados pelo FNDE, no âmbito do PNAE, no mínimo 30% (trinta por cento) deverão ser utilizados na aquisição de gêneros alimentícios diretamente da agricultura familiar e do empreendedor familiar rural ou de suas organizações, priorizando-se os assentamentos da reforma agrária, as comunidades tradicionais indígenas e comunidades quilombolas (BRASIL, 2009).

Ao garantir um percentual mínimo de aquisição dos produtos da agricultura familiar para a merenda escolar, a Lei supracitada beneficia e contribui para a reprodução econômica e social da categoria. Além disso, a dispensa da licitação retira do caminho um entrave que impedia a participação dos pequenos produtores nos processos de compra efetuados pelos órgãos públicos. Com a regulamentação realizada pela legislação, entraria em cena, a partir de então, o papel dos atores locais e dos gestores responsáveis pelas compras, em efetivar a aquisição dos gêneros alimentícios produzidos pelos agricultores familiares para abastecer as escolas. Verifica-se em diversos estudos que a articulação local é o ponto chave para a implementação de qualquer política pública estabelecida pelo governo federal. Por certo, a dispensa do processo licitatório não eliminou uma série de outras exigências que muitos agricultores familiares não conseguiam cumprir, pelo menos não a princípio. Sambuichi *et al.* (2014, p. 98) citam a “[...] falta de nota fiscal e o despreparo para atender as exigências sanitárias e de regularidade de fornecimento”. Triches e Schneider (2010) mencionam a dificuldade no

atendimento aos padrões de qualidade normativos dos produtos agroindustrializados, mais especificamente os relacionados às questões sanitárias e às formalidades exigidas para sua comprovação, como os registros do produto e do estabelecimento nas respectivas instâncias responsáveis (dependendo do produto) (TRICHES; SCHNEIDER, 2010, p. 940).

Neste cenário, o papel da assistência técnica de qualidade torna-se fundamental para viabilizar a produção de gêneros alimentícios que possam, de fato, ser adquiridos com os recursos do PNAE. Além disso, o poder público municipal também tem papel central no que concerne ao apoio para a adequação às normas sanitárias, inclusive no que compete à criação dos serviços de inspeção municipal para os produtos de origem animal. Também é importante que os municípios disponibilizem nutricionistas capacitados para lidar com a merenda escolar, garantindo, especialmente, a aquisição dos produtos provenientes da agricultura familiar.

Machado *et al.* (2018), em estudo que contou com a participação efetiva de 93,2% dos municípios brasileiros, verificaram que 78,5% destes afirmaram realizar a compra dos

produtos provenientes da agricultura familiar com os recursos do PNAE no ano de 2011. Dentre estes municípios que compram da agricultura familiar, ainda segundo a pesquisa, 44,4% conseguiram aplicar o percentual de 30% ou mais de aquisição de produtos deste segmento. Sendo assim, pode-se concluir que o alcance do programa realmente é amplo, entretanto, em muitos municípios falta atingir o limite mínimo de compras estabelecido pela Lei nº 11.947. Há que se ressaltar que em muitas regiões do país a agricultura familiar tem sido pouco ou menos praticada, em detrimento do avanço da produção voltada para a exportação, o que prejudica o abastecimento local de gêneros alimentícios diversificados demandados para as compras através dos recursos do PNAE. Machado *et al.* (2018) citam que

o incremento da compra da agricultura familiar pelo PNAE pode apoiar-se no incentivo à assessoria técnica ao desenvolvimento deste modo de produção por meio do Programa Nacional de Fortalecimento da Agricultura Familiar (PRONAF) e no apoio à alimentação escolar prestado pelos Centros Colaboradores em Alimentação e Nutrição do Escolar ligados ao FNDE (MACHADO *et al.*, 2018, p. 4162).

Em suma, mesmo diante de entraves diversos, a aquisição dos gêneros alimentícios provenientes da agricultura familiar, viabilizada pelo PNAE e pelo PAA/PAB, forma um ciclo virtuoso. Alimentos que antes eram inimagináveis nos cardápios escolares, passam a ser apreciados pelos estudantes assistidos pela merenda escolar. Estes, por sua vez, além de construírem hábitos alimentares mais saudáveis, contribuem para a formação de novos mercados fora da escola ao reproduzirem o desejo de se alimentarem de forma semelhante em suas residências. Compartilhando esses hábitos em casa, em família, com os vizinhos, formam-se novas demandas de consumo dos produtos provenientes da agricultura familiar. Crescendo a demanda, cresce também a necessidade de organização associativa entre os produtores para que possam melhor dialogar com os gestores públicos e participar mais ativamente das decisões que os envolvem.

Com a chegada da pandemia da COVID, novos obstáculos colocam-se diante dos agricultores familiares, principalmente devido a suspensão das aulas e do fornecimento da merenda escolar em diversas escolas dos municípios brasileiros. Feiras livres, estabelecimentos alimentícios como bares, restaurantes, lanchonetes, etc., também foram fechados parcial ou totalmente. Diante destes fatores, mesmo que o agricultor conseguisse produzir, os prejuízos com a comercialização seriam iminentes. Conforme reforçam Pereira *et al.* (2020, p. 63270) “[...] a paralisação das atividades escolares afeta não apenas o estudante, como também compromete o agricultor familiar, que tem no programa [PNAE] um importante *locus* para escoamento da sua produção”. Instrumentos que viabilizam a

comercialização como o PNAE e o PAA poderiam, neste contexto, serem ainda mais importantes e cruciais para a manutenção da renda do segmento dos agricultores familiares.

Considerando o enfrentamento à situação pandêmica, Sambuichi *et al.* (2020) fornecem importante contribuição. Sobre os efeitos da pandemia, os autores citam a evidente diminuição da renda dos pequenos agricultores. Se estes não conseguem escoar a contento sua produção, vislumbra-se que o acesso à alimentação adequada fica prejudicado, ao mesmo tempo que ocorre um aumento no consumo de alimentos ultraprocessados, de baixo valor nutricional. O risco de perda de produtos nas propriedades, retração de oferta com possibilidade de desabastecimento e elevação de preços também são mencionados pelos autores. Emerge, desta forma, a necessidade de fortalecimento e adaptação das políticas públicas já existentes à situação atípica advinda da pandemia.

Por se tratar de uma política intersetorial e de natureza horizontalizada, acredita-se que o PAA seja um instrumento de alta capilaridade para o combate à crise sanitária provocada pela COVID-19, sendo uma medida tempestiva de efeito rápido, pois o programa já está criado e consolidado, com marcos regulatórios instituídos e uma estrutura de implementação ativa, além de ter benefícios no âmbito econômico e social comprovados em estudos de caso realizados em todas as regiões do Brasil (SAMBUICHI *et al.*, 2020, p. 1081).

Todavia, a utilização do PAA esbarra nas restrições orçamentárias que o programa vinha sofrendo, inclusive para o ano de 2020, ficando o valor aplicado aquém da real necessidade demandada pelos movimentos sociais ligados ao setor, mesmo considerando a abertura de crédito extraordinário via medida provisória para aplicação no programa no contexto pandêmico. As dificuldades de comunicação e de circulação (tanto de mercadorias como de pessoas) durante a pandemia acabaram por influenciar negativamente a agilidade de utilização do PAA neste período.

Em relação ao PNAE, com o início da pandemia e a consequente suspensão das aulas, Estados e Municípios, mergulham no que Pereira *et al.* (2020) chamaram de “sensação de insegurança jurídica” pois, já que os alunos estavam fora das dependências escolares, como poderiam continuar a receber a alimentação adquirida com os recursos do programa? Neste sentido, teve importância a publicação da Lei nº 13.987, de 07 de abril de 2020, que acrescentou o seguinte artigo à Lei nº 11.947:

Durante o período de suspensão das aulas nas escolas públicas de educação básica em razão de situação de emergência ou calamidade pública, fica autorizada, em todo o território nacional, em caráter excepcional, a distribuição imediata aos pais ou responsáveis dos estudantes nelas matriculados, com acompanhamento pelo CAE [Conselho de Alimentação Escolar], dos gêneros alimentícios adquiridos com

recursos financeiros recebidos, nos termos desta Lei, à conta do Pnae (BRASIL, 2020).

Todavia, destaca-se que a Lei supracitada autoriza mas não obriga que seja realizada a distribuição dos gêneros alimentícios, entrando em cena uma assimetria de decisões e ações em âmbito estadual e municipal em todo o país. Segundo Pereira *et al.* (2020, p. 63271) algumas entidades executoras optaram por fazer a entrega de “[...] cestas incluindo gêneros alimentícios oriundos da agricultura familiar, outros adotaram a estratégia da transferência de renda focalizada em estudantes em situação de vulnerabilidade social ou ainda a oferta de kits com alimentos que incluíam ultraprocessados”. A entrega dos kits, por exemplo, trouxe uma série de novos desafios tanto para a sua montagem quanto para a logística de distribuição, gerando custos adicionais que limitaram a oferta dos mesmos. As dificuldades em fracionar os alimentos, embalá-los adequadamente e ainda o cuidado necessário com alimentos perecíveis tornaram-se tarefas árduas.

Pode-se imaginar como a aquisição dos gêneros alimentícios provenientes da agricultura familiar ficou prejudicada neste cenário. Por serem, em sua maioria, alimentos frescos como frutas e hortaliças, que são extremamente perecíveis, as dificuldades para incluí-los de forma adequada nos kits foi grande. A articulação entre gestores e agricultores familiares é ponto chave neste processo, sendo assim,

a suspensão de contratos e a descontinuidade das chamadas públicas pode romper um trabalhoso processo de construção de confiança que, em larga medida, se funda na constância dos procedimentos de compra, nos pagamentos regulares e na disposição dos gestores para o aprimoramento dos procedimentos com base na realidade local (PEREIRA *et al.*, 2020, p. 63276).

A despeito dos entraves surgidos no contexto da pandemia, tanto o PNAE quanto o PAA tiveram seu papel social reforçado, representando importantes estratégias face à situação emergencial imposta. Por serem programas já consolidados, ficaram na dependência de ações intersetoriais e de um melhor diálogo entre gestores e agricultores familiares que conseguissem contemplar e contornar os obstáculos surgidos com a pandemia.

Uma vez discutidas algumas das principais políticas públicas ligadas à agricultura familiar e para aproximar-nos mais dos objetivos desta pesquisa e contextualizá-los em relação à área de pesquisa, apresenta-se na próxima subseção as principais ações implementadas pelo poder público do município de Ituiutaba-MG durante o período da pandemia que tiveram efeito sob o segmento dos agricultores familiares, especialmente aos que são feirantes. Serão apresentados os resultados no que tange à participação dos

agricultores familiares feirantes no fornecimento de gêneros alimentícios para a merenda escolar no município e nas políticas públicas que englobam a categoria.

3.3 Ações do poder público do município de Ituiutaba (MG) durante a pandemia

Em face de uma pandemia de magnitude e intensidade inéditas como a da COVID e considerando ações e medidas descoordenadas e pouco conclusivas a nível federal, Estados e Municípios, valendo-se da sua autonomia política e administrativa, conferida pela Constituição Federal, tiveram que atuar rapidamente para o enfrentamento da situação de emergência em saúde pública. No âmbito acadêmico, a Ciência também agiu prontamente e passou a desenvolver pesquisas sob diferentes enfoques em relação ao contexto pandêmico, inclusive formas de tratamento mais eficazes e a tão esperada vacina contra a COVID. Além disso, uma das vertentes pesquisadas foi justamente os diversos tipos de comportamentos assumidos por Estados e Municípios para lidar com a pandemia e todas as suas consequências.

Desta forma, “[...] à medida que a epidemia se alastrava em direção às cidades de pequeno porte, coube aos municípios a tarefa de desenvolver medidas de controle e tratamento dos infectados” (LUI *et al.*, 2021, p. 4). Os milhares de municípios brasileiros, seus gestores e habitantes experimentaram um clima de grande insegurança frente à postura do governo federal. Trocas de cargos no Ministério da Saúde, divulgação imprecisa dos números e estatísticas da pandemia, ações que contrariavam as recomendações de órgãos como a OMS e uma falta geral de informações mais confiáveis gerou uma heterogeneidade de ações em âmbito estadual e municipal. “O Brasil é grande e heterogêneo e, assim, os governos municipais enfrentam o surto da COVID-19 em contextos bem distintos e possuindo diferentes conjuntos de recursos e capacidades” (ITO; PONGELUPPE, 2020, p. 783).

Observou-se que os municípios brasileiros foram importantes protagonistas na implementação de ações de enfrentamento à pandemia. Foram os gestores municipais que, na prática, tornaram-se os maiores responsáveis por decisões fundamentais como o uso da máscara, a suspensão das aulas nas escolas, forma e horário de funcionamento dos setores econômicos, normas para realização de eventos e feiras, proibição da venda de bebidas alcoólicas e até mesmo toque de recolher.

Diante desta perspectiva, buscou-se no endereço eletrônico (*site*) da Prefeitura Municipal de Ituiutaba (MG) todos os decretos publicados que pudessem ser relevantes para o segmento dos agricultores familiares feirantes e, conseqüentemente, para os objetivos deste

trabalho. Desde março de 2020 até abril de 2022 foram cerca de quase 100 decretos publicados em função da pandemia de COVID. Estes decretos contemplaram aspectos diversos, alguns pouco relevantes para o grupo estudado nesta pesquisa, portanto, passa-se à apresentação daqueles que surtiram efeito direto para a atividade dos agricultores familiares feirantes.

Em 17 de março de 2020, através do Decreto nº 9.357, o município de Ituiutaba declara a situação de emergência em saúde pública em razão da pandemia da COVID-19 e determina a instalação do Comitê de Enfrentamento do Novo Coronavírus. Na sequência, em 18 de março, o Decreto nº 9.360 determina a suspensão, até o dia 17/04/2020, de todas as atividades escolares da rede municipal e privada do município e recomenda o fechamento de alguns segmentos de atividades econômicas, inclusive as feiras. Com o Decreto nº 9.378, de 31 de março, tem início o fechamento, desta vez obrigatório, de diversos tipos de estabelecimentos, sendo suspenso o alvará de localização e funcionamento de feiras, bares, restaurantes, lanchonetes, dentre outros.

Após um período de cerca de 15 dias suspensas, com a publicação do Decreto nº 9.393, de 16 de abril de 2020, o funcionamento das feiras livres de alimentos, incluindo hortifrutigranjeiros, já cadastradas na SMAPA é retomado. Tal Decreto foi de grande relevância para o segmento dos agricultores familiares feirantes ao estabelecer o regramento necessário para a retomada das suas atividades. As novas medidas sanitárias exigidas foram assim descritas no artigo 4º do referido Decreto:

I – Os organizadores e feirantes deverão adotar medidas de controle a disseminação do Coronavírus estabelecidas pelas autoridades de saúde, como distanciamento de 3m entre uma barraca e outra, não aglomeração dos clientes, fornecimento de dispositivos de álcool 70% (em gel ou líquido) nas barracas e uso obrigatório de máscaras por todos os colaboradores.

II – Os produtos deverão estar embalados em pacotes ou porções individuais de 250g, 500g e 1 kg, com placa de aviso alertando o consumidor par que não toque nas embalagens (ITUIUTABA, 2020e).

Para atender ao distanciamento mínimo exigido de 3m entre as barracas foi necessário promover a alteração do local de realização de duas feiras da cidade, as quais foram realocadas para espaços mais amplos e adequados para a circulação segura de feirantes e consumidores. A feira livre aos sábados, antes realizada ao lado da Unidade de Pronto Atendimento Municipal de Ituiutaba Dr. Darcy de Andrade Furtado, na rua Jorge Jacob Yunes, no Setor Norte da cidade, passou a ocorrer na Praça dos Trabalhadores. A outra feira, de maior público, realizada aos domingos no Bairro Junqueira, foi transferida da rua João

Gomes Pinheiro para a Avenida Minas Gerais, que possui duas pistas e canteiro central amplo.

Com o avanço da disseminação da COVID em Ituiutaba, uma série de decretos foi sendo publicada para orientar o funcionamento do comércio em geral e dos próprios órgãos de atendimento da Prefeitura. Foram restrições no que tange tanto à capacidade quanto ao horário de funcionamento de estabelecimentos como supermercados, bares, restaurantes, lanchonetes, etc. As feiras livres de alimentos seguiram funcionando com as regulamentações impostas pelo Decreto nº 9.393 ora citado e não sofreram, a partir de então, nenhuma outra suspensão total de funcionamento. Isto representou para os agricultores familiares feirantes a possibilidade de manutenção deste importante canal de escoamento para comercialização da sua produção. Todavia, vale ressaltar que não se tratava, naquele momento, apenas de garantir a realização das feiras, pois outros fatores entraram em cena. Muitos consumidores passaram a ter receio de circular pelas feiras, sem contar os efeitos da pandemia sobre o poder aquisitivo da população.

Em 04 de agosto de 2020, com a publicação do Decreto nº 9.486, o município de Ituiutaba opta por seguir as diretrizes do governo do Estado de Minas Gerais, aderindo ao Plano Minas Consciente. Este plano estabelecia, dentre outras medidas, a relação dos estabelecimentos autorizados a funcionar de acordo com três ondas - vermelha, amarela e verde - que refletiam diretamente a situação em relação aos números da COVID. O enquadramento das atividades econômicas nessas três ondas foi disponibilizado no endereço eletrônico <https://www.mg.gov.br/minasconsciente/empresarios>.

Seguindo as recomendações do Plano Minas Consciente para a microrregião de Ituiutaba, em 17 de agosto de 2020, é publicado o Decreto nº 9.498, que enquadrava o município na onda vermelha, correspondendo a fase mais severa da primeira onda da COVID em Ituiutaba. Cabe destacar que também no mês de agosto de 2020 foi criada uma Central de Fiscalização, destinada a fiscalizar com maior rigor o funcionamento dos estabelecimentos comerciais, bem como coibir atividades e posturas que fossem incompatíveis com as medidas adotadas para a contenção do avanço da pandemia.

Em 15 de setembro de 2020, através do Decreto nº 9.516, o município de Ituiutaba, que continuava seguindo as diretrizes do Plano Minas Consciente, passa a embasar-se na classificação da onda estabelecida para a macrorregião. Desta forma, avança-se para a onda amarela do referido plano. Em 16 de outubro, progride-se para a onda verde do Plano Minas Consciente com a publicação do Decreto nº 9.553. Neste ponto, a situação da pandemia

arrefece e só voltaria a alcançar destaque a partir do início do ano de 2021, no qual vivenciou-se a segunda onda da doença no município.

No ano de 2021, devido ao crescente agravamento da situação pandêmica e considerando a superlotação na rede hospitalar, o poder público municipal opta por seguir novamente as diretrizes da microrregião de Ituiutaba. Sendo assim, determina, em 15 de fevereiro, através do Decreto nº 9.712, o fechamento de todas as atividades econômicas consideradas não essenciais, enquadrando-se na onda vermelha. Dada a gravidade desta segunda onda da COVID o endurecimento das medidas foi necessário. Em 25 de fevereiro, através do Decreto nº 9.721, ficou proibida no âmbito municipal a circulação de pessoas e veículos entre as 20hs e as 05hs e também a venda de bebidas alcoólicas.

Em março de 2021, tanto o município de Ituiutaba quanto o Estado de Minas Gerais como um todo alcançaram índices tão severos nos números da pandemia e de ocupação da rede hospitalar que o governo precisou criar uma onda ainda mais restritiva no Plano Minas Consciente, a chamada onda roxa. Através do Decreto nº 9.747, de 18 de março, Ituiutaba é enquadrada na referida onda, a qual perdurou no município até o dia 05 de abril. Nos meses seguintes de 2021, a segunda onda da COVID em Ituiutaba foi perdendo força e, gradativamente, as demais atividades econômicas foram sendo liberadas para retornarem ao seu funcionamento.

No que tange às feiras livres de alimentos, consideradas como atividades essenciais, o regramento estabelecido para o seu funcionamento não sofreu grandes alterações durante esta segunda onda da COVID em Ituiutaba. Contudo, a proibição da venda de bebidas alcoólicas determinada na onda roxa incidiu negativamente sobre os agricultores familiares feirantes que comercializam a tradicional cachaça artesanal. Somente em 20 de abril de 2021, por meio do decreto nº 9.779, a venda de bebidas alcoólicas foi liberada, mantendo-se a restrição apenas para o período compreendido entre as 23hs e as 05hs. Sendo assim, foram quase 60 dias em que os produtores de cachaça do município não puderam comercializar seu produto nem presencial e nem remotamente.

No mês de junho de 2021, nova restrição incide sobre os agricultores familiares feirantes que comercializam a cachaça. No dia 02 é publicado o Decreto nº 9.812, que em seu artigo 4º, inciso III, determina que fica proibida “a venda de bebidas alcoólicas em estabelecimentos de quaisquer naturezas e modalidades seja presencial ou remota, entre 18h e 5h de segunda a sexta-feira, e aos finais de semana e feriados em qualquer horário”. Em 01 de julho, através do Decreto nº 9.836, a restrição da venda de bebidas alcoólicas fica limitada ao período compreendido entre 23hs e 05hs, de segunda a domingo, não mais englobando o

horário de funcionamento das feiras livres. Decretos posteriores foram diminuindo as restrições de dias e horários de venda das bebidas alcoólicas, todavia sem afetar diretamente a comercialização dos agricultores familiares feirantes. Em 21 de outubro, por meio da publicação do Decreto nº 9.943, tais restrições foram totalmente retiradas.

Uma preocupação central nos meses iniciais de 2021 foi em relação ao retorno ou não das atividades escolares no formato presencial. Tanto que, em 10 de fevereiro, através do Decreto nº 9.701, a Prefeitura Municipal suspendeu o retorno das aulas presenciais até o dia 31 de março. Este prazo de suspensão veio a ser prorrogado até 31 de julho, por meio da publicação do Decreto nº 9.755, de 30 de março de 2021. Vale lembrar que o retorno presencial já havia sido autorizado pelo governo do Estado de Minas Gerais para toda a rede de ensino pública e privada.

As aulas presenciais permaneceram suspensas no município de Ituiutaba até o dia 15 de agosto de 2021. O retorno presencial, através de ensino híbrido, a partir de 16 de agosto, foi autorizado pelo Decreto nº 9.859, de 30 de julho. O ensino híbrido foi regulamentado posteriormente por meio dos Decretos nº 9.916, de 30 de setembro, e nº 9.937, de 19 de outubro, que previam, dentre outros aspectos, o percentual máximo de ocupação permitido nos espaços escolares. Somente em 11 de novembro, por meio do Decreto nº 9.971, foi liberado o retorno 100% presencial das atividades escolares.

Discorrendo ainda acerca das medidas que incidiram sobre os agricultores familiares feirantes, depois de um período de quase um ano e meio (desde abril de 2020) de funcionamento das feiras livres com distanciamento de 3m entre as barracas, o espaçamento mínimo exigido diminuiu para 1,5m. Tal medida foi determinada a partir da publicação do Decreto nº 9.892, de 03 de setembro de 2021. A SMAPA deu cumprimento imediato ao decreto e realizou nova demarcação e numeração dos espaços destinados aos feirantes.

Em complemento, já no início do ano de 2022, quando se delineava a chegada da terceira onda da COVID em Ituiutaba nova regulamentação foi instituída aumentando o distanciamento mínimo entre as barracas dos feirantes para 2m (Decreto nº 10.051, de 18 de janeiro de 2022). Esta determinação vigorou até 04 de março, quando foi publicado o Decreto nº 10.093 que reduziu o distanciamento entre as barracas novamente para 1,5m.

Com o arrefecimento da terceira onda da COVID no município de Ituiutaba, o uso da máscara em locais abertos foi dispensado por meio do Decreto nº 10.115, de 11 de março de 2022. Logo em seguida, em 22 de março, é publicado o Decreto nº 10.129, no qual o uso da máscara passa a ser facultativo tanto em ambientes fechados quanto abertos, permanecendo o uso obrigatório da mesma apenas nos serviços de saúde. Nos espaços escolares o uso da

máscara só foi considerado facultativo a partir de 11 de abril, por determinação estabelecida no Decreto nº 10.159.

Em 31 de março de 2022 é publicado o Decreto nº 10.143, com novas medidas para regular o funcionamento das atividades econômicas no município de Ituiutaba. Neste documento já não são mais descritas regras específicas para o funcionamento das feiras livres, subentendendo-se que as mesmas poderiam voltar aos moldes tradicionais, anteriores à pandemia. A vigência deste regramento foi prorrogada por meio do Decreto nº 10.161, de 13 de abril, até 30 de abril de 2022, quando encerrou-se a coleta de dados para este trabalho.

Em geral, entre as medidas de caráter mais diverso implementadas pela Prefeitura de Ituiutaba que beneficiaram a população e os comerciantes cita-se a prorrogação do vencimento de tarifas de água e esgoto, a suspensão temporárias dos cortes por não pagamento destas tarifas, a prorrogação do vencimento do IPTU e outras diferenciações tributárias e a suspensão da cobrança da tarifa de estacionamento (área azul) na parte central da cidade.

Teve grande relevância a regulamentação, em âmbito municipal, da distribuição de gêneros alimentícios adquiridos com os recursos federais do PNAE durante o período de suspensão das aulas em razão da pandemia da COVID. Em consonância com as determinações da Lei nº 13.987, de 07 de abril de 2020, ocorre a publicação do Decreto nº 9.391, de 15 de abril de 2020, que autorizou a distribuição dos gêneros alimentícios supracitados aos pais ou responsáveis dos estudantes das escolas públicas da educação básica. A princípio, esta distribuição ocorreu apenas para estudantes em maior grau de vulnerabilidade social. Para tanto, a Secretaria de Desenvolvimento Social selecionou os estudantes por meio do CADÚNICO do governo federal e a entrega dos gêneros alimentícios foi realizada pelos Centros de Referência de Assistência Social (CRAS). Através do Decreto nº 9.438, de 08 de junho de 2020, foi prorrogada a vigência das determinações do Decreto nº 9.391, enquanto perdurar a suspensão das aulas em virtude da pandemia.

Em 10 de maio de 2021, por força do Decreto nº 9.790, fica autorizada a distribuição de kits básicos de alimentação escolar durante o período de suspensão das aulas, estendendo-se o benefício para todos os estudantes matriculados na rede municipal de ensino. A entrega dos referidos kits passou a ocorrer nas escolas e não mais nos CRAS. Tanto no Decreto nº 9.391 quanto no Decreto nº 9.790 não é citada a composição das cestas básicas e dos kits de alimentação escolar, respectivamente. Desta forma, para verificar se os gêneros alimentícios da agricultura familiar foram incorporados nos mesmos foi necessário buscar informações junto à Secretaria Municipal de Educação, Esporte e Lazer de Ituiutaba.

A nutricionista responsável técnica do Departamento de Merenda Escolar, vinculado à Secretaria supracitada, informou que tanto as cestas quanto os kits englobaram diversos produtos da agricultura familiar: alface, banana, batata doce, biscoito salgado e doce, cenoura, couve, farinha, laranja, mamão, mandioca, repolho e tomate. A servidora ressaltou que o município de Ituiutaba sempre cumpre e até mesmo ultrapassa o limite mínimo estabelecido de 30% para as compras da agricultura familiar. Excepcionalmente no ano de 2020 esse percentual mínimo não foi cumprido. Foi salientado que muitos produtores não conseguiram fornecer os produtos, inviabilizando a compra, além disso, a entrega das cestas estava sendo realizada apenas para os estudantes em situação de vulnerabilidade social, diminuindo a demanda. Em contrapartida, no ano de 2021, quando a distribuição dos kits passou a abranger todos os alunos matriculados, o volume de compras diretas da agricultura familiar foi superior ao das demais aquisições de produtos industrializados.

Estudos demonstram que a presença do nutricionista é de extrema importância para garantir a aplicação dos recursos do PNAE nas compras diretas da agricultura familiar. Machado *et al.* (2018, p. 4162) destacam “[...] a importância do nutricionista como responsável técnico pelo PNAE nos municípios, sobretudo para o incentivo à compra de alimentos da agricultura familiar”. Segundo os autores, este profissional é importante tanto no processo de compras quanto no desenvolvimento de ações educativas que incentivem o consumo de gêneros alimentícios mais saudáveis, provenientes da agricultura familiar.

No que concerne ao município de Ituiutaba, a nutricionista salientou que busca estreitar os laços com os produtores para identificar as variedades de produtos que eles realmente conseguem fornecer. Desta forma, é possível montar um cardápio com mais alimentos provenientes da agricultura familiar, respeitando as características das diferentes épocas do ano, sendo que são realizadas duas entregas de produtos a cada mês. Este tipo de iniciativa traz benefícios para todos os envolvidos no processo: para o agricultor familiar, que consegue comercializar seus produtos e obter renda, para os estudantes, que recebem alimentos de qualidade e para o poder público, que cumpre seu papel na alimentação dos educandos e no fortalecimento da agricultura familiar.

Em que pese um histórico de ausência de maior apoio dos poderes locais para com o segmento dos agricultores familiares, não se pode deixar de destacar a relevância dos decretos publicados durante a pandemia. Sem as regulamentações estabelecidas pela Prefeitura Municipal de Ituiutaba, o funcionamento das feiras livres de alimentos não teria sido possível. Algumas medidas não surtiram efeito direto para os agricultores familiares feirantes. Contudo, é importante lembrar que a comercialização nas feiras livres ficou suspensa por

cerca de 15 dias. Ela foi retomada em abril de 2020 e não sofreu mais nenhuma restrição de funcionamento, a não ser em relação à venda das bebidas alcoólicas, conforme já explicado. Em relação aos resultados levantados nesta pesquisa, quando perguntados se consideram importantes os decretos publicados pela Prefeitura Municipal de Ituiutaba, 98% dos agricultores familiares feirantes disseram que sim, o que reforça as proposições supracitadas.

A garantia da distribuição dos gêneros alimentícios da merenda escolar, adquiridos via recursos do PNAE, durante o período de suspensão das aulas, mantendo um percentual de compra da produção dos agricultores familiares também merece destaque. Em suma, através das ações do poder público municipal, dois importantes canais de escoamento da produção dos agricultores familiares foram garantidos, sendo eles as feiras livres de alimentos e a merenda escolar. Com certeza, os prejuízos existiram, pois a comercialização não foi feita nos mesmos moldes e patamares, mas as medidas implementadas conseguiram mitigar em partes estas perdas.

Adicionalmente, apurou-se na pesquisa de campo que a participação dos agricultores familiares feirantes é pequena no fornecimento de gêneros alimentícios para a merenda escolar. Por certo, este grupo opta por conciliar a etapa produtiva apenas com a comercialização nas feiras, abrindo mão de um segundo canal de comercialização. Do total de 50 agricultores familiares feirantes entrevistados apenas 4 comercializam produtos também para a merenda escolar. Destes 4, 3 afirmaram ter conseguido continuar a comercialização durante a pandemia. O presidente do STRAAF ressaltou que em Ituiutaba houve prejuízo para os agricultores familiares, de um modo geral, no que tange às compras da agricultura familiar via PNAE, especialmente no início da pandemia. As aquisições foram suspensas intempestivamente e, quando retomadas, não foram em igual quantidade e volume, levando alguns agricultores familiares a diminuir a sua produção.

Durante a realização da pesquisa de campo, sobre a não utilização deste canal de comercialização referente ao PNAE, os participantes alegaram que alguns tipos de mercadorias produzidas por eles não se encaixam para fornecimento na merenda escolar (por exemplo doces, conservas, pamonha, caldo de cana, salgados, etc.), a burocracia envolvida no processo de compra e a dificuldade de adequação às normas sanitárias exigidas. Um dos participantes chegou a mencionar que revende seus produtos para outra pessoa e que esta comercializa para a merenda escolar, ou seja, a falta da documentação necessária para participar da chamada pública leva o produtor a vender para intermediários, reduzindo a sua margem de lucro.

Na Tabela 1 sistematizou-se os resultados apurados nesta pesquisa no que concerne à: recebimento de algum tipo de auxílio financeiro do poder público durante a pandemia, participação dos agricultores familiares feirantes em alguma política pública, acesso a crédito agrícola com condições especiais durante a pandemia, recebimento de assistência técnica de órgão público e recebimento de orientações de algum órgão público sobre as novas medidas sanitárias exigidas para o funcionamento das feiras livres durante a pandemia.

Tabela 1 – Ituiutaba (MG): participação dos agricultores familiares feirantes em políticas públicas e de assistência, 2022

	Sim	Não
Recebeu algum tipo de auxílio financeiro do poder público durante a pandemia?	13	37
Participa de alguma política pública?	10	40
Teve acesso a alguma linha de crédito agrícola com condições especiais durante a pandemia?	0	50
Recebe assistência técnica de algum órgão público?	5	45
Recebeu orientação de algum órgão público sobre as novas medidas sanitárias exigidas para o funcionamento das feiras durante a pandemia?	35	15

Fonte: Pesquisa direta (2022). Org.: Andrade (2022).

Verificou-se na pesquisa de campo que o tipo de auxílio financeiro recebido pelo grupo pesquisado durante a pandemia restringiu-se basicamente ao auxílio emergencial, oferecido pelo governo federal, sendo que 74% (n=37) dos participantes informaram não ter recebido nenhum tipo de auxílio. Dentre os 10 pesquisados que afirmaram participar de políticas públicas voltadas para o segmento dos agricultores familiares, 4 são os que comercializam produtos para a merenda escolar, através do PNAE, e os outros 6 utilizam-se do PRONAF. A grande maioria dos feirantes, 80% (n=40), afirmou não participar de nenhuma política pública.

Para o presidente do STRAAF, o PRONAF é extremamente importante, mas muitos agricultores ficam com receio de não conseguirem quitar o financiamento e acabam não usufruindo do mesmo. Em outros casos, eles não possuem a propriedade da terra e enfrentam dificuldades com as exigências (bens em garantia ou avalistas) feitas pelas instituições bancárias para concessão do crédito. Conforme bem ressaltado pelo presidente, em relação às políticas públicas para a agricultura familiar, nenhum incentivo diferente dos que já existiam foi direcionado ao grupo. Pelo contrário, eles tiveram que lidar com os prejuízos sem abertura

de crédito especial, sem assistência técnica e ainda cercados por problemas antigos como a situação das estradas nas zonas rurais e a falta de estrutura e maquinários de maior porte e mais modernos.

Não houve acesso para 100% dos feirantes que participaram da pesquisa a nenhum tipo de crédito agrícola com condições diferenciadas para o enfrentamento das adversidades provenientes da pandemia. Salienta-se que a ausência de crédito apropriado para o desenvolvimento das atividades dos agricultores familiares é pauta que gera preocupação muito antes da pandemia ter início. Conforme destaca Buainain (2007):

Os agricultores familiares enfrentam problemas associados ao ambiente econômico e institucional no qual se inserem. Em todas as regiões, os agricultores têm acesso limitado ao crédito, em particular para investimentos, e à assistência técnica. Parte dos produtores familiares, em particular nas regiões Sul e Sudeste, explora sistemas relativamente intensivos em insumos adquiridos no mercado e têm exigência de capital de giro para manter os gastos de produção. Os produtores familiares necessitam de capital de giro para operar de maneira mais eficaz, rentável e sustentável, e a falta de linhas adequadas impõe restrições adicionais ao funcionamento principalmente da agricultura familiar mais moderna. Mais do que a falta de tecnologia adequada, parece ser a falta de crédito a principal dificuldade que os segmentos da agricultura familiar muito inseridos e inseridos enfrentam para manter a competitividade em mercados cada vez mais exigentes (BUAINAIN, 2007, p. 167).

Considerando-se ainda os dados da Tabela 1, do total de 5 entrevistados que disseram receber assistência técnica de algum órgão público, 4 informaram que a mesma ficou suspensa durante a pandemia. É preocupante o fato de que 90% (n=45) dos agricultores familiares feirantes não conseguem ter acesso à assistência técnica para o desenvolvimento de suas atividades.

Segundo o presidente do STRAAF, é notável que a assistência técnica é também um grande gargalo para a agricultura familiar, o qual ficou ainda mais complexo durante a pandemia. O pequeno agricultor necessita de assistência para produzir mais com um custo menor. Precisa de um conhecimento técnico que vá além do saber que ele mesmo já adquiriu com a lida diária e as gerações anteriores. O presidente informou que tanto o próprio Sindicato, quanto as empresas de assistência ficaram proibidas de fazer reuniões, eventos e, durante um certo tempo, até mesmo visitas técnicas na zona rural e/ou nas sedes das instituições. Entretanto, afirma que manteve no Sindicato o atendimento médico e odontológico para os filiados, mesmo durante a pandemia. O presidente lamentou não ter podido levar mais informação e suporte ao meio rural, mas ressaltou que foi necessário

atender às medidas de isolamento social para contenção do avanço da pandemia e proteção da saúde.

30% (n=15) dos participantes afirmaram não ter recebido orientação de nenhum órgão público sobre as novas medidas sanitárias exigidas para o funcionamento das feiras livres durante a pandemia. Todavia, de acordo com informações fornecidas pela SMAPA, a orientação e fiscalização quanto às novas medidas sanitárias foi realizada tanto por servidores do próprio órgão, que trabalham na coordenação das feiras livres, como por fiscais sanitaristas ligados à Secretaria Municipal de Saúde. Sendo assim, possivelmente, alguns agricultores familiares feirantes que apresentam certa inconstância de participação ou que porventura não utilizam todo o horário destinado à realização da feira, poderiam não estar em seus espaços de trabalho quando da execução das atividades de orientação pelos órgãos públicos.

Em síntese, fazendo uso das palavras de Tonneau e Sabourin (2007, p. 183) para encerrar esta seção sobre as políticas públicas, conclui-se que elas “[...] podem ser favoráveis ou não dependendo da capacitação e da organização dos atores locais, sobretudo dos produtores, para adaptar seus instrumentos e colocá-las em prática” e que elas são “[...] eficientes quando conseguem respeitar toda a diversidade que envolve a agricultura familiar” (p. 281). Torna-se fundamental no campo das políticas públicas que o segmento dos agricultores familiares reforce a luta conjunta e organizada, através de representações próprias, que façam surgir uma identidade entre os produtores e para que possam atuar junto ao Estado como participantes ativos nas demandas da categoria.

Sugere-se a formulação de políticas que visem fortalecer os direitos de propriedade, promover o acesso à terra, incentivar a formação de associações representativas, identificar as tecnologias que melhor se adaptem ao modo de produção familiar, desenvolver pesquisas sobre gargalos que impedem o avanço da categoria, garantir os serviços de assistência técnica, capacitar os produtores para gerirem melhor seus estabelecimentos, potencializar os benefícios da produção familiar e articular o fortalecimento da economia local com as políticas públicas destinadas aos agricultores familiares.

Há que se pensar também, se o país deseja formular políticas públicas que beneficiem os agricultores familiares e que garantam, conseqüentemente, a segurança alimentar e nutricional da população brasileira ou se deseja continuar privilegiando a produção em larga escala voltada para exportação que pode gerar, a longo prazo, o desabastecimento interno de gêneros alimentícios básicos. A construção de um projeto norteador em âmbito nacional, que englobe mecanismos e instrumentos plurais, seria fundamental para abarcar de maneira mais efetiva a diversidade da agricultura num país-continente como o Brasil.

4 A PANDEMIA DA COVID-19 E SEUS EFEITOS PARA OS AGRICULTORES FAMILIARES FEIRANTES NO MUNICÍPIO DE ITUIUTABA-MG

Na seção anterior foram discutidas algumas políticas públicas fundamentais ligadas à agricultura familiar e as principais ações implementadas pelo poder público do município de Ituiutaba-MG durante o período da pandemia que tiveram efeito sobre o segmento dos agricultores familiares feirantes. Foi apresentada, ainda, uma pequena parcela dos resultados obtidos na pesquisa de campo no que tange à participação dos agricultores familiares feirantes no fornecimento de gêneros alimentícios para a merenda escolar e nas políticas públicas e de assistência que englobam a categoria. Tais resultados melhor encaixaram-se na temática da seção precedente e foram, por este motivo, citados em separado desta seção, que destina-se a apresentação do corpo mais expressivo de resultados da pesquisa de campo do presente trabalho.

Antes da exposição dos resultados da pesquisa de campo, referentes aos objetivos propostos para esta pesquisa, os quais versam sobre as implicações na renda, uso de tecnologias, adaptação às novas medidas sanitárias e perspectivas dos agricultores familiares feirantes para o período pós-pandemia, será feita a caracterização do perfil dos entrevistados e de sua atividade na feira. Serão apresentadas, ainda, as informações sobre o número de casos de COVID entre os participantes e/ou familiares, a quantidade de feirantes que apresentaram sintomas e que tiveram a oportunidade de submeter-se a algum teste para diagnóstico da doença e o número de vacinados contra a COVID.

A aplicação dos formulários de coleta de dados foi realizada nos meses de janeiro e fevereiro de 2022, durante o horário de funcionamento das 4 feiras livres de alimentos sob a responsabilidade da SMAPA. Para não prejudicar o andamento das atividades dos feirantes, horários de menor circulação de pessoas foram priorizados para abordagem dos mesmos. Conforme mencionou-se na introdução deste trabalho, foi estabelecido que se pelo menos 50 agricultores familiares feirantes aceitassem participar desta pesquisa, seus objetivos seriam plenamente alcançados. Este número foi atingido e constatou-se que a amostra foi realmente suficiente, pois observou-se que ao aproximar da marca estabelecida ocorreu a repetição das respostas dos participantes.

Desta forma, entrevistou-se 50 agricultores familiares feirantes, sendo 26 do sexo masculino (52%) e 24 do sexo feminino (48%). Na Tabela 2, relaciona-se a faixa etária dos entrevistados, chamando atenção para o fato de que 68% dos mesmos têm idade superior a 50

anos. A faixa etária até os 40 anos compreende apenas 14% dos participantes (n=7) e de 41 a 50 anos tem-se um percentual de 18% de participantes (n=9).

Tabela 2 – Ituiutaba (MG): caracterização dos agricultores familiares feirantes entrevistados por faixa etária, 2022

Faixa etária	Quantidade	%
Até 30 anos	2	4
De 31 a 40 anos	5	10
De 41 a 50 anos	9	18
De 51 a 60 anos	16	32
Acima de 60 anos	18	36
Total	50	100

Fonte: Pesquisa direta (2022). Org.: Andrade (2022).

Na Tabela 3 mencionam-se as informações sobre o grau de escolaridade dos entrevistados. Destaca-se que 54% dos participantes estudou apenas até o ensino fundamental (incompleto ou completo) e que 4 deles nunca frequentaram a escola. Estudos de Santos (2021) e Fratari (2019) também apresentaram resultados semelhantes no que concerne às características de faixa etária e de escolaridade de agricultores familiares feirantes e não feirantes, respectivamente, do município de Ituiutaba. Fica claro que o perfil dos integrantes deste segmento é a baixa escolaridade e uma faixa etária mais elevada, o que pode gerar implicações em sua melhor inserção econômica no mercado globalizado e no acesso às políticas públicas, por exemplo.

Tabela 3 – Ituiutaba (MG): caracterização dos agricultores familiares feirantes entrevistados por grau de escolaridade, 2022

Grau de escolaridade	Quantidade	%
Ensino fundamental	27	54
Ensino médio	16	32
Ensino superior	3	6
Pós-Graduação	0	0
Não estudou	4	8
Total	50	100

Fonte: Pesquisa direta (2022). Org.: Andrade (2022).

Sobre o grau de escolaridade dos pequenos produtores e a relação deste com o uso de tecnologias e de técnicas de gestão Buainain (2007) destaca que este pode ser um

[...] fator importante na adoção de novas tecnologias. Educação está relacionada não somente com a habilidade de obter e processar informação, mas também com o uso de técnicas de gestão. Certas práticas requerem maior perícia do que outras. O nível educacional e a experiência dos produtores são características pessoais que determinam as decisões sobre a adoção dessas práticas (BUAINAIN, 2007, p. 97).

Na Tabela 4 demonstra-se o número de pessoas que moram nas residências dos entrevistados. Observa-se que grande parte das famílias, 76% (n=38), concentram-se na faixa de 2 a 4 residentes por domicílio. Na composição do núcleo familiar predominam estruturas bastante tradicionais no meio rural como marido e esposa ou marido, esposa e filhos. Algumas exceções aos dois modelos citados compreendem outros membros do seio familiar como avós, tios, netos, noras, irmãos e cunhados. 5 entrevistados declararam residir sozinhos.

Tabela 4 – Ituiutaba (MG): caracterização dos agricultores familiares feirantes entrevistados por número de residentes no domicílio, 2022

Número de residentes no domicílio	Quantidade	%
1	5	10
2	17	34
3	11	22
4	10	20
5	2	4
6	3	6
7	1	2
8	1	2
Total	50	100

Fonte: Pesquisa direta (2022). Org.: Andrade (2022).

A maior parte destas famílias, 78% (n=39), são de baixa renda e informaram manter-se com uma renda mensal de até 3 salários mínimos, como representado na Tabela 5. Sinteticamente, de acordo com os resultados apresentados, a faixa etária dos agricultores familiares feirantes é mais avançada, prevalecendo baixa escolaridade e baixa renda. É possível mensurar como é difícil o acesso dessas pessoas às políticas públicas e a quaisquer outras condições que sejam destinadas a melhorar a atividade que estas exercem. Assim como é possível estimar um certo grau de dificuldade em lidar com tecnologias para enfrentar os obstáculos provenientes das medidas de isolamento social em virtude da pandemia da COVID. A soma destes fatores (idade, escolaridade e renda) representa um desafio adicional para o desenvolvimento do meio rural, demandando novas estratégias no que tange à

permanência dos jovens no campo, ao acesso destas pessoas à educação e a melhores oportunidades de geração de renda.

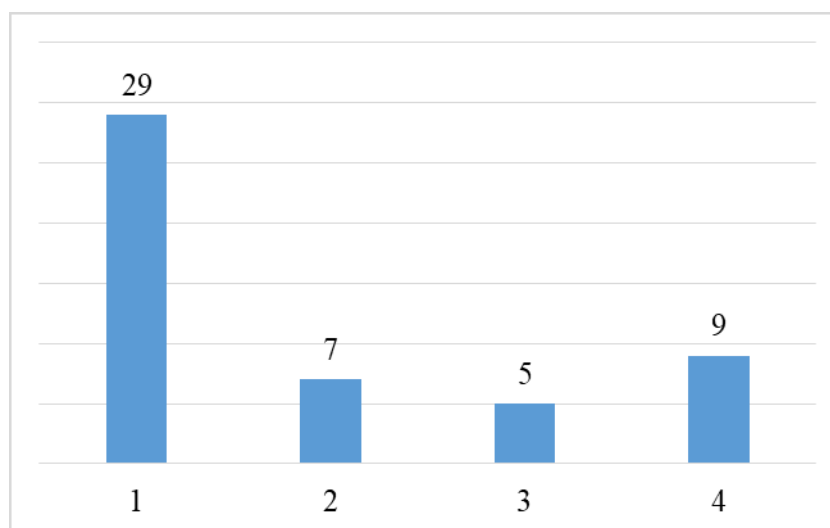
Tabela 5 – Ituiutaba (MG): caracterização dos agricultores familiares feirantes entrevistados pela renda familiar mensal, 2022

Renda mensal da família	Quantidade	%
Até 3 salários mín.	39	78
De 3 a 5 salários mín.	8	16
Acima de 5 salários mín.	3	6
Total	50	100

Fonte: Pesquisa direta (2022). Org.: Andrade (2022).

Para caracterizar brevemente a atividade exercida pelos agricultores familiares feirantes perguntou-se de quantas e de quais feiras estes participam semanalmente na cidade de Ituiutaba. Demonstra-se no Gráfico 4 que a grande maioria dos entrevistados, 58% (n=29), participa de apenas uma feira, sendo esta, predominantemente, a feira do bairro Junqueira, realizada aos domingos. Para os que participam de duas feiras há predomínio de participação na Feira da Junqueira e da Praça dos Trabalhadores. Conseqüentemente, para aqueles que afirmaram participar de três feiras, esta terceira feira corresponde ou à da Praça 13 de Maio ou à da Avenida Sírio Libanesa, ambas de menor porte. 18% (n=9) dos entrevistados afirmou participar semanalmente de todas as 4 feiras livres de alimentos que acontecem em Ituiutaba.

Gráfico 4 – Ituiutaba (MG): número de feiras livres em que participam os agricultores familiares entrevistados, 2022

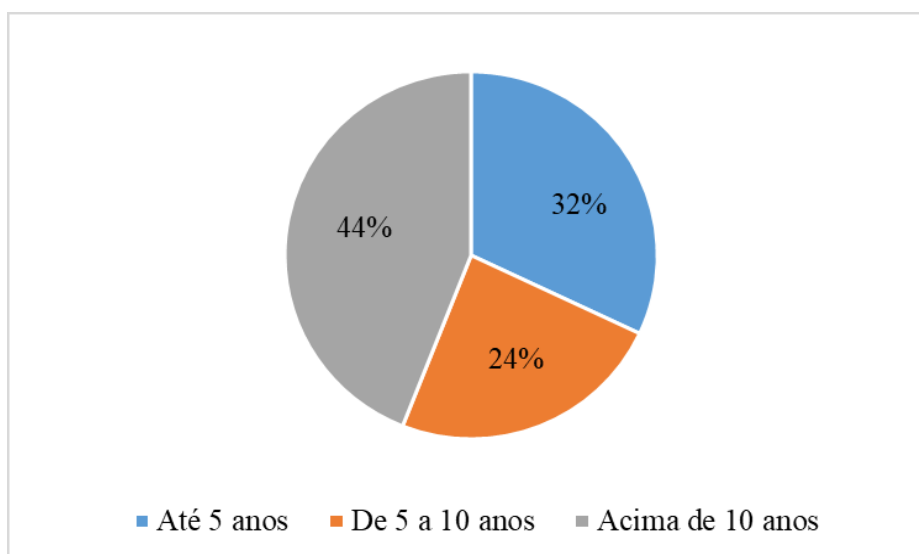


Fonte: Pesquisa direta (2022). Org.: Andrade (2022).

Os tipos de produtos comercializados nas feiras livres de alimento de Ituiutaba são muito variados, conforme citado na introdução deste trabalho. Além de frutas, legumes, verduras e hortaliças, encontra-se nas feiras uma gama de produtos fabricados pelos agricultores familiares. Sucos naturais da fruta de diversos sabores, produtos derivados da cana-de-açúcar como o melado, o caldo de cana, a cachaça e a rapadura, derivados do leite como o queijo e o requeijão, derivados do milho como a pamonha, a farinha e o mingau, derivados da mandioca como o polvilho e a farinha. Salgados, bolos, biscoitos e outras quitandas em geral. Pimentas, temperos, doces, conservas, raízes, plantas medicinais, castanhas, sementes. Comercializa-se também peixes e frangos. Enfim, a variedade de produtos é imensa e a população local conta com uma fonte importante de abastecimento de gêneros alimentícios frescos.

Vários trabalhos citam a atividade do feirante como um ofício passado de geração em geração, portanto, pode-se dizer que é uma atividade carregada de valores afetivos. Isto se traduz em um sentimento de pertencimento do feirante à sua atividade. Sendo assim, é comum encontrar pessoas que exercem a profissão há vários anos e que vêm na sua atividade muito mais do que uma fonte de renda, mas também algo prazeroso, que proporciona a interação entre produtores e consumidores em um ambiente de sociabilidade como é o das feiras. Em Ituiutaba, os resultados obtidos e sistematizados no Gráfico 5, comprovam que a maioria dos feirantes exerce esta atividade há mais de 10 anos, totalizando 44% (n=22).

Gráfico 5 – Ituiutaba (MG): quantidade de tempo em que o agricultor familiar entrevistado exerce a atividade de feirante, 2022



Fonte: Pesquisa direta (2022). Org.: Andrade (2022).

Sabe-se ainda que no desenvolvimento das atividades dos feirantes, é comum que ocorra nas barracas a utilização da mão-de-obra familiar. Muitas vezes, os lucros auferidos com a comercialização das mercadorias são insuficientes para prover a contratação de terceiros para auxiliar nos trabalhos. Mesmo que a renda seja suficiente para tal finalidade, os pequenos agricultores têm sempre outras frentes que precisam priorizar para continuar produzindo, comercializando e sustentando a família. Na Tabela 6 observa-se que apenas 20% (n=10) dos entrevistados afirmaram utilizar a contratação de mão-de-obra de terceiros, enquanto que a grande maioria, 80% (n=40), trabalha sozinho ou apenas com auxílio de algum membro da família.

Tabela 6 – Ituiutaba (MG): tipo de mão-de-obra utilizada nas barracas dos agricultores familiares feirantes entrevistados, 2022

Tipo de mão-de-obra	Quantidade	%
Feirante e ajudante contratado	8	16
Feirante e familiares	20	40
Feirante sozinho	20	40
Feirante, familiares e ajudante contratado	2	4
Total	50	100

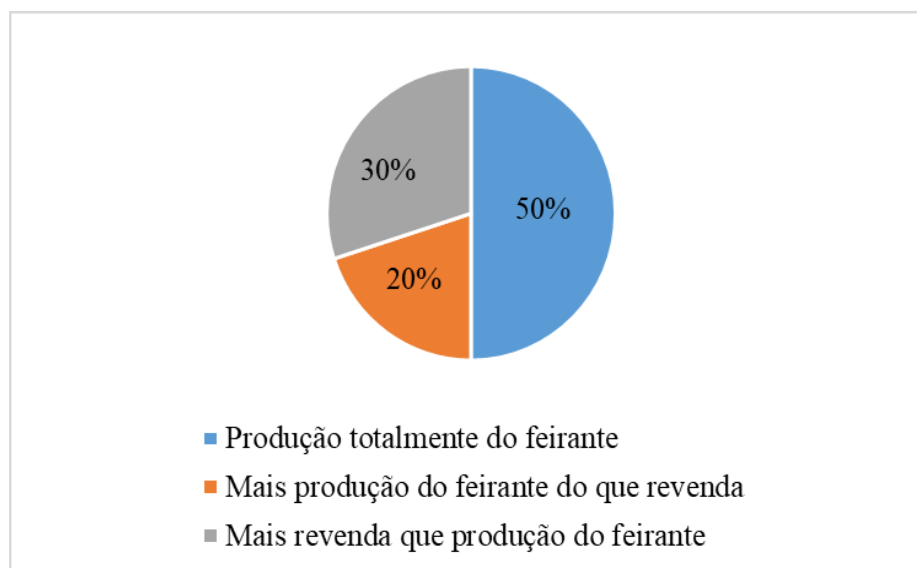
Fonte: Pesquisa direta (2022). Org.: Andrade (2022).

É cada vez mais comum encontrar situações em que as mulheres assumem a comercialização dos produtos nas barracas e os homens cuidam de manter as atividades de produção no campo, tanto é que 48% dos entrevistados são do sexo feminino. Nos últimos anos, estudos sobre o empoderamento feminino, inclusive no meio rural, tem mencionado que as mulheres estão assumindo novas funções, passando a exercer a chefia do núcleo familiar e sendo as responsáveis pelo provimento do sustento da casa.

Para melhor caracterizar a atividade desenvolvida pelos agricultores familiares feirantes em Ituiutaba, outro aspecto perguntado foi sobre a origem das mercadorias comercializadas. Buscou-se identificar se as mesmas eram produção própria, mais produção própria do que revenda ou mais revenda do que produção própria. Os resultados foram sistematizados no Gráfico 6, no qual verifica-se que 50% (n=25) dos participantes ainda são responsáveis pela produção total das mercadorias comercializadas. Um percentual significativo, 30% (n=15), trabalha mais com a aquisição de produtos de terceiros do que com produção própria.

Nesta pesquisa, como o foco eram agricultores familiares, os feirantes que trabalham exclusivamente com revenda não foram entrevistados. Todavia, é importante mencionar a quantidade de feirantes que têm atuado apenas como revendedores. Costa *et al.* (2021) relatam que 73% dos feirantes entrevistados em seus estudos em Bom Jardim-MA adquirem seus produtos de intermediários. Depreende-se que o agricultor familiar possa estar encontrando dificuldades e barreiras que estão restringindo as possibilidades de comercialização direta entre estes e o consumidor.

Gráfico 6 – Ituiutaba (MG): origem das mercadorias comercializadas nas feiras livres de alimentos pelos agricultores familiares entrevistados, 2022



Fonte: Pesquisa direta (2022). Org.: Andrade (2022).

Os dados demonstrados na primeira seção deste trabalho sobre a expansão do cultivo da cana-de-açúcar e da soja no município de Ituiutaba, podem gerar uma preocupação sobre a indisponibilidade de terras para o cultivo de alimentos que abastecem a população local/regional. Observa-se que o agricultor familiar que ainda mantém a produção de alimentos diversificados e que não cedeu ao cultivo das monoculturas tem enfrentado desafios cada vez maiores para obtenção de crédito e uso das novas tecnologias. Para exemplificar, é possível citar que grande parte das empresas passou a comercializar insumos, especialmente adubos, em grandes volumes, a partir de 500kg, nos chamados *bags*, praticamente extinguindo ou tornando mais cara a comercialização em sacas de 60kg.

Finalizando a caracterização do perfil dos entrevistados e de sua atividade na feira livre foi perguntado sobre a fonte de renda dos entrevistados, se exclusivamente da feira ou de

outras fontes. A comercialização nas feiras livres de alimentos é a única fonte de renda para 50% (n=25) dos entrevistados, a outra metade afirmou possuir uma fonte de renda adicional, sendo que 13 participantes recebem aposentadoria, 1 recebe BPC (Benefício de Prestação Continuada vinculado ao Instituto Nacional do Seguro Social – INSS), 5 exercem atividade remunerada no comércio e serviços na área urbana, 5 possuem outras fontes de renda ligadas à atividade agrícola e 1 participante declarou possuir renda proveniente do aluguel de um imóvel na área urbana.

Como a temática desta pesquisa envolve os efeitos da pandemia da COVID para os agricultores familiares feirantes, foi pertinente perguntar-lhes sobre o número de casos confirmados de COVID, bem como sobre a presença de sintomas indicativos da doença e a quantidade de entrevistados que conseguiu realizar algum tipo de teste diagnóstico e se vacinar contra a COVID.

Dos 50 agricultores familiares feirantes entrevistados, 37 (74%) afirmaram não ter tido diagnóstico confirmado de COVID para si mesmo e nem para os demais residentes do domicílio. 13 entrevistados, 26%, afirmaram que houve diagnóstico positivo para COVID entre os membros do núcleo familiar. No total, foram relatados 27 casos confirmados, dos quais 7 foram dos próprios feirantes e 20 em membros do grupo familiar. Não houve nenhum caso fatal. Quando perguntados sobre a gravidade dos sintomas apresentados pelos feirantes que tiveram COVID, 3 informaram ter apresentado sintomas leves, 2 sintomas moderados e 2 sintomas graves. Inclusive, 3 deles necessitaram de atendimento médico.

O número de participantes que alegaram não ter tido nenhum tipo de sintoma que indicasse estar infectado pela COVID foi de 30 (60%). 56% (n=28) dos entrevistados não teve oportunidade de fazer nenhum tipo de teste para diagnóstico da COVID. Em relação ao número de vacinados, os resultados foram bastante significativos. 96% (n=48) dos agricultores familiares feirantes entrevistados já se vacinaram contra a COVID com pelo menos uma dose da vacina. Deste total, 33 participantes já se encontram imunizados com a 2ª dose, 14 com a 3ª dose e 1 com a dose única. Apenas dois entrevistados informaram não ter recebido nenhuma dose da vacina, por opção própria.

O presidente do STRAAF ressaltou que recebeu muitas queixas durante a pandemia acerca da falta de assistência médica para os agricultores familiares e suas famílias. Situação esta, que sempre afligiu os habitantes zona rural. Eles não são atendidos em um local definido (por exemplo, um PSF), pois nem sempre possuem endereço urbano. Desta forma, quando desocupam de suas tarefas no campo para vir procurar atendimento na cidade, muitas vezes

ficam sem vagas e com o atendimento prejudicado. Sem dúvidas, o estado de saúde dos feirantes também é algo que preocupa, não só durante o período da pandemia:

O excesso de horas de trabalho, a grande exigência de esforço físico, a quantidade de trabalho exigido antes, durante e depois da feira, a exigência de atenção e o contínuo relacionamento com outros feirantes e com a freguesia, são aspectos que, indubitavelmente, estão associados ao desgaste e ao sofrimento sentidos. Dores no ‘espinhaço’, [...] acidentes de trabalho (cortes e quedas) são manifestações mórbidas das condições de trabalho (SATO, 2012, p. 217).

Apresentou-se nesta subseção o perfil dos entrevistados e fez-se a caracterização de sua atividade na feira. Também foram mencionados aspectos relativos à incidência da COVID, enquanto doença, sobre este grupo de pessoas. Sendo assim, parte-se para a exposição dos resultados da pesquisa de campo que buscam responder aos objetivos específicos desta pesquisa, sendo o primeiro deles avaliar como a pandemia afetou a renda dos agricultores familiares feirantes.

4.1 Implicações sobre a renda: a produção e a comercialização de gêneros alimentícios durante a pandemia

Com o desenrolar da pandemia da COVID, a partir do ano de 2020 e até os dias atuais, diversas consequências foram sentidas na economia e os diferentes segmentos econômicos foram afetados, seja em maior ou menor grau. Os impactos foram e continuam sendo muito significativos, o que abriu espaço para uma gama de pesquisas científicas que busquem dimensioná-los, relatá-los e/ou explicá-los. Foram tantos os efeitos que, por vezes, cidadãos e o próprio governo cogitaram dizer que a economia deveria ser preservada (mantendo o pleno funcionamento das atividades econômicas) em detrimento das questões sanitárias que buscavam a garantia da saúde da população.

Depreende-se que para o segmento dos agricultores familiares feirantes os efeitos da pandemia certamente também foram sentidos. Considerando que a renda proveniente das atividades desta categoria pode ter sido impactada tanto nos aspectos referentes à produção de mercadorias quanto à comercialização destas, demonstra-se a seguir os resultados obtidos na pesquisa de campo, junto aos agricultores familiares feirantes.

Inicialmente serão apresentados alguns dados sobre a produção agropecuária do município de Ituiutaba no período de 2016 a 2020. Estes dados servirão de complemento para embasar as conclusões sobre os efeitos da pandemia na produção dos agricultores familiares

no município de Ituiutaba. O período de 2016 a 2020 compreende os últimos 5 anos cujos dados estão disponibilizados pelo IBGE tanto na Pesquisa da Pecuária Municipal quanto na Produção Agrícola Municipal. Trabalhos futuros que englobem os dados referentes ao ano de 2021 e subsequentes serão de grande valia para ensejar novos apontamentos e conclusões sobre o tema.

Observa-se na Tabela 7 que a área colhida, em hectares, das principais monoculturas presentes no município de Ituiutaba, cana-de-açúcar, soja, milho e sorgo, cresceu ao longo dos últimos 5 anos no município e, por consequência, não se observa nenhum decréscimo no ano de início da pandemia da COVID, em 2020. Situação análoga ocorre com a produtividade, em toneladas, das referidas culturas.

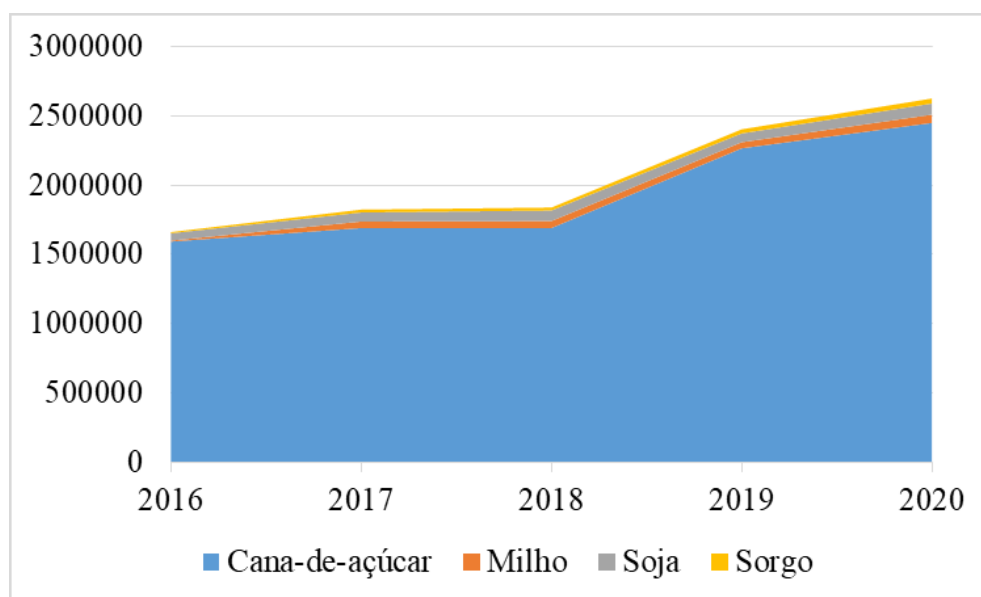
Tabela 7 – Ituiutaba (MG): área colhida em hectares (ha) de cana-de-açúcar, milho, soja e sorgo, 2016-2020

	Cana-de-açúcar	Milho	Soja	Sorgo
2016	24500	1600	17000	4500
2017	26000	8500	18000	7000
2018	26000	8500	21000	7000
2019	33300	8100	21000	10000
2020	36000	10120	23000	10000

Fonte: IBGE – Produção Agrícola Municipal (2020). Org.: Andrade (2022).

Verifica-se no Gráfico 7 que os números são crescentes, os valores, especificamente da cana-de-açúcar, são superiores a dois milhões de toneladas em 2019 e 2020. Para estas culturas, mais vinculadas ao agronegócio, os impactos iniciais da pandemia parecem ter sido menores ou podem ter sido melhor contornados pelos produtores de maior porte.

Gráfico 7 - Ituiutaba (MG): quantidade produzida em toneladas (t) de cana-de-açúcar, milho (em grão), soja (em grão) e sorgo (em grão), 2016-2020



Fonte: IBGE – Produção Agrícola Municipal (2020). Org.: Andrade (2022).

Os dados referentes à área colhida, em hectares, para as culturas mais praticadas pela agricultura familiar, como o abacaxi, a banana, a laranja, a mandioca e a melancia, sistematizados na Tabela 8, não permitem, ainda, conclusões mais substanciais.

Tabela 8 – Ituiutaba (MG): área colhida em hectares (ha) de abacaxi, banana, laranja, mandioca e melancia, 2016-2020

	Abacaxi	Banana	Laranja	Mandioca	Melancia
2016	2	5	415	60	23
2017	8	9	538	45	5
2018	8	10	415	45	2
2019	8	5	415	45	5
2020	8	5	415	45	7

Fonte: IBGE – Produção Agrícola Municipal (2020). Org.: Andrade (2022).

Em complemento, os números referentes à quantidade produzida, em toneladas, das referidas culturas são apresentados na Tabela 9. Verifica-se que os números se repetem ao longo dos últimos anos para culturas como o abacaxi e a mandioca, por exemplo, tanto em termos de área colhida como em quantidade produzida. Conforme mencionou-se, os dados referentes aos anos de 2021 em diante, a serem divulgados pelo IBGE, serão cruciais para melhor avaliar a produtividade do segmento dos agricultores familiares.

Tabela 9 – Ituiutaba (MG): quantidade produzida (t) de abacaxi (mil frutos), banana (cacho), laranja, mandioca e melancia, 2016-2020

	Abacaxi	Banana	Laranja	Mandioca	Melancia
2016	50	60	16160	1090	170
2017	200	108	11944	708	100
2018	200	110	16160	708	20
2019	200	60	16930	708	100
2020	200	60	16930	708	130

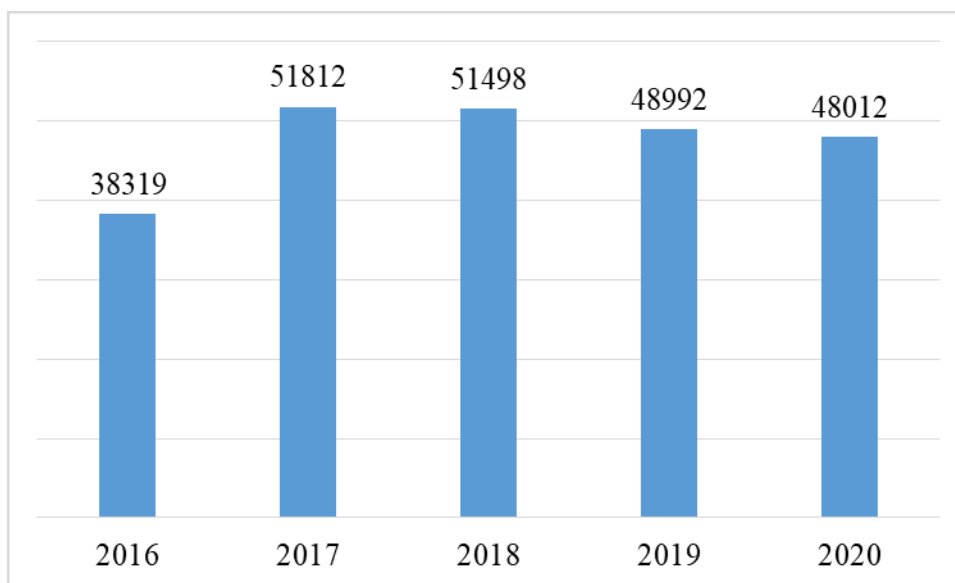
Fonte: IBGE – Produção Agrícola Municipal (2020). Org.: Andrade (2022).

A produção de leite é de grande importância econômica no município de Ituiutaba, tanto é que a maior parte da área de seus estabelecimentos agropecuários é ocupada por pastagens, totalizando em torno de 57% da mesma, de acordo com os dados do último Censo Agropecuário do IBGE (2017). Fratari (2019) reforça esta concepção em seus estudos sobre a pecuária leiteira em duas comunidades rurais do município. Em complemento, segundo Schneider (2009):

A pecuária leiteira ocupa uma parte da força de trabalho familiar e gera uma renda monetária mensal e estável. No entanto, as famílias, sobretudo as mais numerosas, deparam-se com a necessidade não só de aperfeiçoar continuamente o sistema de criação, mas também de buscar uma intensificação e diversificação do uso do solo com a finalidade de aumentar a geração de renda e, simultaneamente, encontrar formas de ocupação produtiva para os filhos. Por isso, muitas famílias desenvolvem a pecuária juntamente com outros plantios e criações (fruticultura, horticultura, suinocultura, sericicultura) – e com isso multiplicam as formas de uso do solo, dos recursos produtivos e da força de trabalho (SCHNEIDER, 2009, p. 75).

No Gráfico 8 verifica-se que a produção de leite se manteve relativamente estável nos últimos cinco anos, não apresentando diferenças significativas entre os anos de 2019 e 2020, quando a COVID atingiu os limites do município de Ituiutaba. A média de produção no período de 2016 a 2020 ficou em torno de aproximadamente 48 milhões de litros de leite por ano.

Gráfico 8 – Ituiutaba (MG): Produção de leite (mil litros), 2016-2020



Fonte: IBGE – Pesquisa da Pecuária Municipal (2020). Org.: Andrade (2022).

Sem dúvidas, os dados a serem disponibilizados pelo IBGE tanto da Produção Agrícola Municipal quanto da Pesquisa da Pecuária Municipal, para os anos posteriores a 2020 serão extremamente relevantes para análises mais aprofundadas sobre a produção dos agricultores familiares. Entretanto, nada melhor do que abordar diretamente o pequeno produtor para entender melhor as consequências da pandemia para a produção das mercadorias comercializadas na feira, por exemplo. Sendo assim, lançar-se-á mão dos resultados da pesquisa de campo com os agricultores familiares feirantes, realizada no ano de 2022, abrangendo maior período após o início da pandemia (2020/2021), para endossar novos apontamentos sobre a produtividade do segmento.

Quando perguntados se, em termos de produção, os agricultores familiares feirantes tiveram alguma dificuldade proveniente dos efeitos da pandemia, 26 participantes responderam que sim (52%) e 24 afirmaram que não (48%). Neste último grupo, encontram-se alguns agricultores que relataram que somente não encontraram problemas porque tinham estoque de insumos em seus estabelecimentos. Dentre os participantes que responderam sim, perguntou-se quais seriam estas dificuldades, apresentando três opções de resposta: problemas na aquisição de sementes e insumos (produtos em falta), alta nos preços de sementes e insumos e comércio fechado. Além destas três opções, os participantes poderiam citar outros fatores. Portanto, o entrevistado poderia optar por mais de uma das respostas apresentadas pela pesquisadora além de propor outras que julgasse relevantes. Os resultados estão demonstrados na Tabela 10.

Tabela 10 – Ituiutaba (MG): dificuldades encontradas pelos agricultores familiares feirantes entrevistados no processo produtivo durante a pandemia, 2022

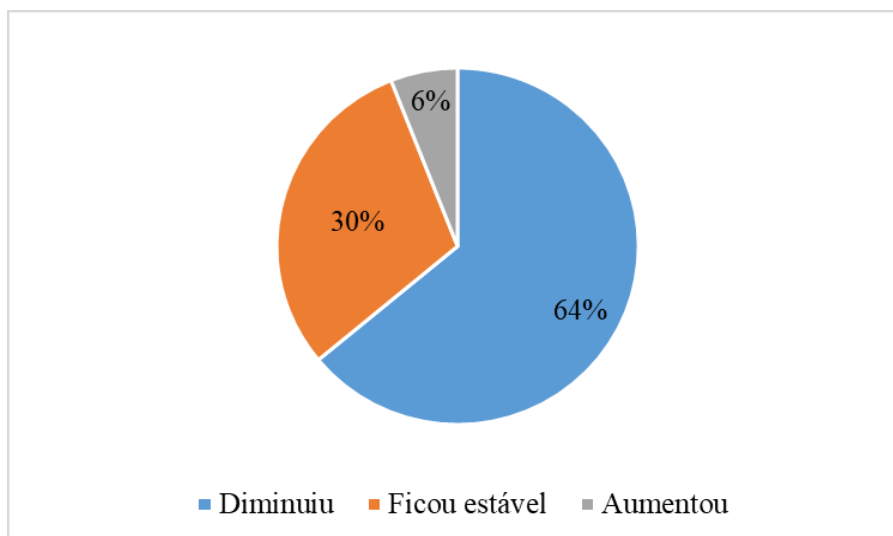
Dificuldades na produção	Quantidade
Problemas na aquisição de sementes e insumos (produtos em falta)	7
Alta nos preços de sementes e insumos	25
Comércio fechado	2
Alta nos preços das embalagens (vidro, plástico)	6
Alta expressiva nos preços de adubos	3

Fonte: Pesquisa direta (2022). Org.: Andrade (2022).

Além da aquisição de insumos e sementes, tem grande importância no processo produtivo a mão-de-obra a ser utilizada. Na agricultura familiar trata-se de trabalho realizado, em geral, pelos próprios membros da família, e, em alguns casos, com a ajuda de terceiros mediante contratação. Em ambas situações, considera-se a hipótese de falta de mão-de-obra tanto devido às medidas de isolamento social impostas durante a pandemia quanto a problemas de saúde dos membros da família. Destarte, fez-se este questionamento aos participantes, perguntando-lhes se, em algum momento, durante a pandemia, faltou mão-de-obra para as atividades de produção, devido a algum membro da família estar com COVID. Este problema foi relatado apenas por 6 agricultores familiares feirantes. A grande maioria, 44 entrevistados, afirmou não ter tido adversidades desta natureza.

Deste modo, uma vez inquiridos sobre aspectos importantes do processo produtivo como insumos e mão-de-obra, cumpriu-se questionar sobre a produção de um modo geral, ou seja, como o agricultor familiar feirante considera que ficou a sua produção durante a pandemia, considerando os anos de 2020 e 2021. Observa-se no Gráfico 9 que 64% (n=32) dos entrevistados afirmaram que a produção diminuiu.

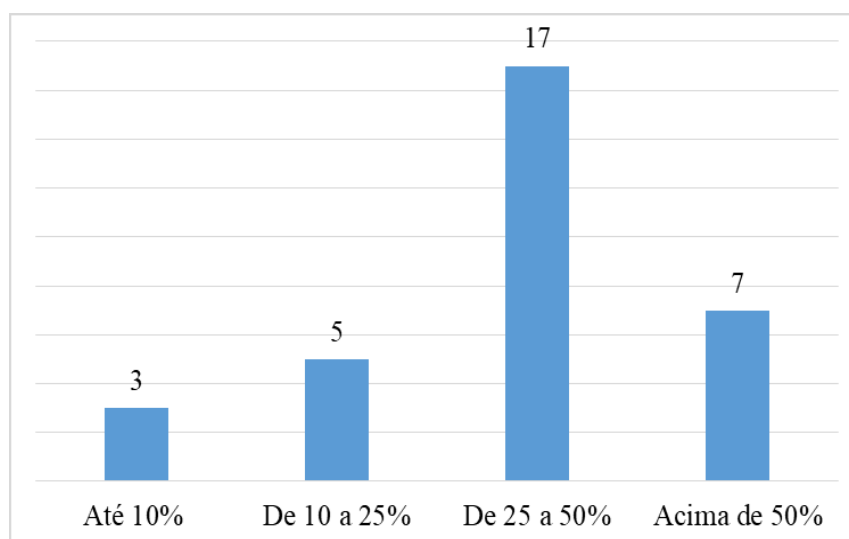
Gráfico 9 – Ituiutaba (MG): volume de produção dos agricultores familiares feirantes entrevistados durante a pandemia, 2020-2021



Fonte: Pesquisa direta (2022). Org.: Andrade (2022).

Na sequência, no Gráfico 10, representa-se os percentuais de diminuição informados por este grupo de respondentes, no qual a maior parte, 53% (n=17), alegou baixa da ordem de 25 a 50% da produtividade. Dentre os três participantes (6%) que afirmaram ter tido aumento na produção, este foi de até 10% para dois deles e de 25 a 50% para um deles. 30% (n=15) dos respondentes alegaram estabilidade no volume de produção durante a pandemia.

Gráfico 10 – Ituiutaba (MG): percentuais de diminuição do volume da produção dos agricultores familiares feirantes entrevistados durante a pandemia, 2020-2021



Fonte: Pesquisa direta (2022). Org.: Andrade (2022).

Devido ao fato de que metade dos entrevistados comercializam gêneros alimentícios provenientes de produção totalmente própria, porém a outra metade revende algum percentual de mercadorias, foi perguntado se o acesso aos produtos para compra e revenda foi limitado durante a pandemia. Do total de 25 respondentes que comercializam uma parte de mercadorias adquiridas de outros produtores, 12 afirmaram não ter tido problemas no acesso a estas e os outros 13 informaram que ocorreram problemas. Estas dificuldades, de acordo com o relato dos entrevistados, foram referentes a alta de preços e também falta de mercadorias. Muitos fornecedores não conseguiram entregar os produtos devido a restrições de circulação geradas pela pandemia, o que obrigou alguns feirantes a buscarem novas fontes de aquisição de mercadorias. Foi relatado, ainda, que as duas geadas intensas que ocorreram no ano de 2021 aliadas à falta de chuvas em algumas regiões do município de Ituiutaba também prejudicaram a oferta de certos tipos de gêneros alimentícios.

O Decreto nº 9.378, de 31 de março de 2020, determinou a suspensão da realização das feiras livres de alimentos em Ituiutaba e estas tiveram seu funcionamento retomado somente com a publicação do Decreto nº 9.393, de 16 de abril de 2020. Diante deste fato, perguntou-se qual foi o maior impacto advindo deste período de cerca de 15 dias de suspensão das atividades de comercialização dos agricultores familiares nas feiras. Estes alegaram, em maioria absoluta, 88% (n=44), efeito negativo severo sobre a renda. 8% (n=4) alegaram ter mantido a renda e não ter sofrido impacto neste período e 4% (n=2) afirmaram que a renda aumentou, mesmo com a suspensão das feiras. Neste último caso, trata-se da venda especificamente da laranja, que, segundo os participantes, foi uma fruta que teve aumento de demanda durante a pandemia. Ela tem um valor mais acessível à população em geral e possui vitamina C, aliada no fortalecimento do sistema imunológico. Por este motivo, muitos consumidores podem ter associado o consumo da laranja à uma forma de fortalecer o organismo e prevenir-se do contágio da COVID ou de outras doenças cujos sintomas fossem parecidos, como a gripe.

Para o grupo de participantes que teve impacto direto na renda (n=44), 18 afirmaram ter ficado totalmente sem renda durante o período de suspensão das feiras. Os demais, 26, alegaram diminuição da renda, porém conseguiram manter um certo volume de vendas comercializando seus produtos de outras formas, seja em outros pontos da cidade, seja por entregas em domicílio, por exemplo. O número de agricultores familiares feirantes que tiveram que fazer descarte ou doação de produtos devido não ter conseguido vender neste período de suspensão das feiras foi de 16 (32%). Segundo os entrevistados, o volume de perdas poderia ter sido ainda maior, não fossem alguns tipos de produtos menos perecíveis os

quais foi possível estocar (doces, conservas), congelar (salgados, frango) ou mesmo parar de produzir por um período até a retomada das atividades.

Nos diversos municípios brasileiros, as decisões sobre o funcionamento das atividades econômicas e, conseqüentemente, das feiras livres de alimentos foram bastante heterogêneas. Freitas, Barbosa e Soares (2020) analisaram os impactos da pandemia para os feirantes do município de Corumbá-MS. Os autores relatam que as feiras ficaram suspensas na cidade de 22 de março a 14 de setembro de 2020 (quase 6 meses). Mesmo quando as feiras voltaram a funcionar, ficou determinado por decreto municipal que pessoas acima de 60 anos deveriam ser afastadas das atividades, por serem do grupo de risco. Os agricultores familiares dos diversos assentamentos existentes em tal município, tiveram o seu principal canal de escoamento interrompido. Segundo a pesquisa, como a maioria deles, quase 70%, não possui outra fonte de renda, a situação trouxe um impacto extremamente negativo para os feirantes e para a economia local como um todo. O referido estudo concluiu que:

Diante de tudo a que assistimos e que presenciamos, percebemos o valor dos feirantes e principalmente das feiras livres. O impacto causado, após o fechamento, fez com que nós refletíssemos o quanto é importante a vida, o produto, os produtores, os clientes. É como se fosse uma engrenagem em que um depende do outro para que a continuação das feiras em nossa cidade possa evoluir, causando a melhor impressão a todos que ali frequentam, ajudando a economia da cidade e criando laços de amizade entre feirantes e clientes (FREITAS; BARBOSA; SOARES, 2020, p. 33).

De acordo com Sanches, Martins e Conceição (2022), em Iturama-MG, município localizado a cerca de 150km de Ituiutaba, a Feira da Agricultura Familiar de Iturama e Região - FAFIR, que conta com cerca de 40 participantes, foi suspensa por força de decreto municipal em 23 de março de 2020. Contudo, o primeiro caso de COVID registrado no município foi apenas em 04 de junho de 2020. Os autores relatam as dificuldades de comercialização da produção da agricultura familiar devido a suspensão da FAFIR e redução das compras via PNAE, porém evidenciam a importância das tecnologias de informação e comunicação (TIC) como alternativa para situações desta natureza.

Nos estudos de Vargas *et al.* (2022) sobre a feira da agricultura familiar de Mafra-SC, a qual manteve seu funcionamento durante a pandemia, encontrou-se ações positivas no que tange à garantia da manutenção da comercialização da agricultura familiar. Para tanto, foi necessário, a exemplo do que ocorreu em Ituiutaba, transferir a realização da feira para um local mais adequado que viabilizasse o atendimento às normas sanitárias. Os feirantes também receberam o apoio do poder público local. Este, apresentou um projeto ao governo federal e

conseguiu, via convênio firmado, diversas melhorias para garantir a manutenção do funcionamento da feira como barracas novas, geladeiras, caixas adequadas para armazenar alimentos, capacitação e treinamento dos feirantes, inclusive assistência técnica do engenheiro agrônomo da prefeitura.

Reforçando a importância dos circuitos curtos de comercialização e a noção de que a pandemia da COVID colocou a dimensão regional/local no centro do debate de questões como políticas territoriais e abastecimento alimentar, Cassol, Vargas e Canever (2020) afirmam que:

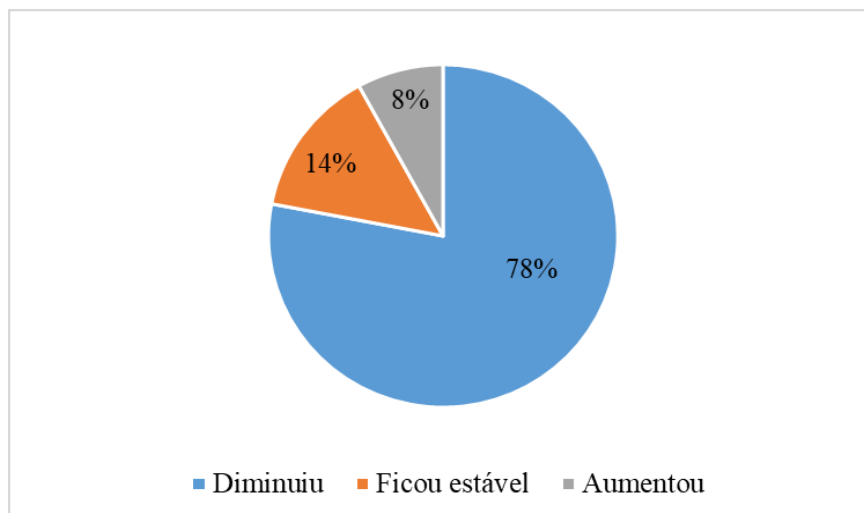
Se as novas dinâmicas de interação baseadas no distanciamento social como forma de evitar a propagação do vírus geraram restrições significativas de acesso a inúmeros canais de comercialização – fechamento ou suspensão de feiras da agricultura familiar; suspensão das aulas e das compras via Programa Nacional de Alimentação Escolar (PNAE) – por outro lado trouxe à tona a importância das redes locais e regionais de produção, comercialização e consumo de alimentos para a manutenção da segurança alimentar e nutricional das populações urbanas. Essa importância tem se refletido em novas dinâmicas de abastecimento alimentar levadas a cabo pela agricultura familiar (CASSOL; VARGAS; CANEVER, 2020, p. 390).

Diante dos resultados acima apresentados constata-se que a pandemia afetou negativamente as atividades produtivas do segmento dos agricultores familiares feirantes. Entretanto, sabe-se também que as condições climáticas, principalmente a regularidade de chuvas, têm grande influência no processo de produção, seja das mercadorias comercializadas *in natura* ou daquelas que são matéria-prima para fabricação de outros produtos. Sendo assim, perguntou-se aos entrevistados se eles consideram que a pandemia impacta mais a produção do que as condições climáticas. A grande maioria, 84% (n=42), considera que as condições climáticas são capazes de atuar de forma mais nociva sobre a produção do que efeitos advindos da pandemia.

Feitos os questionamentos que abarcam o processo de produção dos gêneros alimentícios, passou-se a indagar sobre aspectos relativos à comercialização das mercadorias. Perguntou-se aos agricultores familiares feirantes se durante a pandemia (2020-2021) as vendas diminuíram, ficaram estáveis ou aumentaram, e o respectivo percentual em caso de aumento ou diminuição. No Gráfico 11, verifica-se que 78% (n=39) dos entrevistados alegaram diminuição das vendas. Comparando-se com os resultados dos volumes de produção, anteriormente demonstrados no Gráfico 9, onde 64% (n=32) dos participantes tiveram diminuição da mesma, verifica-se uma diferença de 14% a mais de agricultores

familiares afetados quando se trata das vendas. Sendo assim, diante dos resultados obtidos, entende-se que há maior impacto na comercialização do que na produção.

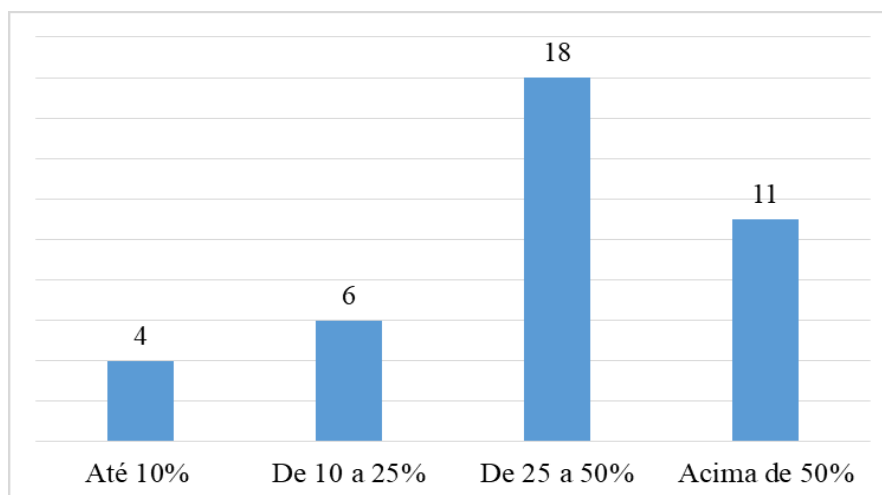
Gráfico 11 – Ituiutaba (MG): volume de vendas dos agricultores familiares feirantes entrevistados durante a pandemia, 2020-2021



Fonte: Pesquisa direta (2022). Org.: Andrade (2022).

Dentre os participantes que afirmaram ter aumento na produção (n=4), este foi de 10 a 25% para um deles, de 25 a 50% para dois deles e acima de 50% para um deles. Para a grande maioria dos agricultores familiares feirantes (n=39) as vendas diminuíram durante a pandemia e o percentual dessa queda é representado no Gráfico 12.

Gráfico 12 – Ituiutaba (MG): percentuais de diminuição das vendas dos agricultores familiares feirantes entrevistados durante a pandemia, 2020-2021



Fonte: Pesquisa direta (2022). Org.: Andrade (2022).

Observa-se no Gráfico acima que a queda nas vendas é superior a 50% para 28% (n=11) dos agricultores familiares feirantes que tiveram diminuição das vendas. Segundo as informações prestadas pelo presidente do STRAAF, a comercialização dos agricultores familiares feirantes foi mais afetada do que a produção do grupo durante a pandemia. Ele alega que a quantidade de vendas caiu muito e que diversos feirantes deixaram de comercializar neste período porque não compensava sair do campo para vir à feira vender tão pouco, ou seja, a relação custo-benefício ficou inviável. No caso específico da feira que é realizada pelo Sindicato, houve mudança do local de realização da mesma do barracão anexo à sede do Sindicato para a Praça Dezesesseis de Setembro. O presidente ressaltou que a diferença em relação à infraestrutura dos dois locais (banheiros, piso, cobertura, etc.) culminou com a diminuição da presença do público de maior poder aquisitivo na feira, contribuindo para piorar o cenário de prejuízos à comercialização dos agricultores familiares feirantes.

Durante a pandemia, diversas variáveis entraram em cena e podem ter contribuído negativamente para a comercialização de gêneros alimentícios nas feiras livres. A combinação entre o aumento dos preços das mercadorias e a diminuição do poder aquisitivo da população pode ser uma delas. Deste modo, foi questionado aos agricultores familiares feirantes se, no período pandêmico, eles procederam a altas significativas nos preços dos produtos que comercializam. 54% (n=27) dos entrevistados afirmaram ter havido alta significativa nos preços de seus produtos e o restante, 46% (n=23), conseguiu manter os preços em um patamar mais estável.

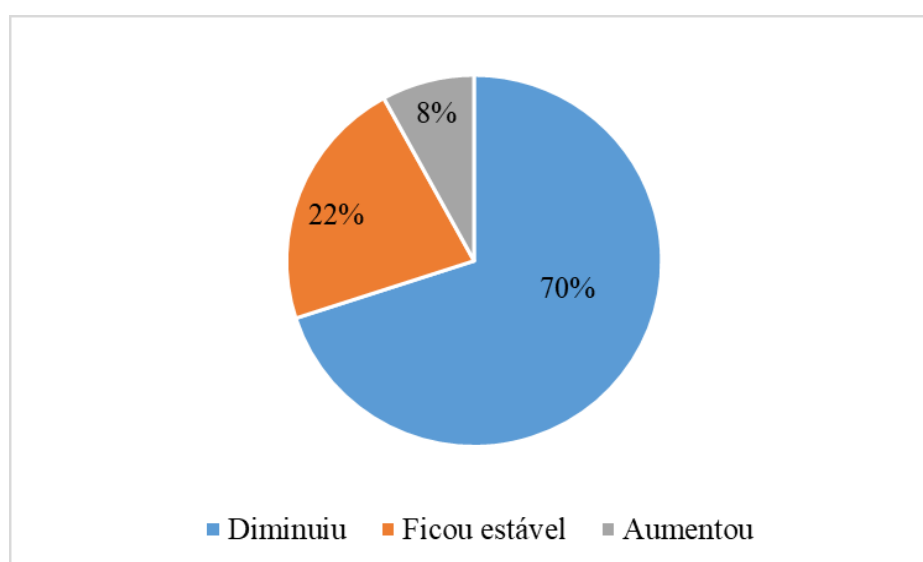
Costa *et al.* (2021, p. 3), analisando o cenário do município de Bom Jardim-MA, identificaram que 87% dos feirantes aumentaram os valores de seus produtos na pandemia. Segundo os autores “[...] os consumidores andam insatisfeitos, com a elevação excessiva dos preços dos produtos comercializados por feirantes durante a pandemia” e “[...] muitos feirantes tiveram que ajustar-se quanto ao valor dos seus produtos, pois em decorrência da pouca produtividade, os mesmos sentiram a necessidade de aumentar os preços para não serem acometidos de forma direta” (p. 6).

Outra variável que pode ter influenciado na diminuição do volume de vendas seria o receio dos consumidores de circular pelas feiras durante o período da pandemia. Com base nisso, perguntou-se aos participantes se eles perceberam que algum grupo específico de pessoas deixou de frequentar as feiras. O único grupo citado por 84% (n=42) dos entrevistados foi o dos idosos, certamente, para tentar prevenir-se do contágio da COVID, conforme recomendações das autoridades de saúde. 16% (n=8) dos entrevistados afirmaram

que não perceberam a ausência de nenhum grupo específico de pessoas nas feiras durante a pandemia.

Sintetizando, para avaliar como a pandemia afetou a renda dos agricultores familiares feirantes, considerando a soma dos efeitos sobre a produção e sobre a comercialização das mercadorias, perguntou-se aos entrevistados como eles avaliam a mesma antes e durante a pandemia. Os resultados, demonstrados no Gráfico 13, parecem coincidir com todo o histórico de dificuldades encontradas pelos agricultores familiares feirantes para garantir a sua sobrevivência e o desenvolvimento de suas atividades. 70% (n=35) dos entrevistados afirmou que a renda diminuiu durante a pandemia, se comparada à renda que era auferida antes da mesma ter início.

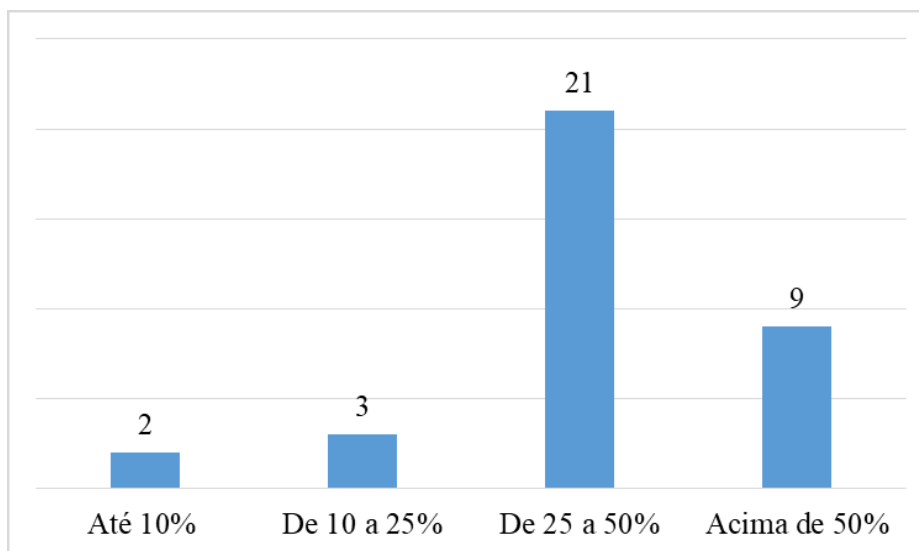
Gráfico 13 – Ituiutaba (MG): valor da renda dos agricultores familiares feirantes entrevistados antes e durante a pandemia, 2020-2021



Fonte: Pesquisa direta (2022). Org.: Andrade (2022).

Dentre os participantes que afirmaram terem auferido aumento na renda durante a pandemia (n=4), este foi de até 10% para um deles e de 25 a 50% para três deles. Para a grande maioria dos agricultores familiares feirantes que sentiram uma diminuição da renda, representam-se os percentuais dessas quedas no Gráfico 14. Observa-se que o maior número de agricultores teve perdas da ordem de 25 a 50% da renda que costumava auferir antes da pandemia ter início.

Gráfico 14 – Ituiutaba (MG): percentuais de diminuição da renda dos agricultores familiares feirantes entrevistados antes e durante a pandemia, 2020-2021



Fonte: Pesquisa direta (2022). Org.: Andrade (2022).

Costa *et al.* (2021, p. 3), relataram impactos significativos na renda de 80% dos feirantes entrevistados no município de Bom Jardim-MA, o que corrobora com os dados aqui apresentados. 73% deles, segundo o estudo, também alegaram redução na procura/compra de seus produtos durante a pandemia. Vale ressaltar que este município não teve nenhuma suspensão de funcionamento das feiras, que foram realizadas durante todo o período da pandemia. Cassol, Vargas e Canever (2020, p. 392), ao citarem dados a nível nacional, afirmam que “[...] na agricultura familiar, no mês de julho/20, 51% dos agricultores afirmaram terem perdido receita, com uma queda média de 35% da renda familiar bruta mensal auferida”.

Raciocinando de maneira mais ampla, compreende-se que os efeitos decorrentes da pandemia da COVID que incidiram sobre os agricultores familiares feirantes, tanto na produção quanto na comercialização, acompanharam os que ocorreram em vários outros ramos de atividades econômicas. Todavia, não se pode perder de vista que, para os agricultores familiares, estes efeitos somam-se a outros entraves de longa data, principalmente em relação a políticas públicas de apoio à categoria. Os dias correm e a situação parece estagnada num patamar de dificuldades que não é superado, demandando ainda mais esforços por parte de um segmento que luta para sobreviver em meio ao incentivo constante à expansão e consolidação do agronegócio.

4.2 Uso de tecnologias e estratégias de enfrentamento e superação

Diante de desafios diversos que impactaram a produção e a comercialização das mercadorias dos agricultores familiares feirantes e, conseqüentemente, a renda auferida destas atividades, cabe verificar se e como este segmento buscou soluções para enfrentar este momento atípico, seja com a adaptação às novas medidas sanitárias exigidas ou no que tange ao uso de novas formas de comercialização, utilizando as tecnologias e redes sociais, por exemplo.

Com a publicação do Decreto nº 9.393, de 16 de abril de 2020, pela Prefeitura Municipal de Ituiutaba, as feiras livres de alimentos puderam retomar o seu funcionamento mediante o uso de máscara pelos colaboradores, disponibilização e uso frequente do álcool 70% (em gel ou líquido), venda dos produtos embalados e distanciamento de 3m entre as barracas. De acordo com as informações prestadas pela SMAPA, as principais queixas pronunciadas pelos agricultores familiares feirantes no início da pandemia vieram com a implementação destas medidas. Entretanto, rapidamente os feirantes precisaram adaptar-se. Isto se deve ao fato de que, em reunião realizada entre a SMAPA e os feirantes, com a participação da Polícia Militar, Vigilância Sanitária e do Comitê de Enfrentamento à COVID do município, ficou acordado que não haveria condições sanitárias para a retomada das feiras, se tais medidas não fossem cumpridas.

Assim sendo, perguntou-se aos agricultores familiares feirantes se eles tiveram dificuldade em implementar essas novas medidas sanitárias exigidas para o funcionamento das feiras. 52% (n=26) destes afirmaram que sim e 48% (n=24) que não. Considerando que o participante poderia indicar a qual ou quais medidas teve dificuldade de adaptação, sistematizou-se os resultados obtidos na Tabela 11.

Tabela 11 – Ituiutaba (MG): dificuldades encontradas pelos agricultores familiares feirantes entrevistados na implementação das medidas sanitárias exigidas para o funcionamento das feiras durante a pandemia, 2022

Medida sanitária exigida	Quantidade
Uso do álcool 70% (em gel ou líquido)	7
Uso da máscara	11
Venda dos produtos embalados	10
Distanciamento entre as barracas	7

Fonte: Pesquisa direta (2022). Org.: Andrade (2022).

Verifica-se que todas as medidas sanitárias exigidas apresentaram algum grau de dificuldade de adaptação por parte dos feirantes, pois todas foram citadas nas respostas, sobressaindo em maior número a dificuldade com o uso da máscara. É possível imaginar como o uso da máscara pode dificultar a comunicação entre feirantes e consumidores, já que uma distância segura entre os mesmos precisa ser mantida. Além disso, o trabalho exaustivo e, por vezes, em altas temperaturas debaixo da lona das barracas torna o uso da máscara pouco confortável, mas, sem dúvida, necessário.

Em complemento, perguntou-se aos entrevistados se alguma das medidas sanitárias influenciou diretamente nas vendas. A maioria deles, 76% (n=38), respondeu que não, enquanto que 24% (n=12) acreditam que sim. Neste último grupo, nove participantes afirmaram que a venda dos produtos embalados prejudicou as vendas porque os clientes gostam de escolher, dois mencionaram o distanciamento entre as barracas, alegando que muitos clientes não conseguiam percorrer toda a feira e um entrevistado mencionou a dificuldade de comunicação proveniente do uso da máscara.

Ressalta-se que em alguns municípios brasileiros sequer houve a determinação e consequente fiscalização nas feiras livres de alimentos sobre a adoção e o cumprimento de medidas sanitárias para contenção da pandemia e proteção da saúde de feirantes e consumidores. É o caso do município de Bom Jardim-MA, relatado nos estudos de Costa *et al.* (2021, p. 9). Ao perguntarem se os feirantes “cumpriram ou vem cumprindo os protocolos de higiene e segurança” 73% dos participantes afirmaram que não. Entra em cena, neste caso, a baixa renda familiar mensal dos feirantes que, por vezes, não conseguem destinar os recursos financeiros necessários para a compra dos itens de proteção.

O subsistema das feiras permaneceu em dualidade, com dias menos movimentados e dias de maior movimento, com comunicações ambíguas: ao mesmo tempo que os feirantes precisavam da venda e não podem perder seu sustento, não possuíam recursos o suficiente para adquirir o equipamento de proteção adequado. Os feirantes estão cientes dos riscos da pandemia, porém dada as imposições do sistema econômico e a falta de alternativas de trabalho, resistem e persistem em seu trabalho diário, mesmo em meio a aglomerações e alto risco de contágio (COSTA *et al.*, 2021, p. 9).

Sanches, Martins e Conceição (2022) corroboram com o exposto acima citando que:

[...] uma pesquisa do Instituto Interamericano de Cooperação Agrícola (IICA) alega que a maioria dos agricultores familiares da América Latina e do Caribe tem trabalhado com a ausência de equipamentos de proteção e protocolos sanitários durante a pandemia, além de enfrentar limitações e uma crescente preocupação no setor da agricultura familiar em relação às possibilidades de comercialização de

alimentos em mercados locais, devido à redução no fluxo de consumidores por medo de serem infectados (SANCHES; MARTINS; CONCEIÇÃO, 2022, p. 701).

Em Ituiutaba, a venda dos produtos embalados em porções individuais de 250g, 500g e 1kg foi exigida para o funcionamento das feiras livres de alimentos durante a pandemia (Mosaico 1). Todavia, os demais tipos de comércios de hortifrutigranjeiros, como supermercados, sacolões, etc., continuaram a vender suas mercadorias em bancas, que possibilitam ao cliente escolher o que vai levar para casa. Sabe-se que isto é um fato que ocorre comumente e que é do gosto de grande parte dos clientes. Desta maneira, insistiu-se em indagar aos entrevistados sobre este aspecto de forma mais explícita. Ao serem perguntados diretamente se os produtos embalados prejudicaram as vendas devido o cliente gostar de escolher, 24% (n=12) dos entrevistados respondeu que sim.

Mosaico 1 – Ituiutaba (MG): produtos embalados para venda nas barracas da feira livre de alimentos do Bairro Junqueira, 2022



Fonte: Andrade (2022).

A compra de um alimento envolve não somente o gosto, o sabor, mas também o odor, o cheiro da comida, que faz a boca salivar. Além disso, o aspecto visual também é extremamente importante, tanto é que se fala que se come primeiro com os olhos. A venda dos produtos embalados em combinação com o uso da máscara atingiu em cheio hábitos costumeiros dos consumidores nas feiras livres de alimentos como degustar e cheirar os produtos. Por vezes, os participantes relataram ter perdido vendas devido não terem permitido a prática desses hábitos e também em virtude do próprio cliente não querer utilizar a máscara.

Considerou-se na sequência outro fator que incidiu especificamente sobre as feiras livres, comparando-se com os demais tipos de comércios ora citados, que é o distanciamento de 3m entre as barracas. A Feira da Junqueira, a de maior porte da cidade, realizada aos domingos, ficou bastante extensa e a dificuldade de percorrer a feira por inteiro foi sentida. Tanto é que, quando foi perguntado se o distanciamento entre as barracas criou alguma dificuldade de percurso devido a feira ter ficado mais extensa e que teria prejudicado as vendas, 40% (n=20) dos entrevistados respondeu que sim.

Na pesquisa de campo observou-se que as opiniões dos feirantes são diversas no que concerne à mudança de local das feiras e ao distanciamento maior entre as barracas. Alguns feirantes acreditam que ficou melhor, mais organizado, com mais espaço para a montagem adequada das barracas e circulação segura dos consumidores. Entretanto, outro grupo acredita que era melhor a feira nos moldes anteriores, pois os clientes demoraram a se acostumar com os novos locais e não conseguiam encontrar as barracas que costumavam comprar. Mesmo sendo mais tumultuada e com menor espaço, os entrevistados relatam que “aquela muvuca e aperto” são características próprias da feira e assim os clientes podiam percorrê-la por inteiro. Quanto ao espaçamento entre as barracas, este passou posteriormente para 1,5m e, a partir de março de 2022, já não foi mais exigido nenhum espaçamento mínimo, podendo-se retornar ao que era praticado antes da pandemia.

Conforme registra Sato (2012), mesmo antes da pandemia, a preocupação com eventuais mudanças dos locais de realização das feiras livres gera aflição e receio ao feirante:

Carlos, ambulante radicado há mais de dez anos nessa feira, relata uma ameaça recente a uma feira livre no bairro de Pinheiros. Ela seria brevemente transferida para um local bem próximo àquele em que se instala atualmente. No entanto, essa “pequena” mudança foi motivo de apreensão e objeto de discussões entre os feirantes e entre estes e os organizadores da feira. Tal apreensão reside no receio de perderem a freguesia. Isso porque a mudança exigiria que muitos fregueses cruzassem uma rua bastante movimentada. E, como profundos conhecedores dos hábitos e das preferências da freguesia, os feirantes avaliam que essa ‘pequena’ exigência, para uma pessoa idosa, pode ser um obstáculo significativo e, por isso, fazê-la desistir de ir à feira (SATO, 2012, p. 136).

Por todo o país, medidas que visavam manter as feiras livres em funcionamento durante a pandemia foram necessárias. Menezes e Almeida (2021, p. 87) relataram alterações na configuração de feiras do interior de Sergipe, realizadas em função da pandemia da COVID: “[...] diante da pandemia observou-se alterações, como a troca das grandes mesas, por mesas pequenas, para cumprir com os protocolos de segurança exigidos pelos órgãos de saúde pública”. Em Ituiutaba, além dos aspectos envolvendo o distanciamento entre as barracas, a alteração do local da feira realizada aos sábados, trouxe novos desdobramentos e a divisão de opinião entre os feirantes que dela participam.

Esta feira era realizada ao lado da Unidade de Pronto Atendimento Municipal de Ituiutaba Dr. Darcy de Andrade Furtado, na rua Jorge Jacob Yunes, no Setor Norte da cidade, e passou a ocorrer na Praça dos Trabalhadores. A referida praça é bastante ampla, em formato arredondado, permitindo uma boa estrutura para montagem das barracas. Contudo, os contornos da praça recebem o fluxo de várias ruas e avenidas do setor norte da cidade. Ao todo, são 12 acessos de vias. Quem é morador da cidade conhece o tráfego intenso de veículos e a velocidade considerável que é praticada no local. Isto acaba tornando-se, na opinião de alguns feirantes, uma dificuldade para que as pessoas tenham acesso à praça e à feira, especialmente os idosos e as crianças.

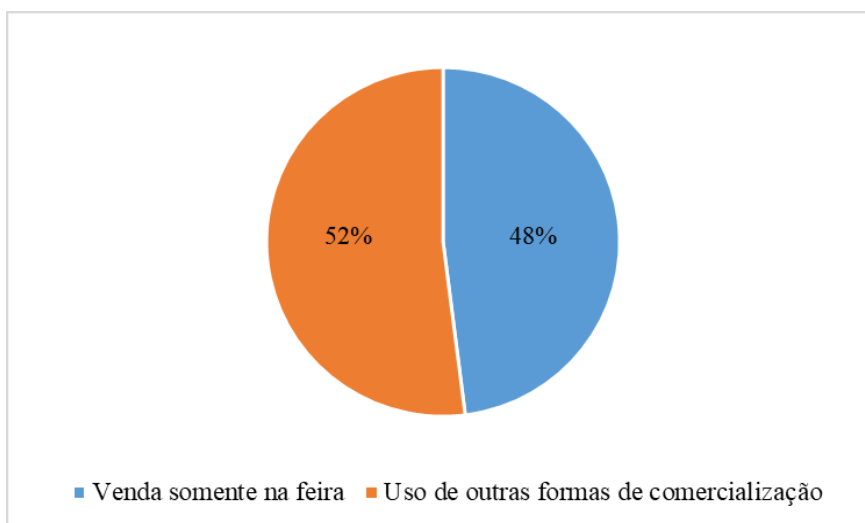
A SMAPA, em conjunto com outros setores da Prefeitura Municipal de Ituiutaba, buscou minimizar este problema com a instalação de travessias elevadas. Além disso, normalmente é feita sinalização adicional com viaturas da Guarda Municipal no horário de realização da feira. Entretanto, ainda assim a travessia é arriscada, pois muitos motoristas não respeitam os pedestres e o limite de velocidade. Segundo a referida Secretaria, após o arrefecimento da pandemia, outras discussões serão realizadas no intuito de decidir sobre nova mudança no local das feiras.

Para avaliar a utilização de novas tecnologias e novas formas de comercialização fez-se necessário, primeiramente, indagar sobre o acesso dos entrevistados ao serviço de internet. 36 agricultores familiares feirantes possuem internet em casa e 14 afirmaram não possuir. Também foi questionado como eles lidam com ferramentas tecnológicas, sendo que 28 (56%) conseguem utilizá-las sem ajuda, 9 (18%) precisam da ajuda da família e 13 (26%) afirmaram não utilizar nenhum tipo destas ferramentas.

Diante dos já mencionados efeitos negativos sobre a comercialização dos gêneros alimentícios por parte dos agricultores familiares feirantes, foi indagado aos entrevistados se eles diversificaram as formas de comercialização durante a pandemia ou se continuaram vendendo somente na feira (Gráfico 15). Os dados são concisos e demonstram que mais da

metade dos entrevistados, 52% (n=26), teve que diversificar as formas de comercialização na tentativa de amenizar os prejuízos e garantir o seu sustento e de sua família. Dentre este grupo, 12 afirmaram que passaram a vender pelo sistema de encomendas/*delivery* e 17 citaram o uso das redes sociais como alternativa para realizar vendas (o entrevistado poderia citar mais de uma forma de comercialização, por isso n>26).

Gráfico 15 – Ituiutaba (MG): formas de comercialização utilizadas pelos agricultores familiares entrevistados durante a pandemia, 2022



Fonte: Pesquisa direta (2022). Org.: Andrade (2022).

Aos poucos, as formas tradicionais de venda vão se modificando e o agricultor familiar se vê diante de novas formas de comercialização, às quais precisa adaptar-se para continuar vendendo. Em virtude do perfil socioeconômico dos agricultores familiares, a adesão a estas novas formas de comércio por vezes esbarra em limitações. Não se trata de resistência ao avanço das tecnologias, como muitos pensam. O rural não é mais um setor atrasado e sim um local em que se desenvolvem novas potencialidades. Todavia, a velocidade das mudanças ocorridas na pandemia foi tão intensa que até a mais moderna das empresas capitalistas dos países de primeiro mundo viu-se diante de grandes desafios. Conforme menciona Sambuichi *et al.* (2020):

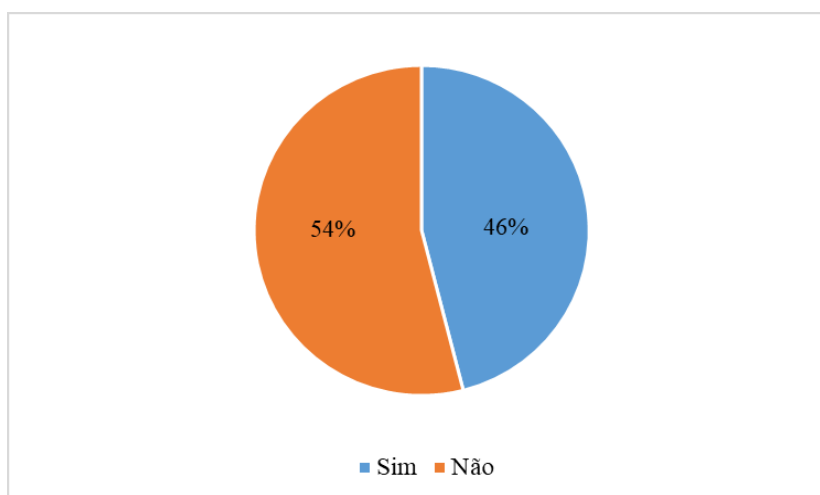
Na comercialização direta, têm sido usadas estratégias e adequações para a entrega de produtos da agricultura familiar. Vem sendo recorrente a solicitação dos consumidores por meio de telefone, aplicativos ou redes sociais. Com isso, os agricultores montam cestas e fazem as entregas diretamente no domicílio do consumidor. Contudo, os números negativos observados nos últimos levantamentos realizados indicam que essas alternativas de comercialização não têm sido suficientes para dar vazão aos produtos da agricultura familiar e evitar as perdas de alimentos (SAMBUICHI *et al.*, 2020, p. 1083).

Cassol, Vargas e Canever (2020) em estudo realizado na região Sul do Rio Grande do Sul reforçam a importância do que os autores denominam de “respostas locais”, ou seja, da capacidade dos próprios agricultores familiares terem a iniciativa de impulsionar novas dinâmicas de comercialização e consumo que privilegiam a dimensão territorial. Os autores mencionam que:

É dos territórios e dos atores locais que brotam diversas iniciativas – tais como organização de entregas de cestas básicas para vulneráveis; entregas de alimentos em domicílio; compras via redes sociais, aplicativos e plataformas digitais – que tem sido bem sucedidas para amenizar os impactos negativos da Covid-19 (CASSOL; VARGAS; CANEVER, 2020, p. 391).

Prosseguindo, foi perguntado se os agricultores familiares feirantes utilizam ferramentas tecnológicas nas vendas (Gráfico 16). Constata-se que boa parte dos entrevistados, 46% (n=23), lança mão desta forma de comercialização. Dentre as ferramentas tecnológicas citadas, teve destaque o aplicativo *WhatsApp*, citado por 96% dos participantes (n=22). 8 feirantes disseram utilizar o *Facebook* e o *Instagram* foi mencionado por 3 entrevistados (mais de um tipo de aplicativo poderia ser citado).

Gráfico 16 – Ituiutaba (MG): uso de ferramentas tecnológicas nas vendas pelos agricultores familiares feirantes entrevistados, 2022



Fonte: Pesquisa direta (2022). Org.: Andrade (2022).

O presidente do STRAAF afirmou que teve exemplos de agricultores familiares feirantes que passaram a utilizar as redes sociais para fazerem a comercialização de seus produtos e, com o resultado obtido, decidiram por abandonar em definitivo a participação na feira. Sendo assim, comercializam os produtos de forma remota e vem até a cidade apenas

fazer as entregas. Ele ainda ressaltou que o *WhatsApp* foi muito utilizado, tanto em grupos coletivos de vendas como entre particulares durante a pandemia.

O uso das ferramentas de tecnologia e comunicação foi tão estimulado e necessário durante a pandemia, devido às medidas de isolamento social praticadas, que rapidamente esta forma de comercialização precisou evoluir no seio das atividades dos agricultores familiares feirantes. A comodidade de receber os produtos em casa, sem precisar deslocar-se, consolidou-se de uma forma tão intensa que fica difícil pensar em outra alternativa de compra e venda, mesmo após a pandemia.

Cassol, Vargas e Canever (2020, p. 396) mencionam em seus estudos a criação de uma Feira Virtual da Agricultura Familiar pela EMATER/RS, sendo que esta serve como uma plataforma que conecta produtores e consumidores: “[...] cada consumidor insere seu endereço e a plataforma disponibiliza os dados dos agricultores da região que realizam entregas domiciliares”. Os autores consideram que as dificuldades impostas às formas convencionais de comercialização dos produtos da agricultura familiar durante a pandemia, trouxeram um efeito positivo ao incentivar o uso de ferramentas tecnológicas.

Outro ponto interessante é que as limitações no comércio tradicional de alimentos tiveram um efeito positivo: o crescimento da oferta de produtos via plataformas digitais e tecnologia da informação (especialmente Facebook e WhatsApp) com entregas diretas nos domicílios dos consumidores. Diversas cooperativas e produtores da região relatam terem iniciado ou melhorado os mecanismos virtuais de oferta de alimentos. Há, inclusive, relatos de produtores orgânicos com dificuldades de atender a demanda por seus produtos após começarem a ofertar entregas de cestas em casa (CASSOL; VARGAS; CANEVER, 2020, p. 396).

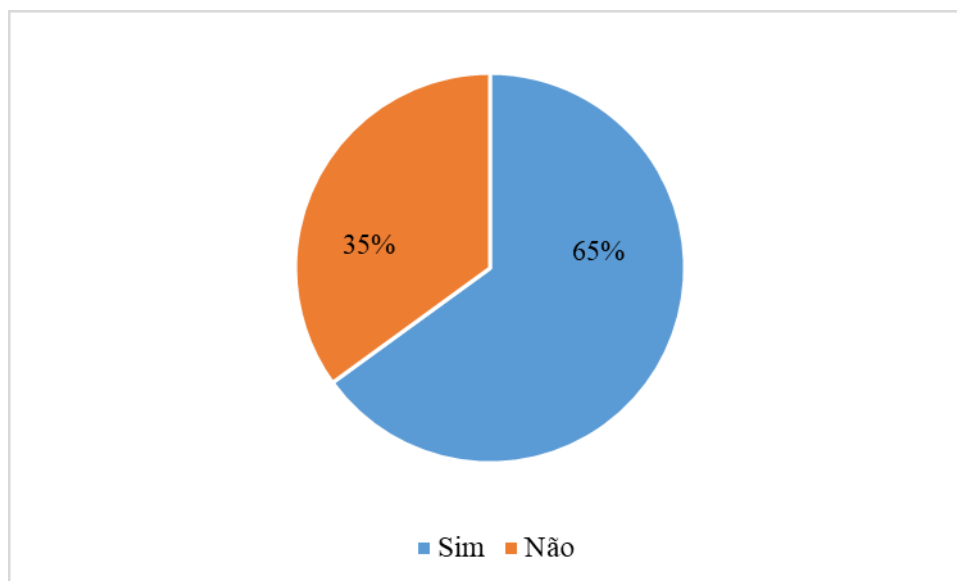
Corroborando com os autores supracitados, as ferramentas digitais também são citadas por Vargas *et al.* (2022):

Outras experiências durante o período da pandemia da Covid-19 evidenciam a paralisação de feiras de agricultura familiar em municípios do Sul do Brasil. Inclusive, o impacto da crise gerada se deu a partir do fechamento dos canais tradicionais de comercialização, como feiras e mercados. Por isso, foi necessária a utilização de novas ferramentas digitais para a comercialização dos produtos, tais como Facebook e WhatsApp. Outra forma de comercialização foi através de cestas de comercialização, com a venda de diferentes bens de consumo advindos da produção da agricultura familiar (VARGAS *et al.*, 2022, p. 8).

Considerando os 23 participantes que afirmaram utilizar ferramentas tecnológicas nas vendas, perguntou-se se estes já utilizavam as mesmas antes da pandemia. 15 deles (65%) já faziam uso de tais ferramentas antes da pandemia e 8 (35%) passaram a utilizá-las em virtude da pandemia, conforme demonstrado no Gráfico 17. Dentre os 15 participantes que já

utilizavam ferramentas tecnológicas nas vendas antes da pandemia, 13 afirmaram terem intensificado o uso das mesmas durante o período pandêmico. Do total de 23 participantes que utilizam ferramentas tecnológicas nas vendas, 16 afirmaram produzir vídeos e/ou fotos para expor seus produtos.

Gráfico 17 – Ituiutaba (MG): já usava ferramentas tecnológicas nas vendas antes da pandemia? 2022



Fonte: Pesquisa direta (2022). Org.: Andrade (2022).

Tendo em vista a utilização de novas formas de comercialização que demandam entregas em domicílio, foi perguntado aos agricultores familiares feirantes sobre a contratação de serviços de entrega. Todavia, apenas 4 agricultores familiares feirantes utilizaram este tipo de serviço. Outros participantes afirmaram não ter contratado entregadores, apesar da demanda, devido ao fator financeiro, que reduziria a sua margem de lucro.

De acordo com informações prestadas pela SMAPA, existe um projeto para utilização de um aplicativo para comercialização das mercadorias dos feirantes (até o momento do encerramento da coleta de dados desta pesquisa, este aplicativo ainda não possui previsão de implantação, pois alguns entraves se colocaram para o avanço deste projeto). Diante desta possibilidade, questionou-se aos agricultores familiares se eles usariam este tipo de ferramenta. As opiniões estão divididas e o resultado ficou empatado, 50% usariam e a outra metade afirmou que não usaria. Alguns participantes mencionaram que o uso de ferramentas tecnológicas nas vendas torna-se difícil porque precisaria de uma pessoa disponível só para esta finalidade, ou seja, enquanto o trabalho de produção está sendo desenvolvido, os pedidos

precisariam ser respondidos a contento. Isto demanda aumento de mão-de-obra, ao qual, por vezes, não é possível atender, ficando o pequeno produtor à margem desta importante alternativa de comercialização. Cassol, Vargas e Canever (2020) mencionam que

os governos poderiam ajudar a desenvolver plataformas digitais públicas e colaborativas de entrega de alimentos. Isso iria garantir a manutenção das novas dinâmicas de compras virtuais, ao mesmo tempo em que limitaria o poder das grandes redes de *delivery* que, geralmente, operam por meio de relações precárias e predatórias de trabalho (CASSOL; VARGAS; CANEVER, 2020, p. 398).

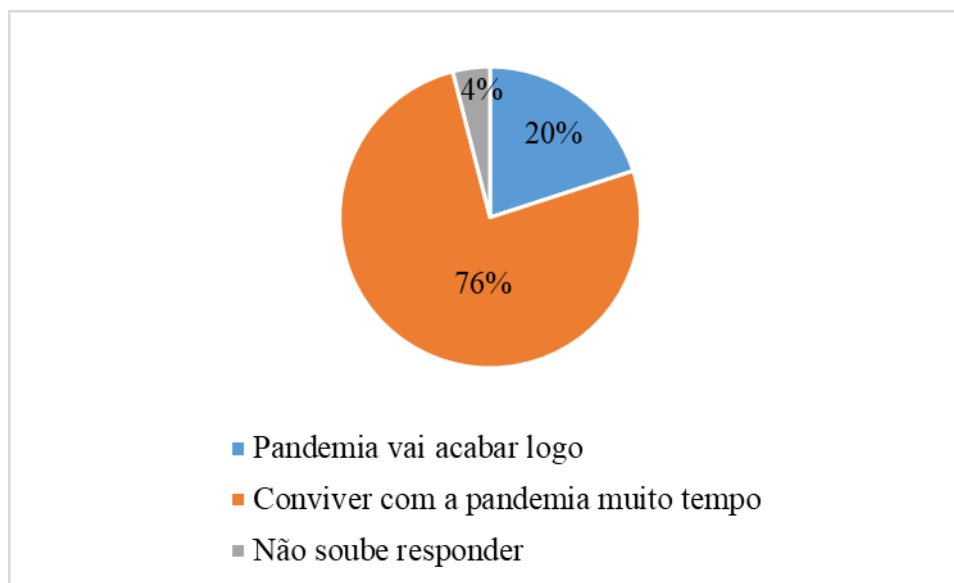
Entende-se que os agricultores familiares feirantes envidaram esforços para adaptar-se às novas medidas sanitárias exigidas para o funcionamento das feiras livres durante a pandemia. Conforme foi ressaltado pelos próprios entrevistados, as dificuldades de adaptação existiram, mas não se comparam aos prejuízos causados pela suspensão da comercialização nas feiras. Deste modo, a única alternativa foi usar a máscara, o álcool 70%, embalar os produtos para venda e obedecer ao distanciamento exigido entre as barracas. Acerca do uso das ferramentas tecnológicas, muito ainda precisa ocorrer para que os pequenos agricultores possam usufruir de forma mais satisfatória dessa alternativa de comercialização, criando alternativas para driblar a exclusão digital no meio rural.

4.3 Perspectivas dos agricultores familiares feirantes para o período pós-pandemia

A pesquisa de campo ocorreu nos meses de janeiro e fevereiro de 2022, quando se desenrolava a terceira onda da COVID no município de Ituiutaba. Após o término da primeira onda da doença, apesar das previsões dos especialistas, muitas pessoas alimentavam a crença de que a pandemia iria acabar. A cada nova onda, este sentimento foi perdendo força e a população em geral passou a considerar a necessidade de adaptar toda a sua rotina a uma nova realidade.

Neste contexto, tornou-se tarefa intrigante descobrir quais eram as perspectivas dos agricultores familiares feirantes para o período pós-pandemia, se é que este já era considerado por eles como algo possível. Para alcançar este objetivo, indagou-se inicialmente aos participantes da pesquisa se eles acreditam que a pandemia vai acabar logo ou se teremos que conviver com ela muito tempo ainda. Os resultados são demonstrados no Gráfico 18. A grande maioria dos agricultores familiares feirantes, 76% (n=38) não vislumbram um término próximo para a pandemia.

Gráfico 18 – Ituiutaba (MG): expectativa dos agricultores familiares feirantes entrevistados sobre o término da pandemia, 2022



Fonte: Pesquisa direta (2022). Org.: Andrade (2022).

Os participantes atribuíram a continuidade da pandemia a fatores diversos, como: novas ondas da doença associadas com a alta capacidade de mutação do vírus e surgimento de novas cepas; associação da COVID como uma gripe comum, ou seja, uma amenização geral no quadro de sintomas da doença que torne ambas muito semelhantes e parte da rotina das pessoas; falta de consciência e colaboração da população em medidas preventivas como a vacinação, o uso da máscara e evitar aglomerações e; uma situação que não acabará, apenas será melhor controlada a exemplo de outras doenças como a gripe H1N1 ou que poderá até mesmo vir a agravar em novos surtos. Aqueles mais otimistas, que acreditam em um término próximo da pandemia atribuem suas convicções à fé e também citaram a vacina como grande aliada para o término da pandemia.

Mediante a persistência da pandemia durante 3 ondas e a perspectiva de continuidade da mesma, foi perguntado aos participantes se eles já ouviram a expressão “novo normal” e, em caso afirmativo, qual o significado da mesma. 60% (n=30) dos entrevistados não tem conhecimento desta expressão e 40% (n=20) já ouviram falar dela. O significado do termo, para aqueles que afirmaram já tê-lo escutado, referem-se, de uma forma geral, a uma nova realidade, como algo que teremos que aprender a conviver porque o “normal” que existia antes do início da pandemia não mais voltará.

Buscando averiguar a existência de expectativas sobre o término da pandemia e a rotina do agricultor familiar feirante, outra indagação feita foi como eles consideram que será

a atividade deles após a pandemia. O que se observa nos resultados apresentados na Tabela 12 é que 38% (n=19) dos entrevistados possuem boas perspectivas para a atividade, considerando que irá melhorar ou que voltará ao normal após a pandemia. Apenas 12% (n=6) possuem perspectiva menos otimista, acreditando que a atividade não voltará ao normal ou mesmo que a pandemia não acabará. 22% (n=11) dos participantes acreditam que a atividade continuará igual após a pandemia, contrapondo-se aos 10% (n=5) que acreditam que haverá muitas mudanças na forma de trabalho do agricultor familiar feirante após a pandemia. 18% (n=9) não souberam responder, o que é totalmente compreensível tendo em vista os números de casos ativos de COVID à época da pesquisa de campo.

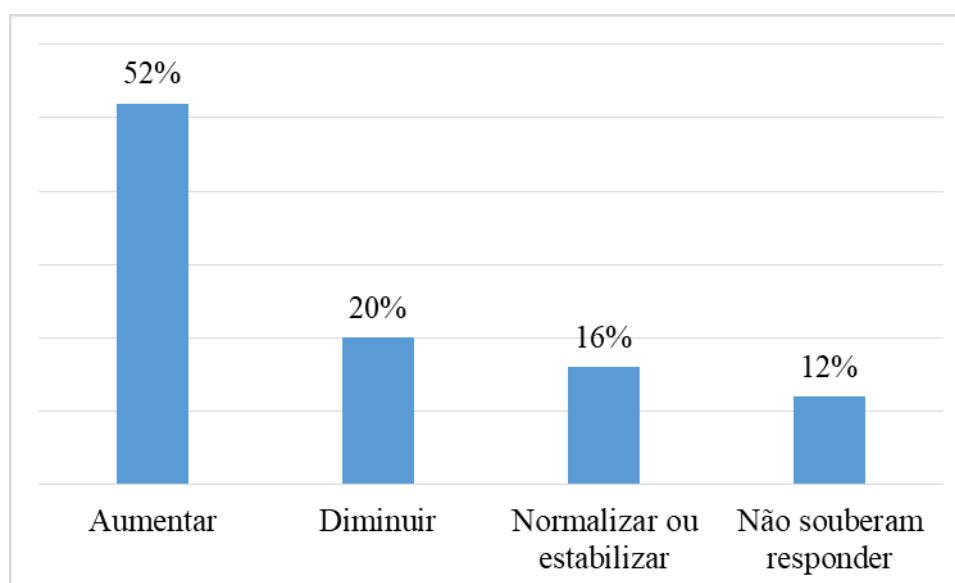
Tabela 12 – Ituiutaba (MG): expectativas para a atividade do agricultor familiar feirante entrevistado após a pandemia, 2022

Expectativa para a atividade do agricultor familiar feirante após a pandemia	Quantidade	%
Expectativa de melhorar	4	8
Não voltará ao normal	4	8
Sem perspectiva de término da pandemia	2	4
Será diferente, terá muitas mudanças	5	10
Vai continuar igual, a mesma coisa	11	22
Voltará ao normal	15	30
Não souberam responder	9	18
Total	50	100

Fonte: Pesquisa direta (2022). Org.: Andrade (2022).

A pandemia afetou não somente os diferentes segmentos de atividades econômicas, mas também os hábitos e costumes das pessoas. Deste modo, não só a atividade do feirante como também a rotina dos consumidores sofreu efeitos. Muitos adaptaram-se a comprar pela internet e receber os produtos em casa, inclusive gêneros alimentícios comercializados pelos próprios agricultores familiares utilizando as ferramentas tecnológicas. Ficou então a dúvida sobre o retorno ou não do público para as feiras livres após o arrefecimento da pandemia, já que as compras em domicílio se tornaram tão atrativas. Em consonância, perguntou-se aos agricultores familiares feirantes quais as perspectivas deles em relação à comercialização, se na questão do consumo, este tende a aumentar ou diminuir no período pós-pandemia (Gráfico 19). Observa-se que na questão do consumo os entrevistados estão mais otimistas do que em relação à atividade de feirante em si, pois 52% (n=26) consideram que o consumo tende a aumentar pós-pandemia ou pelo menos estabilizar, 16% (n=8).

Gráfico 19 – Ituiutaba (MG): perspectiva de consumo para o período pós-pandemia, 2022



Fonte: Pesquisa direta (2022). Org.: Andrade (2022).

Para concluir a coleta de dados e embasar os apontamentos finais a serem realizados nesta pesquisa foram feitas ainda três perguntas aos agricultores familiares feirantes. Na primeira delas, pediu-se aos entrevistados que citassem a principal dificuldade enfrentada durante a pandemia (Tabela 13). Como o participante poderia mencionar mais de uma dificuldade $n > 50$. Ressalta-se que, neste ponto da entrevista, os participantes já haviam sido indagados e instigados a refletir sobre aspectos da produção, comercialização, adaptação às novas medidas sanitárias e uso de novas tecnologias. Contudo, as dificuldades com a comercialização sobressaíram-se, sendo citadas por 72% ($n=36$) dos agricultores familiares feirantes.

Tabela 13 – Ituiutaba (MG): principal dificuldade enfrentada pelo agricultor familiar feirante entrevistado durante a pandemia, 2022

Principal dificuldade enfrentada pelo agricultor familiar feirante entrevistado durante a pandemia	Quantidade
Comercialização	36
Medidas sanitárias	6
Produção	6
Mídia e conjuntura política	2
Falta de respeito e conscientização da população	2
Saúde	1
Não teve nenhuma dificuldade	1

Fonte: Pesquisa direta (2022). Org.: Andrade (2022).

Mesmo com o avanço das tecnologias, muitos mercados permanecem inacessíveis ao agricultor familiar. A necessidade de reinventar a profissão em tempos de pandemia influenciou fortemente as formas de comercialização usuais. Sem dúvidas, de acordo com os resultados aqui apresentados e considerando a literatura consultada sobre o tema,

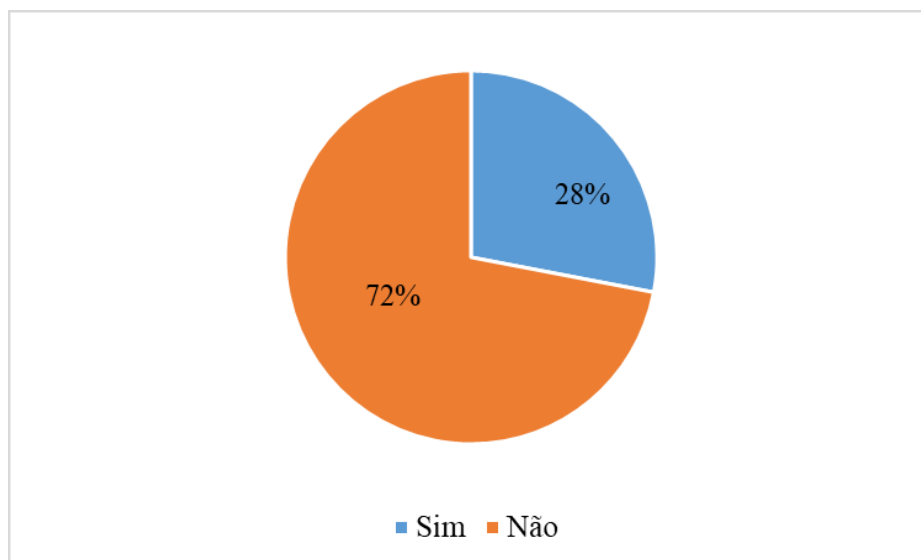
[...] as transformações nas dinâmicas de comercialização de alimentos são o ponto mais visível dos efeitos gerados pela pandemia. Imediatamente após a chegada do novo coronavírus ao país, mercados e feiras locais de abastecimento foram suspensos ou tiveram seu funcionamento reduzido, impactando diretamente na comercialização dos produtos da agricultura familiar (CASSOL; VARGAS; CANEVER, 2020, p. 395).

Vargas *et al.* (2020) discorrem em sentido semelhante, mas consideram um contexto bem mais amplo em relação à comercialização. São mencionadas as dificuldades existentes para os agricultores familiares manterem a sua inserção no mercado e, ao mesmo tempo, conservarem as características que os representam enquanto grupo, como a diversidade produtiva e as relações que estabelecem no contato direto com o consumidor. Os autores reforçam que,

A participação dos agricultores familiares nos canais de comercialização hegemônicos (integrações, cadeias de *commodities*, mercados futuros e contratos com grandes redes varejistas) está cada vez mais condicionada a um tipo de produção e de gestão pouco acessíveis à agricultura de base familiar [...] Tais canais necessitam de progressivo aumento de escala, especialização produtiva e suas negociações ocorrem em ambiente com grande impessoalidade, o que limita a diversificação produtiva, a geração de produtos com qualidades regionalmente reconhecidas e a capacidade de reter ganhos econômicos nas localidades [...]. Observa-se assim, que o setor varejista fortalecido, representado pelas grandes redes de supermercados, alterou a configuração do mercado alimentar e colocou tanto a indústria de alimentos, quanto os agricultores, em um papel secundário e com pouco poder de negociação (VARGAS *et al.*, 2022, p. 3).

Na segunda pergunta que compõe a parte final do levantamento de dados foi questionado se o agricultor familiar feirante chegou a pensar que teria que mudar de negócio em virtude da pandemia e de todos os efeitos que dela advieram. 66% (n=33) dos entrevistados afirmaram não ter cogitado essa possibilidade, em função de um enorme sentimento de pertencimento ao lugar da feira e à atividade de agricultor familiar feirante. Contudo, para 34% (n=17) dos entrevistados esta opção foi pensada, tanto por motivos de saúde como, principalmente, pela dificuldade em vender e obter uma renda mínima para garantia de sua sobrevivência. Por último, foi perguntado também se os agricultores familiares feirantes acreditam que já voltaram a produzir e comercializar nos mesmos patamares da pré-pandemia (Gráfico 20).

Gráfico 20 – Ituiutaba (MG): acredita que já voltou a produzir e comercializar nos mesmos patamares pré-pandemia? 2022



Fonte: Pesquisa direta (2022). Org.: Andrade (2022).

Os números demonstram que a pandemia, além de severas consequências à saúde das pessoas, também deixa sequelas enormes para a economia. Se 72% (n=36) dos agricultores familiares feirantes acredita que ainda não recuperou seus patamares de produção e comercialização, tanto o próprio profissional como a economia local são afetados negativamente. É um efeito em cadeia, menor produção, menor comercialização, menor renda para o agricultor e menor volume de recursos circulando e aquecendo o comércio da cidade.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

A agricultura é uma atividade econômica que carrega consigo a peculiaridade de não ser totalmente subordinada ao capital. Isto porque ela é influenciada fortemente por fatores naturais e biológicos, sendo que o resultado do trabalho do produtor nem sempre garante o volume adequado de produção de mercadorias para a comercialização. É o que ocorre quando o agricultor destina seu tempo/trabalho e os recursos financeiros de que dispõe para a atividade produtiva, mas a falta de chuvas ou uma praga de difícil controle, por exemplo, comprometem seriamente a produção e, conseqüentemente, a renda. Lidar com estes fatores torna a agricultura, especialmente a familiar, um grande desafio. Quanto mais dificuldades aparecem no percurso do pequeno produtor, maiores são as chances de ele vir a abandonar a profissão.

Se o agricultor familiar desiste de produzir, ele acaba não permanecendo no campo ou então passa a trabalhar como assalariado em propriedades maiores. Quando ele é proprietário da terra, acaba vendendo ou mesmo arrendando para o plantio de monoculturas voltadas para exportação (cana-de-açúcar e soja, por exemplo). Com isto, observa-se que estas mudanças no padrão da agricultura brasileira têm levado a uma ruptura desta com a função histórica de produção de alimentos, a qual é substituída pela produção de mercadorias. Pode-se até mesmo falar em uma agricultura que tem apenas aparência de familiar, mas não é de fato. Isto porque a especialização produtiva avança de tal forma nas pequenas propriedades que somente determinadas culturas sobressaem, deixando de lado a diversidade de alimentos, tão característica da agricultura familiar.

Em um cenário carregado por antigos obstáculos como a falta de apoio e suporte referente às políticas públicas, dificuldades de comercialização e inserção no mercado, falta de crédito, dentre outros, surge a pandemia de COVID com uma série de conseqüências inimagináveis e de proporções avassaladoras. Em pouco tempo, a preocupação com o acesso aos alimentos e a segurança alimentar e nutricional da população em geral, colocou em debate a produção, distribuição e comercialização de gêneros alimentícios. Em contradição com uma sociedade que tem buscado cada vez mais o global, o moderno e o tecnológico, foi a produção regional e local de alimentos, promovida em grande parte pela agricultura familiar através da comercialização nas feiras livres, que ganhou evidência para garantir o abastecimento da população. Sem sombra de dúvidas, novos desafios surgiram e os efeitos da pandemia de COVID na produção e comercialização de gêneros alimentícios produzidos por agricultores familiares feirantes do município de Ituiutaba-MG foram sentidos.

Ao buscar-se compreender tais efeitos constatou-se que a produção foi afetada em menor escala do que a comercialização. Esta última, teve valores da ordem de 70% em relação ao número de entrevistados que relataram diminuição das vendas. A renda dos agricultores familiares feirantes ficou comprometida na mesma proporção e as políticas públicas não foram capazes de responder rapidamente para fornecer o suporte necessário a este grupo. Os decretos publicados pela Prefeitura Municipal de Ituiutaba tiveram a sua importância, ao garantirem o regramento necessário para a retomada do funcionamento das feiras livres. Entretanto, verificou-se que medidas que incidiram exclusivamente sobre os feirantes, como a venda dos produtos embalados e o distanciamento de 3m entre as barracas, representaram dificuldades adicionais na tentativa de superar os efeitos da pandemia.

A feira livre é um espaço que vive em concorrência e constante tensão em relação aos comércios varejistas de maior porte (supermercados, hipermercados, atacadistas, etc.). A estrutura simples da feira entra em contradição com a estrutura organizada destes comércios: iluminação, segurança, estacionamento coberto, formas diversas de pagamento (inclusive com abertura de crédito via cartão da empresa). Neste contexto de novos desafios, as ferramentas tecnológicas e redes sociais que já despontavam como novas alternativas de comercialização ganharam destaque e mereceram o olhar de feirantes que antes nunca haviam lidado com elas. Todavia, para aproveitar de melhor forma estas opções, o agricultor familiar feirante de Ituiutaba-MG ainda demanda amparo. Pesquisas futuras poderão identificar quais os pontos fracos e fortes destas novas formas de comercialização e, conseqüentemente, detectar quais as ameaças e as oportunidades que permeiam a utilização das mesmas.

Vale ressaltar que, apesar da feira livre ser uma atividade tão tradicional em Ituiutaba-MG, apenas recentemente foi criada uma associação para representar a categoria dos feirantes, a qual teve sua primeira assembleia realizada no ano de 2022. Conforme bem ressaltado nas informações prestadas pela SMAPA, esta entidade precisa trabalhar em parceria com o poder público municipal, porque ela não conseguirá abarcar sozinha os problemas que afligem a categoria. Uma sugestão importante é criar a lei que regulamenta o funcionamento das feiras livres no espaço urbano. O presidente do STRAAF, sobre o mesmo assunto, identifica que poucos feirantes se associaram até o momento e que há ainda entraves políticos a serem superados para que ela funcione de fato.

Considerando todas as adversidades provenientes da pandemia, foi interessante verificar que a maioria dos agricultores familiares feirantes não chegou nem a cogitar mudar de atividade. Mesmo que não tenham voltado a produzir e comercializar nos mesmos patamares anteriores à pandemia e sabendo que o “novo normal” é algo que terão que

conviver, persiste uma expectativa positiva em relação ao pós-pandemia, ou seja, ao período em que os números e a gravidade dos casos arrefeceram - porque acabar ela não acabou até o momento.

Destaca-se também que, para a agricultura familiar de um modo geral, utilizando as palavras do presidente do STRAAF, a pandemia trouxe um período de isolamento para o meio rural. Conforme ele bem ressaltou, faltou assistência médica, assistência técnica, a educação ficou prejudicada pelas dificuldades com o ensino remoto (nem todos na zona rural possuem acesso à internet e os que possuem, talvez não detinham da habilidade necessária para as aulas on-line) e a comercialização dos produtos da agricultura familiar foi muito afetada.

Está claro que os resultados desta pesquisa não esgotam o tema. As novas formas de comercialização acima citadas bem como a relevância dos circuitos curtos de comercialização durante a pandemia poderão fomentar inúmeros estudos. Todavia, sirvo-me, nestes últimos parágrafos, da escrita em primeira pessoa para encerrar, por ora, este assunto e atender com muita satisfação ao pedido de um dos agricultores familiares feirantes que entrevistei. Ele pediu-me para que, ao concluir minha pesquisa, trouxesse uma mensagem para que os agricultores não percam a esperança. Por isso, dirijo-me a todos eles para dizer-lhes o que segue.

Agricultores familiares são heróis que constroem o mundo em que vivemos, fornecendo-nos generosamente o pão de cada dia. Que o amor pela terra, pelas coisas do campo, seja a inspiração que os faça ter forças para resistir em meio às dificuldades, garantindo o seu sustento e a produção que abastece a mesa de tantos brasileiros. A sociedade precisa enxergar além do “agro”, que produz *commodities*, para dar o devido valor e reconhecimento àqueles que produzem comida.

Feirantes que enfrentam sol, chuva, calor, frio, mas que sempre estão em suas barracas para nos atender com toda presteza, sorriso no rosto e produtos de qualidade, tenham orgulho de sua profissão. A feira livre, em meio à correria do dia-a-dia é local de “cura” dos males da alma, onde frequentam não somente fregueses, mas também amigos. Sei que o peso do trabalho é grande em seus ombros, mas é nessa luta diária que encontrarão a recompensa por tanto esforço.

A agricultura familiar e a feira livre vivem e resistem!

REFERÊNCIAS

- ABRAMOVAY, R.; VEIGA, J. E. **Novas Instituições para o desenvolvimento rural: o caso do Programa Nacional de Fortalecimento da Agricultura Familiar (PRONAF)**. Brasília: IPEA, 1998. Texto para discussão n. 641. Disponível em: https://www.ipea.gov.br/portal/images/stories/PDFs/TDs/td_0641.pdf. Acesso em: 22 abr. 2022.
- ALVES, E. **Agricultura familiar prioridade da Embrapa**. Brasília, DF: Embrapa Informação Tecnológica, 2001. 55 p. Texto para discussão n. 9.
- ARAUJO, A. M.; RIBEIRO, E. M. Feiras, feirantes e abastecimento: uma revisão da bibliografia brasileira sobre comercialização nas feiras livres. **Estudos Sociedade e Agricultura**, v. 26, n. 3, p. 561-583, out. 2018. Disponível em: <https://doi.org/10.36920/esa-v26n3-4>. Acesso em: 15 abr. 2021.
- AZEVEDO, F. F.; QUEIROZ, T. A. N. As feiras livres e suas (contra)racionalidades: periodização e tendências a partir de Natal-RN-Brasil. **Revista Bibliográfica de Geografia y Ciencias Sociales (Biblio 3W)**, v. XVIII, n. 1009, p. 1-15, jan. 2013. Disponível em: www.ub.edu/geocrit/b3w-1009.htm. Acesso em: 23 mar. 2022.
- BIANCHINI, V. **Vinte anos do PRONAF, 1995-2015: avanços e desafios**. Brasília: SAF/MDA, 2015. 113 p.
- BRASIL. Constituição (1988). **Constituição da República Federativa do Brasil de 1988**. Brasília, DF: Senado Federal, 1988. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/constituicao/constituicao.htm. Acesso em: 29 jun. 2022.
- BRASIL. **Decreto nº 1.946, de 28 de junho de 1996**. Cria o Programa Nacional de Fortalecimento da Agricultura Familiar - PRONAF, e dá outras providências. Brasília, DF: Presidência da República, 1996. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/decreto/d1946.htm. Acesso em: 21 abr. 2022.
- BRASIL. **Decreto nº 9.064, de 31 de maio de 2017**. Dispõe sobre a Unidade Familiar de Produção Agrária, institui o Cadastro Nacional da Agricultura Familiar e regulamenta a Lei nº 11.326, de 24 de julho de 2006, que estabelece as diretrizes para a formulação da Política Nacional da Agricultura Familiar e empreendimentos familiares rurais. Brasília, DF: Presidência da República, 2017. Disponível em: https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2015-2018/2017/decreto/d9064.htm. Acesso em: 14 mar. 2022.
- BRASIL. **Decreto nº 10.688, de 26 de abril de 2021**. Altera o Decreto nº 9.064, de 31 de maio de 2017, que dispõe sobre a Unidade Familiar de Produção Agrária, institui o Cadastro Nacional da Agricultura Familiar e regulamenta a Lei nº 11.326, de 24 de julho de 2006, que estabelece as diretrizes para a formulação da Política Nacional da Agricultura Familiar e empreendimentos familiares rurais. Brasília, DF: Presidência da República, 2021. Disponível em: https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_Ato2019-2022/2021/Decreto/D10688.htm#art1. Acesso em: 14 mar. 2022.

BRASIL. **Lei nº 9.394, de 20 de dezembro de 1996.** Estabelece as diretrizes e bases da educação nacional. Brasília, DF: Presidência da República, 1996. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/l9394.htm. Acesso em: 29 jun. 2022.

BRASIL. **Lei nº 10.696, de 02 de julho de 2003.** Dispõe sobre a repactuação e o alongamento de dívidas oriundas de operações de crédito rural, e dá outras providências. Brasília, DF: Presidência da República, 2003. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/2003/l10696.htm. Acesso em: 22 abr. 2022.

BRASIL. **Lei nº 11.326, de 24 de julho de 2006.** Estabelece as diretrizes para a formulação da Política Nacional da Agricultura Familiar e Empreendimentos Familiares Rurais. Brasília, DF: Presidência da República, 2006. Disponível em: www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2004-2006/2006/lei/l11326.htm. Acesso em: 04 nov. 2021.

BRASIL. **Lei nº 11.947, de 16 de junho de 2009.** Dispõe sobre o atendimento da alimentação escolar e do Programa Dinheiro Direto na Escola aos alunos da educação básica; altera as Leis nºs 10.880, de 9 de junho de 2004, 11.273, de 6 de fevereiro de 2006, 11.507, de 20 de julho de 2007; revoga dispositivos da Medida Provisória no 2.178-36, de 24 de agosto de 2001, e a Lei nº 8.913, de 12 de julho de 1994; e dá outras providências. Brasília, DF: Presidência da República, 2009. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2007-2010/2009/lei/l11947.htm. Acesso em: 23 abr. 2022.

BRASIL. **Lei nº 12.512, de 14 de outubro de 2011.** Institui o Programa de Apoio à Conservação Ambiental e o Programa de Fomento às Atividades Produtivas Rurais; altera as Leis nºs 10.696, de 2 de julho de 2003, 10.836, de 9 de janeiro de 2004, e 11.326, de 24 de julho de 2006. Brasília, DF: Presidência da República, 2011. Disponível em: https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_Ato2011-2014/2011/Lei/L12512.htm#art39. Acesso em: 04 nov. 2021.

BRASIL. **Lei nº 13.979, de 06 de fevereiro de 2020.** Dispõe sobre as medidas para enfrentamento da emergência de saúde pública de importância internacional decorrente do coronavírus responsável pelo surto de 2019. **Diário Oficial da União:** Seção 1, Brasília, DF, Edição 27, p. 1, 06 fev. 2020.

BRASIL. **Lei nº 13.987, de 07 de abril de 2020.** Altera a Lei nº 11.947, de 16 de junho de 2009, para autorizar, em caráter excepcional, durante o período de suspensão das aulas em razão de situação de emergência ou calamidade pública, a distribuição de gêneros alimentícios adquiridos com recursos do Programa Nacional de Alimentação Escolar (Pnae) aos pais ou responsáveis dos estudantes das escolas públicas de educação básica. Brasília, DF: Presidência da República, 2020. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2019-2022/2020/lei/l13987.htm. Acesso em: 09 mai. 2022.

BRASIL. **Lei nº 14.284, de 29 de dezembro de 2021.** Institui o Programa Auxílio Brasil e o Programa Alimenta Brasil; define metas para taxas de pobreza; altera a Lei nº 8.742, de 7 de dezembro de 1993; revoga a Lei nº 10.836, de 9 de janeiro de 2004, e dispositivos das Leis nos 10.696, de 2 de julho de 2003, 12.512, de 14 de outubro de 2011, e 12.722, de 3 de

outubro de 2012; e dá outras providências. Brasília, DF: Presidência da República, 2021. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_Ato2019-2022/2021/Lei/L14284.htm#art46. Acesso em: 22 abr. 2022.

BRASIL. MINISTÉRIO DA AGRICULTURA, PECUÁRIA E ABASTECIMENTO. **Declaração de aptidão ao PRONAF (DAP)**. [s.l.], 2019. Disponível em: <https://www.gov.br/agricultura/pt-br/assuntos/agricultura-familiar/dap>. Acesso em: 21 abr. 2022.

BUAINAIN, A. M. (Coord.). **Agricultura familiar e inovação tecnológica no Brasil: características, desafios e obstáculos**. Campinas, SP: Editora da UNICAMP, 2007. 238 p.

CARNEIRO, M. J. Política pública e agricultura familiar: uma leitura do Pronaf. **Estudos Sociedade e Agricultura**, Rio de Janeiro, v. 5, n. 1, p. 70-82, 1997. Disponível em: <https://revistaesa.com/ojs/index.php/esa/article/view/106>. Acesso em: 21 abr. 2022.

CASSOL, A.; VARGAS, L. P.; CANEVER, M. D. Desenvolvimento territorial, COVID-19 e as novas estratégias de produção, comercialização e consumo de alimentos da agricultura familiar na região sul do Rio Grande do Sul. **Revista Brasileira de Gestão e Desenvolvimento Regional**, [S. l.], v. 16, n. 4, p. 388-401, 2020. Disponível em: <https://www.rbgdr.net/revista/index.php/rbgdr/article/view/5990>. Acesso em: 20 mai. 2022.

CAVALLI, S. B. *et al.* Family farming in times of Covid-19. **Revista de Nutrição**, Campinas, v. 33, Epub, 2020. Disponível em: <https://doi.org/10.1590/1678-9865202033e200180>. Acesso em: 15 abr. 2021.

COSTA, R. K. S.; MARQUES, T. V.; SANTOS, D. M.; SILVA, R. P. S.; CASTRO, L. M. D.; PINTO, A. V. F.; LEITE, M. J. H. Cenário da comercialização dos feirantes do município de Bom Jardim no Estado do Maranhão: antes e durante a pandemia. **Research, Society and Development**, [S. l.], v. 10, n. 4, p. 1-12, 2021. Disponível em: <https://doi.org/10.33448/rsd-v10i4.14385>. Acesso em: 20 mai. 2022.

CRUZ, M. S. *et al.* Agricultura familiar, feiras livres e feirantes do Alto Jequitinhonha. **Campo-Território: Revista de Geografia Agrária**, v. 15, n. 35, p. 90-120, abr. 2020. Disponível em: <https://doi.org/10.14393/RCT153504>. Acesso em: 15 abr. 2021.

DIAS GUIMARAES, T. T.; DOULA, S. M. Memória e identidade: o processo de sucessão e herança no Mercado Municipal de Montes Claros – MG, Brasil. **Mundo Agrário**, [S. l.], v. 19, n. 40, p. 1-15, 2018. Disponível em: <https://doi.org/10.24215/15155994e078>. Acesso em: 21 mar. 2022.

FERREIRA, T. A.; MÓDOLO, V. M. Organizações que acontecem: um olhar sobre as práticas da feira livre de Campo Grande. Congresso Brasileiro de Estudos Organizacionais, 4., 2016, Porto Alegre, RS. **Anais [...]**. Disponível em: <https://anaiscbeo.emnuvens.com.br/cbeo/article/download/34/26>. Acesso em 21 mar. 2022.

FORTE, M. B. S.; MÁXIMO, G. J. O impacto da crise sanitária de 2020 na agricultura familiar e o fortalecimento da cadeia produtiva como estratégia para contorno da crise. *In*: BAENINGER, R.; VEDOVATO, L. R.; NANDY, S. (coord.). **Migrações internacionais e a pandemia de COVID-19**. Campinas: Nepo/Unicamp, 2020. p. 356-370. Disponível em:

<https://www.nepo.unicamp.br/publicacoes/livros/miginternacional/miginternacional.pdf>. Acesso em: 02 nov. 2020.

FRATARI, M. F. “**Andorinha, Lindóia e Mimosa**”: a importância da pecuária leiteira para os agricultores familiares das comunidades rurais Canoa e Baixadão no município de Ituiutaba (MG). 2019. 149 f. Dissertação (Mestrado em Geografia) - Universidade Federal de Uberlândia, Uberlândia, 2019. Disponível em: <https://repositorio.ufu.br/handle/123456789/33869>. Acesso em: 24 mar. 2022.

FREITAS, E. P.; BARBOSA, A. F.; SOARES, O. M. S. O impacto da pandemia sobre as feiras livres: caso Corumbá-MS. **Espaço e Tempo Midiáticos**, Palmas, v. 3, n. 2, p. 25-34, dez. 2020. Disponível em: <https://sistemas.uft.edu.br/periodicos/index.php/midiaticos/article/view/10879>. Acesso em: 20 mai. 2022.

FUCHS, A. M. S.; FRANÇA, M. N.; PINHEIRO, M. S. F. **Guia para normalização de publicações técnico-científicas**. Uberlândia: EDUFU, 2013. 286 p.

FUTEMMA, C. *et al.* **A Pandemia da Covid-19 e os pequenos produtores rurais**: superar ou sucumbir? [2020]. Disponível em: <https://doi.org/10.1590/SciELOPreprints.967>. Acesso em: 01 nov. 2020.

GIL, A. C. **Como elaborar projetos de pesquisa**. 5. ed. São Paulo: Atlas, 2010.

GOBBI, W. A. O.; PESSÔA, V. L. S. A pecuária leiteira e a agricultura familiar em Ituiutaba (MG): as transformações na comunidade da canoa. **Geo UERJ**, Rio de Janeiro, v. 1, n. 19, p. 79-110, 2009. Disponível em: <https://doi.org/10.12957/geouerj.2009.1405>. Acesso em: 13 abr. 2021.

GOMES DE SÁ, M. **Feirantes: quem são? Como administram seus negócios?**. Encontro da ANPAD, 34., 2010, Rio de Janeiro. Disponível em: <http://www.anpad.org.br/admin/pdf/eor482.pdf>. Acesso em: 22 mar. 2022.

GRAZIANO DA SILVA, J. **A nova dinâmica da agricultura brasileira**. 2. ed. Campinas, SP: UNICAMP, 1998, 211 p.

GRAZIANO DA SILVA, J. **Tecnologia e agricultura familiar**. 2. ed. Porto Alegre, RS: Editora da UFRGS, 2003, 238 p.

GRISA, C. *et al.* O Programa de Aquisição de Alimentos (PAA) em perspectiva: apontamentos e questões para o debate. **Retratos de Assentamentos**, [S. l.], v. 13, n. 1, p. 137-170, 2010. Disponível em: <https://www.retratosdeassentamentos.com/index.php/retratos/article/view/69>. Acesso em: 22 abr. 2022.

HARARI, Y. N. Um dia na vida de Adão e Eva. *In*: _____. **Sapiens: uma breve história da humanidade**. Tradução de Janaína Marcoantonio. 30. ed. Porto Alegre, RS: L&PM, 2017. p. 49-72.

HARARI, Y. N. A maior fraude da história. In: _____. **Sapiens: uma breve história da humanidade**. Tradução de Janaína Marcoantonio. 30. ed. Porto Alegre, RS: L&PM, 2017. p. 87-106.

IBGE. **Censo Agropecuário 2017**. [S.l.], 2017. Disponível em: <https://censos.ibge.gov.br/agro/2017/>. Acesso em: 06 nov. 2021.

IBGE. **Divisão Regional do Brasil em regiões geográficas imediatas e regiões geográficas intermediárias 2017**. Rio de Janeiro: IBGE, 2017. 82 p. Disponível em: <https://biblioteca.ibge.gov.br/visualizacao/livros/liv100600.pdf>. Acesso em: 01 jul. 2022.

IBGE. **Pesquisa da Pecuária Municipal 2020**. [S.l.], 2020. Disponível em: <https://sidra.ibge.gov.br/pesquisa/ppm/quadros/brasil/2020>. Acesso em: 05 nov. 2021.

IBGE. **Portal Cidades**. [S.l.], 2010. Disponível em: <https://cidades.ibge.gov.br/brasil/mg/ituiutaba/panorama>. Acesso em: 24 mar. 2022.

IBGE. **Produção Agrícola Municipal 2020**. [S.l.], 2020. Disponível em: <https://sidra.ibge.gov.br/pesquisa/pam/tabelas>. Acesso em: 05 nov. 2021.

ITO, N. C.; PONGELUPPE, L. S. O surto da COVID-19 e as respostas da administração municipal: municidência de recursos, vulnerabilidade social e eficácia de ações públicas. **Revista de Administração Pública**, Rio de Janeiro, v. 54, n. 4, p. 782-838, ago. 2020. Disponível em: <https://doi.org/10.1590/0034-761220200249>. Acesso em: 11 ago. 2021.

ITUIUTABA. **Decreto nº 9.357, de 17 de março de 2020**. Declara situação de emergência em saúde pública no município de Ituiutaba-MG. Ituiutaba: Prefeitura, 2020a. Disponível em: <https://static-data.com.br/pmi/upload/publicacoes/decreto-n-9-357-de-17-de-marco-2020.pdf>. Acesso em: 26 out. 2020.

ITUIUTABA. **Decreto nº 9.360, de 18 de março de 2020**. Dispõe sobre medidas de prevenção ao contágio e contingenciamento, no âmbito do município de Ituiutaba, da pandemia de doença infecciosa viral respiratória causada pelo agente Coronavirus COVID-19. Ituiutaba: Prefeitura, 2020b. Disponível em: <http://static-data.com.br/pmi/upload/publicacoes/decreto-n-9-360-de-18-de-marco-de-2020.pdf>. Acesso em: 28 jun. 2022.

ITUIUTABA. **Decreto nº 9.378, de 31 de março de 2020**. Dispõe sobre o contingenciamento, no âmbito do município de Ituiutaba, em virtude da pandemia de doença infecciosa viral respiratória causada pelo agente Coronavirus COVID-19. Ituiutaba: Prefeitura, 2020c. Disponível em: <http://static-data.com.br/pmi/upload/publicacoes/decreto-n-9-378-de-31-de-marco-de-2020.pdf>. Acesso em: 28 jun. 2022.

ITUIUTABA. **Decreto nº 9.391, de 15 de abril de 2020**. Autoriza, em caráter excepcional, durante o período de suspensão das aulas em razão de situação de emergência e calamidade pública, a distribuição de gêneros alimentícios adquiridos com recursos do Programa Nacional de Alimentação Escolar (Pnae) aos pais ou responsáveis dos estudantes das escolas públicas de educação básica. Ituiutaba: Prefeitura, 2020d. Disponível em:

<http://static-data.com.br/pmi/upload/publicacoes/decreto-n-9-391-de-15-de-abril-de-2020.pdf>. Acesso em: 28 jun. 2022.

ITUIUTABA. **Decreto nº 9.393, de 16 de abril de 2020**. Dispõe sobre medidas de proteção à coletividade a serem adotadas para o enfrentamento da emergência de saúde pública decorrente do Coronavírus (COVID-19) no município de Ituiutaba, a partir de 17 de abril de 2020. Ituiutaba: Prefeitura, 2020e. Disponível em: <https://static-data.com.br/pmi/upload/publicacoes/decreto-n-9-393-de-16-de-abril-de-2020.pdf>. Acesso em: 26 out. 2020.

ITUIUTABA. **Decreto nº 9.438, de 08 de junho de 2020**. Prorroga o prazo do decreto 9.391, de 15 de Abril de 2020, o qual autoriza, em caráter excepcional, durante o período de suspensão das aulas em razão de situação de emergência ou calamidade pública, a distribuição de gêneros alimentícios adquiridos com recursos do Programa Nacional de Alimentação Escolar (Pnae) aos pais ou responsáveis dos estudantes das escolas públicas de educação básica. Ituiutaba: Prefeitura, 2020f. Disponível em: <http://static-data.com.br/pmi/upload/publicacoes/decreto-n-9-438-de-08-de-junho-de-2020.pdf>. Acesso em: 28 jun. 2022.

ITUIUTABA. **Decreto nº 9.486, de 04 de agosto de 2020**. Dispõe sobre a adesão do Município de Ituiutaba ao Plano Minas Consciente e dá outras providências. Ituiutaba: Prefeitura, 2020g. Disponível em: <http://static-data.com.br/pmi/upload/publicacoes/decreto-n-9-486-de-04-de-agosto-de-2020.pdf>. Acesso em: 28 jun. 2022.

ITUIUTABA. **Decreto nº 9.498, de 17 de agosto de 2020**. Dispõe sobre a adesão do Município de Ituiutaba à Microrregião do Plano Minas Consciente e dá outras providências. Ituiutaba: Prefeitura, 2020h. Disponível em: <http://static-data.com.br/pmi/upload/publicacoes/decreto-n-9-498-de-17-de-agosto-de-2020.pdf>. Acesso em: 28 jun. 2022.

ITUIUTABA. **Decreto nº 9.516, de 15 de setembro de 2020**. Dispõe sobre novas medidas para enfrentamento da situação de emergência decorrente do Novo Coronavírus no Município de Ituiutaba, e dá outras providências. Ituiutaba: Prefeitura, 2020i. Disponível em: <http://static-data.com.br/pmi/upload/publicacoes/decreto-n-9-516-de-15-de-setembro-de-2020.pdf>. Acesso em: 28 jun. 2022.

ITUIUTABA. **Decreto nº 9.553, de 16 de outubro de 2020**. Dispõe sobre novas medidas para enfrentamento da situação de emergência decorrente do Novo Coronavírus no Município de Ituiutaba, e dá outras providências. Ituiutaba: Prefeitura, 2020j. Disponível em: <http://static-data.com.br/pmi/upload/publicacoes/decreto-n-9-553-de-16-de-outubro-de-2020.pdf>. Acesso em: 28 jun. 2022.

ITUIUTABA. **Decreto nº 9.701, de 10 de fevereiro de 2021**. Dispõe sobre a suspensão das aulas presenciais na rede pública e privada de ensino do município, e dá outras providências. Ituiutaba: Prefeitura, 2021a. Disponível em: http://static-data.com.br/pmi/upload/publicacoes/decreto-n-9701-de-10-de-fevereiro-de-2021_1.pdf. Acesso em: 29 jun. 2022.

ITUIUTABA. **Decreto nº 9.712, de 15 de fevereiro de 2021.** Dispõe sobre novas medidas para enfrentamento da situação de emergência decorrente do Novo Coronavírus no Município de Ituiutaba, e dá outras providências. Ituiutaba: Prefeitura, 2021b. Disponível em: <http://static-data.com.br/pmi/upload/publicacoes/decreto-n-9-712-de-15-de-fevereiro-de-2021.pdf>. Acesso em: 29 jun. 2022.

ITUIUTABA. **Decreto nº 9.721, de 25 de fevereiro de 2021.** Dispõe sobre novas medidas para enfrentamento da situação de emergência decorrente do Novo Coronavírus no Município de Ituiutaba, e dá outras providências. Ituiutaba: Prefeitura, 2021c. Disponível em: http://static-data.com.br/pmi/upload/publicacoes/decreto-n-9-721-de-25-de-fevereiro-de-2021_1.pdf. Acesso em: 29 jun. 2022.

ITUIUTABA. **Decreto nº 9.747, de 18 de março de 2021.** Dispõe sobre novas medidas para enfrentamento da situação de emergência decorrente do Novo Coronavírus no Município de Ituiutaba, e dá outras providências. Ituiutaba: Prefeitura, 2021d. Disponível em: <http://static-data.com.br/pmi/upload/publicacoes/decreto-n-9-747-de-18-de-marco-de-2021.pdf>. Acesso em: 29 jun. 2022.

ITUIUTABA. **Decreto nº 9.755, de 30 de março de 2021.** Dispõe sobre a suspensão das aulas presenciais na rede pública e privada de ensino do município e dá outras providências. Ituiutaba: Prefeitura, 2021e. Disponível em: http://static-data.com.br/pmi/upload/publicacoes/decreto-n-9-755-de-30-de-marco-de-2021_0.pdf. Acesso em: 29 jun. 2022.

ITUIUTABA. **Decreto nº 9.779, de 20 de abril de 2021.** Altera o Decreto 9.758, de 05 de Abril de 2021 o qual dispõe sobre novas medidas para enfrentamento da situação de emergência decorrente do Novo Coronavírus no Município de Ituiutaba, e dá outras providências. Ituiutaba: Prefeitura, 2021f. Disponível em: <http://static-data.com.br/pmi/upload/publicacoes/decreto-n-9-779-de-20-de-abril-de-2021.pdf>. Acesso em: 29 jun. 2022.

ITUIUTABA. **Decreto nº 9.790, de 10 de maio de 2021.** Dispõe acerca da continuidade da distribuição de gêneros alimentícios (kit básico de alimentação escolar) adquiridos com recursos do Programa Nacional de Alimentação Escolar (PNAE) aos pais ou responsáveis dos estudantes matriculados na rede pública municipal de Educação Básica e nas entidades filantrópicas conveniadas, em caráter excepcional, durante o período de suspensão das aulas, em razão da situação de emergência e calamidade pública devido à pandemia do novo Coronavírus (Sars-CoV-2) e da doença por ele causada (COVID-19) e revoga os Decretos nº 9.391, de 15 de abril de 2020 e nº 9.438, de 08 de junho de 2020. Ituiutaba: Prefeitura, 2021g. Disponível em: <http://static-data.com.br/pmi/upload/publicacoes/decreto-n-9-790-de-10-de-maio-de-2021.pdf>. Acesso em: 29 jun. 2022.

ITUIUTABA. **Decreto nº 9.812, de 02 de junho de 2021.** Dispõe sobre novas medidas para enfrentamento da situação de emergência decorrente do Novo Coronavírus no Município de Ituiutaba, e dá outras providências. Ituiutaba: Prefeitura, 2021h. Disponível em: http://static-data.com.br/pmi/upload/publicacoes/decreto-n-9-812-de-02-de-junho-de-2021_0.pdf. Acesso em: 29 jun. 2022.

ITUIUTABA. **Decreto nº 9.836, de 01 de julho de 2021.** Dispõe sobre novas medidas para enfrentamento da situação de emergência decorrente do Novo Coronavírus no Município de Ituiutaba, e dá outras providências. Ituiutaba: Prefeitura, 2021i. Disponível em: http://static-data.com.br/pmi/upload/publicacoes/decreto-n-9-836-de-01-de-julho-de-2021_0.pdf. Acesso em: 29 jun. 2022.

ITUIUTABA. **Decreto nº 9.859, de 30 de julho de 2021.** Dispõe sobre a prorrogação da suspensão das aulas presenciais, nas redes públicas e privadas de ensino, do município, até 15 de agosto de 2021 e autoriza o retorno presencial, instituindo o ensino híbrido, a partir de 16 de agosto de 2021 (com base nos Planos de Retorno Presenciais de cada instituição, desde que sejam cumpridos todos os protocolos sanitários exigidos e com a orientação e a supervisão da Vigilância Sanitária) e dá outras providências. Ituiutaba: Prefeitura, 2021j. Disponível em: <http://static-data.com.br/pmi/upload/publicacoes/decreto-n-9-859-de-30-de-julho-de-2021.pdf>. Acesso em: 29 jun. 2022.

ITUIUTABA. **Decreto nº 9.892, de 03 de setembro de 2021.** Dispõe sobre novas medidas para enfrentamento da situação de emergência decorrente do Novo Coronavírus no Município de Ituiutaba, e dá outras providências. Ituiutaba: Prefeitura, 2021k. Disponível em: <http://static-data.com.br/pmi/upload/publicacoes/decreto-n-9-892-de-03-de-agosto-de-2021.pdf>. Acesso em: 29 jun. 2022.

ITUIUTABA. **Decreto nº 9.916, de 30 de setembro de 2021.** Autoriza o retorno presencial, instituindo o ensino híbrido, (com base nos Planos de Retorno Presenciais de cada instituição, desde que sejam cumpridos todos os protocolos sanitários exigidos e com a orientação e a supervisão da Vigilância Sanitária) e dá outras providências. Ituiutaba: Prefeitura, 2021l. Disponível em: <http://static-data.com.br/pmi/upload/publicacoes/decreto-n-9-916-de-20-de-setembro-de-2021.pdf>. Acesso em: 29 jun. 2022.

ITUIUTABA. **Decreto nº 9.937, de 19 de outubro de 2021.** Prevê o ensino híbrido, (com base nos Planos de Retorno Presenciais de cada instituição, desde que sejam cumpridos todos os protocolos sanitários exigidos e com a orientação e a supervisão da Vigilância Sanitária) e dá outras providências. Ituiutaba: Prefeitura, 2021m. Disponível em: <http://static-data.com.br/pmi/upload/publicacoes/decreto-n-9-937-de-19-de-outubro-de-2021.pdf>. Acesso em: 29 jun. 2022.

ITUIUTABA. **Decreto nº 9.943, de 21 de outubro de 2021.** Dispõe sobre novas medidas para enfrentamento da situação de emergência decorrente do Novo Coronavírus no Município de Ituiutaba, e dá outras providências. Ituiutaba: Prefeitura, 2021n. Disponível em: <http://static-data.com.br/pmi/upload/publicacoes/decreto-n-9-943-de-21-de-outubro-de-2021.pdf>. Acesso em: 29 jun. 2022.

ITUIUTABA. **Decreto nº 9.971, de 11 de novembro de 2021.** Atualiza as medidas de prevenção, monitoramento e controle da COVID-19 a serem adotadas por todas as instituições de educação básica, ficando autorizada a retomada das atividades 100% (cem por cento) presenciais, no âmbito do Município de Ituiutaba - MG. Ituiutaba: Prefeitura, 2021o. Disponível em: <http://static-data.com.br/pmi/upload/publicacoes/decreto-n-9-971-de-11-de-novembro-de-2021.pdf>. Acesso em: 29 jun. 2022.

ITUIUTABA. **Decreto nº 10.051, de 18 de janeiro de 2022.** Dispõe sobre novas medidas para enfrentamento da situação de emergência, decorrente do Novo Coronavírus no Município de Ituiutaba, e dá outras providências. Ituiutaba: Prefeitura, 2022a. Disponível em: <http://static-data.com.br/pmi/upload/publicacoes/decreto-n-10-051-de-18-de-janeiro-de-2022.pdf>. Acesso em: 29 jun. 2022.

ITUIUTABA. **Decreto nº 10.093, de 04 de março de 2022.** Dispõe sobre novas medidas para enfrentamento da situação de emergência, decorrente do Novo Coronavírus no Município de Ituiutaba, e dá outras providências. Ituiutaba: Prefeitura, 2022b. Disponível em: http://static-data.com.br/pmi/upload/publicacoes/decreto-n-10-093-de-04-de-marco-de-2022_0.pdf. Acesso em: 29 jun. 2022.

ITUIUTABA. **Decreto nº 10.115, de 11 de março de 2022.** Altera o Decreto nº 10.093, de 04 de março de 2022, e dá outras providências. Ituiutaba: Prefeitura, 2022c. Disponível em: <http://static-data.com.br/pmi/upload/publicacoes/decreto-n-10-115-de-11-de-marco-de-2022.pdf>. Acesso em: 29 jun. 2022.

ITUIUTABA. **Decreto nº 10.129, de 22 de março de 2022.** Altera o Decreto nº 10.093, de 04 de março de 2022, e dá outras providências. Ituiutaba: Prefeitura, 2022d. Disponível em: <http://static-data.com.br/pmi/upload/publicacoes/decreto-n-10-129-de-22-de-marco-de-2022.pdf>. Acesso em: 29 jun. 2022.

ITUIUTABA. **Decreto nº 10.159, de 11 de abril de 2022.** Altera o art. 15 do Decreto nº 9.973, de 18 de novembro de 2021, que trata das medidas de prevenção, monitoramento e controle da COVID-19 a serem adotadas por todas as instituições de educação básica, ficando autorizada a retomada das atividades 100% (cem por cento) presenciais, no âmbito do município de Ituiutaba-MG. Ituiutaba: Prefeitura, 2022e. Disponível em: <http://static-data.com.br/pmi/upload/publicacoes/decreto-n-10-159-de-11-de-abril-de-2022.pdf>. Acesso em: 29 jun. 2022.

ITUIUTABA. **Decreto nº 10.143, de 31 de março de 2022.** Dispõe sobre novas medidas para enfrentamento da situação de emergência decorrente do Novo Coronavírus no Município de Ituiutaba, e dá outras providências. Ituiutaba: Prefeitura, 2022f. Disponível em: <http://static-data.com.br/pmi/upload/publicacoes/decreto-n-10-143-de-31-de-marco-de-2022.pdf>. Acesso em: 29 jun. 2022.

ITUIUTABA. **Decreto nº 10.161, de 13 de abril de 2022.** Prorroga o Decreto de n.º 10.143, de 31 de março de 2022. Ituiutaba: Prefeitura, 2022g. Disponível em: <http://static-data.com.br/pmi/upload/publicacoes/decreto-n-10-161-de-13-de-abril-de-2022.pdf>. Acesso em: 29 jun. 2022.

KAUTSKY, K. **A questão agrária.** Tradução de C. IPEROIG. 3. ed. São Paulo: Proposta Editorial, 1980, 184 p.

LAKATOS, E. M.; MARCONI, M. A. **Metodologia do trabalho científico: procedimentos básicos, pesquisa bibliográfica, projeto e relatório, publicações e trabalhos científicos.** 4. ed. São Paulo: Atlas, 1992.

LAMARCHE, H. (coord.). **A agricultura familiar: comparação internacional**. Tradução de Angela Maria Naoko Tijiwa. Campinas: UNICAMP, 1997, v. I uma realidade multiforme. 336 p.

LAMARCHE, H. (Coord.). **A agricultura familiar: comparação internacional**. Tradução de Frédéric Bazin. Campinas, SP: Editora da UNICAMP, 1998, v. II do mito à realidade. 348 p.

LIMA, J. R. B. de. **Produção agrícola pernambucana frente à pandemia de COVID-19: impactos e iniciativas na agricultura familiar**. 2021. 116 f. Dissertação (Mestrado em Desenvolvimento e Meio Ambiente) - Universidade Federal de Pernambuco, Recife, 2021. Disponível em: <https://repositorio.ufpe.br/handle/123456789/40526>. Acesso em: 12 ago. 2021.

LUI, L. *et al.* Disparidades e heterogeneidades das medidas adotadas pelos municípios brasileiros no enfrentamento à pandemia de Covid-19. **Trabalho, Educação e Saúde**, Rio de Janeiro, v. 19, p. 1-13, 2021. Disponível em: <https://doi.org/10.1590/1981-7746-sol00319>. Acesso em: 11 ago. 2021.

MACHADO, P. M. O. *et al.* Compra de alimentos da agricultura familiar pelo Programa Nacional de Alimentação Escolar (PNAE): estudo transversal com o universo de municípios brasileiros. **Ciência e Saúde Coletiva**, Rio de Janeiro, v. 23, n. 12, p. 4153-4164, 2018. Disponível em: <https://doi.org/10.1590/1413-812320182311.28012016>. Acesso em 05 mai. 2022.

MARAFON, G. J.; SEABRA, R. Relações campo-cidade e a comercialização agrícola: notas sobre o espaço fluminense. **Geo UERJ**, Rio de Janeiro, v. 2, n. 25, p. 9-36, 2014. Disponível em: <https://doi.org/10.12957/geouerj.2014.14406>. Acesso em: 14 jul. 2021.

MARTINELLI, M. L. **Pesquisa qualitativa: um instigante desafio**. 2. ed. São Paulo: Veras Editora, 1999.

MATOS, P. F.; PESSÔA, V. L. S. Observação e entrevista: construção de dados para a pesquisa qualitativa em geografia agrária. *In*: RAMIRES, J. C. de L.; PESSÔA, V. L. S. (Orgs.). **Geografia e pesquisa qualitativa: nas trilhas da investigação**. Uberlândia: Assis Editora, 2009. p. 279-291.

MAZOYER, M.; ROUDART, L. **História das agriculturas no mundo: do neolítico à crise contemporânea**. Tradução de Cláudia F. Falluh Balduino Ferreira. São Paulo: Editora UNESP; Brasília, DF: NEAD, 2010. 568 p.

MENEZES, S. S. M.; ALMEIDA, M. G. (Orgs.). **Vamos às feiras!: cultura e resignificação dos circuitos curtos**. 1. ed. Aracaju, SE: Criação Editora, 2021. 508 p.

MESQUITA, L. A. P.; MENDES, E. P. P. Agricultura familiar, trabalho e estratégias: a participação feminina na reprodução socioeconômica e cultural. **Espaço em Revista**, v. 14, n. 1, p. 14-23, jan/jun. 2012. Disponível em: <https://www.revistas.ufg.br/espaco/article/view/19382/11270>. Acesso em: 14 abr. 2021.

MINAS GERAIS. **Decreto nº 113, de 12 de março de 2020**. Declara situação de emergência em saúde pública no Estado em razão de surto de doença respiratória – 1.5.1.1.0 –

Coronavírus e dispõe sobre as medidas para seu enfrentamento previstas na Lei Federal nº 13.979, de 06 de fevereiro de 2020. Belo Horizonte: Assembleia Legislativa, mar. 2020, p. 1.

NAVARRO, Z.; PEDROSO, M. T. M. **Agricultura familiar**: é preciso mudar para avançar. Brasília, DF: Embrapa Informação Tecnológica, 2011. 248 p. Texto para discussão n. 42.

OLIVEIRA, A. U. **Modo de produção capitalista, agricultura e reforma agrária**. 1. ed. São Paulo: FFLCH, 2007, 184 p.

PEREIRA, A. S. *et al.* Desafios na execução do programa nacional de alimentação escolar durante a pandemia pela COVID-19. **Brazilian Journal of Development**, Curitiba, v. 6, n. 8, p. 63268-63282, ago. 2020. Disponível em: <https://doi.org/10.34117/bjdv6n8-674>. Acesso em: 09 mai. 2022.

PEREIRA, V. G.; BRITO, T. P.; PEREIRA, S. B. A feira-livre como importante mercado para a agricultura familiar em Conceição do Mato Dentro (MG). **Revista Ciências Humanas**, [S.l.], v. 10, n. 2, p. 67-78, dez. 2017. Disponível em: <https://www.rchunitau.com.br/index.php/rch/article/view/383>. Acesso em: 21 mar. 2022.

PESSÔA, V. L. S.; RAMIRES, J. C. L. Amostragem em pesquisa qualitativa: subsídios para a pesquisa geográfica. In: MARAFON, G. J. *et al.* (Orgs.). **Pesquisa qualitativa em geografia**: reflexões teórico-conceituais e aplicadas. Rio de Janeiro: EdUERJ, 2013. 542p.

SAMBUICHI, R. H. R. *et al.* Compras públicas sustentáveis e agricultura familiar: a experiência do Programa de Aquisição de Alimentos (PAA) e do Programa Nacional de Alimentação Escolar (PNAE), p. 75-104. In: SAMBUICHI, R. H. R. *et al.* (Orgs.). **Políticas agroambientais e sustentabilidade**: desafios, oportunidades e lições aprendidas. Brasília: IPEA, 2014. 273 p.

SAMBUICHI, R. H. R. *et al.* O Programa de Aquisição de Alimentos (PAA) como estratégia de enfrentamento aos desafios da COVID-19. **Revista de Administração Pública**, Rio de Janeiro, v. 54, n. 4, p. 1079-1096, jul./ago. 2020. Disponível em: <https://doi.org/10.1590/0034-761220200258>. Acesso em: 23 abr. 2022.

SANCHES, J. L. S.; MARTINS, J. P.; CONCEIÇÃO, A. F. Feira da agricultura familiar de Iturama-MG e região e os efeitos da pandemia na comercialização. **Sapienza: International Journal of Interdisciplinary Studies**, Curitiba, v. 3, n. 1, p. 695-711, 2022. Disponível em: <https://doi.org/10.51798/sijis.v3i1.247>. Acesso em: 30 mai. 2022.

SANTOS, M. O dinheiro e o território. **GEOgraphia**, v. 1, n. 1, p. 7-13, 1999. Disponível em: <https://doi.org/10.22409/GEOgraphia1999.v1i1.a13360>. Acesso em: 22 mar. 2022.

SANTOS, M. **O espaço dividido**: os dois circuitos da economia urbana dos países subdesenvolvidos. Tradução de Myrna T. Rego Viana. 2. ed. São Paulo: Editora da Universidade de São Paulo, 2004. 440 p.

SANTOS, M. V. **A Feira do Sindicato em Ituiutaba-MG como espaço de (re)produção da agricultura familiar**. 2021. 137 f. Dissertação (Mestrado em Geografia) - Universidade Federal de Uberlândia, Ituiutaba, 2021. Disponível em: <https://repositorio.ufu.br/handle/123456789/32788>. Acesso em: 24 mar. 2022.

SANTOS, M. V.; SANTOS, J. C. A configuração da agricultura familiar na Feira do Sindicato em Ituiutaba-MG. **Brazilian Geographical Journal**, Ituiutaba, v. 11, n. 1, p. 19-37, 2020. Disponível em: <https://doi.org/10.14393/BGJ-v11n1-a2020-56741>. Acesso em: 19 fev. 2021.

SATO, L. **Feira livre: organização, trabalho e sociabilidade**. São Paulo: Editora da Universidade de São Paulo, 2012. 240 p.

SAUER, S. **Agricultura familiar versus agronegócio: a dinâmica sociopolítica do campo brasileiro**. Brasília, DF: Embrapa Informação Tecnológica, 2008. 73 p. Texto para discussão n. 30.

SCHNEIDER, S. (Org.). **A diversidade da agricultura familiar**. 2. ed. Porto Alegre, RS: Editora da UFRGS, 2009. 295 p.

SCHNEIDER, S. Teoria social, capitalismo e agricultura familiar. *In: A pluriatividade na agricultura familiar* [online]. 2. ed. Porto Alegre: UFRGS, 2003. Estudos Rurais series, p. 21-72. Disponível em: <https://doi.org/10.7476/9788538603894.0002>. Acesso em: 14 abr. 2021.

SCHNEIDER, S. **A pluriatividade na agricultura familiar** 2. ed. Porto Alegre: Editora da UFRGS, 2009. 258 p.

SCHNEIDER, S.; MATTEI, L.; CAZELLA, A. A. Histórico, caracterização e dinâmica recente do PRONAF – Programa Nacional de Fortalecimento da Agricultura Familiar. *In: SCHNEIDER, S.; SILVA, M. K.; MARQUES, P. E. M. (Orgs.). Políticas públicas e participação social no Brasil rural: Porto Alegre, 2004.*

SILVA, M. N. *et al.* A agricultura familiar e os circuitos curtos de comercialização de alimentos: estudo de caso da feira livre do município de Jaguarão, RS, Brasil. **Revista Espacios**, v. 38, n. 47, p. 1-14, 2017. Disponível em: <https://www.revistaespacios.com/a17v38n47/a17v38n47p07.pdf>. Acesso em: 23 mar. 2022.

SILVA, G. B.; BOTELHO, M. I. V. O processo histórico da modernização da agricultura no Brasil (1960-1979). **Revista Campo-Território**, [S.l.], v. 9, n. 17, p. 362-387, abr. 2014. Disponível em: <https://doi.org/10.14393/RCT91723084>. Acesso em: 20 mar. 2022.

SILVA, J. M.; HESPANHOL, R. A. M. As estratégias de reprodução social dos agricultores familiares das comunidades rurais do município de Catalão (GO). **Geo UERJ**, Rio de Janeiro, n. 29, p. 402-430, 2016. Disponível em: <https://doi.org/10.12957/geouerj.2016.20304>. Acesso em: 14 abr. 2021.

SOUZA, M. L. Espaço geográfico, espaço social, organização espacial e produção do espaço. *In: ____.* **Os conceitos fundamentais da pesquisa sócio-espacial**. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2013, p. 21-42.

TEDESCO, J. C. (Org.). **Agricultura familiar: realidades e perspectivas**. 3. ed. Passo Fundo, RS: Editora UPF, 2001. 405 p.

TONNEAU, J. P.; SABOURIN, E. (Orgs.). **Agricultura familiar interação entre políticas públicas e dinâmicas locais**: ensinamentos a partir de casos. Porto Alegre: Editora da UFRGS, 2007. 321 p.

TRICHES, R. M.; SCHNEIDER, S. Alimentação escolar e agricultura familiar: reconectando o consumo à produção. **Saúde Soc.**, São Paulo, v. 19, n. 4, p. 933-945, 2010. Disponível em: <https://doi.org/10.1590/S0104-12902010000400019>. Acesso em: 23 abr. 2022.

VARGAS, L. P. *et al.* A feira da agricultura familiar em MAFRA-SC na pandemia da COVID-19. **Revista Baru - Revista Brasileira de Assuntos Regionais e Urbanos**, Goiânia, v. 8, p. 1-11, fev. 2022. Disponível em: <https://doi.org/10.18224/baru.v8i1.9249>. Acesso em: 20 mai. 2022.

WANDERLEY, M. N. B. Agricultura familiar e campesinato: rupturas e continuidade. **Estudos Sociedade e Agricultura**, Rio de Janeiro, v. 21, p. 42-61, out. 2003. Disponível em: <https://revistaesa.com/ojs/index.php/esa/article/view/238/234>. Acesso em: 04 nov. 2021.

WANDERLEY, M. N. B. A valorização da agricultura familiar e a reivindicação da ruralidade no Brasil. **Revista Desenvolvimento e Meio ambiente**, UFPR, v. 2, p. 29-37, 2000. Disponível em: <https://doi.org/10.5380/dma.v2i0.22105>. Acesso em: 13 abr. 2021.

APÊNDICES

APÊNDICE 1

FORMULÁRIO PARA COLETA DE DADOS - FEIRANTES

Perfil dos participantes:

- 1) Sexo: () Masculino () Feminino
- 2) Idade: () Até 30 anos () De 31 a 40 anos () De 41 a 50 anos () De 51 a 60 anos () Acima de 60 anos
- 3) Grau de escolaridade: () Ens. Fund. () Ens. Médio () Ens. Superior () Pós-Graduação () Não estudou
- 4) Quantas pessoas moram com você? _____ () Companheiro(a) () Filhos () Outros: _____
- 5) Renda mensal da família: () Até 3 salários mín. () De 3 a 5 salários mín. () Acima de 5 salários mín.

Caracterização da atividade na Feira:

- 6) De quais feiras participa? () Junqueira () Sítio Libanesa () Rua 30 () Praça dos Trabalhadores.
- 7) Há quanto tempo é feirante? () Até 5 anos () De 5 a 10 anos () Acima de 10 anos.
- 8) Principal(is) produto(s) comercializado(s): _____
- 9) Quem trabalha com você na barraca? _____
- 10) Qual a origem das suas mercadorias? () Produção totalmente minha () Mais produção minha do que revenda () Mais revenda que produção minha. Outros: _____
- 11) Possui outras fontes de renda, além da feira? () Sim () Não. Se sim, quais? _____

Estado de saúde: COVID-19

- 12) Você ou alguém que mora na sua casa teve diagnóstico confirmado de COVID-19? () Sim () Não.
Se sim, quantos casos? _____. Houve algum caso fatal? () Sim () Não. Quantos? _____
- * Se o diagnóstico de COVID-19 foi para o próprio participante:
- Como foram os sintomas? () Leve () Moderado () Grave. Necessitou de atendimento médico? () Sim () Não.
- 13) Teve algum tipo de sintoma que indicasse estar infectado pela COVID-19? () Sim () Não.
- 14) Teve oportunidade de fazer algum teste para COVID-19? () Sim () Não.
- 15) Vacinou? () Sim () Não. Se sim, quantas doses? () 1ª dose () 2ª dose () Dose única.

Renda: produção e comercialização

- 16) Em termos de produção, você teve alguma dificuldade proveniente de efeitos da pandemia? () Sim () Não
Se sim, quais? () Problemas na aquisição de sementes e insumos (produtos em falta); () Alta nos preços de sementes e insumos () Comércio fechado. Outros: _____
- 17) Em algum momento durante a pandemia, faltou mão-de-obra para as atividades de produção, devido à algum membro da família estar com COVID-19? () Sim () Não.
- 18) Como você considera que ficou a produção durante a pandemia considerando os anos de 2020 e 2021?
() Diminuiu () Ficou estável () Aumentou.
Se diminuiu, quantos %? () Até 10% () De 10 a 25% () De 25 a 50% () Acima de 50%

Se aumentou, quantos %? () Até 10% () De 10 a 25% () De 25 a 50% () Acima de 50%

*** Se for revendedor fazer a seguinte pergunta:**

O acesso aos produtos para comercialização foi limitado durante a pandemia? () Sim () Não

19) Como você avalia o período em que as feiras foram suspensas, qual foi o maior impacto? _____

20) Descartou ou fez doação de algum produto devido não ter conseguido vender nesse período de suspensão das feiras? () Sim () Não.

21) Você considera que a pandemia impacta mais a produção que as condições climáticas? () Sim () Não.

22) Sobre as vendas diminuiu, ficou estável ou aumentou durante a pandemia (2020/2021)?

() Diminuiu () Ficou estável () Aumentou.

Se diminuiu, quantos %? () Até 10% () De 10 a 25% () De 25 a 50% () Acima de 50%

Se aumentou, quantos %? () Até 10% () De 10 a 25% () De 25 a 50% () Acima de 50%

23) Houve alta significativa nos preços dos seus produtos durante a pandemia? () Sim () Não

24) Você acredita que algum grupo específico de pessoas deixou de frequentar a Feira (idosos)? () Sim () Não.

Qual? _____

25) Fornece produtos para a merenda escolar? () Sim () Não.

Se sim, conseguiu continuar entregando durante a pandemia? () Sim () Não.

26) Como você avalia a sua renda antes e durante a pandemia? () Diminuiu () Ficou estável () Aumentou.

Se diminuiu, quantos %? () Até 10% () De 10 a 25% () De 25 a 50% () Acima de 50%

Se aumentou, quantos %? () Até 10% () De 10 a 25% () De 25 a 50% () Acima de 50%

Uso de tecnologias e adaptação às medidas sanitárias

27) Teve dificuldade em implementar as medidas sanitárias exigidas para o funcionamento das feiras? () Sim () Não. () Álcool gel; () Uso da máscara; () Venda dos produtos embalados; () Distanciamento entre as barracas.

28) Alguma delas influenciou diretamente nas vendas? () Sim () Não. Se sim, qual e por quê? _____

29) Os produtos embalados prejudicaram as vendas (devido os clientes gostarem de escolher)? () Sim () Não.

30) Você considera que o distanciamento entre as barracas criou alguma dificuldade de percurso devido a feira ter ficado mais extensa que prejudicou as vendas? () Sim () Não.

31) Tem internet em casa? () Sim () Não.

32) Você diversificou as formas de comercialização durante a pandemia (encomendas, delivery, cestas, merenda escolar, feira) ou continuou vendendo somente na feira? () Somente feira () Outros: _____

33) Você usa ferramentas tecnológicas (redes sociais como o whatsapp, facebook, instagram, site próprio) nas vendas? () Sim () Não. Qual? _____

Se sim: já usava essas ferramentas antes da pandemia? () Sim () Não. Passou a utilizar mais delas durante a pandemia? () Sim () Não. Ao utilizar as ferramentas tecnológicas produziu vídeos e/ou fotos para expor seus produtos? () Sim () Não.

34) Se houvesse um aplicativo gratuito para comercialização dos seus produtos, você usaria? () Sim () Não.

35) Consegue utilizar ferramentas tecnológicas sozinho ou com ajuda de alguém? () Sozinho () Outros: _____

36) Contratou serviços de entrega de mercadoria? () Sim () Não.

Políticas públicas

37) Você recebeu algum tipo de auxílio financeiro do poder público durante a pandemia? () Sim () Não.

38) Participa de alguma política pública? () PNAE () PAA () PRONAF () Outro: _____

39) Teve acesso a alguma linha de crédito agrícola com condições especiais durante a pandemia? () Sim () Não.

40) Considera que foram importantes os decretos publicados pela Prefeitura de Ituiutaba? () Sim () Não.

41) Recebe assistência técnica de algum órgão público? () Sim () Não. Se sim, foi interrompida durante a pandemia? () Sim () Não.

42) Recebeu orientação de algum órgão público sobre as novas medidas sanitárias exigidas para o funcionamento das feiras durante a pandemia? () Sim () Não.

Perspectivas para o período pós-pandemia:

43) Você acredita que a pandemia vai acabar ou que teremos que conviver com ela muito tempo ainda?

44) Você já ouviu a expressão “novo normal”? () Sim () Não.

Se sim, o que ela significa para você? _____

45) Como considera que será a sua atividade de feirante após a pandemia? _____

46) Qual a sua perspectiva pós-pandemia em relação a comercialização, na questão do consumo, tende a aumentar ou diminuir? _____

Conclusão da pesquisa:

47) Qual foi a principal dificuldade enfrentada durante a pandemia? _____

48) Chegou a pensar que teria que mudar de negócio? () Sim () Não. Por quê? _____

49) Acredita que já voltou a produzir e comercializar nos mesmos patamares de pré-pandemia? _____

50) Considerando o contexto da pandemia e a atividade dos feirantes, tem algum comentário que você gostaria de deixar registrado nesta pesquisa? _____

APÊNDICE 2

ROTEIRO PARA ENTREVISTA SEMIESTRUTURADA - SINDICATO DOS TRABALHADORES RURAIS ASSALARIADOS E AGRICULTORES FAMILIARES DE ITUIUTABA-MG

- 1) Desde o surgimento da pandemia de COVID-19, chegaram até este órgão queixas provenientes dos agricultores familiares feirantes? Se sim, quais poderia citar?
- 2) De uma maneira geral, como avalia os efeitos da pandemia para os agricultores familiares feirantes, houve maior impacto sobre a produção ou sobre a comercialização dos produtos?
- 3) O Sindicato executou algum tipo de ação de suporte para os agricultores familiares durante a pandemia?
- 4) Durante esse período em que as pessoas podiam estar com receio de ir até as feiras livres, teve conhecimento se os feirantes passaram a utilizar outras formas de comercialização (redes sociais, entregas em domicílio, site próprio)?
- 5) Em termos de políticas públicas, considera que ainda existe uma grande carência delas para a agricultura familiar? No período da pandemia, essa carência acentuou-se ainda mais?
- 6) Acredita que falta em Ituiutaba algum tipo de representação coletiva dos feirantes que pudesse atuar nas demandas específicas da categoria?

APÊNDICE 3

ROTEIRO PARA ENTREVISTA SEMIESTRUTURADA - SECRETARIA MUNICIPAL DE AGRICULTURA, PECUÁRIA E ABASTECIMENTO DE ITUIUTABA-MG

- 1) Desde o surgimento da pandemia de COVID-19, chegaram até este órgão queixas provenientes dos agricultores familiares feirantes? Se sim, quais poderia citar?
- 2) A Secretaria ofereceu algum tipo de suporte/orientação para os feirantes durante a pandemia para adequação às novas medidas sanitárias exigidas?
- 3) A principal forma de assistência técnica aos agricultores familiares do município atualmente é efetuada através do convênio com a EMATER-MG – Empresa de Assistência Técnica e Extensão Rural do Estado de Minas Gerais? Está sendo possível manter as visitas mesmo com a pandemia?
- 4) O secretário considera que a pandemia afetou a produção dos agricultores familiares feirantes?
- 5) A Secretaria tem realizado ações junto aos agricultores familiares do município, como por exemplo, o Projeto Horta Saudável (doação de esterco para os horticultores em parceria com empresas privadas) e o Programa Pró-Solo (aquisição conjunta de calcário a preços mais acessíveis). Qual a importância dessas ações e quais outros projetos ou ações o secretário gostaria de destacar em relação a agricultura familiar?
- 6) Em termos de políticas públicas, o secretário considera que ainda existe uma grande carência delas para a agricultura familiar? No período da pandemia, essa carência acentuou-se ainda mais?
- 7) Durante esse período em que as pessoas podiam estar com receio de ir até as feiras livres, o secretário teve conhecimento se os feirantes passaram a utilizar outras formas de comercialização (redes sociais, entregas em domicílio, site próprio)?
- 8) Ituiutaba, através de uma indicação da EMATER-MG, será a primeira cidade do estado de Minas Gerais a receber um aplicativo grátis para a comercialização dos produtos dos feirantes. Como está esse projeto? O que o secretário poderia nos dizer sobre ele? Quando começará a funcionar? O secretário já tem uma prévia de qual será a adesão por parte dos feirantes?
- 9) A criação de associações é de grande importância para a sobrevivência dos agricultores familiares. Inclusive a secretaria divulgou em 2021 a criação da Associação dos Produtores da Região da Capelinha. Em relação aos feirantes, existe alguma iniciativa de representação conjunta através de uma associação ou cooperativa?
- 10) De uma maneira geral, como o secretário avalia os efeitos da pandemia para os agricultores familiares feirantes, houve maior impacto sobre a produção ou sobre a comercialização dos produtos?
- 11) Houve mudanças na atuação da Secretaria antes e após a pandemia, no que diz respeito aos feirantes e em geral? Se sim, em que sentido?

ANEXOS

ANEXO 1



PARECER CONSUBSTANCIADO DO CEP

DADOS DO PROJETO DE PESQUISA

Título da Pesquisa: IMPACTOS DA PANDEMIA DA COVID-19 PARA OS AGRICULTORES FAMILIARES FEIRANTES DO MUNICÍPIO DE ITUIUTABA-MG

Pesquisador: Joelma Cristina dos Santos

Área Temática:

Versão: 2

CAAE: 52265021.9.0000.5152

Instituição Proponente: Instituto de Ciências Humanas do Pontal

Patrocinador Principal: Financiamento Próprio

DADOS DO PARECER

Número do Parecer: 5.126.961

Apresentação do Projeto:

Trata-se de resposta a pendência do parecer n. 5.100.352, de 11 de novembro de 2021.

"Abordando a temática da agricultura familiar, este projeto de pesquisa terá como objetivo geral compreender os impactos da pandemia de COVID-19 na produção e comercialização de gêneros alimentícios produzidos por agricultores familiares feirantes do município de Ituiutaba-MG. Será avaliado como a pandemia afetou a renda deste grupo; se as políticas públicas foram capazes de dar-lhes suporte satisfatório; se eles passaram a utilizar mais das tecnologias e redes sociais, bem como de outras possíveis estratégias para superação de impactos da pandemia e adaptação às novas medidas sanitárias exigidas; e quais as perspectivas para o período pós-pandemia. Parte-se do pressuposto que eles encontraram estratégias para superar os impactos da pandemia na cadeia produtiva e na comercialização dos produtos. Acredita-se que muitos recorreram a inovações e ao uso de tecnologias para reorganizar a comercialização de seus produtos. Esta pesquisa poderá contribuir com a literatura referente ao tema em estudo. Por tratar-se de uma situação pandêmica recente, estudos científicos são fundamentais para auxiliar no enfrentamento e desenvolvimento de estratégias de superação. Poderá trazer ainda visibilidade ao grupo estudado pela oportunidade de demonstrar problemas que os afligem. Quanto à metodologia empregada, será uma pesquisa descritiva que utilizará como procedimento as pesquisas bibliográfica, de campo e levantamento de dados de fontes secundárias. A análise dos dados será feita por abordagem qualitativa. O

Endereço: Av. João Naves de Ávila 2121- Bloco "1A", sala 224 - Campus Sta. Mônica
Bairro: Santa Mônica **CEP:** 38.408-144
UF: MG **Município:** UBERLANDIA
Telefone: (34)3239-4131 **Fax:** (34)3239-4131 **E-mail:** cep@propp.ufu.br



UNIVERSIDADE FEDERAL DE
UBERLÂNDIA/MG



Continuação do Parecer: 5.126.961

cenário será as 4 feiras livres de alimentos que acontecem em Ituiutaba-MG, onde serão recrutados pelos menos 50 feirantes para responderem ao formulário de pesquisa. Serão realizadas ainda duas entrevistas semiestruturadas, sendo uma com o presidente do Sindicato dos Trabalhadores Rurais Assalariados e Agricultores Familiares de Ituiutaba-MG e outra com o Secretário Municipal de Agricultura, Pecuária e Abastecimento de Ituiutaba-MG para aprofundamento das reflexões."

Considerando a classificação das pesquisas de acordo com os objetivos e procedimentos técnicos utilizados (GIL, 2010) será realizada uma pesquisa descritiva (registro e análise de fatos com técnica padronizada de coleta de dados) e bibliográfica (através de revisão de literatura de material científico acadêmico para amplo embasamento teórico). Será efetuado um levantamento de dados de fonte secundária em sites como o do IBGE e da Prefeitura Municipal de Ituiutaba, buscando, respectivamente, dados estatísticos da agricultura familiar e informações referentes a políticas públicas e decretos implantados durante a pandemia. Para representar o universo dos agricultores familiares do município de Ituiutaba foi definido como cenário as feiras livres de alimentos que acontecem na cidade. Os participantes da pesquisa serão agricultores familiares feirantes que participam dessas feiras. De acordo com informações da Secretaria Municipal de Agricultura, Pecuária e Abastecimento de Ituiutaba-MG, existem atualmente 163 feirantes cadastrados para participação nas 4 feiras livres (Bairro Junqueira, Praça dos Trabalhadores, Avenida Sírio Libanesa e Rua 30 entre as avenidas 25 e 27) que ocorrem na cidade. Dentre estes, um total de 139 comercializam gêneros alimentícios. Para definição da amostra optou-se pela não utilização de uma fórmula para cálculo amostral em população finita, pois esta enquadra-se melhor aos objetivos de estudos com enfoque marcadamente quantitativo. A pesquisa qualitativa é mais adequada aos estudos que, como este, não exigem uma quantificação. "A pesquisa quantitativa procurará ver como o fenômeno se comportará matematicamente numa população, enquanto que a pesquisa qualitativa buscará interpretar o que as pessoas dizem sobre tal fenômeno e o que fazem ou como lidam com isso" (TURATO, 2003, p. 362 apud PESSÔA; RAMIRES, 2013, p. 124). Entretanto, sabe-se que é imprescindível a definição de um número mínimo de participantes que possam garantir a validação dos resultados e o atendimento aos objetivos estabelecidos. É importante mencionar que não há garantias quanto ao número de feirantes que aceitarão colaborar com a pesquisa. Desta forma, estipula-se que, se pelo menos 50 feirantes que comercializam gêneros alimentícios se disponibilizarem a participar desta pesquisa, seus resultados serão plenamente alcançados. A justificativa para esse quantitativo não será embasada em termos estatísticos, mas sim no fato de que a pesquisa qualitativa busca interpretar os

Endereço: Av. João Naves de Ávila 2121- Bloco "1A", sala 224 - Campus Sta. Mônica
Bairro: Santa Mônica **CEP:** 38.408-144
UF: MG **Município:** UBERLÂNDIA
Telefone: (34)3239-4131 **Fax:** (34)3239-4131 **E-mail:** cep@propp.ufu.br



Continuação do Parecer: 5.126.961

fenômenos estudados a partir do que representa a resposta de cada participante no contexto da pesquisa. Os participantes da pesquisa serão escolhidos por amostra não probabilística do tipo amostragem por acessibilidade ou conveniência onde “o pesquisador seleciona os elementos a que tem acesso e admite que possam representar o universo” (PESSÔA; RAMIRES, 2013, p. 122). Eles serão abordados durante as feiras para a realização da coleta de dados, se assim consentirem para participação na mesma através da assinatura do Termo de Consentimento Livre e Esclarecido. Na pesquisa de campo, o instrumento de coleta de dados a ser utilizado será o formulário que, segundo Lakatos e Marconi (1992, p. 107), é um “[...] roteiro de perguntas enunciadas pelo entrevistador e preenchidas por ele com as respostas do pesquisado”. Serão realizadas ainda duas entrevistas semiestruturadas, uma com o presidente do Sindicato dos Trabalhadores Rurais Assalariados e Agricultores Familiares de Ituiutaba-MG e outra com o Secretário Municipal de Agricultura, Pecuária e Abastecimento, para aprofundamento das reflexões. A coleta de dados será realizada somente após aprovação do Comitê de Ética em Pesquisa com Seres Humanos e de acordo com o protocolo sanitário estabelecido para a situação da pandemia da COVID-19 na época da pesquisa. Desta forma, se for necessário, a coleta de dados poderá ser realizada de forma não presencial, utilizando ferramentas tecnológicas (chamada por vídeo, reunião virtual).”

"Critério de Inclusão:

A definição dos agricultores familiares feirantes em relação aos que atuam em outros ramos, como o abastecimento de sacolões e supermercados, por exemplo, deve-se ao fato de que algumas medidas sanitárias impostas para o enfrentamento da pandemia da COVID-19 impactaram incisivamente os feirantes. Exemplo destas medidas são a determinação da venda dos produtos embalados (sem que o consumidor possa escolher da mesma forma que fazia antes ou como continuou fazendo no sacolão, por exemplo) e a delimitação de distanciamento mínimo entre as barracas que aumentou a extensão da feira, criando uma possível dificuldade de percurso para os consumidores. É importante mencionar que, ainda que por breve período, as feiras chegaram a ser suspensas por completo, o que não ocorreu com o funcionamento dos demais segmentos de gêneros alimentícios. Os participantes da pesquisa serão agricultores familiares (maiores de 18 anos) que residem e trabalham no município de Ituiutaba/MG e que comercializam seus produtos nas feiras livres de alimentos de Ituiutaba-MG.

Critério de Exclusão:

Não serão inseridos nesta pesquisa menores de 18 anos e agricultores que residem e trabalham no

Endereço: Av. João Naves de Ávila 2121- Bloco "1A", sala 224 - Campus Sta. Mônica
Bairro: Santa Mônica **CEP:** 38.408-144
UF: MG **Município:** UBERLÂNDIA
Telefone: (34)3239-4131 **Fax:** (34)3239-4131 **E-mail:** cep@propp.ufu.br



Continuação do Parecer: 5.126.961

município de Ituiutaba, mas não participam das feiras livres."

Objetivo da Pesquisa:

"Objetivo Primário:

Compreender os impactos da pandemia de COVID-19 na produção e comercialização de gêneros alimentícios produzidos por agricultores familiares feirantes do município de Ituiutaba-MG.

Objetivo Secundário:

- avaliar como a pandemia afetou a renda dos agricultores familiares feirantes;
- analisar se as políticas públicas foram capazes de dar suporte satisfatório aos agricultores familiares feirantes durante a pandemia;
- verificar se os agricultores familiares feirantes passaram a utilizar mais das tecnologias e redes sociais, bem como de outras possíveis estratégias para superação de impactos da pandemia e adaptação às novas medidas sanitárias exigidas; e
- identificar quais as perspectivas dos agricultores familiares feirantes para o período pós-pandemia."

Avaliação dos Riscos e Benefícios:

"Riscos:

Esta pesquisa não oferecerá prejuízos ou custos financeiros aos participantes, entretanto, existe o risco de perda dos materiais utilizados (registros dos formulários). Nesta hipótese, o problema será sanado devido ao fato de que não haverá identificação dos participantes por nome nos formulários, bem como o roteiro dos mesmos não contará com informações pessoais (documentos pessoais, endereço, telefone, entre outros).

Benefícios:

Os benefícios desta pesquisa serão o acréscimo dos resultados e análises deste trabalho à literatura referente aos impactos da pandemia da COVID -19 no segmento dos agricultores familiares feirantes. Por tratar-se de uma situação pandêmica recente, os estudos científicos são fundamentais para auxiliar no enfrentamento e desenvolvimento de estratégias de superação. Além disso, poderá trazer visibilidade ao grupo estudado pela oportunidade de demonstrar problemas que afligem a categoria."

Comentários e Considerações sobre a Pesquisa:

RESPOSTA AO PARECER CONSUBSTANCIADO DO CEP Nº 5.100.352

Endereço: Av. João Naves de Ávila 2121- Bloco "1A", sala 224 - Campus Sta. Mônica
Bairro: Santa Mônica **CEP:** 38.408-144
UF: MG **Município:** UBERLÂNDIA
Telefone: (34)3239-4131 **Fax:** (34)3239-4131 **E-mail:** cep@propp.ufu.br



Continuação do Parecer: 5.126.961

1) Utilizar linguagem acessível no TCLE, evitando termos técnicos.

RESPOSTA DAS PESQUISADORAS:

O TCLE em que será solicitada a assinatura dos feirantes foi alterado de forma a buscar uma linguagem mais acessível. Novo TCLE foi anexado na Plataforma Brasil e os trechos que sofreram alteração foram destacados em vermelho. Utilizou-se o modelo de TCLE disponível na página eletrônica do CEP/UFU atualizado em nov/2021.

ANÁLISE CEP/UFU: Pendência atendida.

2) Produzir TCLEs distintos para os participantes, sobretudo porque o risco de identificação do secretário e dos membros dos sindicatos são maiores. Inclusive, no instrumento de coleta de dados, fala-se explicitamente do "secretário".

RESPOSTA DAS PESQUISADORAS:

TCLEs distintos para os demais participantes da pesquisa foram produzidos e anexados na Plataforma Brasil. Utilizou-se o modelo de TCLE disponível na página eletrônica do CEP/UFU atualizado em nov/2021. Buscando atender adequadamente a esta pendência, o campo "Riscos" foi alterado no corpo do projeto detalhado e no formulário da Plataforma Brasil, acrescentando-se mais um parágrafo (em destaque na cor vermelha). Neste parágrafo, explica-se que o Sindicato dos Trabalhadores Rurais Assalariados e Agricultores Familiares de Ituiutaba-MG e a Secretaria Municipal de Agricultura, Pecuária e Abastecimento de Ituiutaba-MG serão referenciados como Órgão 1 e Órgão 2 para evitar o risco de identificação. Em virtude disso, também foi necessário adequar os instrumentos de coleta de dados para ambos, de forma a serem tratados como "órgão", sem menções diretas aos termos: secretário, sindicato e secretaria. Os trechos que sofreram alteração foram destacados em vermelho e os anexos foram inseridos na Plataforma Brasil.

ANÁLISE CEP/UFU: Pendência atendida.

Endereço: Av. João Naves de Ávila 2121- Bloco "1A", sala 224 - Campus Sta. Mônica
Bairro: Santa Mônica **CEP:** 38.408-144
UF: MG **Município:** UBERLÂNDIA
Telefone: (34)3239-4131 **Fax:** (34)3239-4131 **E-mail:** cep@propp.ufu.br



Continuação do Parecer: 5.126.961

3) Na Plataforma Brasil, identificar os três grupos em que serão divididos os participantes.

RESPOSTA DAS PESQUISADORAS:

Os três grupos de participantes da pesquisa foram identificados no formulário da Plataforma Brasil.

ANÁLISE CEP/UFU: Pendência atendida.

4) Informar como serão recrutados/abordados os membros do sindicato e da secretaria municipal.

RESPOSTA DAS PESQUISADORAS:

Foi acrescentado no campo "Metodologia" no corpo do projeto detalhado a forma de recrutamento/abordagem dos membros do sindicato e da secretaria municipal. Neste mesmo campo, após a inserção do trecho que versa sobre o recrutamento/abordagem dos membros do sindicato e da secretaria municipal, foi necessária uma readequação para atender ao limite de 4000 caracteres permitidos pelo formulário da Plataforma Brasil. Desta forma, o primeiro e segundo parágrafos da "Metodologia" foram reescritos resumidamente em parágrafo único e as informações suprimidas deles foram acrescentadas no primeiro parágrafo do item "Outras informações relevantes no trajeto metodológico". Por último, em consequência das alterações anteriores, foi necessária uma pequena mudança na frase introdutória do segundo parágrafo do item "Outras informações relevantes no trajeto metodológico". O projeto detalhado foi anexado na Plataforma Brasil e todas as alterações estão destacadas em vermelho. Os respectivos campos no formulário da Plataforma Brasil também foram atualizados.

ANÁLISE CEP/UFU: Pendência atendida.

Considerações sobre os Termos de apresentação obrigatória:

Todos os documentos foram devidamente apresentados.

Endereço: Av. João Naves de Ávila 2121- Bloco "1A", sala 224 - Campus Sta. Mônica
Bairro: Santa Mônica **CEP:** 38.408-144
UF: MG **Município:** UBERLÂNDIA
Telefone: (34)3239-4131 **Fax:** (34)3239-4131 **E-mail:** cep@propp.ufu.br



Continuação do Parecer: 5.126.961

Conclusões ou Pendências e Lista de Inadequações:

De acordo com as atribuições definidas nas Resoluções CNS nº 466/12, CNS nº 510/16 e suas complementares, o CEP/UFU manifesta-se pela aprovação do protocolo de pesquisa.

O protocolo não apresenta problemas de ética nas condutas de pesquisa com seres humanos, nos limites da redação e da metodologia.

Prazo para a entrega do Relatório Final ao CEP/UFU: MARÇO/2023*.

* Tolerância máxima de 01 mês para o atraso na entrega do relatório final.

Considerações Finais a critério do CEP:

O CEP/UFU LEMBRA QUE QUALQUER MUDANÇA NO PROTOCOLO DE PESQUISA DEVE SER INFORMADA, IMEDIATAMENTE, AO CEP PARA FINS DE ANÁLISE ÉTICA.

O CEP/UFU alerta que:

- a) Segundo as Resoluções CNS nº 466/12 e nº 510/16, o pesquisador deve manter os dados da pesquisa em arquivo, físico ou digital, sob sua guarda e responsabilidade, por um período mínimo de 5 (cinco) anos após o término da pesquisa;
- b) O CEP/UFU poderá, por escolha aleatória, visitar o pesquisador para conferência do relatório e documentação pertinente ao projeto;
- c) A aprovação do protocolo de pesquisa pelo CEP/UFU dá-se em decorrência do atendimento às Resoluções CNS nº 466/12 e nº 510/16 e suas complementares, não implicando na qualidade científica da pesquisa.

ORIENTAÇÕES AO PESQUISADOR:

Endereço: Av. João Naves de Ávila 2121- Bloco "1A", sala 224 - Campus Sta. Mônica
Bairro: Santa Mônica CEP: 38.408-144
UF: MG Município: UBERLÂNDIA
Telefone: (34)3239-4131 Fax: (34)3239-4131 E-mail: cep@propp.ufu.br



Continuação do Parecer: 5.126.961

- O participante da pesquisa tem a liberdade de recusar-se a participar ou retirar seu consentimento em qualquer fase da pesquisa, sem penalização e sem prejuízo (Resoluções CNS nº 466/12 e nº 510/16) e deve receber uma via original do Termo de Consentimento Livre e Esclarecido – TCLE, na íntegra, por ele assinado.
- O pesquisador deve desenvolver a pesquisa conforme delineada no protocolo aprovado pelo CEP/UFU e descontinuar o estudo após a análise, pelo CEP que aprovou o protocolo (Resolução CNS nº 466/12), das razões e dos motivos para a descontinuidade, aguardando a emissão do parecer, exceto quando perceber risco ou dano não previsto ao participante ou quando constatar a superioridade de regime oferecido a um dos grupos da pesquisa que requeiram ação imediata.
- O CEP deve ser informado de todos os efeitos adversos ou fatos relevantes que alterem o curso normal do estudo (Resolução CNS nº 466/12). É papel do pesquisador assegurar medidas imediatas e adequadas frente a evento adverso grave ocorrido (mesmo que tenha sido em outro centro); e enviar a notificação ao CEP e à Agência Nacional de Vigilância Sanitária – ANVISA – apresentando o seu posicionamento.
- Eventuais modificações ou emendas ao protocolo devem ser apresentadas ao CEP de forma clara e sucinta, destacando a parte do protocolo a ser modificada e suas justificativas. No caso de projetos do Grupo I ou II, apresentados à ANVISA, o pesquisador ou patrocinador também deve informá-la, enviando o parecer aprobatório do CEP, para ser anexado ao protocolo inicial (Resolução nº 251/97, item III.2.e).

Este parecer foi elaborado baseado nos documentos abaixo relacionados:

Tipo Documento	Arquivo	Postagem	Autor	Situação
Informações Básicas do Projeto	PB_INFORMAÇÕES_BÁSICAS_DO_PROJETO_1824008.pdf	17/11/2021 08:19:36		Aceito
TCLE / Termos de Assentimento / Justificativa de Ausência	TCLEOrgaodois.pdf	17/11/2021 08:16:06	Aline Calegari de Andrade	Aceito
TCLE / Termos de Assentimento / Justificativa de Ausência	TCLEOrgaoum.pdf	17/11/2021 08:15:57	Aline Calegari de Andrade	Aceito

Endereço: Av. João Naves de Ávila 2121- Bloco "1A", sala 224 - Campus Sta. Mônica
Bairro: Santa Mônica **CEP:** 38.408-144
UF: MG **Município:** UBERLANDIA
Telefone: (34)3239-4131 **Fax:** (34)3239-4131 **E-mail:** cep@propp.ufu.br



UNIVERSIDADE FEDERAL DE
UBERLÂNDIA/MG



Continuação do Parecer: 5.126.961

Projeto Detalhado / Brochura Investigador	Projeto de Pesquisa Nov.docx	12/11/2021 17:49:49	Aline Calegari de Andrade	Aceito
Outros	Instrumento de coleta de dados entrevista orgaodois.pdf	12/11/2021 17:48:40	Aline Calegari de Andrade	Aceito
Outros	Instrumento de coleta de dados entrevista orgaoum.pdf	12/11/2021 17:48:18	Aline Calegari de Andrade	Aceito
TCLE / Termos de Assentimento / Justificativa de Ausência	TCLE Feirantes.pdf	12/11/2021 17:46:40	Aline Calegari de Andrade	Aceito
Outros	Resposta Parecer Consubstanciado CEP.pdf	12/11/2021 17:46:14	Aline Calegari de Andrade	Aceito
Outros	Instrumento de coleta de dados formulário feirantes.pdf	01/10/2021 10:48:04	Aline Calegari de Andrade	Aceito
Outros	Links dos currículos Pesquisadoras.docx	01/10/2021 10:46:02	Aline Calegari de Andrade	Aceito
Outros	Declaração Instituição Coparticipante Secretaria.pdf	01/10/2021 10:44:33	Aline Calegari de Andrade	Aceito
Outros	Declaração Instituição Coparticipante Sindicato.pdf	01/10/2021 10:43:46	Aline Calegari de Andrade	Aceito
Outros	Termo de Compromisso Equipe Executora.pdf	01/10/2021 10:42:09	Aline Calegari de Andrade	Aceito
Folha de Rosto	Folha de Rosto.pdf	01/10/2021 10:40:18	Aline Calegari de Andrade	Aceito

Situação do Parecer:

Aprovado

Necessita Apreciação da CONEP:

Não

UBERLÂNDIA, 25 de Novembro de 2021

Assinado por:

ALEANDRA DA SILVA FIGUEIRA SAMPAIO
(Coordenador(a))

Endereço: Av. João Naves de Ávila 2121- Bloco "1A", sala 224 - Campus Sta. Mônica
Bairro: Santa Mônica **CEP:** 38.408-144
UF: MG **Município:** UBERLÂNDIA
Telefone: (34)3239-4131 **Fax:** (34)3239-4131 **E-mail:** cep@propp.ufu.br